UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

HILHENO OLIVEIRAL MIRANDA

O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA

Vitória da Conquista - Bahia

Fevereiro - 2022

HILHENO OLIVEIRAL MIRANDA

O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Política Pública Educacional

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Ennia Débora P. Braga Pires

Vitória da Conquista - Bahia

Fevereiro – 2022

M672e

Miranda, Hilheno Oliveiral.
O escola sem partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/Ba. / Hilheno Oliveiral Miranda, 2022.
186f.
Orientador (a): Drª. Ennia Débora P. Braga Pires.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2022.
Inclui referências. 165 – 176.
1. Plano Municipal de Educação. 2. Escola sem Partido. 3. Pautas Reacionárias. 4. Politica educacional. I. Pires, Ennia Débora P. Braga II. Programa Pós- Graduação em Educação – PPGED.
III. T.

CDD 379.8142

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

HILHENO OLIVEIRAL MIRANDA

O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Vitória da Conquista, 21 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof[a]. Dr[a]. Ennia Débora Passos Braga Pires – Orientadora
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

_____

Prof. Dr. Fernando de Araújo Penna – Examinador Externo
Universidade Federal Fluminense – UFF

_____

Prof[a]. Dr[a]. Leila Pio Mororó – Examinadora Interna
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Dedico este trabalho a Ciço e Céu, meu filho e minha filha, à Priscila, minha companheira, a Helena e Hilário, minha mãe e meu pai, que batalharam tanto pela minha educação, e a Heuler e Hilena, meu irmão e minha irmã.

Dedico este trabalho também a todos/as professores/as e pesquisadores/as que, mesmo nesses tempos difíceis, continuaram acreditando na educação e na ciência com instrumento de transformação social.

AGRADECIMENTOS

Acredito que eu sou o resultado de todas as experiências que vivi até hoje. Em um mundo com tantas desigualdades e tantas injustiças, sou felizardo por poder ter chegado até aqui e ter tido a família, os/as amigos/as, os/as companheiros/as de luta, os/as colegas de trabalho, de escola e de universidade e as/os professoras/es que tive. Gratidão ao universo, a Deus e aos Orixás por terem cuidado de mim, aberto meus caminhos, me guiando e me proporcionado aprender com as pessoas que passaram pela minha vida.

Antes que alguém se pergunte como um marxista pode acreditar em Deus, estou entre aqueles/as que sempre desconfiam de dogmas da ciência e da religião, desconfia das imposições de "preceitos imutáveis". Sobre isso, também tenho uma visão similar às reflexões que Paulo Freire fez em sua última entrevista e que pode ser encontrada facilmente na internet. Ele disse que não precisou de muitas explicações racionais para se compreender em sua fé, deixando entender que para ter fé é necessário, antes de outras coisas, senti-la. Não tenho dúvidas que as minhas crenças também estão relacionadas com as experiências que tive. E, graças a minha mãe, principalmente, o Deus que eu aprendi a acreditar – e que cada religião chama ao seu modo – é puro amor, perdão, carinho e coisas boas – definitivamente, não é o mesmo Deus que é usado como justificativa por alguns/as para cometer atrocidades.

Nesse número quase incontável de pessoas que tive a oportunidade de aprender e que quero agradecer, tem algumas que vou me dirigir, aqui, de maneira especial. As primeiras delas são a minha mãe, Helena, meu pai, Hilário, meu irmão, Heuler, e minha irmã, Hilena (Tita). Vocês são as minhas primeiras referências. Não tenho palavras para agradecer todo amor, todos ensinamentos, todo cuidado e parceria que vocês têm comigo. Gratidão!!!

Minha companheira, Priscila, meu filho, Cícero, e minha filha, Céu, vocês são mais do que especiais em minha vida. Em tudo o que penso fazer na vida vocês estão contidos. Priscila, você uma baita referência pra mim como pessoa e como profissional. Super empática, amorosa, comprometida, aguerrida, determinada, inteligente, estudiosa, se expressa bem... sempre aprendo muito contigo e me espelho em ti. Meu amor, gratidão por meu apoiar nos estudos e dividir comigo essa experiência mágica, que é a de ter Ciço e Céu como filho e filha. Gratidão por todo o cuidado e dedicação que tu tem com ele e ela – sempre aprendo com a tua visão sobre a educação dele e dela. Gratidão pelo companheirismo – na vida, na luta por uma sociedade melhor e nos tatames – , pela parceria nas nossas aventuras, pela compreensão, pela amizade... gratidão por tudo!!!

Ciço e Ceu, meus amores, as cordas do meu coração. Tenho que agradecer muito cada momento com vocês. Acredito que depois que a vida me deu esse presente de ser pai de vocês eu me tornei uma pessoa melhor. Vocês me ensinam tanto que nem imaginam o quanto. Me ensinam sobre amor, sobre alegria, felicidade, sobre cuidado, sobre empatia, sobre ser correto e ser uma pessoa boa. Vocês também me ensinam muito sobre a educação, me mostrando que ela não está presente só na escola, que ela está no nosso dia-a-dia, em cada palavra e comportamento, inclusive no silêncio. Sigo estudando e fazendo pesquisa também pensando que posso ajudar a melhorar o mundo e com isso deixá-lo melhor pra vocês. Gratidão por me fazerem tão feliz, por me amarem tanto, me ensinarem tanto e me fazerem um ser humano melhor!

Professora Ennia, minha orientadora, uma das melhores professoras que tive. Já te elogiei por diversas vezes, na tua presença e também na tua ausência, desde antes de você ser a minha orientadora no mestrado. Mas nunca é demais a gente expressar o quanto as pessoas são importantes pra a gente. Pra mim, você também é uma das principais referências na docência. Admiro muito seu compromisso com a educação, seu compromisso com o processo de ensino/aprendizagem de seus e de suas educandos e educandas e também a sua didática. Não tinha matéria melhor para você ofertar na graduação: Didática. Fui muito felizardo também por ter tido você como orientadora no mestrado. Gratidão pela orientação sempre muito criteriosa, cuidadosa, atenta e compreensiva. Aprendi muito contigo nesse período. Quero seguir na vida acadêmica e se assim eu conseguir, tentarei sempre me espelhar na professora e orientadora sensacional que você é. Gratidão pela orientação e por apostar que poderíamos fazer um bom trabalho!

Professora Leila e Professor Fernando, gratidão por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora desta pesquisa desde a qualificação. Respeito e sou um admirador do trabalho e da luta de ambos. Sei que esse trabalho fica mais rico e relevante com seus olhares. Cheguei a comentar com as/os colegas do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE) – os/as quais eu também quero agradecer pelo aprendizado e parceria nesses dois anos – que estava apreensivo desde antes da qualificação por conta do cacife da banca: Professora Leila com sua bagagem em relação ao Materialismo Histórico Dialético e sempre muito competente na docência e criteriosa nas pesquisas; Professor Fernando, a maior referência com relação aos estudos sobre Escola sem Partido no país e ainda assim com uma generosidade sem tamanho, contribuindo com diversas pesquisas que estudam essa temática e que – assim como a minha – o tem como referência.

Me sinto muito feliz e imensamente grato por ter a contribuição de vocês neste trabalho. Gratidão!!!

Por fim, quero agradecer aos Professores, as Professoras e aos colegas e as colegas do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Me sinto imensamente feliz e privilegiado de poder ter estudado nesse excelente programa de pós-graduação e de ter aprendido com cada um e cada uma de vocês. Infelizmente nossa turma, a que se iniciou em 2020, teve só uma semana de aula presencial – a primeira semana. Depois, por conta da pandemia do novo coronavírus, as aulas foram todas *on line*. Ainda assim, tentei aproveitar ao máximo cada momento com vocês e sou muito grato por ter aprendido tanto.

Espero encontrar com todos/as vocês em breve e poder dar um forte abraço em cada um e cada uma! Gratidão é a palavra que resume o que sinto ao final dessa jornada no mestrado!

Há braços de luta!

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

A totalidade concreta, contudo, não é algo que contenha uma existência em si. Ela é o processo de criação de sua estrutura porque é vista como uma produção social do homem. Isto quer dizer que a totalidade concreta implica a historicização dos fenômenos, ou seja, impõe-se pensá-la não a partir de si própria, mas a partir de totalidades concretas (CURY, 2000, p. 37).

MIRANDA, Hilheno Oliveiral. **O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA.** 2022. 186 fs. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Vitória da Conquista-Bahia, 2022.

RESUMO

Em 2014, dez anos após a sua fundação, o movimento Escola sem Partido (ESP) fica conhecido nacionalmente ao conseguir influenciar a formulação do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), sendo retiradas as menções que se referiam ao combate às desigualdades educacionais de gênero e de orientação sexual. O Plano Nacional determinou que os demais entes federados formulassem seus respectivos planos educacionais alinhados à referida legislação federal, no prazo de um ano. Com isso, pesquisadores/as, a exemplo de Manhas (2016), afirmam que o ESP também conseguiu que suas pautas influenciassem na formulação ou atualização de diversos planos educacionais de estados e municípios. E, um dos municípios em que pôde ser observado o eco do que aconteceu com o PNE (2014/2024) foi o município de Itapetinga, localizado no Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia. Diante deste fato, o objetivo geral da presente pesquisa foi analisar a influência das pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA. Para fazer isso, este trabalho teve como orientação teórico-metodológica o Materialismo Histórico Dialético (MHD) o qual compreende que os fenômenos não se bastam sozinhos, sendo determinados e sofrendo influência de outros fenômenos. Dessa forma, o MHD auxiliou para que na investigação pudéssemos apreender o objeto para além de sua aparência fenomênica e em sua dinamicidade. Os procedimentos metodológicos que nos serviram de aporte nesta empreitada foram à pesquisa documental e bibliográfica e a entrevista semi-estruturada. A análise, tanto dos documentos, quanto das entrevistas que foram realizadas com pessoas que participaram da atualização do referido PME, foi feita à luz do MHD e de suas categorias de análise – como a contradição, a historicidade, a totalidade e as determinações. Uma outra categoria utilizada na análise foi o termo “ideologia de gênero”, pauta do ESP muito presente em nosso objeto de pesquisa que foi encontrada, principalmente, através da análise documental e das entrevistas. Os resultados do trabalho demonstraram que o ESP e suas pautas influenciaram no PME aprovado em Itapetinga/BA no ano de 2015. Ao focar as discussões do Plano unicamente no combate à ideologia de gênero os/as munícipes abriram mão de enfrentar todos os problemas educacionais do município. Mobilizando o medo das pessoas e também lançando mão de práticas fascistas, religiosos/as e políticos/as conseguiram retirar os termos gênero e orientação sexual do Plano. O resultado do que foi aprovado PME de Itapetinga/BA pode se desdobrar na precarização e maior controle sobre o trabalho docente, no prejuízo para a formação cidadã das próximas gerações e, consequentemente, na criação de dificuldades para a construção de uma sociedade sem preconceitos e sem desigualdades.

Palavras-chave: Escola sem Partido. Pautas reacionárias. Plano Municipal de Educação. Política Educacional.

ABSTRACT

In 2014, ten years after its founding, the Escola sem Partido (ESP) movement became known nationally when it managed to influence the formulation of the National Education Plan (BRAZIL, 2014), to fight against educational inequalities being removed gender and sexual orientation. The National Plan decided that the other federated entities formulate their respective educational plans in line with the aforementioned federal legislation, within one year. As a result, researchers, like Manhas (2016), claim that ESP also managed to have its guidelines influence the formulation or updating of several educational plans in states and municipalities. And, one of the municipalities in which the echo of what happened with the PNE (2014/2024) could be observed, was the municipality of Itapetinga, located in the Middle Southwest of Bahia. The goal of this study was to analyze the influence of reactionary agendas capitalized by Escola sem Partido in updating the Municipal Education Plan of Itapetinga/BA. To do this, this work had as theoretical-methodological orientation the Dialectical Historical Materialism (MHD) which understands that the phenomena are not enough alone, being determined and being influenced by other phenomena. Hence, the MHD helped in the investigation we could apprehend the object beyond its phenomenal appearance and in its dynamics. The methodological procedures that helped us in this endeavor were documental and bibliographic researches and semi-structured interviews. The analysis, both of the documents and of the interviews that were performed with people who participated in the update of the aforementioned PME and was carried out in the light of the MHD and its categories of analysis - such as contradiction, historicity, totality, and determinations. Another category used in the analysis was the term “gender ideology”, an ESP agenda very present in our research object, which was found mainly through document analysis and interviews. The results showed that the ESP and its guidelines influenced the PME approved in Itapetinga/BA in 2015. By focusing the Plan's discussions solely on combating gender ideology, the citizens gave up facing all the educational problems of the County. Mobilizing people's fear and also resorting to fascist, religious, and political practices, they managed to remove the terms gender and sexual orientation from the Plan. The result of what was approved by the PME of Itapetinga/BA can result in the precariousness and greater control over the teaching work, to the detriment to the citizen formation of the next generations and, consequently, in the creation of difficulties for the construction of a society without prejudice and inequalities.

Keywords: School without Party. Reactionary agendas. Municipal Education Plan. Educational politics.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ADUSB – Associação dos docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

APLB – Associação dos/as Professores/as Licenciados/as do Brasil

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONAE – Conferência Nacional de Educação

DF – Distrito Federal

DNEDH – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

EAD – Ensino a Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ESP – Escola sem Partido

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MHD – Materialismo Histórico Dialético

OTM – Orientação teórico-metodológica

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Projeto de Lei

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná

UPE – Universidade de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produção de teses e dissertações da área de educação em que o Escola sem Partido aparece apenas de forma secundária..... 39

Figura 2 - Distribuição dos trabalhos por região país 39

Figura 3 - Porcentagem de produção de trabalhos entre instituições públicas e instituições privadas 40

Figura 4 - Produção de teses e dissertações da área de educação em que o Escola sem Partido aparece como elemento de destaque na pesquisa no decorrer dos anos 41

Figura 5 - Produção de teses e dissertações da área de educação em que o Escola sem Partido aparece como elemento de destaque na pesquisa por região 42

Figura 6 - Distribuição de produções por ano 47

Figura 7 - Distribuição de trabalhos relacionados à construção dos Planos Municipais de Educação, divididos por região do país 47

Figura 8 - Distribuição percentual de produções por orientação teórico-metodológica. 48

Figura 9 - Distribuição por região do país de produções que discutem a influência de pautas reacionárias na formulação de Planos Municipais de Educação 50

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estratégias de pesquisa e categorias divididas por blocos de trabalhos relacionados ao Escola sem Partido, de acordo com a orientação teórico-metodológica..... 44

QUADRO 2 – Estratégias, instrumentos de pesquisa e categorias divididas por blocos de trabalhos relacionados aos Planos Municipais de Educação, de acordo com a orientação teórico-metodológica..... 49

QUADRO 3 – Estratégias, instrumentos de pesquisa e categorias divididas por blocos de trabalhos relacionados aos Planos Municipais de Educação que foram influenciados por pautas reacionárias, de acordo com a orientação teórico-metodológica..... 50

QUADRO 4 – Objetivo geral dos trabalhos relacionados aos Planos Municipais de Educação que foram influenciados por pautas reacionárias, de acordo com a autoria..... 52

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Divisão quantitativa dos trabalhos por orientação teórico-metodológica... 43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
2 DISCUSSÃO METODOLÓGICA 25
2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA 25
2.2 *LOCUS* DA PESQUISA 35
2.3 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA 38
3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DE PAUTAS DO ESCOLA SEM PARTIDO NA FORMULAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO 44
3.1 PROCEDIMENTOS E ETAPAS DA PESQUISA 45
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS 48
3.2.1 Análise dos trabalhos relacionados ao Escola Sem Partido 48
3.2.2 Análise dos trabalhos relacionados ao Plano Municipal de Educação 56
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE ACHADOS DO ESTADO DA ARTE 62
4 O ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS DETERMINAÇÕES 66
4.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO: A TRAJETÓRIA DO ESCOLA SEM PARTIDO 67
4.2 A CRISE COMO DETERMINANTE 87
4.3 O FASCISMO COMO DETERMINANTE 96
4.4 O TECNICISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COMO DETERMINAÇÕES 107
5 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: DA UNIVERSALIDADE À SINGULARIDADE 120
5.1 O PAPEL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO CENÁRIO EDUCACIONAL – DA UNIVERSALIDADE À PARTICULARIDADE 121
5.2 A INFLUÊNCIA DE PAUTAS DO ESP NA APROVAÇÃO DA LEI 1.127/2015 EM ITAPETINGA: UMA EXPRESSÃO SINGULAR DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO 126
5.3 A SINGULARIDADE DA APROVAÇÃO DO PME DE ITAPETINGA VISTA A PARTIR DAS ENTREVISTAS 131
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 156
RERERÊNCIAS 164
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para a entrevista semiestruturada 177
APÊNDICE B – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido – (TCLE) 179

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética 183

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a realização desta pesquisa está relacionada com a trajetória deste pesquisador, que é oriundo da educação pública e que militou no movimento estudantil universitário. Por conta destas experiências, me chamou atenção quando, há cerca de dez anos atrás, começou a repercutir o discurso, em tom de denúncia, bradando que "nas escolas e universidades do Brasil o pensamento de esquerda era hegemônico e que os/as docentes doutrinavam ideologicamente as/os estudantes". E a defesa desta narrativa era impulsionada por um movimento de nome tão suspeito quanto o seu discurso: o movimento Escola sem Partido (ESP).

Algumas questões a serem destacadas na escolha do pesquisador pelo seu objeto e pela sua orientação teórico-metodológica (OTM), segundo Rodriguéz (2014), estão relacionadas ao fato de que, assim como o objeto, o pesquisador também sofre a influência de diversas ordens, como o momento histórico, as instituições das quais fez e faz parte, dentre outras. Dito isso, vale ressaltar que durante o percurso deste pesquisador como estudante da educação básica e discente e militante na graduação, o observado nas instituições de ensino que estudei e que tive a oportunidade de conhecer enquanto fiz parte do movimento estudantil foi que: o número de docentes de esquerda nestes espaços não é tão grande assim; que existe o reforço de comportamentos machistas, misóginos e racistas nestes espaços; e que o proselitismo religioso está sempre presente.

Ou seja, a inquietação deste pesquisador surgiu justamente por entender que – a partir do que foi observado na realidade empírica durante a minha trajetória na educação – se existe alguma doutrinação na educação brasileira, esta doutrinação se dá por grupos conservadores e reacionários através de fatores elencados no parágrafo anterior – e não por militantes políticos de esquerda. Assim, a motivação pessoal para esta pesquisa está relacionada à percepção de que o discurso do Escola sem Partido é contraditório com a realidade observada. O movimento esconde seus reais interesses sob uma aparência enganadora, que ataca diretamente a categoria docente e criminaliza discussões e abordagens na perspectiva crítica e progressista nas instituições de ensino, ao passo que encara como "naturais" posturas e ideias ligadas à direita ou que estão relacionadas à manutenção do *status quo*.

Souza e Oliveira (2017) argumentam que a instituição escolar é o espaço de ensino do *logos*, enquanto conhecimento científico. E, de acordo com estes autores, o que o ESP pretende através do seu Projeto de Lei é incluir o ensino da *doxa* (senso comum ligado a

valores conservadores e doutrinas religiosas) nas escolas. Assim, para Zan e Krawczyk (2018, p. 118), a intenção de movimentos como o ESP é "mudar o nosso senso comum, alterando o significado das categorias mais básicas que empregamos para compreender o mundo social e educacional e o nosso lugar nele".

Estas autoras afirmam que o ESP lidera uma escalada de retrocessos educacionais, em que a Reforma do Ensino Médio também faz parte, e lembram que esta última, dentre outras coisas, flexibiliza o currículo do Ensino Médio excluindo a obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia, Filosofia, História e Geografia. As referidas mudanças evidenciam um ataque às disciplinas de humanidades, tentando, na verdade, tirar o sentido crítico e democrático da escola (ZAN; KRAWCZYK, 2018). Desse modo, a atual Reforma do Ensino Médio também cumpre o papel que o Escola sem Partido se propõe.

Está tramitando em diversas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, na Câmara e no Senado Federal a proposta de política pública reacionária do ESP (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). Como este se utiliza de um discurso simplista, seu conteúdo tem se alastrado muito rápido, principalmente nas redes sociais (PENNA, 2017). E, apesar de o Projeto do movimento não ter sido aprovado em âmbito nacional, já podem ser encontrados relatos de professores sendo perseguidos e até demitidos, acusados de doutrinação ideológica.

Com isso, existe a possibilidade real de as ideias defendidas pelo ESP estarem ecoando nas salas de aula país afora, mesmo antes de o projeto ser aprovado. Atitudes como a pura e simples adesão por parte de docentes ao ideário do movimento, a perseguição a professoras/es feita por seus pares, por estudantes, mães e pais, como também a afirmação de preconceitos arraigados na nossa sociedade podem já estar sendo reforçados por conta da evidência que este movimento ganhou nos últimos tempos.

Ainda segundo Penna (2017), apesar de ser nocivo, o discurso defendido pelo ESP não foi amplamente discutido e combatido na academia, justamente por parecer tão absurdo. Isso denota a real importância desse fenômeno, que é recente, e seus desdobramentos, sua influência em diversas esferas da sociedade, ser melhor estudado, debatido e compreendido pela academia.

Diante do exposto, fica evidente o retrocesso e a ameaça que a educação brasileira corre por conta do ESP. Os desdobramentos da implementação do que defende este movimento podem comprometer não só a formação das/os estudantes – principalmente das escolas públicas, espaços majoritariamente ocupados por filhas/os da classe trabalhadora –, mas também a autonomia do trabalho docente, que é posta em xeque pelo movimento.

De acordo com o artigo 8º do novo Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014), os municípios e Estados teriam que construir ou atualizar no prazo de um ano, com participação popular, seus respectivos planos de educação para que estes ficassem em consonância com a referida legislação federal. Para Manhas (2016, p. 16), o êxito do Escola sem Partido na sua empreitada durante a formulação do PNE conseguindo retirar políticas de equidade de gênero do documento final "influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais, que também sucumbiram ao *lobby* conservador, fundamentalista e refutaram qualquer menção de gênero, por exemplo, difundindo a falsa tese intitulada "ideologia de gênero".

Este termo – ideologia de gênero – mesmo não tendo sido criado pelo ESP, foi a pauta central do movimento que influenciou não só na aprovação do PNE e de planos educacionais país afora, mas também serve como um dos principais espantalhos para justificar a tentativa de tolher a autonomia docente. "O conceito" de ideologia de gênero nunca foi elaborado ou encampado por estudiosas/os que estudam gênero. A ideia sobre a ideologia de gênero foi elaborada na década de 90 por pensadores ligados à Igreja Católica em reação aos estudos e discussões relacionadas a gênero, distorcendo-as completamente.

Para os formuladores desta concepção enviesada, tais estudos, assim como a rejeição de se encarar como naturais a imposição e divisão de papeis de sociais desempenhados pelos gêneros, estão compreendidos nesta pauta e seriam uma ideologia antifamília pensada pela esquerda para destruir a sociedade atual. Além disso, é importante destacar que o movimento não teve tanta projeção quando focava exclusivamente no combate a doutrinação política de esquerda que diz existir na educação. Mas, como ressalta Miguel (2016), o ESP começou a crescer exponencialmente a partir do momento que aderiu a pauta contra a ideologia de gênero – que até então também não era tão conhecida assim. "A união" entre o ESP e essa pauta formulada pela Igreja Católica contra a ideologia de gênero foi decisiva para o crescimento de ambos, conseguindo, inclusive, influenciar o PNE de 2014.

Aliás, é importante destacar que se utilizar de pautas que já existiam e se capitalizar com elas foi uma grande tática utilizada pelo ESP – outro exemplo disso é o combate a doutrinação política de esquerda defendida pelo movimento, que tem suas raízes no anticomunismo das bases do fascismo histórico. Ou seja, o ESP não inventou as pautas contra a ideologia de gênero e contra a doutrinação de esquerda, ele reutilizou essas pautas que estão intimamente relacionadas com a sua maneira de compreender o mundo e isso o ajudou a crescer.

Reeditando essas pautas, o ESP operou como um catalizador – fez com que elas ganhassem sobrevida e se tornassem mais conhecidas. Ao mesmo tempo, a reutilização destas também foi extremamente exitoso para o movimento, pois ele se capitaliza, cresce com elas – fato que pode ser constatado, principalmente, como destacado anteriormente, com o crescimento do ESP a partir da adesão ao combate à ideologia de gênero.

Em Itapetinga/BA, sede da região Médio Sudoeste da Bahia, a atualização do Plano Municipal de Educação (PME), através da Lei municipal no 1.275/2015 (ITAPETINGA, 2015), aconteceu quase extrapolando o prazo limite de um ano que o PNE previu para a aprovação. Sites locais[1] registraram que as discussões para a atualização do Projeto de Lei envolveram diferentes setores da comunidade – dentre eles, líderes religiosos, representantes da categoria docente, representantes do movimento estudantil e representantes da comunidade LGBTQI+[2] – , e que na aprovação da referida Lei que atualizou o Plano foram retirados os termos "gênero", "sexualidade" e "transversalidade"[3] .

Buscando investigar esse fato, a presente pesquisa teve como problema a seguinte questão: Como se deu a influência das pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA? E, nosso objetivo geral foi: Analisar a influência das pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA.

Para alcançar o objetivo geral e responder o problema da pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Revisar teoricamente os pressupostos e pautas sustentados pelo movimento Escola sem Partido e identificar seus determinantes;
- Analisar qual o papel do Plano Municipal de Educação no cenário educacional;
- Examinar o Plano Municipal de Educação de Itapetinga buscando identificar a incorporação (presença ou ausência) de pautas do Movimento Escola sem Partido;

[1] Matéria de um blog de Itapetinga/BA que ressalta o envolvimento da comunidade nas discussões para aprovação do Plano Municipal de Educação por conta de suposta "ideologia de gênero" que estaria contida no projeto de lei desta política pública. Disponível em: < https://www.blogdotarugao.com.br/v1/2015/06/10/plano-municipal-de-educacao-que-pode-conter-a-ideologia-de-genero-deixa-a-populacao-com-uma-pulga-atras-da-orelha/ >. Acesso em: 20 fev. 2021.

[2] Nota de um blog de Itapetinga/BA sobre a sanção do Plano Municipal de Educação pelo prefeito e da participação de algumas categorias nos debates para aprovação do Plano. Disponível em: < https://www.cidadeacontece.com.br/itapetinga-prefeito-sanciona-pme-plano-municipal-de-educacao/ >. Acesso em: 20 fev. 2021.

[3] Publicação por um site local de texto de um professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Itapetinga, sobre a retirada dos termos citados na Lei aprovada, sob a justificativa por tarde de religiosos de que os princípios da família estavam sendo atacados. Disponível em: < https://www.sudoestehoje.com.br/novoportal/2015/06/21/plano-municipal-de-educacao-de-itapetinga-percursos-e-discursos/ >. Acesso em: 20 fev. 2021.

- Caracterizar como foi desenvolvido o processo de atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga, a partir da perspectiva de pessoas que participaram deste momento.

Ao compreender melhor os efeitos da influência das pautas do ESP nessa política pública educacional e fomentar este debate cada vez mais na academia, este trabalho teve intuito de contribuir para um enfrentamento qualificado à ascensão reacionária e a este movimento, que objetiva a conservação de desigualdades e privilégios e o retrocesso em direitos conquistados nos últimos anos. Além disso, este estudo pode servir de base para que estudos posteriores, como o mesmo escopo, possam se valer dos conhecimentos produzidos por esta pesquisa. A presente investigação também visou proporcionar que não só a academia, a comunidade científica, mas que a sociedade possa conhecer mais detalhadamente o ESP, seus interesses e ligações políticas, e compreender quais os efeitos do eco de suas pautas nas políticas públicas educacionais.

Dito isso, ratificamos que o presente trabalho tem como orientação teórico-metodológica o Materialismo Histórico Dialético, perspectiva esta que será a "lente" pela qual o nosso objeto foi analisado, buscando conhecer como ele se apresentava para além de sua aparência fenomênica imediata. A partir do MHD, o objeto é compreendido enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória, mostrando e também escondendo a sua essência, e que se conecta com outras totalidades, o que faz com que ele se constitua enquanto resultado de uma série de determinantes. Dessa maneira, a realidade se apresenta como um complexo de totalidades que se interconectam.

Através do MHD podemos provar que nada é independente, autônomo e neutro. De largada, isso já quebra argumentos que possam ser feitos no sentido de tentar mostrar que políticas públicas, como o PNE e os planos estaduais e municipais de educação, não sofreram influência fatores de natureza material ou ideológica, a exemplo das pautas do ESP. Dessa maneira, buscamos compreender o que "estava escondido" no processo de atualização do PME de Itapetinga/BA, quais foram os interesses subjacentes do movimento que catalisa essas pautas e de seus defensores.

O município de Itapetinga/BA, sede do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, que é composto por 13 municípios, foi o *locus* deste trabalho. Itapetinga detém praticamente todos os melhores índices sociais, econômicos e educacionais dentre esses municípios e possui historicamente uma grande influência da moral ligada às religiões evangélicas, aos latifundiários ligados à pecuária e também do campo político da direita.

Como, tanto a lei do PME de Itapetinga/BA, quanto os Projetos de Lei do ESP e sítios digitais que ecoavam as pautas do movimento relacionadas a esse processo de atualização, guardavam as intencionalidades pelas quais estes foram forjados, utilizamos como recursos metodológicos a pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental buscou trilhar a investigação analisando fontes primárias – documentos que não receberam o tratamento científico, como leis, projetos de lei e *sites*. E, as fontes secundárias – que passaram pelo crivo da ciência, como livros e artigos científicos – foram buscadas e investigadas através da pesquisa bibliográfica. E, a análise destes dois tipos de fontes foi realizada à luz do MHD e de suas categorias metodológicas – como a contradição, a historicidade, a totalidade e as determinações. O termo "ideologia de gênero", por sua presença marcante no nosso objeto de pesquisa, também foi uma categoria que lançamos mão na análise dos dados do trabalho.

Além disso, também foram entrevistadas algumas pessoas que participaram do processo de atualização do PME ocupando espaços relevantes para a aprovação do Plano, tanto do lado dos representantes dos poderes públicos, quanto da sociedade civil. Para isso, foi utilizado o recurso da entrevista semiestruturada, orientada por questões previamente estabelecidas, mas que o entrevistador, ao notar que algo nas respostas precisa ser melhor investigado, pode levantar novas questões. A adoção deste instrumento metodológico visou ampliar os meios de conhecer a essência do fenômeno através de pessoas que foram testemunhas oculares e participantes deste processo. E, as falas dos/as entrevistados/as também foram analisadas à luz das categorias metodológicas do MHD e da categoria de conteúdo – a ideologia de gênero – , citada anteriormente.

Feitas estas colocações, apresentaremos agora a forma com que o trabalho está organizado, sendo dividido em cinco seções. Na introdução, que é a primeira das seções, além de uma breve apresentação do nosso objeto de estudo, apresentamos as justificativas pessoais e acadêmicas que mostram a relevância da nossa pesquisa. Na presente seção também foram apresentados nosso problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, um resumo sobre a orientação teórico-metodológica e os procedimentos metodológicos adotados, como também, a forma como o trabalho está estruturado.

A segunda seção do trabalho discute as questões de ordem teórica e metodológica da pesquisa e está dividida em três partes. A primeira parte apresenta o Materialismo Histórico Dialético (MHD) como orientação teórico-metodológica (OTM) e suas categorias, que guiaram a forma de desvendar a relação aparência/essência do nosso objeto de estudo. Em seguida, traz a caracterização do município de Itapetinga/BA, *locus* da pesquisa, no que tange

aos aspectos educacionais, sócio-econômicos, políticos e religiosos. Ao final desta seção, apresentamos o percurso e procedimentos metodológicos adotados nesta investigação.

A terceira seção apresenta uma pesquisa do tipo estado da arte sobre o tema de nosso trabalho. O estado da arte nos ajudou a mapear as pesquisas na área de educação relacionadas ao nosso tema de estudo espalhadas pelo país. A seção está dividida em três tópicos. O primeiro deles apresenta os procedimentos e etapas empregados no referido estado da arte. O segundo tópico expõe os achados das pesquisas relacionadas ao movimento Escola sem Partido e, posteriormente, os achados dos trabalhos sobre os Planos Municipais de Educação. E, na terceira e última parte da seção é feita uma breve discussão dos achados dos trabalhos analisados.

Como a dissertação investiga a influência das pautas do ESP no PME de Itapetinga/BA, a quarta seção teve o intuito de apresentar contribuições para a melhor compreensão deste movimento reacionário, para além do que nos mostrar a sua aparência fenomênica. Compreender este movimento, seus interesses, suas ligações políticas e identificar seus determinantes nos auxiliou a entender melhor como suas pautas influenciaram o PME em questão. Com isso, a seção está dividida em quatro partes.

O primeiro tópico é resultado de uma acurada investigação sobre o Escola sem Partido, começando pela sua gênese e passando pelo seu desenvolvimento até os dias atuais, sendo identificadas as suas determinações, as quais foram discutidas nos tópicos que se seguiram. A crise (discutida no segundo tópico), o fascismo (terceiro tópico) e a precarização do trabalho docente e o tecnicismo (que estão no quarto tópico) são as determinações do movimento que foram abordadas nos tópicos subsequentes da quarta seção.

A quinta e última seção se debruça sobre o Plano Municipal de Educação e está dividida em três partes. A primeira delas faz, de início, um resgate da historicidade dos planos educacionais no país para, em seguida, demostrar a particularidade do PME e localizar o papel desta política pública no cenário educacional nacional, que está vinculado ao PNE (como expressão de universalidade). O segundo tópico da seção discute a singularidade do PME de Itapetinga/BA apontando, a partir da análise documental, a influência das pautas reacionárias do ESP, tanto no PNE (BRASIL, 2014), como, em especial, na Lei 1.127/2015 (ITAPETINGA, 2015), que aprovou o Plano Municipal de Educação. O terceiro e último tópico da seção mostra como se deu a influência das pautas do ESP na atualização do PME, a partir da análise de entrevistas feitas com pessoas do Poder Executivo municipal, do Poder Legislativo e da sociedade civil que participaram do processo de atualização.

Em tempo, destacamos que no corpo desta dissertação buscamos sempre identificar o gênero “masculino” e “feminino” em todos os substantivos que necessitaram do emprego do gênero. Optamos por esta forma de expressão textual, pois partimos do entendimento que apenas o gênero masculino, que é empregado como regra na maioria dos textos, além de construir subjetivamente a ideia de que “o homem” é “a referência”, “o principal” – quando se trata de caracterizar de forma geral a humanidade –, entendemos que o referido gênero não dá conta de representar a diversidade e a importância das mulheres e das pessoas que não se enquadram em nenhum destes dois gêneros. Essa postura na escrita também busca, de certa maneira, manter a coerência na luta pelas tão sonhadas políticas de equidade de gênero defendidas pelo movimento feminista, social e progressista em geral – movimentos estes e integrantes da sociedade que são permanentemente atacados/as pelo Escola sem Partido.

2 DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Cada pesquisador/a observa seu objeto de estudo sob um "ponto de vista" determinado. Este "ponto de vista" a que nos referimos está ligado ao acúmulo teórico geral do/a pesquisador/a; ao acúmulo teórico que o/a cientista tem com relação ao objeto; e ao seu conhecimento de mundo – afinal, não nascemos prontos/as e acabados/as, com todas as "ferramentas intelectuais" para interpretar e agir no mundo. Nos "formamos" a cada nova relação social, a cada experiência, a cada coisa que estudamos. E, utilizamos esse conhecimento por nós acumulados, em nossa "formação contínua", para compreender a realidade com que nos defrontamos, seja nos estudos ou no dia-a-dia.

Com relação à ciência, o conhecimento teórico serve de instrumento para "enxergar melhor" o objeto – sua essência, seus contornos e sua conexão, sua interação, com o mundo. O conhecimento teórico também orienta metodologicamente o/a pesquisador/a como produzir e compartilhar – de forma válida pela comunidade científica – conhecimentos sobre o objeto que está sendo estudado.

Dito isso – para que o/a leitor/a entenda sob qual "ponto de vista" e "como" o objeto foi estudado – a presente seção visa apresentar qual é o aporte teórico-metodológico utilizado para "enxergar melhor" o nosso objeto, bem como quais foram os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa. Dessa maneira, no tópico "2.1", que está a seguir, será feita uma exposição sobre o Materialismo Histórico Dialético (MHD), orientação teórico-metodológica que balizou o presente estudo, e das categorias do MDH que nos auxiliaram na compreensão do objeto. No segundo tópico desta seção, o "2.2", será feita uma caracterização do *locus* da pesquisa, o município de Itapetinga/BA, em seus aspectos socioeconômico, educacional, religioso e político. No terceiro tópico, o "2.3", serão detalhados o percurso e os procedimentos metodológicos adotados no trabalho.

2.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO COMO ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

No intuito de auxiliar os/as leitores/as a entenderem qual é a forma de analisar a realidade que aqui é adotada, a seguir serão apresentados alguns pressupostos e categorias do Materialismo Histórico Dialético que foram o alicerce teórico-metodológico deste trabalho e que, por conseguinte, foram fundamentais para a análise do nosso objeto.

Friedrich Engels e Karl Marx, em especial este último, são os dois fundadores e principais referências do Materialismo Histórico Dialético (MHD). Esta corrente de pensamento inaugurada por estes dois grandes teóricos e revolucionários é, ao mesmo tempo, uma potente perspectiva teórica e também uma ferramenta metodológica de análise e compreensão da realidade – é justamente por isso que nos referimos, aqui, ao MHD como a nossa **orientação teórico-metodológica (OTM)**. Para Netto (2011, p. 55), esta íntima conexão entre teoria e método

> Impede uma abordagem que, na obra de Marx, autonomize o método em face da teoria: não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, ao analisar o método sem a necessária referência e, igualmente, a teoria social de Marx torna-se ininteligível sem a consideração de seu método.

Uma das maneiras de se identificar que a teoria social e o método estão imbrincadas no MHD é que Marx e Engels não escreveram obras específicas para tratar do método. Na produção destes autores são encontradas poucas páginas que tratam da questão específica do método (HUNGARO, 2014). Assim, para tratar de categorias metodológicas e elementos do MHD que nos orientaram no presente estudo, além de nos debruçarmos sobre algumas obras específicas destes dois autores, também é necessário contar com as significativas contribuições de teóricos marxistas, tais como Netto (2011), Kosik (1976), Hungaro (2014) e Cury (2000).

Começaremos nossa empreitada pela *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007). Esta obra serviu como uma forma de os autores acertarem as contas com suas trajetórias intelectuais e com suas principais referências teóricas – Feuerbach e Hegel (HUNGARO, 2014). Ao abordar a concepção materialista de Feuerbach, os autores apontam que este ainda está preso na teoria, não levando em consideração as relações sociais e humanas como determinantes.

> É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas "puros" a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também "objeto sensível"; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como "objeto sensível", e não como "atividade sensível" – pois se detém ainda no plano da teoria –, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração "o homem" e não vai além de reconhecer no plano sentimental o "homem real, individual e corporal", isto é, não conhece quaisquer outras "relações humanas" "do homem com o homem" que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas (MARX; ENGELS, 2007, p. 32).

Como demonstra a passagem acima, a concepção materialista, para estes autores, não se resume a se referir teoricamente à matéria. Tampouco, para eles, a realidade é produto da

ação individual "do homem" (sensível) e da mulher[4]. Para Marx e Engels (2007), os homens e as mulheres são resultado das suas relações sociais que, por sua vez, são produto da forma com que os homens e mulheres produzem as suas vidas.

Assim, da mesma maneira que os autores criticaram[5] em Feuerbach a forma que este compreende a realidade, eles também combatem a perspectiva idealista dos jovens hegelianos – os quais defendiam que as relações materiais que os seres humanos se defrontam são resultado de sua consciência. Diferentemente do modo com que os idealistas interpretam como se dá a realidade, para Marx e Engels (2007, p. 93), "a produção das ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real".

Seguindo este raciocínio, Marx e Engels (2007) afirmam que as classes que conseguem dominar os meios de produção de seu tempo – do momento histórico que vivem – são as mesmas que conseguirão produzir as ideias dominantes daquele período histórico. E, é dessa forma que os ideólogos da burguesia conseguem fazer com que as demais classes vejam o mundo à sua maneira.

> Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu próprio processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.
> Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir do seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

A analogia feita pelos autores do efeito óptico que se dá na retina como forma similar à que a ideologia faz com que as pessoas vejam o mundo "de cabeça para baixo", está diretamente ligada à crítica da perspectiva idealista de compreender como se dá a realidade –

---

[4] Marx e Engels, mesmo sendo brilhantes pensadores e lutadores das causas sociais, ainda assim, eram homens de seu tempo. Um exemplo disso é que sempre que os autores se referiam à humanidade de forma genérica utilizavam como sinônimo a expressão "o homem". No entanto, tomando principalmente como referência as lutas travadas pelo movimento feminista, partimos do entendimento que o gênero gramatical masculino não dá conta de representar sozinho, mesmo que de forma genérica, as peculiaridades de homens e mulheres no mundo. Por isso, sempre que neste trabalho for preciso apresentar um argumento que compreenda a humanidade de forma genérica, iremos nos referir aos dois gêneros e também utilizaremos os termos "homens e mulheres".

[5] Para Netto (2011, p 18, grifos do autor), a perspectiva crítica em Marx nada tem a ver com um entendimento vulgar sobre crítica. De acordo com o autor, "a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais".

ou seja, a ideologia, que é a forma pela qual a burguesia entende a realidade, é também uma perspectiva idealista. Quando Marx e Engels apontam que os idealistas descem "do céu à terra" – "de cima para baixo" e, portanto, de maneira invertida, "de cabeça para baixo" – eles também estão fazendo uma crítica à defesa dos idealistas, segundo os quais é "a consciência que determina a vida". Assim, compreender a realidade na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético – ou seja, de maneira não ideológica, não idealista – é analisá-la (partindo) da vida material para a consciência, "da terra ao céu", de "baixo para cima" – é "enxergar" a realidade de maneira não invertida.

O que Marx e Engels (2007) estão afirmando é que a consciência, as ideias, os conceitos, a forma como entendemos o mundo, é resultado da maneira como produzimos nossa vida. Isso significa dizer que, como apontado no fragmento anterior, tanto as ideias, como as coisas, não são autônomas, não são independentes e não se bastam sozinhas – como a ideologia, na perspectiva destes autores, tenta deixar transparecer. Para eles o "mundo sensível" é "um produto histórico, **o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente**, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas" (MARX; ENGELS, p. 30, grifo nosso).

Assim, diante do que foi discutido até aqui, podemos destacar que Marx e Engels (2007) nos mostram n'**A Ideologia Alemã** três pontos que são basilares para a compreensão de sua teoria e, portanto, que também nos serviram como aporte para compreender a realidade e analisar o nosso objeto. **Primeiro**: esta é uma teoria **materialista**, não porque, simplesmente, os autores têm Feuerbach como referência. O **materialismo** que Marx e Engels (2007) reivindicam prova empiricamente que, tanto a realidade social, quanto os homens e mulheres e também as suas consciências – ideias e representações – são resultado das condições materiais de existência, da forma como estes produzem suas vidas e, portanto, da maneira como se relacionam.

Em outras palavras, isso quer dizer também que não se pode afirmar que determinada circunstância social – como, por exemplo, o fascismo, a ditadura brasileira e até a produção de uma política pública, como um Plano Municipal de Educação – tenha sido resultado de alguma corrente de pensamento específica, ou da ação individual de algumas pessoas. Muito pelo contrário. O que o materialismo defendido por Marx e Engels nos aponta é que, longe de ser resultado da ideologia ou da ação individual, os fenômenos sociais são produtos das

relações materiais que, por sua vez, carregam sob "seus ombros" o acúmulo histórico das relações e gerações que as precederam.

É justamente neste sentido que **o segundo ponto** a ser destacado é a **historicidade**. A **história**, aqui, é protagonista, **ela** não aparece como algo meramente figurativo, amorfo. No **Materialismo Histórico** os fenômenos sociais são resultado da ação humana acumulada historicamente. Ao discutir a produção em seu período, Marx (2011, p. 41) ressalta que "nenhuma produção é possível sem o trabalho passado, acumulado, mesmo sendo esse trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido". Ou seja, os fenômenos trazem consigo, são constituídos, por **determinantes**, condicionantes históricos resultado da ação humana de intervenção no mundo.

Assim, dizer que os fenômenos e, por conseguinte, as ideias, são historicamente condicionados é rejeitar a afirmação (ideológica) de que as desigualdades de ordem social, étnica e de gênero **são naturais**; é rejeitar, por exemplo, a hipótese de que um movimento – como o Escola sem Partido – seja autônomo, independente e neutro, sem interesses políticos e influências; é rejeitar que um determinado fenômeno – como, por exemplo, a aprovação de um Plano Municipal de Educação – se deu de forma autônoma, sem a interferência de interesses e de fatores, **circunstâncias** que o determinaram. Nas palavras dos próprios autores, nesta concepção de história,

> Em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, **as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias**. Essa **soma de forças** de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real daquilo que os filósofos representam como "substância" e "essência do homem" (MARX; ENGELS, 2007, p. 43, grifo nosso).

Para os fundadores do MHD, a realidade está sempre em constante transformação, nunca estando pronta e acabada. Quando as pessoas, para produzir sua existência, se utilizam e modificam as condições que lhes foram herdadas das gerações anteriores, eles estão **negando dialeticamente** a realidade para transformá-la da forma que atenda seus interesses para sua sobrevivência e perpetuação.

A sobrevivência não é algo líquido e certo, que está dado. Assim, a produção da própria existência dos homens e mulheres está em constante processo, de forma contínua, ininterrupta, cotidiana. Dessa maneira, sendo a "vida que determina a consciência" (MARX;

ENGELS, 2007, p. 94), como já explicado anteriormente, esse **movimento dialético** do real também acontece numa "perspectiva espiritual", no pensamento. Este, inclusive é o movimento constante que proporciona à **práxis**: ação-reflexão-ação enquanto movimento contínuo.

Assim, chegamos ao **terceiro ponto** importante que é trazido **n'A Ideologia Alemã** e que gostaríamos de ressaltar. O Materialismo Histórico de Marx e Engels (2007) é **dialético**, não só porque os autores tomaram como referência a dialética de Hegel. O **Materialismo Histórico** também é **Dialético** porque Marx e Engels (2007, p. 94) defendem que a realidade está neste contínuo processo de transformação dialética e também porque eles invertem a dialética hegeliana – que toma como **ponto de partida** a consciência –, demonstrando que "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência".

Seguindo esta toada, após exemplificarmos alguns fundamentos do Materialismo Histórico Dialético, no intuito de ter um bom alicerce para analisar o nosso objeto, abordaremos agora os **Grundrisse**, uma obra de Marx (2011) em sua fase mais madura, onde "se encontram sintetizadas as bases do método que viabilizou a análise contida **n'O capital**" (NETTO, 2011, p. 19). Esta é uma obra das mais importantes – senão a mais importante – com relação à questão metodológica para o MHD. Neste livro, mais precisamente na conhecida "Introdução de 1857", em poucas páginas Marx "explica o caminho investigativo para se estabelecer a relação com o objeto investigado" (HUNGARO, 2014, p. 70).

Passemos a análise de um pequeno, mas denso, trecho onde estão pistas valiosas sobre o método investigativo em Marx (2011, p. 54, grifo nosso):

> Se considerarmos **um dado país de um ponto de vista político-econômico**, começamos pela sua população, sua divisão de classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.
> Parece ser correto **começarmos pelo real e pelo concreto**, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, **começarmos pela população**, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia, **se desconheço os elementos nos quais se baseiam**. P. ex. trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex. não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; **do concreto repensado a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que estivesse chegado às determinações mais simples**. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica do todo, mas como **uma rica totalidade de muitas determinações e relações**.

A primeira coisa a ser observada é justamente que o ponto de partida sempre é a realidade material, o concreto, algo que está no "mundo sensível". Quando o autor fala que ter a população como "ponto de partida" "se mostra falso", ele está se referindo a tomar apenas a **aparência** da população como ponto de partida, deixando de fora seus **determinantes** – como, por exemplo, "as classes das quais é constituída". Porém, as classes, segundo Marx (2011), se analisadas também pela aparência, aparecem como algo vazio se não forem observadas as suas partes constitutivas.

Na sequência, o autor mostra que cada "unidade" que ele apresenta para ser analisada – como as classes – é composta por outras "unidades" que a constituem e dão vida. Vale lembrar que, no fragmento citado, a primeira coisa que Marx (2011, p. 54) apresentou como **um todo** a ser analisado foi "um dado país de um ponto de vista político econômico" e ele também o decompôs em outras unidades. Mesmo assim, cada unidade desta, como a população, também se apresentou como **um todo** que, por sua vez, também foi decomposto em outras unidades que os constituem, que **determinam** as suas existências. "Esta decomposição do todo, que é o elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, sem decomposição não há conhecimento" (KOSIK, 1976, p. 18).

Então, quando Marx (2011, p. 54) nos diz que a população, no começo da análise, é "uma representação caótica do todo", ele está dizendo (primeiro) que ela, a população, é uma representação caótica de si mesma enquanto o **todo** que existe através de várias partes que a determinam; e (segundo), que a população é "uma representação caótica do todo" que ela é parte integrante – vale lembrar que o todo que a população faz parte é "um dado país de um ponto de vista político econômico". Ou seja, mesmo dentro da sua singularidade, a população constitui, faz parte, representa um dado país.

A partir daí, Marx (2011) nos mostra que é através de um aprofundamento teórico e da análise sobre este objeto – nesse caso, a população – que se chega a encontrar e compreender "às determinações mais simples" que constituem o mesmo. E, após realizado esse percurso metodológico (que ainda não terminou), se retorna ao objeto, compreendo que ele é **uma totalidade**, um **todo** que, ao mesmo tempo que é constituído, é também **determinado** por **outros todos** que ele se relaciona – ou, repetindo as palavras do próprio autor, "uma rica totalidade de muitas determinações e relações" (MARX, 2011, p. 54).

É importante destacar que na acepção marxiana determinantes, ou determinações, não devem ser confundidos como expressão de determinismo. Determinantes são outras totalidades que determinam, influenciam, condicionam o objeto, fazem parte deste em sua

realidade concreta. Hungaro (2014, p. 71), explica que "investigar, para Marx, é buscar essas determinações do objeto. O conhecimento do objeto é tanto maior quanto maiores forem as determinações encontradas".

Traremos um exemplo do próprio Marx (2011) na citação anterior sobre como um objeto se constitui a partir de sua conexão com outros fenômenos que acabam fazendo parte dele e o condicionando – o determinando. Para estudar um país de um ponto de vista econômico é necessário que levemos em consideração algumas partes constitutivas deste que o condicionam, que o determinam: sua população, sua divisão de classes, a cidade, etc. Aprofundando a investigação, para entendermos melhor um desses traços constitutivos, a população, esta é uma abstração se não consideramos as classes. Para estudar as classes, por sua vez, deve-se levar em consideração o trabalho assalariado, o capital... e assim por diante. Ou seja, os objetos estudados são determinados – são resultados da sua relação com outros fenômenos.

Essa relação de mediação, de conexão entre as totalidades, faz com que, por um lado, cada totalidade esteja sempre aberta – se conectando e fazendo parte de outras totalidades – e, por outro lado, "cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação aos outros fenômenos" (CURY, 2000, p. 36).

Dessa maneira, feito esse percurso de investigação – de começar pelo concreto, se utilizar do recurso da abstração e, através de um aprofundamento teórico, encontrar os determinantes, e depois retornar ao concreto – podemos falar após esse caminho de volta que o objeto é uma "totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar" (MARX, 2011, p. 55).

De forma elucidativa, Netto (2011, p. 56, grifo do autor) nos ajuda a compreender melhor sobre **a totalidade**, esta categoria que é imprescindível para a análise teórica e metodológica da realidade. De acordo com o autor, a totalidade,

> É uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é "simples" – o que as distingue é o seu grau de complexidade (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukacsiana, a realidade da sociedade da sociedade burguesa pode ser apreendida como *um complexo constituído por complexos*).

Assim, fica denotado que totalidade é, não só, cada **objeto** que está sendo analisado, mas também as partes – as determinações – que o constituem, bem como o todo que o objeto integra. E, a partir da totalidade, podemos depreender uma outra categoria que é parte fundamental do MHD: **a contradição**. Partindo da totalidade, a contradição pode ser

observada, em dois momentos que estão imbrincados: na contradição aparência/essência; e no processo dialético de transformação do real.

Quando analisamos o fenômeno apenas sua superficialidade, na sua aparência, sem conhecer os elementos que o constituem, suas determinações, este mundo da aparência fenomênica é chamado por Kosik (1976, p. 15) de pseudoconcreticidade.

> O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é.

A contribuição acima de Kosik (1976) nos ajuda a entender melhor o percurso de análise do objeto descrito por Marx (2011), quando este alerta que, em outras palavras, a aparência do fenômeno engana e que não se deve analisá-lo sem levar em consideração as suas determinações. No fragmento descrito de Marx (2011), à luz da contribuição de Kosik (1976), pode-se compreender que a pseudoconcreticidade é **contraditória**, pois a essência faz parte do fenômeno, mas ele, contraditoriamente, a esconde; a essência está lá, mas aparece só parcial ou inadequadamente.

Desse modo, o fenômeno existe graças à contradição que lhe é inerente, graças às determinações que lhe dão vida enquanto totalidade, mas que são contraditórias a este quando se manifestam como diferentes dele. Portanto, as determinações, mesmo constituindo o objeto, o contradizem ao manifestarem que são outras totalidades, que tem suas singularidades, e que são, cada uma, diferentes na aparência e na essência do objeto ora analisado.

A realidade, na concepção de Kosik (1976, p. 16), "é a unidade do fenômeno e da essência". Tanto o mundo sensível como o reflexo dele na mente humana estão em constante devir – ou seja, não são imutáveis, nunca estão prontos e acabados, sempre estão se transformando. E, ao constatar que a realidade, a aparência e essência de um dado objeto, são dinâmicas, estando sempre em processo – negando a si mesmas para se modificar e serem diferente do que eram –, constatamos também que a contradição está presente em todo esse movimento.

Em outras palavras, a contradição, enquanto força motriz da dialética, como negação do que está posto para que o mesmo possa se transformar, é, não só uma importante chave de leitura do MHD para a compreensão dos fenômenos, como também é uma parte constitutiva da realidade para que esta não permaneça estática, amorfa. Dito de outra maneira, "a

contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade" (CURY, 2000, 30).

Dessa maneira, entendemos que traçamos aqui as bases teórico-metodológicas que serviram de aporte para analisar o nosso objeto. Para falar das categorias metodológicas e pressupostos do MHD que utilizamos neste trabalho – como a **historicidade**, a **totalidade**, a **contradição** e as **determinações** – foi necessário nos remeter à teoria que tem Marx e Engels como principais referências – até porque, como dito no começo do capítulo, teoria e método não estão dissociadas no Materialismo Histórico e Dialético.

Somado a estes dois indissociáveis elementos abordados no começo deste capítulo – teoria e método – o Materialismo Histórico Dialético também é uma perspectiva revolucionária de transformação da realidade. Para Marx e Engels (2007, p. 30), "isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e transformar praticamente o estado das coisas por ele encontrado". Ou seja, tendo o MHD como orientação teórico-metodológica o/a pesquisador/a busca não só apreender o movimento real do fenômeno, mas também proporcionar que a sua pesquisa, após concluída, sirva como instrumento de intervenção na realidade concreta, como possibilidade de superação do *status quo*. E, a este propósito revolucionário a presente pesquisa se propõe a ser instrumento.

Nesse sentido, entendemos que foi imprescindível ter o MHD como orientação teórico-metodológica na investigação sobre a influência das pautas capitalizadas do Escola sem Partido no processo de atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA, pois este movimento – que influenciou na formulação do Plano Nacional de Educação e de Planos Estaduais e Municipais pelo país – se apresenta em sua aparência como independente e neutro, escondendo, enquanto **totalidade** que é, a sua essência e as **determinações** que o constituem.

Assim, a nossa busca investigativa se seguiu no sentido de desvendar essa **contradição** entre o que apresenta ser, a sua aparência, e a sua essência, o que realmente *é* – ou melhor, o que realmente **está**. Pois, tanto o Escola sem Partido, quanto o Plano Municipal de Educação e as demais totalidades a que eles se conectam – neste mundo do devir onde a contradição impera – nunca serão autônomos, independentes e neutros, como também nunca estarão prontos e acabados.

2.2 *LOCUS* DA PESQUISA

O local específico que a pesquisa foi desenvolvida, onde analisamos a influência das pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Educação, é o município de Itapetinga. Este município é a sede do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, Território este que está contido na região sudoeste do estado. O Governo do Estado da Bahia, através do Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, apresenta como Território de Identidade o agrupamento de municípios situados em uma região comum, sendo constituído por critérios econômicos, sociais, históricos, culturais, dentre outros, ligados à localidade que pertencem (BAHIA, 2010).

De acordo com um estudo realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (BAHIA, 2015), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Governo Estadual, e publicado em 2015 – mesmo ano que aconteceu a atualização do Plano Municipal de Educação em Itapetinga – o referido território é composto por 13 municípios – sendo eles Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória. Com relação ao aspecto socioeconômico, a pesquisa da SEI aponta que, no Médio Sudoeste, Itapetinga é o município de maior destaque na região, com 27% da população territorial, cerca de 68 mil habitantes; na geração do seu produto interno bruto, tem o maior equilíbrio na distribuição de serviços, sendo 36,3% na indústria (boa parte deste percentual está na indústria calçadista), 61,3% em serviços e 2,3% na agropecuária; concentra a maior parte da riqueza gerada no território (44,1%); é o município com maior valor relativo de receita própria no território (14%), com relação à independência de verbas federais; o grau de urbanização do município é de 97,1%, ficando acima do grau de urbanização do território de identidade (78,8%) e do estado (72,1%); e, em relação à ocupação, tem a maior porcentagem no território (33,%).

Ainda de acordo com o estudo do SEI com relação ao cenário educacional no Médio Sudoeste, Itapetinga registrou 14,7% de pessoas analfabetas acima de 15 anos, sendo o único município do Território de Identidade em que este número ficou abaixo dos 20%; e, com relação à taxa de frequência escolar bruta, entre as crianças de 4 a 5 anos, o município atingiu 83,9 %, entre 6 e 14 anos atingiu 96, 8% e entre 15 e 17 anos atingiu 78,6% de frequência.

De acordo com o IBGE[6], o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB de 2017, da nota de estudantes da rede pública do município nos anos iniciais

[6] Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itapetinga/panorama >. Acesso em: 21 jun. 2021.

do ensino fundamental foi 4,5 (ocupando a 2ª posição na região geográfica imediata, posição de nº 198 no estado e de nº 4.409 no país); e, no anos finais do ensino fundamental, a nota foi 3,6 (1ª posição no Território, 123ª do estado e 4.354ª posição no país). Vale lembrar que um dos discursos entoados por defensores/as do ESP, justamente para justificar a sua defesa de censura de professores, é a acusação equivocada de que os problemas enfrentados pela educação no país são fruto da ação dos docentes que, ao invés de ministrarem aulas, estão preocupados em doutrinar os/as estudantes (PENNA, 2018). Ou seja, além de mal remunerada, de trabalhar em condições que geralmente não são boas, com a carga excessiva de trabalho, dentre outros problemas, por conta desta infundada e falsa acusação de defensores/as do movimento, a categoria docente ainda é responsabilizada pelo desempenho estudantil nos exames de larga escala.

O PME de Itapetinga/BA (ITAPETINGA, 2015), que ficará em vigência até o ano de 2025, possui metas, estratégias e diretrizes que contemplam todos os níveis e modalidade da de educação. O site do censo escolar do Governo do Estado[7] aponta que a cidade possui 64 instituições de ensino, onde são ofertados os diferentes níveis – com exceção do Ensino Superior, pois o site não apresenta dados deste nível – e modalidades. Com relação ao Ensino Superior, o município possui um campus de uma instituição pública que oferta o ensino presencial, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, uma instituição pública que oferece o ensino na modalidade de Ensino a Distância (EAD), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), e três polos de instituições particulares que ofertam o ensino na modalidade EAD, a Unopar, a Unicesumar e a EAD Laureate.

Em relação ao perfil político e religioso do município – dois elementos que são bastante presentes no ESP e, segundo relatos de sites locais[8], foram decisivos no processo de atualização do PME – as duas religiões com maior número de adeptos que se autodeclararam ao IBGE[9] são os fiéis da religião Católica Apostólica Romana (36.752 pessoas) e os fiéis das Igrejas Evangélicas (18.601 pessoas). Além disso, Itapetinga possui uma forte influência da moral evangélica desde os seus primórdios e uma das provas disso, como pontuou Moreira (2016), é que na praça principal do comércio existe uma Igreja Batista[10]. Em seu estudo sobre

[7] Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjM3NzJjNjYtZWZhMy00NjY3LWIyMTctZDE3MmU2MDQzMGE4IiwidCI6IjRjZDgzNWY0LTU0NDAtNDA4Zi05M2EzLTk3NWZjMTdjMzg0YSIsImMiOjR9>. Acesso em: 21 jun. 2021.
[8] Disponível em: < https://www.blogdotarugao.com.br/v1/category/fe/page/4/ >. Acesso em: 21 jun 2021.
[9] Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itapetinga >. Acesso em: 21 jun 2021.
[10] Ao menos no estado da Bahia, as cidades do interior, em sua maioria, tem em sua praça principal uma igreja Católica – o que denota a grande influência desta religião nos municípios ao longo do tempo.

a religião Cristã Batista em Itapetinga, a autora identifica como relevante no município um imaginário branco, cristão e ligado aos fazendeiros.

Por mais que economicamente a agropecuária não seja a maior responsável pelas receitas do município, a influência dos fazendeiros pecuaristas é percebida pelos munícipes, não só no imaginário, mas em diferentes espaços da cidade. Um desses espaços, que fica bem no centro da cidade, onde está localizada a Prefeitura Municipal, é a Praça Dairy Walley. Também conhecida como "Praça do Boi", o local contém estátuas de bovinos como forma de simbolizar a importância que a pecuária e os pecuaristas têm no município. Inclusive, a pecuária já foi tão forte na economia de Itapetinga, que há alguns anos atrás o município foi considerado como a "capital da pecuária baiana".

No cenário político, desde a sua emancipação – que ocorreu há cerca de 70 anos – o município só foi governado por partidos de esquerda uma única vez, quando José Carlos Moura, então filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), governou por dois mandatos seguidos (2009-2012 e 2013-2016). E, foi justamente durante na gestão de José Carlos Moura que o PME ora estudado foi aprovado. Cabe salientar que para a esquerda ganhar o seu primeiro e único período à frente do município teve que apresentar como candidato um pecuarista e recém egresso do Partido Democratas – antigo Partido da Frente Liberal (PFL) – , que foi o caso do referido prefeito.

Após a saída de José Carlos Moura do poder, Rodrigo Hagge, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ganhou as duas eleições subsequentes e, na eleição de 2018, dos 417 municípios, Itapetinga foi um dos únicos quatro que o atual presidente, Jair Bolsonaro, teve a maioria dos votos[11]. Diante do exposto e levando em consideração o acúmulo histórico de Itapetinga/BA que foi brevemente ressaltado aqui, nota-se que o município é de corte conservador e tem um perfil que está mais voltado para o campo político da direita.

Feita esta caracterização do cenário socioeconômico, educacional, político e religioso de Itapetinga/BA, que é o *locus* da pesquisa – aspectos estes que estão diretamente relacionados com o modo com que as pessoas produzem suas vidas no município e que, por isso, estão relacionados em alguma medida com o processo de atualização do PME na cidade – passemos a discussão dos procedimentos metodológicos e caminhos adotados.

[11] Disponível em: < https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/noticia/2018/10/29/presidente-eleito-jair-bolsonaro-venceu-em-4-dos-417-municipios-da-ba-haddad-ficou-com-7269-dos-votos-no-estado.ghtml >. Acesso em: 21 jun 2021.

2.3 CAMINHOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Apesar de tentar se apresentar como neutro e, portanto, autônomo, o Escola sem Partido, movimento este que influenciou o nosso objeto de estudo, é atravessado por uma série de determinantes. Ou seja, este movimento reacionário, assim como o Plano Municipal de Educação, além de serem, cada um, uma totalidade em si, fazem parte de uma totalidade maior, resultado de uma série de condicionantes históricos que, por sua vez, para além de estarem inseridos, são influenciados, pelo modo de produção capitalista em seu estado atual.

A partir deste entendimento, esta pesquisa adotou o Materialismo Histórico e Dialético como orientação teórico-metodológica para tentar apreender o objeto, para além de sua aparência fenomênica, tal qual como ele é. Rodríguez (2014) ressalta a importância do Materialismo Histórico e Dialético para a compreensão da realidade e destaca três momentos da pesquisa que estão imbricados e que também orientaram este trabalho científico:

> i) A pesquisa inicia-se a partir de uma exaustiva análise crítica do produzido a respeito do objeto estudado [...]. O referencial teórico adotado propiciará as primeiras aproximações de caráter teóricas para escolher o caminho mais adequado para a construção do conhecimento científico.
> ii) Em um segundo momento, o investigador entra em contato com o objeto e suas relações com o meio no qual está inserido, isto é, as múltiplas determinações de índole social, política e econômica. Trata-se mais de um procedimento de índole metodológica que de uma questão de caráter conceitual, dado que se procura apreender o concreto real [...].
> iii) [...] O pesquisador não é um mero observador, que desvenda o real. Ele corresponde a um ser político que se compromete com a ciência e com a sociedade e contribui com a sua mudança (RODRÍGUEZ, 2014, p. 148).

Como é de praxe, a pesquisa foi desenvolvida buscando alcançar os objetivos específicos, no intuito de atingir o objetivo geral e responder ao problema da pesquisa. Seguindo essa linha, o primeiro e o segundo objetivo específico – elencados na introdução[12] deste trabalho –, que estão relacionados com o primeiro ponto trazido por Rodríguez (2014), se referem a uma investigação teórica sobre o ESP e o PME. Isto possibilitou identificar determinantes que condicionaram o objeto, principalmente ao analisar como este se apresentava na sua essência – ou seja, para além da realidade empírica observada.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a pesquisa bibliográfica é feita com obras relacionadas ao tema estudado, como livros, artigos publicados em periódicos, enciclopédias etc, que são documentos domínio científico – ou seja, são forjados e aprovados pelo crivo da ciência. Por outro lado, os autores pontuam que a pesquisa documental, que é

[12] Ver páginas 20 e 21, na Introdução, onde estão elencados o problema da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos.

próxima da pesquisa bibliográfica, é feita com documentos que não passaram por tratamento analítico de cientistas – como filmes, gravações, revistas, matérias de divulgação, dentre outros. Desta maneira, os autores explicam que os documentos que não receberam tratamento científico, que "são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados" (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6), são considerados como fontes primárias. E, os documentos que são de domínio científico, que já foram trabalhados por estudiosos, são considerados como fontes secundárias, segundo os autores.

O ESP se comunicava muito pelo seu site, pelas redes sociais, e seus Projetos de Lei carregam consigo as intencionalidades do movimento. Da mesma forma, o PME – que se materializa através da Lei 1.275/2015 (ITAPETINGA, 2015), estando alinhado com a legislação federal, a Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014), do PNE – carrega as intencionalidades das pessoas e grupos que o aprovaram. Sendo, tanto a Lei do PME, como os PL's do ESP, seu site e redes sociais com materiais relacionados ao movimento, documentos que ainda não receberam o tratamento científico, estes foram as fontes primárias na pesquisa documental que adotada como instrumento na análise dos referidos materiais. E, os materiais que receberam tratamento científico, tais como os livros e artigos, utilizados no levantamento teórico para a investigação e conhecimento aprofundado do nosso objeto foram as fontes secundárias da presente pesquisa.

A utilização dos procedimentos metodológicos da pesquisa documental e bibliográfica – que serviram de aporte na efetivação não só do terceiro, mas de todos os objetivos específicos da pesquisa – tendo o MHD como OTM da presente pesquisa, se apoiou na compreensão de Netto (2011, p. 25-26) quando este aponta que "os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc".

A atualização do PME de Itapetinga faz parte de um conjunto de políticas públicas em âmbito nacional. O PNE aponta que os municípios e estados deverão formular ou atualizar seus respectivos planos educacionais e que estes deverão ser alinhados ao Plano Nacional em suas diretrizes, metas e estratégias que versam sobre diversos problemas e desafios a serem vencidos no cenário educacional do país. E, como o ESP conseguiu retirar das diretrizes do Plano Nacional de Educação o trecho que versava sobre a superação das desigualdades educacionais relacionadas às questões de gênero e de orientação sexual (LACERDA, 2019), existe a possibilidade real de o ESP e suas pautas também terem influenciado na formulação de planos municipais e estaduais de educação (MANHAS, 2016).

Marx (2011), ao discutir a questão da produção material, nos mostra que os fenômenos de forma isolada são apenas abstrações – sejam eles se analisados de maneira geral (universal), ou da maneira isolada (particular/singular).

> A **produção em geral** é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse **Universal**, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. [...]
> Se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal. A produção é sempre um ramo **particular** da produção – por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura, etc. – ou uma **totalidade** (MARX, 2011, p. 41, grifo nosso).

Assim, os fenômenos devem ser analisados como totalidade que são, através de seus determinantes. Estes – que também são totalidades –, dentre outras coisas, mediam as totalidades particulares às totalidades maiores, universais, as quais, no caso da produção analisado por Marx (2011, p. 41), se tratam de "um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção".

Tomando como guia na investigação os ensinamentos metodológicos passados por Marx (2011), compreendemos que, aqui, o Plano Nacional de Educação, se trata da expressão **universal** desse conjunto de políticas públicas – por este ter um alcance nacional, geral, mas que para ser efetivado precisa da criação ou atualização de planos estaduais e municipais (expressões **particulares**) alinhados a ele e também se empenhando para cumprir suas metas. Desse modo, cada um dos planos dos demais entes federados são **singulares**, pois não são idênticos, foram criados ou atualizados devendo estar alinhados ao PNE, mas também buscando atender demandas locais – ou seja, foram forjados em contextos específicos, relacionados à questões e disputas locais. E, a atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA, foco de análise nesta pesquisa, é a manifestação **singular** da mediação entre a expressão **particular** – Plano Municipal de Educação – e a expressão **universal** – o Plano Nacional de Educação.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas[13] durante o ano de 2021 com pessoas – tanto ligadas ao Poder Executivo, quanto do Poder Legislativo e também de representantes da sociedade civil – que participaram ativamente, desde a formulação até a aprovação do Plano Municipal de Educação, ocupando espaços estratégicos neste processo. Como uma das formas adotadas nesta pesquisa para preservar da identidade das/os participantes por conta dos cuidados éticos com a pesquisa, na análise das entrevistas – que é realizada na quinta seção – todas/os entrevistadas/os foram identificados/as com pertencentes ao gênero feminino. Dito isso, informamos que foram entrevistadas duas representantes do

[13] O roteiro das entrevistas se encontra no Apêndice A deste trabalho.

Poder Executivo municipal; duas representantes do Poder Legislativo[14]; e quatro representantes da sociedade civil, sendo duas pessoas a favor da proposta do PME apresentado pela Secretaria de Educação – ou seja, que eram a favor do Plano com a manutenção dos termos gênero, orientação sexual e transversalidade – e duas pessoas contra a manutenção dos termos gênero, orientação sexual e transversalidade no PME proposto pelo Executivo – exigindo que fossem retirados tais termos com a alegação que a manutenção destes era uma forma de "implementar a ideologia de gênero na educação municipal".

É importante destacar que foram procuradas mais quatro pessoas que eram contra a manutenção dos termos gênero, orientação sexual e transversalidade no PME de Itapetinga/BA, mas estas se recusaram participar da pesquisa mesmo sabendo dos cuidados que tomaríamos com relação a não exposição das mesmas. Entendemos como importante ouvir estas pessoas e seus posicionamentos a respeito deste assunto para compreender quais são os motivos que as levaram a sustentar suas defesas. Porém, entendemos também que esta negativa também se traduz como um dado produzido – fato este que discutimos na seção onde foram analisadas as entrevistas.

No intuito de facilitar a identificação por parte dos/as leitoras/es sobre qual segmento[15] as entrevistadas fazem parte – e também visando a preservação da identidade das participantes, estas foram nominadas da seguinte maneira:

- As representantes do Poder **E**xecutivo são os nomes iniciados com a letra "**E**": Eide e Eunice;
- As representantes do Poder **L**egislativo são os nomes iniciados com a letra "**L**": Lara e Leonice;
- As representantes da Sociedade Civil a favor do **P**lano com os termos gênero e orientação sexual são os nomes iniciados com a letra "**P**": Penélope e Pugliesi;
- As representantes da Sociedade Civil **c**ontra o Plano com os termos gênero e orientação sexual são os nomes iniciados com a letra "**C**": Cintia e Cassia;

A entrevista semiestruturada é um instrumento de pesquisa constituído por perguntas que foram previamente formuladas e que estão relacionadas com o tema, mas que, de acordo o transcorrer das respostas, o entrevistador pode identificar algum ponto importante a ser

[14] Ambas vereadoras entrevistadas da legislatura que aprovou o PME de Itapetinga/BA eram integrantes da Comissão de Educação da Câmara, instância composta ao todo por três vereadoras/es que recebeu do Poder Executivo a proposta de atualização do PME e foi responsável por analisá-la, transformá-la em projeto de lei e apresentá-la ao plenário da Câmara para discussão e votação.

[15] Se é representante do Poder Executivo ou do Legislativo; ou se fazem parte das representantes da sociedade que são a favor do Plano do jeito que foi apresentado ou se são a favor da retirada dos termos gênero e orientação sexual.

melhor investigado e levantar outros questionamentos, intercalando-os aos que já estavam elencados. No MHD, é o objeto que nos revela a sua essência no processo de investigação (NETTO, 2011). Dessa maneira, este instrumento é importante na nossa OTM pois nos auxiliou a desnudar pontos que estavam pouco evidentes ou que não haviam sido identificados até o momento da entrevista.

Dito isso, o referido recurso foi utilizado no intuito de que os/as entrevistados/as pudessem trazer informações sobre a realidade vivenciada, através de questões norteadoras que foram colocadas, tendo a possiblidade de responder outras perguntas que pudessem trazer importantes contribuições, para além das que já tinham sido formuladas (MINAYO, 2009). E, a análise das entrevistas foi feita com base na relação das falas dos/as entrevistados/as com as categorias metodológicas trabalhadas na pesquisa, como também a categoria de conteúdo que identificada no objeto.

As categorias metodológicas são os conceitos pertencentes na teoria do Materialismo Histórico e Dialético e que são fundamentais para a compreensão e análise do objeto e da realidade (RODRÍGUEZ, 2014). Estas categorias foram elencadas no tópico "2.1" da presente seção. São elas: a historicidade, a totalidade, a contradição e as determinações. Já as categorias de conteúdo, estas são as unidades de análise encontradas no próprio objeto, identificadas a partir de uma análise acurada deste (RODRÍGUEZ, 2014). As categorias encontradas no Escola sem Partido são as determinações do movimento discutidas na seção 4: crise, fascismo, tecnicismo e precarização do trabalho docente. "Ideologia de gênero" também é elencada como categoria de conteúdo, pois aparece de forma recorrente e destacada nas entrevistas e sites locais[16] que acompanharam o processo de discussões com a comunidade para a atualização do Plano.

Atentando aos cuidados com as questões éticas relacionadas às pesquisas científicas que envolvem seres humanos, foi entregue aos/as participantes da pesquisa uma cópia do Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE)[17] aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, conforme o Parecer Final nº 4.685.107, de 01 de maio de 2021[18]. O TCLE explicita os objetivos e os procedimentos da pesquisa e garante a preservação da identidade dos participantes e do cargo ou movimento que fizeram parte em 2015, no processo de atualização do Plano, como também a possibilidade de

[16] Disponível em: < https://www.blogdotarugao.com.br/v1/2015/06/10/plano-municipal-de-educacao-que-pode-conter-a-ideologia-de-genero-deixa-a-populacao-com-uma-pulga-atras-da-orelha/ >. Acesso em: 20 jun. 2021.
[17] O Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) está no Apêndice B.
[18] O Parecer Final aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) está no Anexo A deste trabalho.

desistência de participar da pesquisa no momento que desejarem. No momento da entrega do Termo estas questões foram devidamente explicadas, para que não pairassem dúvidas ou insegurança dos/as participantes sobre nosso compromisso ético na pesquisa. Assim, o documento foi assinado, confirmando a autorização do/a entrevistado/a para que a entrevista pudesse ser efetivada.

Além disso, as entrevistas foram realizadas em local reservado, conforme a disponibilidade dos/as entrevistados/as, para evitar possíveis desconfortos e a exposição dos/as mesmos/as. Também foram observadas medidas de prevenção ao contágio do novo coronavírus, como a utilização de máscara pelo pesquisador e pelo/a entrevistado/a e o distanciamento para evitar o contágio, além do cuidado na escolha de um local arejado para a realização das entrevistas.

Assim, através dos quatro objetivos específicos, buscamos apreender o movimento real do objeto enquanto totalidade e dentro da totalidade no qual ele está inserido. Desta forma, a pesquisa buscou compreender o objeto pesquisado não mais "como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações" (MARX, 2011, p. 54). Ou seja, foi buscada na pesquisa uma compreensão do objeto em sua relação dialética aparência/essência, desvendando as contradições que foram inerentes ao processo de atualização do PME e apontando como este fenômeno foi resultado da conexão com seus determinantes.

3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DE PAUTAS DO ESCOLA SEM PARTIDO NA FORMULAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

O mundo tem sido palco na última década de um crescente de movimentos de direita com tons conservadores e reacionários. Na América Latina isto pode ser observado, dentre outras coisas, nas recentes derrotas eleitorais de governos progressistas no Equador, Bolívia, no Chile, no Uruguai etc. Nesse cenário, os desdobramentos que aconteceram no Brasil ganharam contornos especiais.

A partir de 2013, quando a "marolinha[19]" começou a tomar forma de tsunami, uma série de movimentos liberais e reacionários ganhou projeção conseguindo influenciar o debate público com suas pautas – principalmente nas redes sociais – e promover passeatas. Esses movimentos ajudaram a criar a atmosfera perfeita para que pudesse acontecer o *impeachment* – ou melhor, o golpe jurídico-midiático-parlamentar – que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República em 2016. Um destes referidos movimentos foi o Escola sem Partido, que em 2014 ganhou visibilidade pública nacional ao pautar a exclusão de políticas de equidade de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE) – obtendo sucesso nessa empreitada (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017).

De acordo com Zan e Krawczyk (2018, p. 118), o Escola sem Partido lidera uma escalada de retrocessos educacionais e a intenção de movimentos como este é "mudar o nosso senso comum, alterando o significado das categorias mais básicas que empregamos para compreender o mundo social e educacional e o nosso lugar nele". Em 2015, o referido movimento reacionário criou uma associação que, além de fomentar a perseguição jurídica a docentes, conseguiu interferir no ENEM a favor de estudantes que manifestassem posicionamentos contrários aos Direitos Humanos em suas redações (ROSA, 2018). Na saga de proteger os/as estudantes e a sociedade contra uma suposta doutrinação feita pela esquerda nas instituições de ensino, além de disputar a formulação do PNE, o Escola sem Partido também disputou a formulação da BNCC e dos planos estaduais e municipais de educação Brasil afora (MANHAS, 2016) – políticas educacionais estas que interferem sobejamente na educação nacional.

Assim, como o artigo 8º do PNE (BRASIL, 2014) determina que os municípios e estados devam criar seus planos de educação e orientá-los a partir do Plano Nacional, existe à

[19] Referência à expressão utilizada em 2008, pelo então Presidente Lula, quando este falou a crise de 2008 seria uma "marolinha" no Brasil.

possibilidade real das pautas reacionárias do Escola sem Partido terem interferido no processo de aprovação das referidas políticas municipais.

Por conta disso, para ter ciência se já foram realizadas pesquisas com o mesmo objeto em nosso *locus*, o município de Itapetinga/BA, ou em outros lugares do país, a presente seção, que é resultado de uma pesquisa do tipo estado da arte, teve como objetivo central investigar a produção conhecimentos na área de educação com relação à influência de pautas do Escola Sem Partido na formulação, ou reestruturação de Planos Municipais de Educação. As fontes onde foram levantados os dados da pesquisa foram o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que faz parte do portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foram buscadas nos referidos portais eletrônicos as produções que estão concentradas na área de Educação e com o recorte temporal 2014-2020[20].

Como nos ensina Vosgerau e Romanowski (2014), o trabalho do tipo estado da arte visa trazer para a comunidade científica contribuições, tanto teóricas, como práticas, levantando o que está sendo pesquisado, identificando categorias encontradas pelos/as pesquisadores da área, estabelecendo nexos entre os trabalhos, entre o campo teórico e a realidade observada e também identificando possíveis lacunas e/ou outros procedimentos e caminhos a se percorrer em outras pesquisas relacionadas ao tema em estudo. Da mesma forma, identificar e aprofundar o conhecimento sobre um tema, que é o mesmo que foi pesquisa neste trabalho, foi uma boa maneira para saber se estávamos no caminho certo.

No tópico seguinte serão expostos os procedimentos e etapas desta pesquisa. Na sequência, serão discutidos quantitativa e qualitativamente os achados das produções selecionadas. Por fim, serão apresentadas considerações sobre as contribuições que foram encontradas.

3.1 PROCEDIMENTOS E ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa do estado da arte foi dividida em dois momentos distintos, os quais tiveram início a partir da busca de dissertações e teses encontradas através do banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). De início, não foram encontrados trabalhos com a utilização dos descritores: "escola sem

[20] A pesquisa foi realizada até o final do mês de janeiro/2021.

partido"[21] AND[22] "plano municipal de educação"; "escola sem partido" AND "planos municipais de educação" ; "escola sem partido" AND "plano nacional de educação".

Então, no primeiro momento, o intuito foi ampliar o conhecimento sobre o que já foi produzido sobre Escola Sem Partido. Nesse sentido, a primeira etapa foi buscar trabalhos através do descritor "Escola Sem Partido", com o recorte temporal 2014-2020 – totalizando 50 produções no banco de dados da CAPES e 648 produções no banco de dados do BDTD.

A partir daí, foi utilizado o filtro[23] para encontrar as pesquisas que pertencem à Educação como de Área de Conhecimento, sendo disponibilizados pelo site da CAPES 26 trabalhos e pela BDTD 49 trabalhos. A segunda etapa se deu através das leituras de todos os resumos, títulos e palavras-chave dos trabalhos encontrados, sendo selecionados 24 trabalhos pela CAPES e 02 trabalhos pela BDTD[24], que foram divididos em dois grupos: (1) os trabalhos que o Escola Sem Partido está contido, ou está relacionado diretamente com o objeto de estudo das pesquisas – 16 trabalhos no total; e (2) os trabalhos que o Escola Sem Partido aparece apenas de forma secundária na investigação, como contextualização do tema, por exemplo, – 10 trabalhos no total.

Os dados encontrados através das leituras foram tabulados em uma planilha do programa Excel e os trabalhos foram baixados e arquivados. A terceira etapa se caracterizou pela análise das informações contidas nas 10 pesquisas pertencentes ao segundo grupo (os trabalhos nos quais o Escola Sem Partido aparece apenas de forma secundária na pesquisa). As informações compiladas foram extraídas da leitura dos resumos, títulos e das palavras-chave.

Em seguida, na quarta etapa, foi feita a análise dos dados compilados das 16 pesquisas nas quais o Escola Sem Partido está contido, ou está relacionado diretamente com o objeto de estudo (ou seja, as pesquisas que fazem parte do primeiro grupo). Dois, dos 14 trabalhos encontrados pelo site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior,

---

[21] Na busca pelo portal que serviu de fonte, as aspas servem para que o site busque o termo que está entre os referidos sinais, com a mesma grafia que foi digitada pelo/a pesquisador/a. Dessa maneira, o portal busca o termo que é colocado entre aspas em três partes do trabalho divulgado pelas plataformas: no título, nos autores e no assunto (resumo e palavras-chave).

[22] AND: é um conectivo lógico, também conhecido como boleano, que ajuda ao/a pesquisador/a a procurar trabalhos que constam ambos os termos presentes entre cada uma das aspas. O site só mostra trabalhos em que os termos estão presentes na produção. O boleano deve ser utilizado sempre em caixa alta. Ex: "escola sem partido" AND "planos municipais de educação".

[23] Os filtros são recursos disponibilizados pelos portais de busca em questão, dando a possibilidade de delimitar melhor a pesquisa com relação ao objeto que está sendo estudado.

[24] Apesar de na busca feita no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações apresentar um número maior de trabalhos do que os resultados encontrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, algumas das produções já haviam sido selecionadas no portal digital da CAPES e outras sequer estavam relacionadas com o Escola sem Partido.

tiveram que ser procurados nos repositórios das universidades, pois não estavam disponíveis na referida plataforma digital.

Além da leitura dos títulos, dos resumos, e das palavras chaves destes 16 trabalhos, também foram lidas as introduções e as conclusões dos mesmos. Objetivo do aprofundamento das buscas nestas produções foi o de identificar, de uma melhor forma, sobre o que as pesquisas tratavam, qual a orientação teórico-metodológica, quais os procedimentos de investigação utilizados, quais as categorias[25] adotadas, bem como identificar os achados e resultados encontrados nestes estudos.

No segundo momento da pesquisa do estado da arte, o objetivo foi o de ampliar o conhecimento sobre os Planos Municipais de Educação e seu processo de formulação, ou reformulação, a partir do ano de 2014. Como já dito anteriormente, em 2014 foi aprovado o PNE e este determinou que estados e municípios formulassem seus respectivos planos de educação. Como também foi neste ano que o Escola sem Partido ganhou projeção nacional quando obteve sucesso em sua empreitada de tirar do PNE as políticas de equidade de gênero. Sendo assim, existe a possibilidade que este debate tenha sido travado nos processos de formulação/reformulação dos planos municipais de educação a partir deste período, podendo ter influenciado nas referidas leis que foram aprovadas.

Utilizando o recorte temporal de 2014 até 2020, na primeira etapa deste segundo momento foram utilizados na busca os seguintes descritores: "Plano Municipal de Educação" AND "formulação"; "Plano Municipal de Educação" AND "reformulação"; "Plano Municipal de Educação" AND "construção"; "Plano Municipal de Educação" AND "ideias conservadoras"; "Plano Municipal de Educação" AND "ideias reacionárias"; "Plano Municipal de Educação" AND "gênero"; "Plano Municipal de Educação" AND "família". As palavras "gênero", "família", "ideias conservadoras" e "ideias reacionárias" foram utilizadas como descritores, pois são termos recorrentes em trabalhos que se referem ao Escola sem Partido.

Através da leitura dos resumos, dos títulos e das palavras-chave das produções encontradas na BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram selecionados 12 trabalhos de interesse para a presente pesquisa, que também foram divididos em dois grupos: (1) os que pesquisaram especificamente sobre a influência do ideário conservador/reacionário no processo de formulação dos Planos Municipais de Educação; e,

[25] As categorias elencadas nesta seção que trata do estado da arte foram, tanto as que os próprios autores identificam com tal, como, no caso de não explicitação dos autores, os termos que aparecem como relevantes, identificados como centrais nas análises dos trabalhos ora estudados.

(2) as pesquisas que se dedicaram especificamente à construção e aprovação dos Planos Municipais de Educação e sobre a participação popular neste processo[26]. As informações encontradas nestes dois grupos foram tabuladas em planilha de Excel e os trabalhos foram baixados e arquivados. A terceira etapa deste segundo momento analisou os dados encontrados e tabulados sobre as pesquisas relacionadas ao processo de construção dos Planos.

A quarta etapa se dedicou a análise dos dados tabulados do grupo de trabalhos relacionados à influência do ideário reacionário na formulação dos PME's. Como o objetivo do trabalho está relacionado a conhecer o que dissertações e teses têm discutido sobre a influência reacionária nos Planos Municipais de Educação, além das leituras dos títulos, resumos e palavras-chave, também foram lidas a introdução e a conclusão destas pesquisas. Assim, foi realizada uma breve discussão qualitativa dos trabalhos relacionados ao ideário reacionário na construção dos PME's justamente porque esta foi uma preocupação central na pesquisa da dissertação.

Dessa maneira, a análise e discussão dos dados que será feita a seguir se dará observando a divisão destes dois momentos anteriormente explicitados. No primeiro deles, serão analisados os dados encontrados nas etapas da pesquisa relacionada ao Escola Sem Partido. No segundo momento, serão analisados os dados encontrados nas quatro etapas que se dedicaram a busca das pesquisas relacionadas aos Planos Municipais de Educação.

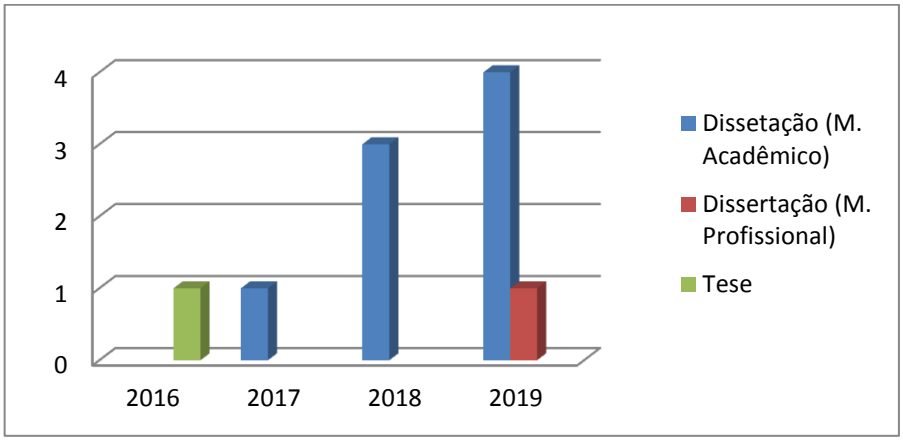
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.2.1 Análise dos trabalhos relacionados ao Escola Sem Partido

Comecemos pela análise dos trabalhos em que o Escola Sem Partido aparece apenas de forma secundária na pesquisa. Foram encontradas 10 produções, sendo 01 tese (FASANO, 2016), 01 dissertação de mestrado profissional (PORTELLA, 2019) e 8 dissertações de mestrado acadêmico (GOMES, 2018; JUNQUEIRA, 2018; KURPEL, 2019; LEITÃO, 2019; LEONARDO, 2018; PAULO, 2019; SANTOS, 2019; SOUZA, 2017). Como mostra a Figura 1, a seguir, apesar do número de produções ser considerado pequeno, pode ser observado um crescente de produções durante os anos. Isso evidencia que pesquisas cujo objeto se relaciona de algum modo ao Escola sem Partido vem ganhando destaque no cenário da educação.

[26] O Plano Nacional de Educação apregoa que no processo de formulação dos planos municipais de educação deve haver a participação popular, ou seja, a comunidade não só poderia, como deveria participar deste processo.

Figura 1 - Produção de teses e dissertações da área de educação em que o Escola sem Partido aparece apenas de forma secundária

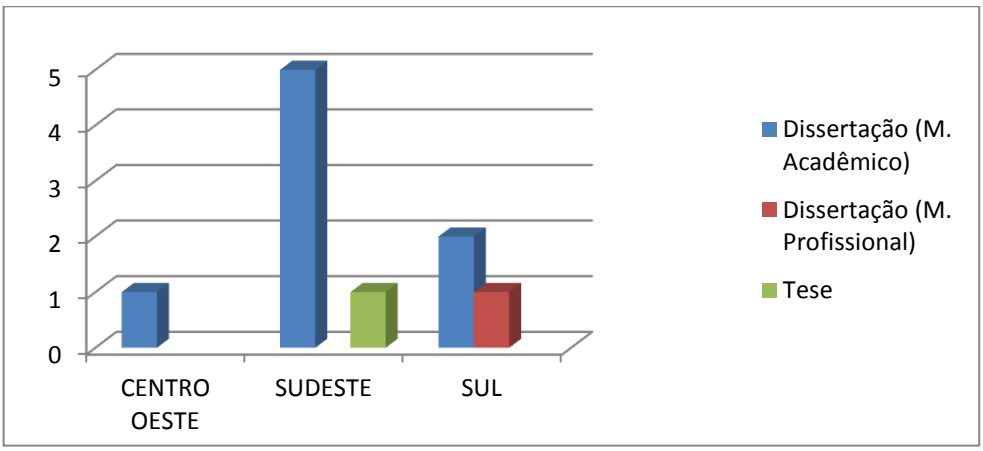


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

Outras duas questões que podem ser notadas facilmente com base na Figura 1 são o pequeno número de teses que abordam o Escola sem Partido no contexto da pesquisa e a predominância de dissertações de mestrado acadêmico como maioria das produções deste tipo.

Com relação à região do país em que estes trabalhos foram produzidos, através da leitura da Figura 2 observa-se que a região Sudoeste é o maior celeiro destes trabalhos, com 5 dissertações de mestrado acadêmico (GOMES, 2018; LEITÃO, 2019; LEONARDO, 2018; SANTOS, 2019; SOUZA, 2017) e uma tese (FASANO, 2016). Enquanto São Paulo é o estado que produziu a única tese deste grupo (FASANO, 2016) e também uma dissertação (LEITÃO, 2019), o Rio de Janeiro é o estado que mais produziu dissertações acadêmicas, com o total de duas (SANTOS, 2019; LEONARDO, 2018). Minas Gerais (SOUZA, 2017) e Espírito Santo (GOMES, 2018) completam a lista com uma dissertação cada.

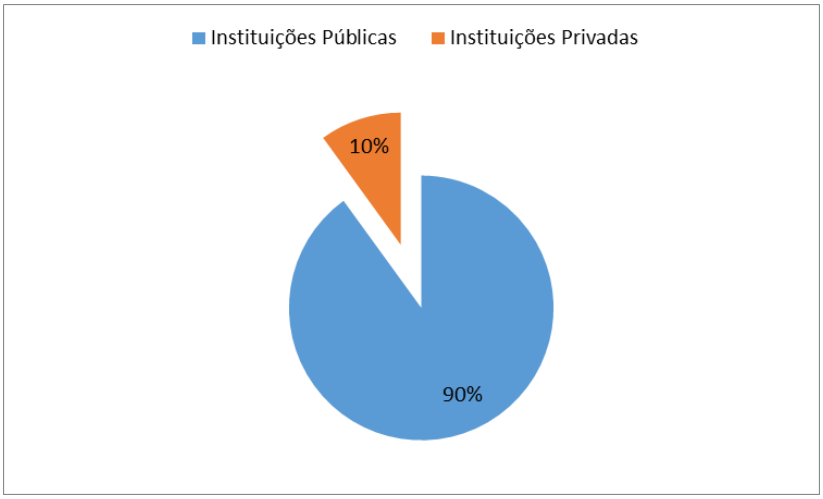
Figura 2 – Distribuição por região do país dos trabalhos que tratam o Escola sem Partido de forma secundária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

O Sul é a segunda região com mais produções deste grupo, com duas dissertações de mestrado acadêmico – uma no Rio Grande do Sul (JUNQUEIRA, 2018) e uma no Paraná (KURPEL, 2019) – e uma dissertação de mestrado profissional – no Rio Grande do Sul (PORTELLA, 2019). Já o Centro Oeste é a região que produziu o menor número de trabalhos deste grupo, com apenas uma dissertação, feita no Distrito Federal (PAULO, 2019). Cabe destacar que os trabalhos analisados foram desenvolvidos predominantemente em instituições públicas (90% das produções), tendo sido encontrado apenas um trabalho (FASANO, 2016) desenvolvido em uma instituição privada de ensino superior, como ilustra a Figura 3.

Figura 3 - Porcentagem de produção de trabalhos entre instituições públicas e instituições privadas



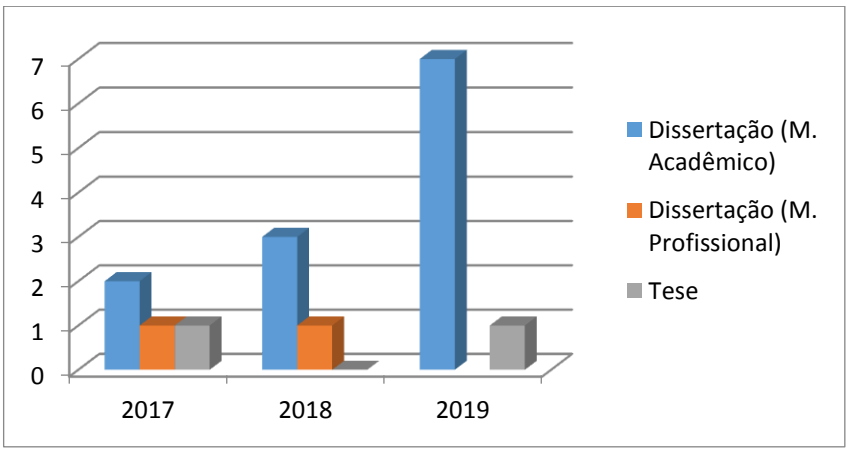
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

Já com relação às pesquisas em que o Escola Sem Partido está contido ou está relacionado diretamente com o objeto de estudo foram analisadas 16 produções na área de educação, sendo que destas, 12 são dissertações de mestrado acadêmico (ALBUQUERQUE, 2018; COLOMBO, 2018; COSTA, 2019; FERREIRA, 2019; FRAGA, 2019; KATZ, 2017; NERY, 2019; RODRIGUES, 2019; SANTOS, 2017; SEVILLA, 2018; SILVEIRA, 2019; VIEIRA, 2019), 02 são dissertações de mestrado profissional (JUNIOR, 2018; ROSENO, 2017) e 02 são teses (CASTRO, 2019; PINHEIRO, 2017). Ao observar estes números transpostos na Figura 4, nota-se que as pesquisas foram encontradas a partir do ano de 2017 e, em números gerais, existe uma crescente de trabalhos que discutem esse tema ao longo do período investigado. Porém, se observarmos cada tipo específico de trabalho, veremos que o maior número de trabalhos na área de educação que têm o Escola sem Partido como elemento

de destaque ou dialogando com seu objeto de estudo, se dá através das dissertações de mestrado acadêmico.

As teses se mantêm com um número estagnado, sem contar que, em 2018, não foram defendidos trabalhos desta natureza. E, as dissertações de mestrado profissional também apresentam um pequeno número de produções, sendo que em 2019 não foram encontrados trabalhos de mestrado profissional de educação que tratam o Escola sem Partido como protagonista.

Figura 4 - Produção de teses e dissertações da área de educação em que o Escola sem Partido aparece como elemento de destaque na pesquisa no decorrer dos anos



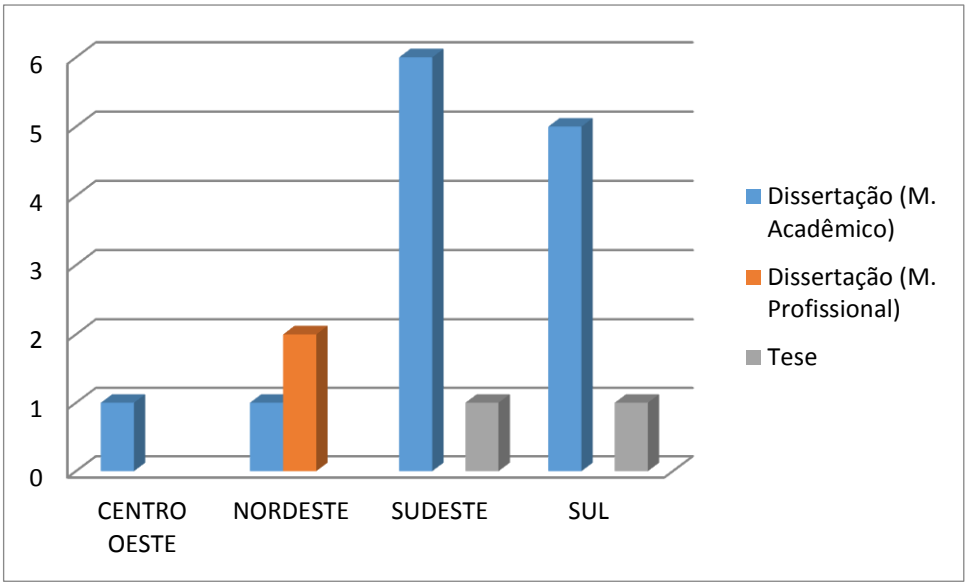
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT T (2021)

A Figura 5 apresenta a origem por região do país em que estes trabalhos foram produzidos evidenciando a região Sudeste como a que mais realiza pesquisas da área de educação nas quais o Escola sem Partido aparece relacionado diretamente com o objeto de estudo. O Rio de Janeiro foi o Estado com mais produções na região, 04 dissertações de mestrado acadêmico (COLOMBO, 2018; COSTA, 2019; RODRIGUES, 2019; SEVILLA, 2018) e 01 tese em 2019 (CASTRO, 2019). Além do Rio, Minas Gerais foi o único Estado do Sudeste que foi encontrada 01 dissertação de mestrado acadêmico (NERY, 2019).

As 04 dissertações produzidas no Rio de Janeiro são oriundas de universidades federais, sendo 01 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (RODRIGUES, 2019), 01 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (COLOMBO, 2018) e 02 na Universidade Federal Fluminense (UFF) (COSTA, 2019; SEVILLA, 2018). A única tese da área de educação no estado (CASTRO, 2019) foi desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Um dos motivos do Rio de Janeiro ser um grande fomentador destas pesquisas é que nele se encontram alguns dos principais nomes que discutem o Escola sem Partido no país, como Fernando de Araújo Penna, que é professor da UFF, e Luiz Antônio Cunha, que é professor na UFRJ. Cabe destacar que, Fernando de Araújo Penna estava presente na banca de 03 das 04 dissertações mencionadas (COLOMBO, 2018; COSTA, 2019; RODRIGUES, 2019).

Figura 5 - Produção de teses e dissertações da área de educação em que o Escola sem Partido aparece como elemento de destaque na pesquisa por região.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021)

A região Sul é a segunda com um maior número de produções sobre o tema, com 05 dissertações de mestrado acadêmico, sendo 03 no Rio Grande do Sul (ALBUQUERQUE, 2018; FERREIRA, 2019; KATZ, 2017), 01 no Paraná (SILVEIRA, 2019) e 01 em Santa Catarina (VIEIRA, 2019). A única tese da região foi desenvolvida no Rio Grande do Sul (PINHEIRO, 2017). Os únicos trabalhos produzidos em instituições privadas são oriundos do referido Estado, sendo 02 dissertações (ALBUQUERQUE, 2018; FERREIRA, 2019).

Na região Nordeste, foram encontradas 02 dissertações de mestrado profissional produzidas na Universidade de Pernambuco (UPE) (JUNIOR, 2018; ROSENO, 2017) e uma dissertação de mestrado acadêmico (FRAGA, 2019), que foi realizada na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) . É importante frisar a preocupação com o baixo número de produções encontradas nesta região do país através dos dois bancos de dados que foram pesquisados. Este fato é pontuado porque no Nordeste, mais especificamente em Alagoas, um projeto do Escola sem Partido foi aprovado em âmbito estadual no ano de 2016

através da “Lei da Escola Livre”, de nº 7.800/2016 (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2018). E, dos trabalhos encontrados, a região Centro Oeste produziu apenas uma dissertação acadêmica (SANTOS, 2017).

Para realizar uma análise qualitativa mais rebuscada, foi necessário uma maior apropriação do conhecimento produzido pelos trabalhos analisados. Assim, além da leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, também foram lidas as introduções e conclusões dos referidos trabalhos. Após essas leituras, os trabalhos foram divididos pelas orientações teórico-metodológicas (OTM) que as próprias pesquisas apresentavam.

A divisão quantitativa dos trabalhos por orientação teórico-metodológica pode ser observada na Tabela 1, onde o Materialismo Histórico Dialético (MHD) aparece com o maior número de trabalhos (04) (CASTRO, 2019; COLOMBO, 2018; COSTA, 2019; SEVILLA, 2018), as Pesquisas Qualitativa (ALBUQUERQUE, 2018; JUNIOR, 2018; RODRIGUES, 2019), assim como as *foucaultianas* (FRAGA, 2019; KATZ, 2017; SANTOS, 2017) aparecem com o segundo maior número de trabalhos, com 03 produções para cada, e a Análise do Discurso (PINHEIRO, 2017), o Pós-Estruturalismo (ROSENO, 2017), Friedrich Nietzsche (VIEIRA, 2019), a Masculinidade Hegemônica (NERY, 2019), a Pedagogia Histórico-Crítica/Gadamer (FERREIRA, 2019) e a Pesquisa Bibliográfica e Exploratória (SILVEIRA, 2019) aparecem com 01 produção cada.

TABELA 1 - Divisão quantitativa dos trabalhos por orientação teórico-metodológica

Orientação Teórico-Metodológica	Quantidade de Trabalhos
Materialismo Histórico Dialético	4
Análise do Discurso	1
Foucault	3
Nietzche	1
Pesquisa Qualitativa	3
Pós estruturalismo	1
Masculinidade hegemônica	1
Pedagogia Histórico-Crítica/Gadamer	1
Pesquisa Bibliográfica exploratória	1
Total	**16**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

Essa classificação foi realizada por entender que a orientação teórico-metodológica influencia diretamente no processo de analisar, conhecer a essência do objeto e encontrar os resultados na pesquisa. O Quadro 1, que está a seguir, divide os trabalhos que já foram quantificados na Tabela 1 por orientação teórico-metodológica, compilando os instrumentos utilizados em cada uma das orientações e as categorias que foram identificadas a partir das

leituras dos resumos, títulos, palavras-chave, introduções e conclusões. Dessa maneira, serão apresentados a seguir os pontos relevantes que foram encontrados nos grupos de produções divididos por OTM.

QUADRO 1 – Estratégias de pesquisa e categorias divididas por blocos de trabalhos relacionados ao Escola sem Partido, de acordo com a orientação teórico-metodológica

Orientação Teórico-Metodológica	**Estratégias de pesquisa**	**Categorias**
Materialismo Histórico Dialético	Análise Crítica do Discurso; Levantamento Bibliográfico; Revisão de Literatura.	Práxis; totalidade; contradição, mediação e essência; intelectuais orgânicos; princípio educativo; precarização; crise orgânica; Estado ampliado; bloco histórico; ideologia; hegemonia; aparelho privado de hegemonia; partido; fascismo; conservadorismo; movimentos de conservação; movimentos de resistência; crise; religião.
Análise do Discurso	Análise do Discurso; Pesquisa Bibliográfica; Análise Documental; Estudo de Caso.	Movimento social; redes sociais; professores; fascismo; moralidade.
Foucault	Investigação Bibliográfica; Análise Documental; Análise do Discurso.	Sexualidade; relações de poder na modernidade; Técnicas Educativo-Políticas; Técnicas Jurídicas; identidades docentes; gênero; religião.
Nietzsche		Educação; moral; ideologia; adestramento; cultivo; transvaloração dos valores; espírito livre; religião.
Pesquisa Qualitativa	Análise Comparativa; Análise do Discurso; Análise Documental; Grupo Focal; Pesquisa-ação	Família; democracia; socialização humanizante; processo multicultural; processo intercultural; religião; diversidade cultural, doutrinação.
Pós-estruturalista	Análise de Conteúdo	Gênero.
Masculinidade Hegemônica	Análise do Discurso	Heteronormatividade; masculinidade; gênero.
Pedagogia histórico-crítica (Gadamer)	Pesquisa Documental	Ética docente; ideologia; doutrinação; neutralidade.
Pesquisa Bibliográfica Exploratória	Pesquisa Bibliográfica e Documental	Neutralidade; religião; gênero; ultraconservadorismo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT, 2020.

Das 04 produções que tem o Materialismo Histórico Dialético como orientação teórico-metodológica, uma delas (uma dissertação de mestrado acadêmico produzida em 2018, no Rio de Janeiro) apresenta no corpo do trabalho que a pesquisa tem a teoria gramsciana com OTM (SEVILLA, 2018). Como Gramsci integra teoricamente a linha

marxista, para efeitos desta pesquisa de estado da arte, a referida dissertação foi incorporada aos demais trabalhos que tem o MHD como OTM.

Com relação à utilização dos instrumentos apresentados por estas 04 produções, notou-se que, mesmo com a densidade dos trabalhos, todas as pesquisas fizeram a análise a partir de documentos, sites, produções teóricas, sem envolver pessoas como participantes no processo de investigação. Com relação às categorias que foram apresentadas nos trabalhos e que também foram identificadas nesta investigação, ficou evidenciada a convergência das produções com relação a 04 categorias: crise, família, religião, conservadorismo[27].

De maneira geral e resumidamente, a crise do capital aparece como fator desencadeador de outras crises: no Estado, na educação, na família e na própria burguesia e em setores liberais. Isso fez com que uma fração da burguesia, ligada à extrema-direita e setores mais conservadores ganhasse espaço disputando uma forma de reorganizar o capitalismo. As ideias desta fração da burguesia são alicerçadas por religiões cristãs (evangélicos neopentecostais e setores mais conservadores da igreja católica) que fazem a defesa da família nuclear, monogâmica e heteronormativa com bastante afinco. Esse modelo familiar, de acordo com os trabalhos, é essencial para a manutenção e funcionamento do capitalismo, pois viabilizam a opressão de gênero e a garantia da propriedade privada.

A perseguição, os prejuízos ao trabalho docente, bem como características autoritárias/fascistas, também estavam presentes em todos os trabalhos. A homofobia, o machismo, e o racismo apareceram como forma de manifestação das ideias desses grupos conservadores. O Escola sem Partido foi identificado por estes trabalhos como a expressão na educação brasileira do avanço desse segmento que dialoga com o extremismo de direta, fundamentalismo religioso e grandes defensores do mercado no mundo.

As produções que apresentaram a OTM Qualitativa, 03 no total, em sua maioria não envolveram a participação de pessoas como sujeitos da pesquisa. Apenas a dissertação de mestrado profissional produzida em Pernambuco no ano de 2018 envolveu sujeitos na investigação através de grupo focal e da Pesquisa-ação (JUNIOR, 2018). A referida pesquisa também denuncia que o Escola sem Partido é contra diversidade cultural na escola e a discussão a respeito dessas diferenças promovidas pela Lei 10.639/2003, que altera a LDB 9394/1996 e no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira.

[27] Conservadores, reacionários, ultra-direita, ultra-conservadores aparecem como sinônimos nos referidos trabalhos.

As três produções convergiram em apontar que o Escola sem Partido interfere de forma negativa na profissão docente, assim como na afirmação da influência de religiões cristãs como importante pilar do movimento. As duas outras dissertações – uma produzida no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 2019) e a outra produzida no Rio Grande do Sul (ALBUQUERQUE, 2018) – apontaram que a intransigente defesa da família feita pelo Escola sem Partido serve como uma espécie de escudo protetor contra a "doutrinação esquerdista". Ambos os trabalhos também apontam características autoritárias do movimento e afirmam que o mesmo defende um projeto de sociedade que é similar ao defendido pela ditadura militar.

Os 03 trabalhos que tem Michel Foucault como OTM (FRAGA, 2019; KATZ, 2017; SANTOS, 2017) também não envolvem participantes nas pesquisas, através de entrevistas, por exemplo. Foi notado que estes trabalhos ressaltam a criminalização e tentativa de controle da profissão docente, através do medo e perseguição que podem ser provocados por processos judiciais, ou por constrangimento e intimidação gerados a partir da defesa dos "deveres que o professor"[28] tem que cumprir, como o Escola sem Partido defende. Um dos trabalhos, que foi produzido no Mato Groso do Sul (SANTOS, 2017), também aponta a tentativa do movimento de controlar os corpos e a sexualidade das pessoas, propondo uma educação calcada em preceitos morais bíblicos.

De maneira geral, os demais trabalhos – 01 com o Nietzsche como OTM (VIEIRA, 2019); 01 Pós-estruturalista (ROSENO, 2017); 01 com a teoria da Masculinidade Hegemônica como OTM (NERY, 2019); 01 com a Pedagogia Histórico-crítica/Gadamer (FERREIRA, 2019); 01 com a Análise do Discurso (PINHEIRO, 2017); e 01 que é uma Pesquisa Bibliográfica (FRAGA, 2019) – também dão destaques para os pontos que foram anteriormente referenciados, no sentido de que o Escola sem Partido defende um projeto autoritário de sociedade através da educação, com ênfase em uma base religiosa cristã, na defesa de um modelo específico de família e no controle da sexualidade dos indivíduos.

Agora, passaremos à análise quantitativa dos trabalhos relacionados ao Plano Municipal de Educação.

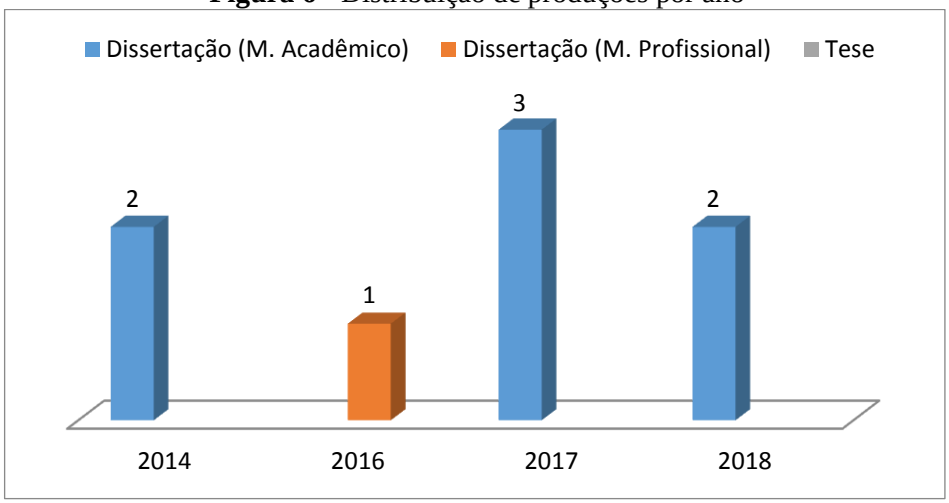
3.2.2 Análise dos trabalhos relacionados ao Plano Municipal de Educação

Começamos a análise dos 08 trabalhos encontrados em que as pesquisas se dedicaram especificamente à construção e aprovação dos Planos e sobre a participação popular neste

[28] Referência aos "10 deveres dos professores" que o Escola sem Partido defende que sejam afixados em um cartaz na sala de aula e que consta nos projetos de lei do movimento.

processo. A Figura 06 mostra um número pequeno de produções, com um crescimento no ano de 2017 e um pequeno decréscimo no ano seguinte – mas, que ainda assim ficou com um número maior que nos anos anteriores.

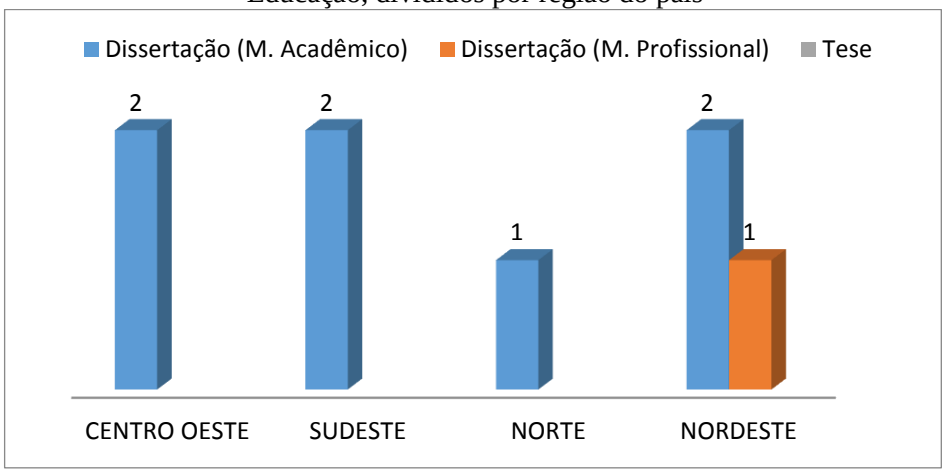
Figura 6 - Distribuição de produções por ano



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021)

A Figura 6 também demostra a predominância de dissertações de mestrado acadêmico como maioria dos trabalhos (ARGOLO, 2014; BARCELOS, 2017; MOREIRA, 2018; OLIVEIRA, 2017; PIRES, 2017; SILVA, 2014; SOUSA, 2018), tendo a produção de apenas uma dissertação de mestrado profissional (MELO, 2016). Como pode ser observado, nenhuma tese foi produzida com relação a este tema.

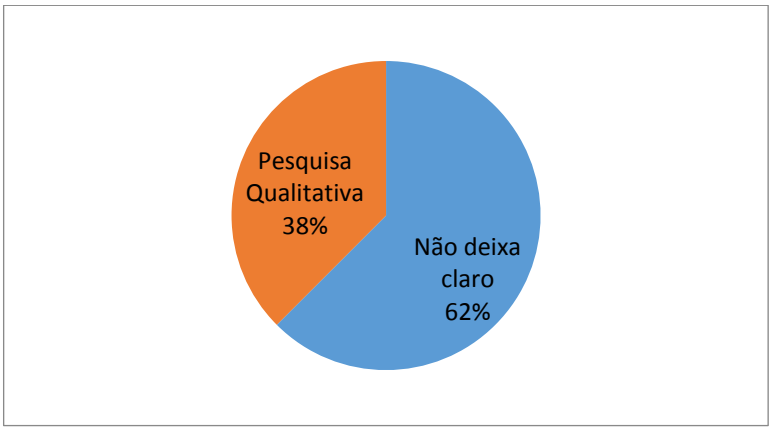
Figura 7 – Distribuição de trabalhos relacionados à construção dos Planos Municipais de Educação, divididos por região do país



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

A Figura 7 evidencia que a região Nordeste foi a que mais produziu trabalhos que se dedicaram à formulação/aprovação dos Planos Municipais de Educação e a participação social neste processo, com 02 dissertações de mestrado acadêmico, 01 na Bahia (ARGOLO, 2014) e 01 na Paraíba (SOUSA, 2018), e 01 dissertação de mestrado profissional produzida na Bahia (MELO, 2016). A região Centro Oeste, com 02 dissertações de mestrado acadêmico oriundas do Mato Grosso do Sul (BARCELOS, 2017; OLIVEIRA, 2017), e a região Sudeste, com uma dissertação de mestrado acadêmico em Minas Gerais (PIRES, 2017) e outra em São Paulo (SILVA, 2014), são os segundos maiores celeiros dessas produções. E, a região Norte tem uma dissertação de mestrado acadêmico proveniente do estado do Acre (MOREIRA, 2018). O destaque é que todos os trabalhos encontrados neste grupo também foram gestados em instituições de ensino superior públicas.

Figura 8 - Distribuição percentual de produções por orientação teórico-metodológica



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

Através da leitura dos resumos, como demonstrado na Figura 8, acima, foi possível identificar que 38% dos trabalhos, 02 duas dissertações de mestrado acadêmico (PIRES, 2017; SOUSA, 2018) e 01 dissertação de mestrado profissional (MELO, 2016), afirmavam que a pesquisa tinha uma OTM Qualitativa. Os outros 62% das produções, 05 dissertações de mestrado acadêmico (ARGOLO, 2014; BARCELOS, 2017; MOREIRA, 2018; OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2014), não deixaram evidente qual era a sua OTM – destas, algumas produções não mencionavam a OTM e outras confundiam a OTM com instrumentos de pesquisa.

QUADRO 2 – Estratégias, instrumentos de pesquisa e categorias divididas por blocos de trabalhos relacionados aos Planos Municipais de Educação, de acordo com a orientação teórico-metodológica

Orientação teórico-metodológica	**Estratégias e instrumentos de pesquisa**	**Categorias**
Não explicita	Análise documental; Revisão bibliográfica; Entrevistas; Questionários.	Política pública; participação social; Plano Nacional de Educação.
Pesquisa Qualitativa	Análise Documental; Questionário; Entrevista Semiestruturada; Estudo de Caso; Grupo Focal.	Planejamento Estratégico; Políticas Públicas; Plano e Gestão Municipal de Ensino; Democracia; Participação Democrática.

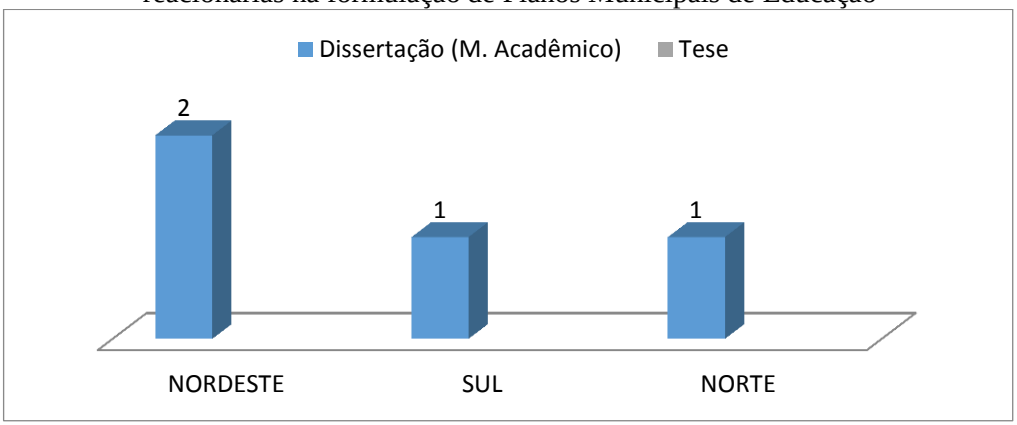
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

Tanto as pesquisas que se identificaram como qualitativas, quanto as que não deixaram evidente qual a sua OTM, se utilizam da revisão de literatura, análise documental como também a maioria delas contaram com a participação de "outros sujeitos" na pesquisa através de entrevistas ou de grupo focal. As categorias "participação" e "políticas públicas" aparecem nos trabalhos nestes dois blocos de trabalhos.

Por conta da preocupação central do presente trabalho – que é pesquisar a influência do ideário reacionário do Escola sem Partido na formulação e construção dos Planos Municipais de Educação pós 2014 – , além da leitura dos resumos, dos títulos e das palavras-chave, foram lidas também as introduções e conclusões dos trabalhos selecionadas que tratavam do papel que o ideário reacionário teve nesse processo. Os referidos trabalhos serão analisados a seguir.

Foram selecionadas 04 produções nos dois bancos de dados que tratam da influência de pautas conservadoras e/ou reacionárias no período de aprovação dos Planos Municipais de Educação. Todas as quatro são dissertações de mestrado acadêmico (CAVALCANTE, 2017; FREIRE, 2018; SANTOS, 2018; SILVA, 2018). Mesmo com um recorte temporal relativamente recente, entende-se que há um baixo número de produções sobre essa temática, não sendo identificado em um primeiro momento o motivo para tanto. A Figura 9 apresenta as pesquisas divididas por região do país. Os dois trabalhos da região Nordeste foram gestados na Paraíba (CAVALCANTE, 2017) e no Rio Grande do Norte (SILVA, 2018). O trabalho do Norte foi gestado em Tocantins (SANTOS, 2018) e o trabalho da região Sul foi gestado Paraná (FREIRE, 2018) – todos desenvolvidos em universidades públicas. Destas pesquisas, apenas uma foi defendida em 2017 (CAVALCANTE, 2017), as outras três foram concluídas em 2018.

Figura 9 – Distribuição por região do país de produções que discutem a influência de pautas reacionárias na formulação de Planos Municipais de Educação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

O Quadro 3 mostra os instrumentos utilizados nos trabalhos em questão e permitiram identificar que, além da revisão de literatura e documental, outras pessoas também participaram de pesquisas através de entrevistas e observação direta. A categoria gênero foi identificada nos quatro trabalhos e a categoria religião aparece em três deles. A categoria família, discutida de forma recorrente nos trabalhos (discutidos no primeiro momento) que tratavam do Escola sem Partido, também aparece no trabalho de Silva (2018). Com relação à OTM, a pesquisa de Freire (2018) foi orientada pela perspectiva Pós-estruturalista; a pesquisa de Silva (2018) adotou a Abordagem Investigativa Multireferenciada; a pesquisa de Santos (2018) adotou a Análise Crítica da Narrativa Jornalística; e a pesquisa de Cavalcante (2017) realizou uma Pesquisa Qualitativa, como ilustra o quadro a seguir.

QUADRO 3 – Estratégias, instrumentos de pesquisa e categorias divididas por blocos de trabalhos relacionados aos Planos Municipais de Educação que foram influenciados por pautas reacionárias, de acordo com a orientação teórico-metodológica

Orientação teórico-metodológica	**Estratégias e instrumentos de pesquisa**	**Categorias**
Pós-estruturalista	Análise Bibliográfica; Entrevistas; Observação Direta	Gênero; Religião; Conservadorismo
Abordagem Investigativa Multireferenciada	Entrevista Semiestruturada	Gênero; Sexualidade; Família
Análise Crítica da Narrativa Jornalística	Análise Crítica da Narrativa Jornalística	Gênero; Religião; Matérias Jornalísticas
Pesquisa Qualitativa	Levantamento Bibliográfico e Documental	Gênero; Religião; Diversidade Sexual

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021)

As quatro produções explicam que, assim como no Plano Nacional de Educação, também havia referências relativas às questões de gênero e diversidade sexual nos Projetos de Lei (PL's) dos Planos Municipais de Educação estudados. De acordo com os trabalhos, essas menções nos PL's visavam combater a desigualdade de gênero que há na sociedade e na própria escola. Outra preocupação que ficou evidente é a de que visibilidade destas discussões pudesse ajudar a enfrentar o problema de abusos e da violência contra LGBT's e mulheres que acontece cotidianamente no país.

Porém, as pesquisas demonstram que segmentos religiosos – quase sempre sendo referidos como fundamentalistas – se mobilizaram e conseguiram aprovar seus respectivos PME's sem as menções relativas às questões de gênero e sexualidade. A justificativa destes grupos foi a de que essas discussões faziam parte de uma agenda da esquerda com o intuito de destruir a família tradicional conforme as religiões cristãs pregam, bem como questionar a "ordem natural" que define biologicamente homens e mulheres. Assim, para estes grupos – que, como os quatro trabalhos mostram, em sua maioria eram compostos e influenciados por religiosos cristãos –, essas discussões deveriam ser debatidas unicamente no âmbito familiar e não no contexto escolar.

O quadro a seguir apresenta o objetivo geral nas pesquisas dos respectivos autores, exatamente de acordo consta nos referidos trabalhos. Cabe ressaltar que o objetivo geral da dissertação de Freire (2018) foi retirado do resumo do trabalho, pois a autora não o deixa evidente no corpo geral do texto. Como pode ser observado no Quadro 4, nenhuma destas pesquisas apresenta o Escola sem Partido no seu objetivo geral, tampouco nas discussões destas produções este movimento aparece como fator de grande relevância no processo de formulação dos Planos Municipais.

QUADRO 4 – Objetivo geral dos trabalhos relacionados aos Planos Municipais de Educação que foram influenciados por pautas reacionárias, de acordo com a autoria

Autoria	Objetivo Geral
Freire (2018, p. 5)	Compreender a cosmologia desse grupo [se organizações religiosas], sua atuação no espaço público e as significações e circulação das categorias por eles debatidas.
Silva (2018, p. 25)	Investigar os fatores relacionados à retirada das questões de gênero e sexualidade do Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Santa Maria/RN.
Santos (2018, p. 15)	Analisar como as narrativas jornalísticas sobre as questões de gênero foram construídas na mídia tocantinense, especificamente, em sites jornalísticos, a partir do episódio identificado propulsor desta narrativa, que é a proibição da discussão de gênero nas escolas municipais de Palmas. Com a repercussão jornalística dada à publicação da Medida Provisória da Prefeitura Municipal, que alterou o Plano Municipal de Educação (PME), a pesquisa firma, ainda, o propósito de identificar as ideias em disputa, grupos sociais que fizeram parte deste processo, abordagens e discursos que influenciaram a mídia local ou que foram influenciados por ela.
Cavalcante (2017, p. 25-26)	Analisar construção do Plano Municipal de Educação de João Pessoa, destacando as discussões em torno da diversidade de gênero e sexual – a "ideologia de gênero" – na perspectiva contra-hegemônica e intercultural dos direitos humanos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Capes e da BDTD/IBICT (2021).

Alguns trabalhos (CAVALCANTE, 2017; SILVA, 2018) fazem referência ao ESP, mas sem dar muito destaque. Cavalcante (2017), na quarta sessão, faz menção a alguns PL's do movimento que também pautam a proibição da discussão sobre gênero na escola. Silva (2018) também faz referência aos PL's do ESP, como modelo para os segmentos conservadores que se organizaram para disputar o PME de Santa Maria/RN, e chega a pontuar, na conclusão, que as falas observadas nas entrevistas eram similares as de defensores do referido. Porém, a discussão sobre o ESP neste trabalho aparece de forma tímida e em poucos momentos no texto, com o autor chegando a dizer que "a análise desse movimento não é objetivo principal dessa dissertação" (SILVA, 2018, p. 21). Estas pesquisas (CAVALCANTE, 2017; SILVA, 2018) destacaram também que os grupos conservadores que disputaram a formulação dos Planos Municipais de Educação dão o mesmo peso – e, por vezes, até um peso maior – para o saber não científico ligado à religião, defendendo que este seja ensinado na escola.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE ACHADOS DO ESTADO DA ARTE

Como demonstrado na análise e discussão dos dados, apesar de alguns trabalhos terem feito menção ao movimento Escola sem Partido, não foram encontrados trabalhos na área de educação das fontes pesquisadas que tivessem como foco principal a influência das pautas do

Escola sem Partido nos Planos Municipais de Educação. Além disso, nenhum dos trabalhos que discutiu a formulação e influências de pautas reacionárias nos PME's – e também os trabalhos relacionados ao movimento ESP – foi realizado na região Médio Sudoeste da Bahia, onde está o município de Itapetinga, *locus* da presente investigação.

No primeiro momento, os trabalhos analisados nesta seção não foram encontrados com os descritores "escola sem partido" AND "plano municipal de educação", "escola sem partido" AND "planos municipais de educação" e "escola sem partido" AND "plano nacional de educação". Isso pode se dever a questão que as plataformas que serviram de fonte para esta pesquisa procuram os descritores no "título", nos "autores" e no "assunto" (resumo e palavras-chave) das produções. Este fato evidencia também a importância que os/as autores/as devem dar ao resumo – que uma parte significativa do "assunto" – nas pesquisas. Quanto mais rico – contendo informações e termos relevantes do trabalho – mais o/a autor/a abre a oportunidade para que outros/as pesquisadores/as possam encontrar sua pesquisa.

Não foram encontrados trabalhos que apresentassem como legítimas as defesas do Escola sem Partido. Ao contrário. Todas as produções demonstraram que o suposto manto de neutralidade do movimento tenta esconder suas vinculações e interesses ligados a grupos políticos de extrema-direita e religiosos cristãos – também extremistas. Inclusive, nos trabalhos voltados as discussões da influência reacionária nos PME's, os grupos religiosos apareceram como maiores protagonistas na defesa deste ideário que acaba contribuindo para a perpetuação da violência contra mulheres e LGBT's, da desigualdade de gênero e para a manutenção de privilégios e preconceitos.

Um destaque a ser pontuado é a proeminência das pesquisas que têm o Materialismo Histórico Dialético como orientação teórico-metodológica nos estudos mais voltados para o Escola sem Partido na área de educação, com o maior número de produções – quatro no total. As categorias crise, religião, família, gênero, autoritarismo, fascismo, homofobia, machismo, ideologia de gênero e perseguição docente, que estiveram muito presentes nos trabalhos do MHD, também aparecem de forma recorrente e com destaque nos trabalhos de outras OTM's que trataram do Escola sem Partido.

Os trabalhos mostraram que movimento Escola sem Partido tenta criminalizar ideias diferentes do projeto de sociedade que defende, se autodescrevendo como independente e acusando de "doutrinação" toda possibilidade de questionar privilégios e opressões garantidas no *status quo*. Nesse bojo, há uma evidente perseguição e criminalização do trabalho docente, tentando "robotizá-los", os transformando-os em meros reprodutores de conteúdos, sem que

os/as mesmos/as possam problematizar o que estão ensinando. E, os docentes e as docentes que não se encaixam neste padrão defendido pelo movimento, são perseguidos e expostos – o que acarreta numa maior precarização do trabalho docente.

Ficou evidente na análise de dados a força das instituições públicas de educação superior como grande polo na produção de teses e dissertações que discutem o avanço reacionário/conservador do Escola sem Partido na educação brasileira. Porém, é preocupante o baixo número de produções na área de educação (encontradas nos portais que serviram de fonte para esta pesquisa) relacionadas com o Escola sem Partido e sobre os PME's nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo no Nordeste, onde um projeto do ESP foi aprovado no estado de Alagoas. Fato este que merece ser melhor investigado, bem como mostra a necessidades que mais pesquisas com essa temática sejam realizadas nesta região afim de compreender como se dá esse processo nesta tão vasta, rica e diversa região – e isso reforça a importância acadêmica e social da nossa pesquisa.

Levando em consideração que os Planos Municipais de Educação têm diretrizes, metas e estratégias para os diferentes níveis e modalidades de ensino, é igualmente preocupante o pequeno número de produções na área de educação no país – ao menos no bando de dados da CAPES e no IBICT – relacionadas aos processos de participação popular na formulação e aprovação dos PMEs, bem como com relação à influência de pautas reacionárias nestes planos.

A partir das discussões travadas nas produções analisadas nesta seção é imprescindível dizer que, por mais que alguns segmentos tentem cercear – e até demonizar – as discussões relacionadas a gênero, sexualidade e educação sexual na escola, não se pode negar que esta diversidade tanto temida, assim como a violência e o preconceito contra mulheres e LGBT's, estão postas na sociedade. Esta é a realidade!

Coibir que estas discussões sejam realizadas não vai mudar a orientação sexual das pessoas, tampouco vai fazer com que elas desapareçam ou que as mulheres deixem de lutar pelos seus direitos. Estas discussões, além de acolher quem é tratado com "diferente" e quem foge do padrão heteronormativo, podem evitar que crianças e jovens sejam abusados por pessoas próximas. Censurar este debate em nome de uma moral – seja ela religiosa ou não – é fingir que a realidade é diferente da que está posta e contribuir para que abusos, privilégios, assédios, preconceitos e violências continuem acontecendo.

Outro aspecto que este estado da arte revelou diz respeito ao fato do Materialismo Histórico Dialético – que também é a orientação teórico-metodológica desta dissertação –

estar presente na maioria dos trabalhos encontrados sobre o ESP, e estas pesquisas desta OTM não envolveram “outros sujeitos” – através de instrumentos como entrevistas, grupo focal etc. Além disso, nenhuma das pesquisas que discutiam a formulação dos PME’s, ou a influencia nestes de pautas reacionária, tinham o MHD como OTM.

Ainda assim, nenhuma das pesquisas ora analisadas continha em seu objetivo geral a preocupação de se debruçar mais diretamente sobre a influência das pautas do ESP nos Planos Municipais de Educação, muito menos na região onde está sendo desenvolvido o nosso trabalho. Isso reforça a importância da nossa pesquisa, pois mostra o caráter de ineditismo desta dissertação, que pode contribuir como aporte para outras produções de conhecimento científico futuramente, como também auxiliará na melhor compreensão da realidade educacional na região Médio Sudoeste da Bahia, onde Itapetinga é o município sede.

Dito isso, passemos à próxima seção, onde será abordada uma fração fundamental para compreender nosso objeto, o movimento Escola sem Partido. Como vimos na segunda seção deste trabalho, a realidade, se observada na perspectiva do MHD, é uma grande totalidade – um complexo macro de múltiplas determinações – que é constituída por outras totalidades – ou seja, outros complexos. Utilizando as palavras de Netto (2011, p. 56, grifo do autor), podemos dizer que assim como “a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como *um complexo constituído por complexos*”, o objeto que está sendo estudado em uma pesquisa científica também é composto de complexos.

Assim, como nosso objetivo geral gira em torno de investigar a influência das pautas do ESP na formulação do PME de Itapetinga, é imprescindível que possamos compreender esse complexo de determinações que é o movimento ESP – o qual é responsável por catalisar as pautas que, assim como influenciaram na formulação do PNE em 2014, também influenciaram a formulação do PME em Itapetinga. E, é isso que buscaremos fazer na seção seguinte.

4 O ESCOLA SEM PARTIDO E SUAS DETERMINAÇÕES

Como o objetivo geral deste estudo é **analisar a influência das pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Educação do município de Itapetinga/BA**, isso coloca o movimento Escola sem Partido e suas pautas em um lugar de destaque em nossa pesquisa, pois estudamos aqui a influência das pautas deste movimento no PME. Assim, antes de nos debruçarmos sobre o papel do Plano Municipal de Educação no cenário educacional e, posteriormente, avaliarmos a influência das pautas do ESP no PME de Itapetinga/BA, foi necessário aprofundar nosso conhecimento sobre o próprio ESP. Conhecer este movimento e seus determinantes, saber qual são suas influências, interesses e ligações políticas, de onde vem e o que objetivam as suas pautas é essencial para podermos analisar com propriedade em que medida se deu a influência deste movimento no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA.

Dessa forma, a presente seção, que está dividida em quatro partes, apresenta um amplo estudo teórico sobre o ESP e seus determinantes. O primeiro tópico, o "4.1", se dedicou a apresentar o movimento Escola sem Partido em sua trajetória – da gênese, passando pelo seu desenvolvimento, até os dias atuais – apontando suas influências, de onde vem as pautas que defendem, seus interesses e ligações com grupos e partidos políticos de direita. Ao final deste primeiro tópico foram identificados os determinantes do ESP, fatores estes que influenciam diretamente na forma de existir e do movimento atuar no mundo.

Os determinantes encontrados – a crise, o fascismo, o tecnicismo e a precarização do trabalho docente – e a forma com que eles condicionaram o ESP foram debatidos nos tópicos seguintes. No tópico "4.2" da seção, foi feita uma breve introdução sobre o papel das crises no capitalismo para a ascensão de movimentos ou manifestações reacionárias e conservadoras – dentre eles o ESP. Em seguida, a discussão se voltou para compreender qual foi a peculiaridade da recente crise brasileira na ascensão destes grupos.

Na sequência, o tópico "4.3" mostra como o movimento requenta pautas e posturas fascistas e demonstra as diversas similaridades e conexões que possibilitam identificar como o fascismo é um determinante do ESP. No quarto tópico, o "4.4", apresentamos como o ESP, ao passo que tem a precarização do trabalho docente e o tecnicismo como seus determinantes, acaba também sendo uma perigosa determinação na precarização laboral da categoria.

Feita essa breve introdução, como já explicitado, iniciaremos nossa exposição com "o germe" da seção, de onde saem as determinações do movimento, suas principais pautas e

conexões, inclusive, que terão eco no processo de atualização do Plano Municipal de Educação.

4.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO: A TRAJETÓRIA DO ESCOLA SEM PARTIDO

> *O Capital, de Marx, começa – esta realidade hoje se transformou em lugar-comum – com a análise da mercadoria. Mas como a mercadoria é uma célula da sociedade capitalista, como é o início abstrato, cujo desenvolvimento reproduz a estrutura interna da sociedade capitalista, tal início da interpretação é o resultado de uma investigação, o resultado da apropriação científica da matéria. Para a sociedade capitalista a mercadoria é a realidade absoluta visto que ela é a unidade de todas as determinações, o embrião de todas as contradições (KOSIK, 1976, p. 60).*

O fragmento acima expressa uma preocupação que acreditamos não ser só nossa e deve inquietar todos/as pesquisadores/as que têm o Materialismo Histórico Dialético como orientação teórico-metodológica: começar a exposição em si do trabalho a partir de uma totalidade – ou, parafraseando Kosik (1976, p.60), de um "lugar-comum" – que nela contenha "a unidade de todas as determinações, o embrião de todas as contradições".

Assim como aconteceu com o Plano Nacional de Educação (PNE) e, posteriormente, com os Planos Estaduais e Municipais de Educação, os quais, segundo Manhas (2016), o movimento conseguiu influenciar, as pautas do ESP também interferiram na atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA. Nesse sentido, identificar as determinações e contradições deste movimento nos auxiliará na compreensão de nosso objeto. E, a análise deste "embrião de determinações" é o que buscaremos apresentar nesta seção.

De acordo com informações disponíveis no seu próprio site[29], o Escola sem Partido é um movimento sem vinculações partidárias, neutro, que se propõe a unir pais e estudantes contrários a contaminação política-ideológica presente nas escolas. Segundo o movimento, "esta contaminação" é disfarçada de visão crítica e é imposta por "militantes travestidos de professores" as/aos discentes, tendo inserção dessas práticas em todos os níveis da educação brasileira. Diferentemente da autodescrição do próprio movimento, a análise crítica feita por teóricos/as da educação brasileira destoa da imagem que o movimento apresenta de si.

Para Penna (2017), o Escola sem Partido se propõe a ser uma forma de compreensão da educação no Brasil, como também um instrumento para, supostamente, proteger as(os) estudantes da doutrinação ideológica, defendendo uma educação acrítica, perseguindo docentes e adotando um discurso fascista. Umbilicalmente ligado a partidos de direita e

[29] Disponível em: < http://escolasempartido.org/quem-somos >. Acesso em: 10 mar. 2021.

religiões evangélicas, dez anos após seu surgimento, o Escola sem Partido torna-se conhecido nacionalmente em 2014, no engajamento contrário a "ideologia de gênero" que, segundo o movimento, estaria contida no Plano Nacional de Educação - PNE (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017).

Partindo da compreensão que o referido movimento é um fenômeno histórico – ou seja, é produto de uma série de condições materiais que, por sua vez, são fruto da intervenção humana acumulada ao logo do tempo – cabe trazer algumas questões, fatores determinantes, que levaram ao fortalecimento do ESP e que o ajudou a se tornar proposta de política pública. Dessa forma, a presente exposição será desenvolvida na busca de abordar dois momentos que, como Hungaro (2014, p. 73) explica, se completam: a gênese e o desenvolvimento do fenômeno.

> A investigação do fenômeno no aqui (sincronia) e, ao mesmo tempo, como se deu sua gênese, sua evolução histórica (diacronia). A gênese não explica o estado atual, porém permite identificar a diferenciação (sua particularidade) em sua evolução. Ela é fundamental para a compreensão do fenômeno, porém não é, em absoluto, a essência do fenômeno em sua expressão mais desenvolvida.

Começaremos, então, pela gênese e, posteriormente, seguiremos com pontos decisivos no desenvolvimento do movimento até chegarmos nos dias atuais. Segundo Moura (2018), o Escola sem Partido surgiu em 2004, depois de, no final do ano anterior, Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo, se mostrar indignado com a postura do professor de História de sua filha em "praticar doutrinação" em sala de aula mais de uma vez. De acordo com a autora, a situação limite que motivou Nagib a fundar o movimento foi quando o referido professor comparou São Francisco de Assis e Ernesto Che Guevara, ao falar que os dois haviam renunciado tudo, cada um com a sua respectiva ideologia.

No entanto, Penna e Salles (2017) ao investigarem a gênese do ESP, descobriram que, diferente imagem de "bem intencionado" que o próprio Miguel Nagib tenta passar na referida história de fundação, o movimento teve influência direta para a sua gênese nas ideias de Olavo de Carvalho e do Instituto Liberal de Brasília. Essa constatação feita pelos autores já desmonta, de início, o argumento de neutralidade e independência política – temas que retomaremos mais a frente – que o ESP diz ter.

Em 2007, veículos da grande mídia brasileira realizaram uma verdadeira campanha contra o Programa Nacional do Livro Didático, "denunciando" que, em especial, nos livros de História, estavam contidas ideologias de esquerda para manipular os/as estudantes. Para Catteli Jr. (2016), o pano de fundo das críticas aos livros didáticos comprados pelo governo federal para a educação básica estava relacionado à disputada pela produção e venda destes

livros por parte das editoras – um mercado de meio bilhão de reais. Por mais que o ESP não tenha sido protagonista neste momento, o autor, assim como Moura (2018), ressalta que este foi um dos poucos momentos em que o ESP ganhou destaque antes de ficar mais conhecido nacionalmente. Inclusive, no site do movimento são encontrados diversos textos[30] que "denunciam" e "combatem" a doutrinação realizada através dos livros didáticos.

Uma das principais justificativas do ESP para sustentar a afirmação que o segmento docente pratica doutrinação é advinda de uma pesquisa de metodologia bastante questionável, encomendada pela Revista Veja em 2008, que "afirmava" que a maioria dos/as docentes era de esquerda e que estes/as queriam "formar cidadãos", martelando suas ideias na cabeça dos/as estudantes (RATIER, 2016). Até este ponto, fica evidente que, em um primeiro momento, o Escola sem Partido surge com uma proposta de combate a uma suposta doutrinação de esquerda que estaria acontecendo na educação e que esta seria posta em prática através da atuação da maioria dos/as docentes e de livros didáticos.

A mínima possibilidade de que as desigualdades e opressões sejam questionadas, não sejam encaradas como uma realidade natural dada, ou uma fatalidade, sempre foi motivo de preocupação por parte das classes dominantes e por parte das classes médias, que – por questão de *status* para se diferenciarem das classes mais pobres – , mesmo pertencendo à classe trabalhadora, reproduzem a ideologia dominante como se fosse a sua, mas não detém os meios de produção. E, como a educação escolarizada é uma ferramenta de reprodução social – ou seja, de se formar pessoas para construírem e agirem no tipo de sociedade que se quer construir – qualquer possibilidade de questionamento ou enfrentamento dos privilégios que as classes altas e médias detêm é considerada como uma ameaça em potencial.

Nesse sentido, essa agenda que é central ao movimento, ou melhor, **essa pauta** contra o pensamento crítico – de proibição de discussões que consideram relacionadas à esquerda, de censura de livros didáticos e perseguição de professores/as – , na verdade, são práticas requentadas pelo ESP que foram determinantes em outros períodos históricos, como durante a ditadura militar, no Brasil, durante os regimes fascistas, na Europa, e também em países do continente africano, como nos lembra Fanon (2008, p. 48):

> Quando um preto fala de Marx, a primeira reação é a seguinte: "Nós vos educamos e agora vocês se voltam contra seus benfeitores. Ingratos! Decididamente, não se pode esperar nada de vocês". E depois há ainda este argumento-porrete do empresário agrícola europeu na África: "Nosso inimigo é o professor".

[30] Disponível em: < http://escolasempartido.org/?s=livro+did%C3%A1tico >. Acesso em: 10 mar. 2021.

A combinação vista acima, de combate ao pensamento crítico e racismo, também pode ser observada no *No Indoctrination*, uma influência que o próprio ESP confirma em seu site[31] como uma de suas inspirações. Oriunda dos Estados Unidos, a referida organização, que também se definia como apartidária e neutra, surgiu após Luann Wright, sua fundadora, se voltar contra a discussão de textos que problematizavam o racismo na escola em que seu filho estudava e que ela considerava como tendenciosos (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017).

Em um texto publicado no site do ESP[32], Orley José da Silva, integrante do movimento, defende que os livros didáticos estão sendo utilizados para doutrinar os/as estudantes política e ideologicamente, corrompê-los sexualmente e também para fazer doutrinação religiosa, privilegiando, dentre outras coisas, valores de religiões de matriz africana em detrimento de valores cristãos. De acordo com Souza e Gonçalves (2016, p. 143), os argumentos apresentados nesse texto negam o princípio da laicidade do Estado, distorcem as legislações, e "disseminam o preconceito e a desinformação nas escolas e na sociedade".

Em outro texto, Orley Silva classificou como "doutrinação religiosa" o fato de um livro didático ter mostrado uma única foto do Orixá Xangô, mas não fez crítica alguma à abordagem de deuses da mitologia greco-romana – o que evidencia, no movimento, o traço racista de perseguição às religiões de matriz africana, diferentemente da forma privilegiada com que religiões de ascendência europeia são tratadas pelo movimento (PENNA, 2017).

Contudo, além da perseguição de docentes, do combate ao pensamento crítico e do racismo manifestado pelo movimento, Miguel (2016) chama a atenção para um momento chave que potencializou o crescimento do ESP, que foi quando o movimento começou a defender a primazia da autoridade da família sobre a educação escolar. Isso aconteceu quando o movimento acrescentou às suas pautas a batalha contra a famigerada "ideologia de gênero" que, até então, era um termo pouco conhecido do grande público e que grupos religiosos utilizavam em reação ao combate a homofobia e ao sexismo nas escolas:

> O crescimento do MESP [Movimento Escola sem Partido] no debate púbico ocorre quando o seu projeto conflui para outra vertente da agenda conservadora: o combate a chamada "ideologia de gênero". Antes, a ideia do "Escola Sem Partido" focava sobretudo no temor da "doutrinação marxista", algo que estava presente desde o período da ditadura militar (MIGUEL, 2016, p. 595-596).

O termo "ideologia de gênero" foi construído pela Igreja Católica na década de 90, como reação às discussões sobre gênero que começaram na década de 50 – contestando a naturalização dos papeis sociais desempenhados por homens e mulheres, o que produz

[31] Disponível em: < http://escolasempartido.org/quem-somos >. Acesso em: 10 mar. 2021.
[32] Disponível em: < http://escolasempartido.org/blog/livros-didaticos-para-a-revolucao-socialista-bolivariana/ >. Acesso em: 10 mar. 2021.

desigualdades de gênero e sociais – e que culminaram então em 1994, na Conferência Internacional Sobre População, que aconteceu no Cairo, e na Conferência Mundial Sobre as Mulheres, em Pequim (MARAFON; SOUZA, 2018). Por conta das discussões nas referidas conferências sobre quais seriam os papeis sociais inerentes às mulheres e aos homens, Miguel (2016, p. 598) aponta que a Igreja Católica, no período do Papa João Paulo II, e com a ajuda do Cardeal Ratzinger – futuro Papa Bento XVI – construiu uma agenda contrária às discussões de gênero que "no Brasil recebeu o nome de "ideologia de gênero", mas que na França e na Itália costuma ser chamada de "teoria do *gender*" ("*théorie du gender*", "*teoria del gender*")".

Nesse sentido, o pontificado de João Paulo II, ao defender que as mulheres cumprissem o papel tradicional que lhes foi historicamente imposto – de mãe, de esposa, de sensibilidade, etc – tentou despolitizar o debate que estava sendo feito por estudiosos/as, pelo feminismo e pela comunidade LGBTQI+ ao trazer essa discussão para o âmbito moral, calcada na fé (MIGUEL, 2016). E, a entrada destas autoridades religiosas no debate pode não trazer uma base científica em seus argumentos, mas o discurso contra a "ideologia de gênero", a favor da família e de defesa dos papeis sexuais de homens e mulheres, como são legitimados através da fé, ganha *status* de verdade para os fiéis.

Dessa maneira, as pessoas e movimentos ultraconservadores que defendem que existe uma "ideologia de gênero", que, na concepção destes, seria uma "ideologia antifamília", acusam "quem trabalha no campo dos Estudos de Gênero de promover ameaça à ideia de "família natural", à segurança dos filhos e, em última instância, à perpetuação da sociedade e à sobrevivência da civilização" (MARAFON; SOUZA, 2018, p. 76).

Um dos destaques da incorporação desta pauta ao Escola sem Partido, que supostamente defende a família e que é contra a "ideologia de gênero", foi o seu envolvimento contra o material, produzido em 2011 pelo governo federal, de combate a homofobia nas escolas e que foi apelidado pejorativamente de "kit gay" (MOURA, 2018). No site do Escola sem Partido são encontrados diversos textos[33] que se referem de forma depreciativa ao Programa Escola sem Homofobia, dando entender que esse material tinha o intuito de corromper sexualmente os/as estudantes, promovendo a "ideologia de gênero" e até contribuindo para o acontecimento de práticas pedófilas[34].

Maldonado (2019) aponta que esse episódio envolvendo a cartilha Escola sem Homofobia também trouxe dividendos políticos significativos para outro personagem que tem

[33] Disponível em: < http://escolasempartido.org/?s=kit+gay >. Acesso em: 10 mar. 2021.
[34] Disponível em: < http://escolasempartido.org/blog/a-pedofilia-vai-a-escola/ >. Acesso em: 10 mar. 2021.

uma relação de ajuda mútua com o Escola sem Partido: Jair Messias Bolsonaro. De acordo com o autor, por conta de seu de enfrentamento ao "kit gay", a exposição de Bolsonaro na mídia foi ampliada significativamente, o que proporcionou que a sua votação quadruplicasse na eleição seguinte, em 2014, e seu nome ganhou destaque para concorrer às eleições presidenciais de 2018 – vale lembrar que em um dos principais momentos da campanha da eleição de 2018, o então candidato a Presidente, Jair Bolsonaro, chegou a se referir e mostrar o que identificou como "kit gay" numa entrevista ao vivo na bancada do Jornal Nacional[35].

No entanto, por mais que estes marcos históricos tenham sido importantes para o desenvolvimento do movimento, desde sua gênese, antes de ficar amplamente conhecido no país, um fator foi decisivo para que o Escola sem Partido, junto com outros agrupamentos que defendiam ideias conservadoras e reacionárias, ganhasse bastante fôlego: a crise política e econômica.

Enquanto o mundo observava um crescimento de movimentos conservadores, a partir da crise do capitalismo de 2008 (LOWY, 2015), o Brasil surfava na "marolinha"[36], garantindo em plena crise mundial um crescimento da economia, redução de desemprego, ampliação nas políticas sociais, dentre outros avanços, principalmente, para grupos que historicamente foram excluídos (SADER; GARCIA, 2010). Moraes (2018, p. 80) descreve que, durante os governos de Lula e no primeiro governo Dilma, a "estrutura de guetos sofreu pequenos arranhões. Pequenos para os custos da casa grande, mas de enorme significado para o andar de baixo".

Observando a história, nota-se que as ideias conservadoras e reacionárias ganham força em momentos de crise – a exemplo do advento do fascismo e nazismo na Europa. Assim, entre o final dos Governos Lula e começo dos Governos Dilma, a maior nação da América Latina não era um ambiente propício para que fosse chocado o ovo da serpente[37]. No entanto, grupos que reivindicavam pautas conservadoras e reacionárias, a exemplo do Escola sem Partido, mesmo que não tão fortes nesse contexto, estavam em atividade.

Em 2013, percebendo os pontos fracos do Governo Dilma, movimentos de direita investiram em grupos de mobilização para desestabilizar o governo federal e criar um trauma

---

[35] Segue o *link* da reportagem do jornal *El País* que aborda o assunto. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html >. Acesso em: 10 mar. 2021.

[36] Expressão utilizada em 2008 pelo então Presidente Lula, quando falou que enquanto nos EUA a crise era Tsunami, se ela chegasse ao Brasil seria uma "marolinha". Disponível em: < https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 25 jan. 2021.

[37] Referência ao filme *Ovo da serpente*, de Ingmar Bergman, que fala sobre o clima de desagregação e instabilidade política, econômica e social que favoreceu o surgimento do Nazismo na Alemanha (FRIGOTTO, 2017).

coletivo, tomando a frente dos movimentos de esquerda nas manifestações de rua (MORAES, 2018). A partir deste ano e no começo do ano seguinte, quando começou o segundo mandato de Dilma Rousseff, a crise política – relacionada à pressão de grupos de direita nas ruas e no Congresso, pois alguns desses grupos pertenciam à própria base de apoio do governo no legislativo – foi se transformando em crise econômica – com problemas de relacionamento com sua base. Isso fez com que o governo não conseguisse apresentar uma saída para enfrentar os ecos da crise econômica de 2008, uma das maiores da história.

Assim, com a crise econômica e política cada vez mais fortes e já instaladas, amedrontando a população, "a classe dominante não admitiu abrir mão do lucro e dos privilégios" (FRIGOTTO, 2017, p. 23), mexendo seus tentáculos para interferir na política nacional. Estavam se formando as condições ideais para que os setores reacionários ganhassem mais corpo, o que favoreceu o Escola sem Partido, criando um cenário ideal "de crescimento do movimento, ligado ao contexto de crise política, que fortalece o avanço conservador" (MOURA, 2018, p. 92).

O resultado desse cenário foi à deflagração posterior do golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016 no Brasil e na afirmação de pautas conservadoras e reacionárias que levaram Michel Temer a presidência. O solo fértil para o reacionarismo desembocou também nas eleições de 2018, quando, fundindo política, moralismo religioso e um forte discurso autoritário, um dos principais apoiadores do ESP, Jair Bolsonaro, foi eleito Presidente da República.

E, é ganhando musculatura nesse período de crise que o ESP começou a ficar amplamente conhecido. Lacerda (2019) destaca que o dia 16 de dezembro de 2013 foi a primeira vez que o ESP foi tratado no plenário da Câmara dos Deputados, através de um discurso do deputado Erivelton Santana (PSC/BA), fazendo justamente a crítica a (suposta) introdução da "ideologia de gênero" nas escolas. A autora ressalta que parlamentares alinhados as pautas do ESP, a exemplo de integrantes da bancada evangélica, se organizaram em 2013 para disputar a formulação do PNE.

> Ainda naquele ano, os pronunciamentos a respeito do tema educação/gênero passam a se dar no contexto da discussão acerca do Plano Nacional de Educação. O relator do PNE, deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), incluiu no projeto a diretriz de superação das desigualdades educacionais com ênfase na "promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual". Essa iniciativa foi considerada uma ameaça e fez com que deputados se mobilizassem. [...]
> Após várias e acaloradas discussões, a posição contrária à menção de gênero e à orientação sexual no Plano venceu (LACERDA, 2019, p. 73-74).

A partir disso, protagonizando debates em 2014 de combate à chamada "ideologia de gênero", que o Escola sem Partido ficou conhecido nacionalmente, chegando a influenciar na elaboração do PNE, sendo retirada a menção de combate à desigualdade de gênero do documento aprovado (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). É também em 2014 que as ideias defendidas por este movimento reacionário tomam corpo de proposta de política pública educacional pela primeira vez, em forma de Projeto de Lei (PL). Após o pedido dos irmãos Flávio e Carlos Bolsonaro, Miguel Nagib produziu um modelo de PL do ESP que foi apresentado na Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro, onde Carlos era vereador, e outro projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde Flávio era deputado (ROSA, 2018).

Moura (2018) ressalta que neste mesmo ano, tomando como referência os projetos formulados para a família Bolsonaro, o ESP passou a disponibilizar em seu site modelos de projeto para serem apresentados em outros estados e municípios. Até 2018, a autora conseguiu mapear cerca de 160 projetos do ESP e similares, apresentados no Congresso e espalhados pelo território nacional. Cabe destacar que, dos projetos apresentados em âmbito federal, muitos dos propositores eram integrantes Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e da Frente Parlamentar Mista de Agropecuária (ROSA, 2018).

Esse destaque acima foi feito por conta do pretenso apartidarismo que o ESP diz que lhe é inerente. Como pode ser observado, os parlamentares que apresentam os PLs do movimento fazem parte do campo político da direita. Nas palavras de Saviani (2018, p. 43, grifo do autor), o ESP "é, de fato, uma escola **de** partido; é a escola dos partidos de direita, os partidos conservadores e reacionários que visam manter o estado de coisas atual com todas as injustiças e desigualdades que caracterizam a forma de sociedade dominante no mundo hoje".

Além da apresentação do PL's do movimento pelo país, as pautas do movimento passaram a disputar a formulação de outras políticas públicas. O novo PNE (BRASIL, 2014), em seu artigo 8º, estabeleceu o prazo de um ano após a sua promulgação para que os municípios e estados pudessem construir ou atualizar, com participação popular, seus respectivos planos de educação e os alinhando com a referida legislação federal. Para Manhas (2016, p. 16), o êxito do Escola sem Partido na sua empreitada durante a formulação do PNE, conseguindo retirar políticas de equidade de gênero do documento final, "influenciou a tramitação dos planos estaduais e municipais, que também sucumbiram ao *lobby* conservador, fundamentalista e refutaram qualquer menção de gênero, por exemplo, difundindo a falsa tese

intitulada “ideologia de gênero”[38]. Essa influência das pautas capitalizadas pelo ESP na formulação de políticas públicas pode ser constatada, por exemplo, na aprovação do Plano Estadual de Educação da Bahia, do Plano Municipal de Educação de Niterói/RJ (MOURA, 2018) e do Plano Municipal de Educação de Paranaguá/PR (REIS, 2016).

Mais um importante traço constitutivo do movimento se deu quando, no ano de 2015, o ESP criou uma associação para que o movimento pudesse processar professores e o Estado em questões que fossem entendidas por eles como prática ou indício de doutrinação.

> Em 2015, foi constituída a Associação Escola sem Partido, que iniciou um conjunto de ações judiciais, sendo a primeira delas contra o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) por causa do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Naquele ano, o tema da redação foi “A Persistência da Violência Contra a Mulher” e entre os critérios de correção que anulavam a prova constava a transgressão ao princípio de respeito aos direitos humanos. Tal critério, amparado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH) (Resolução CNE/CP nº 1/2012), foi questionada e, na página do EsP na internet, em 2017, foi disponibilizado um modelo de petição para que os estudantes que desejassem contestar esse critério do ENEM (Escola sem Partido, 2016 e 2017); tal pleito foi concedido por liminar do STF, de 4/11/2017 (ROSA, 2018, p. 56).

Como mostrado acima, o pedido do Escola sem Partido foi aceito pelo Supremo. Essa decisão judicial deixa a (falsa) impressão de que o movimento estava pautando a defesa da “liberdade de expressão” dos candidatos que não concordavam que a violência contra a mulher ainda persistia, ou que não queriam respeitar os direitos humanos em suas redações. Porém, infelizmente, esse não é um caso isolado.

No debate político cotidiano, várias pessoas – que, em geral, defendem políticos de direita e extrema-direita – têm reclamado que sua “liberdade de expressão” está sendo tolhida quando estes/as não têm o direito de proferir o que pensam sobre homossexuais, sobre negros/as, sobre estrangeiros, sobre pobres, ou também seu desprezo pela ordem democrática. No entanto, a liberdade de expressão encontra seu limite democrático quando esbarra em crimes já tipificados pela legislação brasileira. Ou seja, fazer apologia a crimes, a questões que são proibidas por lei, não é liberdade de expressão, mas sim, é atuar de forma criminosa. Desse modo, frisamos que utilizar ao limite as liberdades democráticas como a liberdade de expressão, chegando a ultrapassá-las, bem como subverter o discurso de terceiros, é uma postura utilizada há muito tempo por grupos e pessoas ou fascistas (STANLEY, 2018).

---

[38] Em Itapetinga/Ba, município que é o *locus* da presente pesquisa, o Plano Municipal de Educação foi atualizado em 2015, quase extrapolando o prazo de um ano estabelecido pelo PNE, sendo retirados do texto original os termos “gênero”, “sexualidade” e “transversalidade”. Participaram dos debates para a aprovação do projeto líderes religiosos, representantes da categoria docente, do movimento estudantil e da comunidade LGBT. A discussão sobre o processo de atualização do referido Plano e a influência das pautas do ESP no Plano será discutida na seção 5 deste trabalho.

A ação judicial a favor da possibilidade de violação dos direitos humanos foi a primeira da associação do ESP, porém está longe de ser a última. O movimento dissemina bandeiras país afora que sempre mostram a categoria docente como mal intencionada – "disposta a doutrinar", isto é, corromper os/as estudantes política, ideológica e sexualmente, o que causaria a destruição da família e a implementação do comunismo – , pautas essas que não foram inventadas pelo ESP, mas que foram catalisadas pelo movimento, se tornando mais conhecidas. Ou seja, a partir da catalisação dessas pautas pelo movimento elas se disseminaram em uma maior proporção e surgiram incontáveis casos de professores/as sendo processados, perseguidos e até demitidos pela acusação de que estavam promovendo doutrinação.

Como nem todos esses processos e demissões ocorreram pela interferência direta do Escola sem Partido através de sua associação – pois o movimento incentiva os pais a processarem os/as professores/as (MOURA, 2018), destacando inclusive as boas indenizações que os processos podem gerar (MIGUEL, 2016) –, este talvez tenha sido o maior sucesso do movimento: garantir que, mesmo sem a aprovação de um projeto de lei próprio, a categoria docente seja permanentemente perseguida, tendo sua autonomia cerceada – seja, pelo medo da punição, seja pela própria punição, ou por ordens superiores – , o que incide sobremaneira no aumento da precarização do trabalho dos/as professores/as.

Sobre a perseguição e criminalização da categoria docente, Penna (2018, p. 112) reitera que os Projetos de Lei (PLs) do movimento, que são permeados com suas pautas, "independentemente de aprovados ou não, já vem impactando o cotidiano escolar através da tentativa de censura de alguns temas por meio da intimidação de professores". Marafon e Souza (2018, p. 81, grifo nosso) também destacam, com relação ao patrulhamento ideológico que os/as educadores/as vem sofrendo, que

> Um dos efeitos produzidos pelo regime de verdades que tenta dominar o discurso educacional com o termo "ideologia de gênero" é a **sensação de medo e insegurança** que paira sobre professoras/es que **transversalizam** discussões sobre saberes e práticas de gênero nas escolas básicas e também sobre aquelas/es que atuam na formação de professoras/es no ensino superior.

Assim, quando em sua aparência fenomênica, que pode ser notada, dentre outras coisas, através de sua autodescrição – afirmando ser um movimento neutro, independente e apartidário que tem por objetivo defender estudantes de professores/as mal intencionados/as – o Escola sem Partido, enquanto fenômeno que é, tenta, contraditoriamente, esconder o que determina seu existir. Como está sendo demonstrado até aqui, o ESP, em sua essência, não

tem nada de autônomo e independente; está conectado e é influenciado, desde o começo, por grupos de direita, extrema-direita e segmentos religiosos cristãos.

O próprio nome do Escola sem Partido traz consigo uma carga de informações que são passadas de forma subliminar tentando transparecer, para quem desconhece sua essência, que este é um movimento autônomo e, portanto, sem ligações e interesses políticos (como se isso fosse possível); confundindo "política" (no sentido *latu*) com "política partidária"; e, amarrando os pontos anteriores, apresenta a política com algo ruim, que deve ser evitado.

Em concordância com Souza e Oliveira (2017), defendemos que a escola é uma instituição de natureza política. Os autores afirmam que essa constatação está alicerçada em Aristóteles, no artigo 205 da própria Carta Magna (BRASIL, 1988), e no artigo 32 da LDB (BRASIL, 1996), apontando que a educação forma as pessoas, dentre outras coisas, para serem cidadãos/ãs e para o exercício da cidadania. Ou seja, legalmente, a educação forma as pessoas para terem ciência dos seus diretos, deveres, e para respeitarem as demais pessoas que convivem na *polis*.

Para além disso, compreendemos também que a educação é uma totalidade que faz parte de uma totalidade maior – que é a nossa sociedade imersa no modo de produção capitalista (TORRIGLIA; ORTIGARA, 2014). Isso implica dizer que, mesmo em sua singularidade, a parte – neste caso, a educação escolar – está relacionada com o todo, sofrendo influência e influenciando (CURY, 2000). Desse modo, a escola, mesmo tentando atuar de forma neutra, através de docentes e gestores/as, contribui para a reprodução da nossa sociedade.

Assim, mesmo quando profissionais da educação pensam que estão sendo neutros, eles e elas estão tomando uma postura política, partindo da aceitação de que na nossa sociedade – que compreende as desigualdades sociais, econômicas, de gênero, raciais etc. – , os preconceitos e os privilégios estão dados, "são naturais", e não cabe a educação "tomar partido" frente a isso. E, quando os/as professores/as problematizam a realidade, os conteúdos – analisando questões como o racismo, o machismo, a homofobia de forma crítica (elementos que são estruturantes da nossa sociedade) – eles/as estão buscando a superação do *status quo*. Ou seja, não adianta criminalizar a política. Não tem escapatória! A escola e os professores sempre estarão assumindo uma postura política, mesmo quando acham que estão agindo de maneira neutra.

Quanto a questão da suposta independência e neutralidade do ESP, um minucioso estudo feito por Espinosa e Queiroz (2017) demonstra que, além da ligação umbilical com a

família Bolsonaro – com quem Miguel Nagib demostra simpatia em sua rede social e, através da qual, o ESP se tornou proposta de política pública pela primeira vez – , o fundador do movimento participava frequentemente de eventos de viés conservador, dentre eles os atos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff, eventos da Frente Parlamentar Evangélica, a participação em programas de internet de corte conservador e reacionário, como os do canal "Terça Livre" e entrevistas com Bia Kicis, que também é cunhada de Nagib. Segundo a autora e o autor, esta última, que era então procuradora do Distrito Federal, é um braço importante do ESP, estabelecendo conexões com outros grupos de direita, com segmentos político partidários, e realizando eventos em prol do movimento.

Atualmente, Bia Kicis é Deputada Federal pelo PSL/DF – mesmo partido que elegeu, o hoje Presidente, Jair Bolsonaro – e integra a ala ideológica do partido e do Governo Federal. No início de 2021, a Deputada foi indicada pelo partido e eleita para presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal – a comissão mais importante da casa, que decide a constitucionalidade das proposições da Câmara. Ao ser indicada para presidir a CCJ, Bia Kicis enfrentou resistência de muitos dos seus pares e de integrantes do poder judiciário, por defender reiteradamente temas inconstitucionais, como um golpe de Estado[39], e de fazer apologia ao negacionismo em plena pandemia[40]. E, como a deputada é a principal autora do mais recente projeto do Escola sem Partido apresentado no Congresso, o PL 246/2019 (BRASIL, 2019) – PL que, mesmo com algumas mudanças, continua trazendo as do movimento, a criminalização e permanente desconfiança com docentes e com o movimento estudantil, através dos grêmios – existe a possibilidade de que ela, como presidente da CCJ, ponha o referido projeto do ESP para ser apreciado pela comissão[41].

---

[39] Segue link para matéria que fala sobre a eleição da Deputada para a presidência da CCJ. A reportagem lembra que Bia Kicis é investigada pelo Supremo Tribunal Federal por financiar atos que defendiam um golpe militar. A matéria também fala da postura negacionista da Deputada diante da pandemia. Disponível em: < https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/10/aliada-de-bolsonaro-bia-kicis-do-psl-e-eleita-presidente-da-ccj-da-camara.ghtml >. Acesso em: 14 mar. 2021.

[40] Em relação ao novo coronavírus, no momento que este trabalho está sendo concluído (fevereiro de 2022), o Brasil é um dos países com maior número vidas perdidas e está com mais de 600 mil mortos após dois anos de pandemia no país. Mesmo assim, a Deputada faz questão de manter sua postura contra a ciência e contra as medidas restritivas e de higiene que têm sido adotadas para prevenir a doença.

[41] No *link* do vídeo a seguir, a Deputada do PSL/DF está com o fundador do ESP, Miguel Nagib, e o assunto central do diálogo entre os dois é sobre o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da inconstitucionalidade da "Lei Escola Livre", do ESP, que foi aprovado no estado de Alagoas em 2016. Segundo os dois, caso o STF declarasse a lei inconstitucional, o judiciário o ESP poderia ser declarado inconstitucional no país e o Supremo estaria legalizando a doutrinação nas escolas. Como em agosto de 2020 o plenário do STF declarou por maioria de votos a inconstitucionalidade da referida lei, Bia Kicis, como presidente da CCJ, pode realizar alguma manobra para tentar votar o seu PL do ESP na Comissão e assim o declarar constitucional, afrontando o Supremo. No vídeo, Nagib também fala que o ESP e o combate à doutrinação foram bandeiras de campanha de Jair Bolsonaro à presidência da República. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=JxGqCCp9rvg >. Acesso em: 14 mar. 2021.

Ainda de acordo com Espinosa e Queiroz (2017), Bia Kicis, assim como outros personagens importantes para o ESP, além da defesa e filiação a partidos e grupos de direita, têm mais uma coisa em comum: são seguidores de Olavo de Carvalho. Apontado como expoente – ou melhor, "guru intelectual"[42] – do grupo de direita que chegou ao Palácio do Planalto em 2018, e que tem Jair Bolsonaro como figura principal, Olavo, que faleceu no dia 24 de janeiro de 2022 de Covid-19, também foi conhecido por propagar notícias falsas[43], e é um feroz crítico da esquerda e da manifestação de ideias progressistas nos diversos espaços da sociedade.

Fazendo valer a categoria contradição, Olavo de Carvalho, era um importante expoente desta "nova direita" da qual o ESP faz parte e, apesar de ser uma referência basilar na gênese do movimento (PENNA; SALLES, 2017) e de já ter defendido veementemente o ESP[44], como destacou Miguel (2016), tem manifestado recentemente que é contra a proibição do debate de ideias de esquerda na escola[45]. Mas, o mesmo Olavo também defendia que para "pegar o inimigo", ou seja, para combater pessoas do campo político diferente do seu, devem ser "quebradas as pernas do inimigo". Estes "inimigos" seriam as pessoas que o criticam e que criticam o governo Bolsonaro e integrantes de seu campo ideológico. Estas expressões que foram destacadas, segundo o próprio Olavo de Carvalho, significam processar os/as opositores/as, os/as constrangendo e inibindo por conta do medo das sanções judiciais que

---

[42] No *link* a seguir pode ser assistido o discurso que Bolsonaro fez em um jantar nos Estados Unidos, onde estavam presentes o então Presidente daquele país, Donald Trump, e integrantes de seu governo. Exatamente ao lado direito de Bolsonaro estava sentado Olavo de Carvalho, a quem, a partir de 1 minuto e 12 segundos, o presidente se referiu como uma de suas principais inspirações e também como um dos responsáveis pela sua vitória. Um pouco antes, nitidamente constrangido, Bolsonaro admitiu para as autoridades americanas que ele e a sua esposa não acreditavam que poderia ganhar as eleições presidenciais. Bolsonaro também disse que a sua campanha foi baseada no preceito bíblico "conhecereis a verdade e ela vos libertará" e no sonho de "libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda". Disponível em: < https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/discurso-de-bolsonaro-jantar-eua-olavo.html >. Acesso em: 14 mar. 2021.

[43] Segue, através do *link*, um vídeo famoso de Olavo de Carvalho onde o mesmo afirma que a Pepsi utiliza células de fetos que foram abortados para adoçar o seu refrigerante. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=7l4WmFjzDls&feature=youtu.be >. Acesso em: 15 mar. 2021.

[44] Em um vídeo que pode ser assistido no *link* a seguir, Olavo de Carvalho está vestido com a camisa do Escola sem Partido e diz que está fazendo esta gravação a pedido de Bia Kicis, por conta de uma enquete sobre o movimento. No vídeo, Olavo também fala que apesar de algumas críticas que já fez a estratégia do movimento, ele entende que os objetivos e os valores do ESP estão corretos e são inatacáveis. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=kwEclvTtF7E >. Acesso em: 15 mar. 2021.

[45] Na entrevista que pode ser assistida pelo *link* que segue, Olavo de Carvalho, no início do primeiro minuto, fala que não é contra uma "escola sem ideologias", mas diz que "o problema é que os comunistas não deixam ninguém falar", dando entender que são o grupo hegemônico nas universidades. Na mesma entrevista, aos 12 minutos e 07 segundos, ao responder uma pergunta que colocava como pejorativo o discurso de ódio promovido pelos filhos de Jair Bolsonaro contra a esquerda, Olavo de Carvalho justifica que nenhuma crítica feita aos comunistas pode ser encarada como discurso de ódio, dando, praticamente, um salvo conduto para qualquer tipo de ataque e enfrentamento às pessoas de esquerda por conta de erros que os governos comunistas haviam cometido. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=nYED3g2dFis >. Acesso em: 14 mar. 2021.

podem lhes atingir[46]. No entanto, este tipo de postura é a mesma que é adotada pelo ESP, de incentivo a processar para constranger, inibir e perseguir quem não tem a mesma concordância político-ideológica.

Além das conexões do ESP mostradas anteriormente, Penna (2017) lembra que Miguel Nagib, fundador do movimento, também já foi articulista do Instituto Millenium – um dos principais *think tanks*[47] de direita no Brasil – e que chegou a escrever um artigo defendendo os valores que a escola deve promover. Dentre estes valores estava a meritocracia, a responsabilidade individual e a propriedade privada. Seriam estes os valores neutros que o movimento defende (?), pergunta o autor. Além disso, Penna (2017) também lembra que algumas das afirmações recorrentes do movimento apontam que as escolas são dominadas pelo pensamento marxista, com uma forte influência de pensadores com Paulo Freire e Gramsci.

Estas últimas afirmações do ESP, assim como "o mito da doutrinação ideológica praticada por docentes", a suposta sexualização na educação e que a culpa do baixo desempenho educacional no país seria por conta dos valores ligados à esquerda, foram tão repercutidas pelo movimento que ganharam espaço nos debates cotidianos, nas redes sociais e, estando presentes até no plano de governo do então presidente do Brasil[48].

> Os alunos estariam tendo péssimos resultados em avaliações externas porque os professores não estariam preocupados em ensinar as matérias, mas em doutriná-los ideologicamente. Essa é uma forma de dar sentido à frustração com a escola – responsabilizando professores, que são demonizados – e que gera uma demanda por uma escola melhor através da criminalização dos professores (PENNA, 2018, p. 122).

Ao defender estas ideias apresentadas anteriormente, quem conhece minimamente o chão da escola percebe que este posicionamento está baseado em informações que são inverídicas. Na verdade, estas ideias estão desconectadas da realidade material – como se esta "verdade" que eles apresentam fosse autônoma, se bastasse por si só. O cenário educacional e social, muito provavelmente, seria outro se a educação do país tivesse como referência na

---

[46] As expressões que estão entre parentes foram ditas por Olavo de Carvalho durante uma entrevista que pode ser assistida no *link* a seguir. Olavo as expressa respondendo duas perguntas – a primeira pergunta começa aos 2 minutos e 10 segundos e a segunda resposta de Olavo termina aos 7 minutos e 30 segundos. Na mesma entrevista, respondendo uma pergunta que começa aos 8 minutos e 24 segundos, Olavo de carvalho se contradiz mais uma vez. Nas respostas anteriores, quando estava falando em processar adversários políticos, ele havia dito que não se combate ideias e instituições, se combatem indivíduos. Porém, aos 8 minutos e 40 segundos Olavo se contradiz e fala que não se discute pessoas, não se pode julgá-las, ao fazer uma avaliação sobre o Presidente Bolsonaro. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=-1a1Ah8V5Jk >. Acesso em: 14 mar. 2021.

[47] *Think tank* são organizações que representam alguma categoria ou segmento específico da sociedade e que formulam políticas públicas e também orientações teóricas para os grupos que representam.

[48] Disponível em: < https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf >. Acesso em: 14 mar. 2021.

prática cotidiana os ensinamentos de Paulo Freire e Gramsci. Pois, teríamos uma educação que forma para um mundo mais justo e solidário, que não naturaliza as desigualdades – ao contrário, combatendo-as. E, com relação à meritocracia, defender "este valor" é desconsiderar os condicionantes históricos e as desigualdades que formam a nossa sociedade.

Ou seja, o que o Escola sem Partido faz é exatamente a forma como a ideologia descrita por Marx e Engels (2007) promove a compreensão do mundo – as apresenta de maneira invertida, como se os fatos e a ideias fossem autônomas, independentes de condicionantes históricos. Hungaro (2014, p. 54), a partir dos escritos de Marx e Engels (2007), explica como os ideólogos burgueses promovem a sua forma de compreensão da realidade:

> Por desconsiderarem (ignorarem) seus determinantes históricos, os ideólogos oferecem da realidade uma interpretação que é unilateral, parcial, em síntese, uma "falsa consciência". [...]
> A ideologia recolhe elementos da realidade e reconfigura-os sem estabelecer os nexos entre essa reconfiguração e a realidade representada (as condições sociais e históricas que pretende representar). Operando desta maneira, aparece-nos como uma construção inquestionável em sua estrutura interna. [...] Consequentemente, a ideologia é muito mais que uma "falsa consciência" em si, ele é uma "falsa consciência" que se autolegitima.

Com relação à neutralidade que o movimento diz que tem e que também reivindica dos/as professores/as, quando falamos da natureza política da educação já explicamos que, mesmo quando o/a educador/a tenta ser neutro/a, isento/a, ele/a está assumindo uma postura política parcial a favor da manutenção do *status quo*. Corroborando com o que foi dito, Souza e Oliveira (2017, p. 128) afirmam que "a pretensa imparcialidade exigida [pelo ESP] do professor tem como objetivo principal a produção de sujeitos acríticos, despolitizados e desorganizados no meio social".

Nesse sentido, Frigotto (2017, p. 31) alerta que o patrulhamento ideológico que criminaliza docentes e o pensamento de esquerda, a ameaça a fundamentos democráticos, a apologia a intolerância, dentre outros atributos promovidos pelo ESP, são ingredientes que ajudaram a construir o terror do nazismo e do fascismo na Europa.

> Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde.

O filósofo e escritor italiano Umberto Eco (2018), que viveu durante o período que Mussolini comandou seu país, aponta que o fascismo está longe de ser um regime que aconteceu só em um período da história e em uma só nação. Segundo o autor, não só para os

europeus, mas para os americanos que lutaram na II Guerra, regimes como a ditadura franquista, na Espanha, e o nazismo, na Alemanha, dentre outros, também eram fascistas.

Eco traz uma série de características que pertencem à essência do fascismo, "mas é suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista" (ECO, 2018, p. 44). Dentre essas características, algumas podem ser observadas no Escola sem Partido como o culto à tradição e a um passado idealizado; repulsa ao pensamento crítico; medo da pluralidade de ideias; síndrome de que existem conspirações para confrontar seus objetivos; sensação de embate permanente e de que o inimigo tem que ser derrotado; desprezo aos mais fracos; o machismo e a homofobia; o ataque a partidos e ao parlamento; e a utilização de linguagem elementar e simplista.

Atualmente – apesar de continuar representando uma perigosa ameaça para a educação em geral, para a categoria docente e de suas pautas continuarem interferido nos debates dentro e fora da escola – , a situação do Escola sem Partido não é de tanto destaque como em meados da década passada – momento que teve maior pujança do movimento. Se queixando de excesso de gastos e abandono por parte do Governo Bolsonaro – o qual tinha o ESP como promessa de campanha e que trouxe as pautas do movimento em seu programa de governo na para a campanha presidencial – , no início de julho 2019, Miguel Nagib anunciou que a partir do dia 01 de agosto do mesmo ano o movimento encerraria suas atividades[49]. No entanto, após captar dinheiro junto a empresários, o fundador do ESP decidiu dar sequência ao movimento, porém a sensação abandono e o seu ressentimento com o governo Bolsonaro continuaram.

No final de outubro de 2019, quando participava de uma entrevista em um canal do Yotube[50], a Deputada Federal Carla Zambelli (PSL/SP) – que é uma das autoras do PL 246/19 (BRASIL, 2019), mais novo projeto do ESP no Congresso – concordou que o programa do ESP foi proposta de campanha de Bolsonaro e que também foi um dos responsáveis pela vitória do então Presidente. Ao ser questionada durante a entrevista sobre o porquê de o governo ainda não ter pautado a votação do PL, a Deputada respondeu que entendia como um erro do Executivo não ter investido mais no projeto. Mas, na sequência Zambelli pondera dizendo que o entendimento do governo na época era o de que se colocasse o PL do movimento para votar, por conta da grande repercussão que isso poderia gerar, atrapalharia na

[49] Disponível em: < https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/ >. Acesso em: 10 jan. 2022.

[50] A discussão sobre defesa do combate a ideologia de gênero por parte do Governo Bolsonaro durante a entrevista começa a partir do 11º minuto do vídeo. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=t3nXl1mb-uA >. Acesso em: 10 jan. 2022.

aprovação de reformas como a da previdência. No final de sua resposta sobre o movimento, a Deputada afirmou que a decisão sobre quando o ESP iria ser pautado para votação estava nas mãos do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ).

No ano seguinte, com o PL do ESP ainda sem ser pautado no Congresso, duas decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal impactaram fortemente o ESP, em especial os seus Projetos de Lei. A primeira delas foi quando, no dia 24 de abril de 2020, o Supremo declarou a inconstitucionalidade de uma lei de 2015, aprovada no município de Novo Gama/GO, que proibia discussões e materiais relacionados à suposta ideologia de gênero[51]. Alexandre de Moraes, relator da ação, ratificou o entendimento da Procuradoria Geral da República de que a referida lei – que foi inspirada no Escola sem Partido –, dentre outras coisas, feria o direito à igualdade e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento. Todos/as Ministros/as acompanharam o voto do relator pela inconstitucionalidade da lei.

A segunda e mais importante decisão foi quando, quatro meses depois, no dia 21 de agosto de 2020, o plenário do Supremo declarou a inconstitucionalidade da Lei Escola Livre, aprovada em 2016 no Estado de Alagoas. Os efeitos da lei no estado estavam suspensos desde 2017 por conta de uma liminar do Ministro Luiz Roberto Barroso, que já apontava pela sua inconstitucionalidade. E, com a grande similaridade da Lei da Escola Livre com os PL's do ESP – como afirmou o próprio Miguel Nagib em uma entrevista concedida no final de 2021 a um no Youtube[52] – , a declaração de inconstitucionalidade dela praticamente declara também como inconstitucional todos os PL's do movimento. Um dia após esta decisão do STF, no dia 22 de agosto de 2020, Miguel Nagib comunicou publicamente – agora, pela segunda vez – que estaria se desligando do movimento[53].

Na referida entrevista, que tratou como tema central a explicação para os/as expectadores/as como estava o Escola sem Partido no momento, o fundador do ESP afirmou que o ESP é um movimento naturalmente de direita e tocado por pessoas conservadoras. Segundo ele, uma junção de fatores fizeram com que o ESP fosse o mais bem sucedido

---

[51] Disponível em:< https://campanha.org.br/noticias/2020/04/27/vitoria-por-unanimidade-stf-declara-inconstitucional-lei-municipal-de-ideologia-de-genero-em-escolas/#:~:text=Lei%20proibia%20debate%20sobre%20identidade,Campanha%20elaborou%20subs%C3%ADdios%20ao%20processo&text=A%20lei%20de%202015%20da,Procuradoria%2DGeral%20da%20Rep%C3%BAblica) >. Acesso em: 10 jan. 2022.

[52] Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=k5sguCgXMCM&t=2619s >. Acesso em: 10 jan. 2022.

[53] Disponível em:< https://campanha.org.br/noticias/2020/04/27/vitoria-por-unanimidade-stf-declara-inconstitucional-lei-municipal-de-ideologia-de-genero-em-escolas/#:~:text=Lei%20proibia%20debate%20sobre%20identidade,Campanha%20elaborou%20subs%C3%ADdios%20ao%20processo&text=A%20lei%20de%202015%20da,Procuradoria%2DGeral%20da%20Rep%C3%BAblica). >. Acesso em 10 jan. 2022.

movimento da direita no Brasil. Nagib também explicou que para ele o movimento era dividido em três dimensões que estão imbricadas: os Projetos de Lei; o movimento em si; e o trabalho de denúncias contra doutrinação. De acordo com o mesmo, a decisão do Supremo sobre a Lei Escola Livre, de Alagoas, foi o principal motivo do fim dos PL's do ESP, pois estes ficaram inviabilizados de serem aprovados, pois, por tabela, também foram considerados inconstitucionais.

Ainda segundo Nagib, o movimento e seu site também acabaram por conta do abandono do Governo de Jair Bolsonaro e que isso se deve, principalmente, as críticas que o ESP passou a receber de Olavo de Carvalho. Nagib disse não entender o motivo das críticas ao ESP feitas pelo "guru intelectual" do governo que, segundo ele, passaram a acontecer de forma mais pontual em 2016, se tornando mais contundentes a partir de novembro de 2018. O fundador do ESP também relata no vídeo que sempre foi muito próximo de Olavo, admite a influência deste desde a fundação do movimento, inclusive sendo a pessoa que redigiu, junto com ele, os "deveres do professor" que estão constados nos PL's do movimento.

Ainda no mesmo vídeo, Nagib fala também que a única coisa que ainda funciona no ESP são as denúncias, que foram amplamente incentivadas por ele na trajetória do movimento; que o movimento acabou de fato; que ele não vê possibilidade de ESP crescer novamente por conta do boicote do governo; e que a única possibilidade de ele reativar o site do movimento é para provar para Bolsonaro que a doutrinação relacionada à ideologia de gênero continua acontecendo.

Cabe o destaque de uma coisa chama bastante à atenção na trajetória recente do Escola sem Partido. Na entrevista, Nagib fala que, apesar de estar sendo boicotado pelo governo recentemente, uma das provas que o ESP foi bem sucedido é que o movimento conseguiu pautar as eleições presidenciais de 2018. De fato, se observarmos, além do ESP ter sido promessa de campanha de Bolsonaro, as pautas do movimento tiveram lugar de protagonismo – principalmente nas *Fake News* que circulavam nas redes sociais em 2018 e que foram decisivas para o resultado da eleição.

O que espanta é ver que o principal líder e fundador do movimento que chegou a pautar as eleições de 2018 está praticamente enterrado no ostracismo atualmente, sem espaço nos debates e na mídia e, quando aparece, concede entrevista para veículos inexpressivos – a exemplo do canal que Miguel Nagib concedeu a entrevista a que nos referimos. Até o momento de concussão desta dissertação, o canal da entrevista tinha 246 inscritos e o vídeo tinha apenas 27 curtidas a favor, uma curtida contra e 280 visualizações.

Porém, mais três destaques devem ser pontuados sobre decaída atual que o ESP está vivenciando. A primeira delas é que, como lembra Kosik (1976), em sua aparência o fenômeno se manifesta, mas também esconde facetas de sua essência. Ou seja, devemos desconfiar das declarações de Nagib sobre o fim do ESP, pois não sabemos tudo que está escondido, que não foi revelado em sua fala sobre o momento atual do movimento. Por exemplo, o próprio Nagib já anunciou que o ESP encerraria suas atividades e, posteriormente, voltou atrás na decisão.

A outra questão que não podemos esquecer é que o Governo Bolsonaro – que, apesar do boicote, ainda abraça as pautas do movimento – está no poder e com quadros importantes do movimento em posição de destaque no governo, como Bia Kicis – uma das autoras/es do PL 246/19. E, esta Deputada, aliada a outros/as parlamentares bolsonaristas, tem pautado propostas que, assim como o ESP, disputam a educação escolarizada defendendo o controle da atuação docente, a modelagem de comportamento e uma educação acrítica, como é o caso das propostas por militarização das escolas e do *homeschooling* – esta última é vista com bons olhos por Miguel Nagib em um dos momentos da entrevista que foi referida aqui. Por fim, nunca é demais lembrar que, apesar do boicote que vem sofrendo por parte da ala olavista do Governo Bolsonaro, as pautas do ESP continuam a pleno vapor, interferido na educação escolarizada – principalmente na perseguição a professores/as – e no debate cotidiano travado nas redes sociais e na "vida real".

Para começar a fechar, não o nosso posicionamento sobre o ESP, mas, o que o Escola sem Partido realmente é, destacamos, com relação à pretensa independência e neutralidade do movimento, que a íntima ligação com segmentos da direita e extrema-direita – desde a apresentação dos PLs do movimento, até a estreita ligação com personagens de destaque no campo ideológico – é reforçada pelo apoio de movimentos liberais brasileiros, sendo que alguns deles têm ramificações no exterior.

> Manifestações favoráveis ao EsP são divulgadas pelos adeptos do Movimento Brasil Livre (MBL); do Revoltados On Line e do Instituto Liberal. O Instituto Liberal, assim como outras onze entidades brasileiras, é parceiro do Atlas Network, uma rede que agrega mais de 450 agremiações parceiras (*think tanks*) em cerca de 90 países (ROSA, p. 57).

A influência e similaridade de outros grupos deste espectro político no exterior, a exemplo do *No Indoctrination* e do *Creation Studies Institute* (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017), mostra que "a militância" que o Escola sem Partido se propõem a fazer é a face brasileira da movimentação de uma "fração nova da direita" que, ao mesmo tempo em que defende pautas ligadas ao neoliberalismo – como a meritocracia, a responsabilidade

individual e o neotecnicismo – , reage aos avanços de pautas societárias que a sociedade conseguiu conquistar – como o enfrentamento ao racismo, o combate a homofobia, a liberdade de manifestação de pensamento político etc. Portanto, concordando com Penna (2018), com Zan e Krawczyk (2018), com Moura (2018) e com Cunha (2016), afirmamos que o Escola sem Partido – ao reagir aos avanços sociais dos últimos tempos e defender o retrocesso dessas conquistas – é um movimento reacionário.

Muitas vezes, as palavras "conservador", "neoconservador", "ultra conservador" e "reacionário" são utilizadas como sinônimos. Porém é importante destacar que, neste trabalho, reacionário não é sinônimo de conservador. Entende-se como "conservador" o movimento que pretende conservar o que está posto. Porém, em suas pautas, o Escola sem Partido pretende conservar desigualdades, no sentido de naturalizá-las, e retroceder em outras questões, principalmente no sentido legal, quando, por exemplo, manifesta ser contra configurações diferentes de família, ou ao se mostrar contra a pluralidade de pensamento e liberdade de cátedra.

Como ficou demonstrado, as pautas do ESP não foram criadas pelo próprio movimento. As origens delas podem ser rastreadas, como exposto aqui, e isso diz muito sobre as influências que o ESP tem e o que ele acaba reproduzindo ao requentá-las, aumentando a sobrevida delas e as tornando ainda mais conhecidas. Ao mesmo tempo em que o movimento catalisa essas pautas – auxilia no fortalecimento e difusão delas – ele se capitalizou com isso, ganhando maior projeção. Um exemplo disso é que, como já mencionado, o ESP fica muito mais conhecido a partir de sua adesão à pauta contra a ideologia de gênero (MIGUEL, 2016). É neste sentido que afirmamos que as pautas foram capitalizadas por este movimento reacionário.

O próprio fenômeno ora analisado nos mostra que ele não tem nada de autônomo, independente e neutro. Nesse caminho de retorno ao objeto, as determinações e influências do concreto pensado, após criteriosa investigação e exposição de sua gênese e desenvolvimento, puderam ser identificadas e mostraram que são perfeitamente rastreáveis. Ou, nas palavras de Frigotto (2017, p. 18)

> As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais.

Assim, com base em tudo que foi apresentado aqui, da gênese ao desenvolvimento do movimento, identificando os condicionantes e a bagagem histórica que eles estão assentados,

conceituamos o Escola sem Partido como um movimento reacionário, com um visível traço fascista, que faz parte de uma nova fração da direita a nível nacional e internacional, com estreitas ligações a grupamentos e partidos situados no campo político da direita e com grupos reacionários de religiosos cristãos. O seu próprio nome tenta esconder seus vínculos e interesses políticos, que estão ligados à reprodução da ideologia da elite burguesa, a manutenção de privilégios e desigualdades e ao retrocesso com relação aos avanços societários conquistados nos últimos tempos.

E, como principais determinações do movimento que foram identificadas, destacamos **a crise**, como fator desencadeador de crescimento e pujança de pensamentos autoritários e reacionários durante a história – a exemplo do que aconteceu no fascismo europeu e do próprio fortalecimento do ESP no Brasil; **o fascismo**, que é visível nas pautas do ESP, reutilizando a mofada tática fascista de eleger os/as comunistas e suas ideias como inimigos a serem destruídos, criminalizando-os, e também defendendo pautas antidemocráticas; e **o tecnicismo** que, para garantir que apenas a sua visão de mundo seja ensinada na escola, tolhe a autonomia e liberdade docente, responsabiliza-os/as pelo desempenho dos/as estudantes, perseguindo-os/as, o que resulta em uma maior **precarização do trabalho docente**.

Assim, identificadas as referidas determinações, estes condicionantes e os seus desdobramentos no cenário educacional e na formulação de políticas públicas estão melhor apresentados e discutidos nos tópicos a seguir desta seção.

4.2 A CRISE COMO DETERMINANTE

> *A totalidade concreta, contudo, não é algo que contenha uma existência em si. Ela é o processo de criação de sua estrutura porque é vista como uma produção social do homem. Isto quer dizer que a totalidade concreta implica a historicização dos fenômenos, ou seja, impõe-se pensá-la não a partir de si própria, mas a partir de totalidades concretas (CURY, 2000, p. 37).*

O Materialismo Histórico Dialético, quando utilizado como orientação teórico-metodológico na pesquisa científica, compreende, dentre outras coisas, que o objeto estudado é uma totalidade dinâmica e contraditória, forjada pela conexão com seus determinantes. Estes, por sua vez, são também outras totalidades concretas que determinam e condicionam o objeto em sua realidade concreta – na facticidade e na essência do objeto.

Nesse sentido, para entender o Escola sem Partido – parte fundamental do nosso objeto – para além de sua aparência fenomênica é imperativo que possamos compreender como os seus determinantes o condicionam histórica e socialmente, assim como sinaliza Cury

(2000) na passagem que dá início a este tópico. Dessa maneira, este e os tópicos seguintes da seção têm o objetivo de demonstrar como os determinantes do ESP – no caso do presente tópico, a crise – condicionam a existência deste movimento reacionário. E, ao falar da crise, estamos nos referindo à sua faceta política, mas, sobretudo, ao componente econômico dela, pois este gera um clima de insegurança e incertezas, deixando o terreno fértil para o recrudescimento de posturas autoritárias e reacionárias.

O filme *O Ovo da Serpente*, de Ingmar Bergman, retrata muito bem como o ambiente de precariedade e desagregação social provocado durante uma aguda crise pode ser um fator desencadeador de manifestações e regimes autoritários e antidemocráticos desde o período retratado na película, mostrando o que ocorreu na Europa, com o fascismo, na primeira metade do século passado (FRIGOTTO, 2017). No referido caso, a arte expressou não só o que pôde ser constatado empiricamente em um período histórico específico, mas também o que falam teóricos como Konder (2009) e Mascaro (2018) e Costa (2020): o fascismo e o recrudescimento de segmentos reacionários e conservadores são manifestações que ganham força em períodos de crise e podem servir como alternativa para reorganizar o próprio sistema capitalista diante de um cenário econômico e político adverso.

Autores/as apontam que mais recentemente movimentos conservadores e reacionários – dentre eles o ESP –, ganharam maior musculatura após a crise que atingiu o mundo em 2008. Esta recente crise "provocou maior destruição de capital e empregos do que a Grande depressão de 1929" (RÊSES, 2014, p. 169), mas chegou com força ao Brasil no início da década de 10 deste século. Frigotto (2018, p. 20), após questionar quais determinações propiciaram o ressurgimento do neofascismo e neonazismo nestas circunstâncias de crise, responde que alguns estudos nos ajudam "a entender essa regressão e seus custos humanos resultantes da fome, do desemprego, da violência e do ódio ao diferente e ao pobre, que, entre nós, especialmente desde 2014, assume traços de morbidez".

Seguindo a linha desses estudos, Penna (2018, p. 92) afirma que o momento em que o ESP teve seu crescimento impulsionado, quando passou a ser um movimento político, está "ligado ao contexto de crise política, que fortalece o avanço conservador". Salles e Silva (2018, p. 159) também seguem nesta direção, ratificando que o ESP "se articula com sucesso à onda conservadora que surge desde 2013-2014", apontando que esse cenário foi propício para o crescimento do movimento.

Lowy (2015), ao analisar a esse avanço da extrema-direita na Europa nos últimos tempos, argumenta que a crise econômica que estourou em 2008, de fato, tem beneficiado os

grupos ligados a este campo político. No entanto, o autor pondera que creditar a ascensão destes grupos apenas à crise é incorrer em uma visão meramente economicista.

O autor traz exemplos de países que fugiriam desta suposta "regra", como Portugal e Espanha, sendo estes muito afetados pela crise, mas sem um crescimento significativo da extrema-direita; e Suíça e Áustria, que praticamente não foram afetados pela crise, mas a extrema-direita tem em torno de 20% de apoio. Entendemos como importantes às ponderações trazidas por Lowy (2015), pois – já que a crise sozinha não é garantia da ascensão reacionária – ao voltar a nossa atenção para "o caso" brasileiro, buscaremos compreender que peculiaridade propiciou à crise atuar no Brasil de modo a favorecer o ESP.

Ainda de acordo com o autor, além das questões anteriormente ponderadas, ao incorrer numa visão meramente economicista que coloca a crise como fator central na ascensão da extrema-direita, corre-se o risco de que não seja combatido o perigo eminente, que é a possibilidade do ressurgimento fascista.

> A esquerda como um todo, com apenas algumas exceções, tem severamente subestimado esse perigo. Não viu a "onda marrom"[54] vindo e, portanto, não viu a necessidade de tomar a iniciativa de uma mobilização antifascista. Para algumas correntes da esquerda que veem a extrema-direita como nada mais do que um efeito colateral da crise e do desemprego, são essas as causas que devem ser atacadas, e não o fenômeno fascista propriamente dito. Tal raciocínio tipicamente economicista desarmou a esquerda diante da ofensiva ideológica racista, xenofóbica e nacionalista da extrema-direita.
> Nenhum grupo social é imune à praga marrom. As ideias da extrema-direita, em particular o racismo, contaminaram uma parte significativa não só da pequena burguesia e dos desempregados, mas também da classe trabalhadora e da juventude (LOWY, 2015, p. 658).

Voltaremos a essa questão – do ressurgimento do fascismo – posteriormente, no tópico seguinte desta seção. Continuaremos nossa discussão sobre o fenômeno da crise no Brasil trazendo, antes, algumas questões que nos ajudarão a entender melhor este fenômeno que atingiu o Brasil, sobretudo a partir de 2013, sendo determinante na ascensão de movimentos reacionários que conseguiram, inclusive, influenciar na formulação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

Seguindo a linha marxista de análise, podemos dizer que as crises são inerentes ao sistema capitalista, por conta de suas contradições internas. Ou, nas palavras de Mascaro (2018, p. 24), "o capitalismo porta necessariamente crise". Segundo este autor, no capitalismo, em geral, os governos têm de dar conta da sanha das classes dominantes pela acumulação e, contraditoriamente, também tentar atender as demandas das classes e grupos

[54] A "onda marron" é uma referência à tropa nazista de Hitler, por conta da cor marrom de suas camisas. Na Itália, como a tropa de Mussolini vestia um uniforme de cor preta, estes eram conhecidos como "os camisas negras".

explorados. Assim, geralmente são formados dois tipos de governos: os que estão mais voltados para os interesses do capital; e as administrações divergentes do capitalismo – mas que não necessariamente têm o interesse de acabar com o sistema.

Sobre os governos que fazem parte do primeiro grupo, os tipicamente burgueses, o autor explica que para estes enfrentarem as contradições e crises do sistema as administrações governamentais – priorizando os interesses dominantes – adotam medidas regulatórias de ganhos e perdas, medidas repressivas, dentre outras. No caso dos governos que divergem dos interesses burgueses, são gerados conflitos entre os interesses de classes que podem, inclusive, depor chefes de Estado – o que faz com que uma crise política se transforme numa crise econômica. E, para Mascaro (2018, p. 43), a recente crise brasileira se enquadra neste último caso. Dessa maneira,

> A atual crise brasileira – cujo marco inicial simbólico é o das manifestações de 2013, passando pelos combates da eleição de 2014, pelo impeachment de Rousseff em 2016, pela perseguição a Lula e pela regressão econômica, política e social de Temer desde então – tem ligação inexorável com a crise mundial do capitalismo eclodida em 2008. A bonança lulista retardou a chegada de seus termos ao Brasil. O ano de 2013 é o da captura definitiva do país pela dinâmica geral da crise do capitalismo internacional. A partir de 2008, a crise da forma econômica capitalista engendra uma crise da forma política dos Estados, exigindo destes uma resolução que seus próprios talhes não permitem entregar, o que, então, eleva ao máximo as estratégias de derrocada de democracias e de intervenções militares e golpes, deixando antever uma sistemática de ditaduras e de governos de espoliação pelo mundo. O golpe no Brasil, desde 2013, é sua chegada ao solo atual, ainda mais cru, da política de choque e de administração golpista da crise.

E, em observância a avaliação do cenário da crise brasileira feita acima, como os governos do PT – apesar de não terem o intuito de implementar um novo modo de produção – não foram totalmente pró aos interesses do capital, a crise foi resultado de interesses econômicos, mas também teve a sua faceta política. As consequências imediatas da crise foram o recrudescimento de pautas e posturas reacionárias e conservadoras em reação aos avanços sociais do último período, formando a base social que ajudou na deposição do governo Dilma, que apoiou a prisão de Lula e que, posteriormente, ajudou a eleger Jair Bolsonaro à presidência da República.

Antes de entrarmos na discussão sobre as consequências – o recrudescimento de pautas e posturas reacionárias e conservadoras – é importante conhecer os conflitos de interesses que deram corpo a uma crise política e econômica no Brasil destrinchados por Boito Jr. (2016) mais detalhadamente. O autor explica que à época existiam dois grandes grupos econômicos que influenciaram a política nacional: o campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal ortodoxo. O primeiro campo era representado politicamente pelos governos petistas, contemplava interesses da burguesia interna e atendia algumas demandas de uma

base social mais ampla e heterogênea, composta por grupos como a classe trabalhadora que está mais à margem no campo e na cidade e da classe média baixa. O segundo campo tinha ligações políticas com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo formado pela fração da burguesia brasileira que é ligada ao grande capital internacional e pela classe média alta. De acordo com o autor, com a crise, frações do topo da burguesia interna, junto com componentes da base do governo Dilma no Congresso, migraram para o campo neoliberal.

Apesar da realização de parcerias público-privadas, de concessões e de não terem retomado as estatais privatizadas anteriormente, Mascaro (2018) descreve que as gestões petistas congelaram as privatizações, apostaram no fortalecimento das estatais, na indução de crescimento do mercado interno, no incentivo ao consumo, nas exportações, na promoção de mobilidade social. Essas medidas, dentre outras coisas que garantiram a bonança nos governos petistas, retardaram a crise a partir de 2008, mas não conseguiram mobilizar uma mudança no quadro ideológico do país. Porém, com a baixa nos preços no mercado internacional dos produtos que o Brasil exportava, a crise econômica começou a ser internalizada nacionalmente, explica o autor.

Para Boito Jr. (2016), no primeiro biênio do governo Dilma, a "nova matriz de política econômica", termo utilizado por Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, apesar de não eliminar os pilares neoliberais, atenuaram seus efeitos negativos, propiciando políticas intervencionistas e sociais que estimularam mais uma parte da burguesia nacional do que o segmento bancário. E isso, de acordo com o autor, despertou a reação do capital internacional e de parte da burguesia ligada a ele – dentre elas, a grande mídia local – que começou uma ofensiva contra o governo federal através de denúncias de corrupção na Petrobrás e do aumento da inflação.

Boito Jr. (2016) destaca que essa ofensiva mobilizou a classe média alta e esta passou a engrossar o caldo nas manifestações e em "panelaços[55]". As referidas mobilizações que começaram a tomar as ruas em 2013, inicialmente protestavam contra o aumento de tarifa no transporte urbano. Mas, rapidamente passaram a ter uma composição e pautas bastante heterogêneas, resultado da investida de grupos de direita – como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua, o Revoltados Online – que tomaram a condução das manifestações e passaram a atacar o governo federal (MORAES, 2018).

[55] Os "panelaços", que iniciaram nos governos petistas, mas são realizados até os dias atuais, são manifestações que pessoas, geralmente pertencentes à classe média, descontentes com o governo de turno fazem quando acontece um pronunciamento em rede nacional. Assim, os/as manifestantes batem em panelas e gravam vídeos do protesto em suas casas e do barulho do "panelaço" vindo da vizinhança, que são compartilhados em redes sociais e registrados em reportagens nos veículos de comunicação.

Não foi tão difícil mobilizar essa fração de classe, pois, como complementa o autor, com a mobilidade social advinda das políticas de inclusão, a classe média sentiu-se ameaçada por conta dos espaços privilegiados – no setor privado e também nas universidades e no setor público, através de concursos – que antes eram ocupados quase que exclusivamente por ela e seus filhos, passaram também a ser ocupados por outros segmentos sociais. Além da política repressora dos governos petistas ser entendida como tolerante demais pela classe média alta, Boito Jr. (2016) salienta que ao embarcar nesta ofensiva, essa fração de classe também atuou de forma militante nos cargos públicos que ocupava na Polícia Federal, no Ministério Público e no judiciário, para desgastar quase que exclusivamente integrantes do governo federal.

Mascaro (2018, p. 35) explica que o fim que tomou o governo Dilma, apesar das limitações das gestões petistas, de suas contradições e erros, é quase sempre a forma que o grande capital internacional, e que parte da burguesia nacional ligada a ele, reage quando seus interesses não são diretamente atendidos.

> O governo do Partido dos Trabalhadores, tendo renunciado a pretensões mais amplas de mudança social, acabaram por ocupar, sem que o quisessem de início, uma faixa política que, no século XX, em que pesem muitas diferenças, foi a de Vargas, JK e Jango: as administrações divergentes – ditas desenvolvimentistas, progressistas ou de esquerda, sem que esses termos façam, em si, grande sentido – do capitalismo brasileiro. Mas, por aí se localizarem também aí se dá sua fraqueza. Despreocupando-se com padrões reiterados de ação política no país, historicamente consolidados, viram surgir, sob seus pés, um novo golpe a rearticular forças que, também ao tempo de 1964, tiveram um só lado e uma grande estratégia político-ideológica. Dos jornais reacionários do século XX àqueles do século XXI, das rádios da época às televisões e à internet de hoje, dos púlpitos católicos de antanho aos evangélicos de agora, de jovens anticomunistas de 1964 aos jovens liberais de 2016, a plataforma é a mesma – e, em muitos casos, com os mesmos atores. Também a ação – sempre declarada inação – dos Estados Unidos da América é a mesma.

Dessa forma, Mascaro (2018, p. 25) lembra que, ao observar a história do Estado capitalista brasileiro, tanto os governos petistas – Lula e Dilma – , quanto os governos trabalhistas – Vargas e Jango – , independentes das diferenças particulares de cada uma dessas gestões, têm desfechos trágicos justamente por não atenderem diretamente os interesses do capital: “No caso de Vargas, o suicídio; no de Jango, deposição; no de Lula, prisão ao cabo por alguns anos; no de Dilma, *impeachment*”. Mas, diante do que foi exposto, no contexto da crise brasileira – que, mesmo tendo sido iniciadas por questões políticas, tem como pano de fundo interesses econômicos fruto das contradições do sistema –, o que propiciou a ascensão de reacionária e conservadora no Brasil?

Como já vimos com Lowy (2015), seria uma interpretação economicista creditar exclusivamente o fortalecimento da extrema-direita à crise. Inversamente, seria uma leitura idealista acreditar que “uma ideologia” seja independente e autônoma em relação aos fatores

econômicos, materiais, sociais, e que, em determinados momentos, ela "toma a mente das massas" e, em outros momentos, essa ideologia "abandona as mentes" que estavam ocupando. Nesse sentido, ancorados em Marx e Engels (2007), entendemos que a consciência, a linguagem e as representações de homens e mulheres estão relacionadas com a forma com que essas pessoas se relacionam com outras pessoas e com a forma com que as pessoas produzem suas vidas. Ou, nas palavras de Mascaro (2018, p. 111), "o sujeito o é porque as práticas materiais e estruturais do capitalismo assim o determinam".

Para este autor, a existência e manifestação dessas posturas reacionárias e conservadoras são expressões da própria sociabilidade capitalista que, no caso brasileiro que aqui está em questão, a de se observar a historicidade – ou seja, esta sociabilidade está edificada sobre bases construídas e acumuladas historicamente. Além da nossa organização social e econômica ter sido construída sob a base da escravidão – que forjou o racismo estrutural, hierarquias, privilégios e naturalização de condutas sociais –, o autor salienta que os meios de comunicação de massa, as bases religiosas, a família e a escola têm papel crucial na reprodução da sociabilidade capitalista. Com isso, ele descarta a ideia de que tais posturas reacionárias ou conservadoras, que estão sendo proeminentes em diferentes segmentos sociais desde 2013, fossem algo espontâneo que surgiu, pura e simplesmente, por conta da crise.

> O povo brasileiro é constituído, em perspectiva histórica, sob a égide de dimensões ideológicas plenamente regressistas e estritamente mercantis: vida dependente de relações de submissão à burguesia, educação utensiliária das escolas às universidades, informação a partir de meios de comunicação de massa concentradores e reprodutores de ideologia capitalista, valores e sociabilidade advindos de religiões de caráter altamente conservador (MASCARO, 2018, p. 34).

Dessa maneira, podemos afirmar que a crise agiu como "gatilho" para desencadear a manifestação de determinados posicionamentos autoritários, racistas, homofóbicos, antidemocráticos, de intolerância religiosa, elitistas, que podiam até estar "escondidos", "tímidos", mas que sempre se fizeram presentes em nossa sociabilidade – nem que estivessem, em alguns casos, no estado latente. Diante dessa constatação, cabe a pergunta: se a crise foi o "gatilho", "o que ela dispara" para desencadear esse processo de crescimento reacionário e conservador?

Em uma situação de crise, inclusive com os contornos desta última, que o Brasil ainda enfrenta ecos, com a sensação de insegurança frente à instabilidade do país – frente à incerteza de qual seria o desfecho político e econômico, frente às perdas de empregos, ao fechamento de empresas, à possibilidade de aumento da criminalidade por conta do agravamento da situação social, etc. –, **o medo** aparece como um dos principais ingredientes dessa equação.

Ao discutir o que chamou de militarização da vida[56] e da política, observada desde 2013 – que produz um inimigo em comum sendo, nesse caso, a esquerda, representada pelo Partido dos Trabalhadores – , Teles (2018) explica que diante da "sensação de insegurança" o medo instalado induz as pessoas a desejarem medidas de maior repressão contra os perigos que poderiam lhes acometer. O autor aponta que tal estratégia de controle social também leva em consideração a base de sociabilidade do país, que é racista, patriarcal, etnocida e estruturada para favorecer privilégios de oligarquias e de impedir formas de resistência. O autor lembra que tal estratégia também foi utilizada durante a ditadura de 64, elegendo o comunismo como o inimigo a ser combatido.

Para Vieira (2018), o fundamentalismo religioso cristão – que também ganhou força nos últimos tempos e que, para ele, ameaça à democracia, a diversidade humana, o Estado laico e os direitos humanos – também se utiliza do medo como forma de construir uma visão de mundo para os/as fiéis e de controlar seus corpos. O autor explica que líderes de religiões fundamentalistas cristãs apresentam como verdade inquestionável e absoluta o que está escrito na Bíblia, sem considerar que ela foi escrita por diferentes pessoas, em um contexto histórico e cultural bem diferente do atual, desconsiderando também que a leitura desse livro é uma interpretação mediada pelo contexto social atual. Assim, para garantir uma rigidez comportamental dos/as fiéis, a sensação de culpa permanente é articulada com o medo do que não condiz com os dogmas aprendidos como uma expressão da vontade de Deus.

Dessa maneira, explica Vieira (2018), cria-se um ambiente onde questionar e duvidar dos preceitos religiosos é visto como sinônimo de falta de temor, de fé e de reverência, o que alimenta em alguns/as fiéis – não em todos – a intolerância com a diversidade de pensamentos, de visões de mundo, de comportamentos e religiosa. O autor também ratifica que tais concepções são lastreadas pelas estruturas histórico-sociais como o patriarcado, o machismo, a heteronormatividade, o racismo, e que o fundamentalismo, além da intolerância, pode gerar práticas extremistas de agressão na tentativa da retirada de direitos de setores considerados como inimigos.

Ao defender que a mobilidade social – incipiente do ponto de vista estrutural, mas importante e significativa diante do pouco que foi feito no país em relação aos segmentos historicamente oprimidos – foi uma das raízes do golpe de 2016, Moraes (2018) apresenta o medo como uma "expressão de classe" que também contribuiu nesse cenário. Segundo o autor, por questões de *status*, as classes abastadas "manifestam o medo de serem atingidos ou

[56] A militarização da vida também é uma característica do fascismo que também foi observada por Konder (2009).

de serem confundidos com os de baixo. O medo se transforma corriqueiramente em desprezo e ódio" (MORAES, 2018, p. 80).

Aliado às contribuições dos autores acima, de maneira geral, podemos dizer que – assentados sobre bases estruturadas por preconceitos discriminatórios e privilégios – o medo, somado ao desconhecimento – seja o desconhecimento crítico, o não conhecimento aprofundado dos fatos, ou diante da incerteza do que pode acontecer no futuro por conta da instabilidade gerada em períodos de crise – pode desencadear manifestações de agressão, ódio e perseguição. Foi "essa equação" que contribuiu para alçar grupos reacionários e conservadores e, consequentemente, para fortalecer o Escola sem Partido.

Seguindo essa esteira de ascensão reacionária, como lembra Cunha (2016), o ESP se utiliza do medo e do desconhecimento como "reagentes" para promover o ataque a um inimigo em comum que o movimento elege como "vilão":

> A explicação para o sucesso do movimento ESP tem recorrido à ideologia política direitista e/ou ao fundamentalismo religioso dos seus promotores. Sem descartar um nem outro, que são parcialmente verdadeiros, acrescento um outro motivo para o sucesso desse movimento, que me parece de grande importância, até maior do que aqueles, e vigente para todos: o MEDO. Sim, medo da mudança por que passa a sociedade, a cultura, a família. Percebendo a chegada de um futuro incerto, os apoiadores do movimento preferem o que já existe, mesmo sabendo que está cheio de problemas. Melhor ainda se pudesse voltar ao tempo passado, quando tudo era mais justo, mais sincero, mais adequado. Diante da incerteza e do medo que acarreta, a tensão é aliviada ao se encontrar um *bode expiatório*. Na conjuntura que gerou o ESP, esse bode foi o Partido dos Trabalhadores (CUNHA, 2016, p. 40, grifo do autor).

E, de acordo com a cobertura feita por sites locais[57], a mobilização do medo e do desconhecimento – através do discurso contrário à "ideologia de gênero" –, alicerçado pelo momento de crise e incerteza que o país estava passando em 2015, também foi posta em prática por políticos e religiosos no período de atualização do PME de Itapetinga.

A velha, requentada e violenta campanha e perseguição aos/as comunistas, à esquerda, que são considerados como ameaças perigosas, devendo ser perseguidos/as, combatidos/as e eliminados/as de todas as esferas da sociedade, inclusive na educação, ganhou projeção mundial através do fascismo europeu – mas já foi observado em outros momentos e lugares, como na ditadura militar do Brasil.

O Escola sem Partido reedita essas práticas na educação e, como lembra Frigotto (2017), fomenta o mesmo clima que desembocou no fascismo – não por acaso, este

[57] Disponível em: < https://www.sudoestehoje.com.br/novoportal/2015/06/21/plano-municipal-de-educacao-de-itapetinga-percursos-e-discursos/ >. Acesso em: 02 jul. 2021.

movimento também é considerado como fascista por Penna (2017). E, são justamente as influências fascistas que determinam o ESP que abordaremos no tópico a seguir.

4.3 O FASCISMO COMO DETERMINANTE

O termo "fascismo" tem sido empregado nos debates e em diversos textos como sinônimo de posturas autoritárias e antidemocráticas. Na ditadura militar brasileira, que se iniciou na década de 60, bem como nas ditaduras contemporâneas da América Latina, este termo também foi empregado de forma recorrente para adjetivar os respectivos regimes. No entanto, para além do recorrente emprego do termo, não podemos deixar de levar em consideração que o fascismo é muito mais do que um simples termo de adjetivação. Ele foi e ainda é um fenômeno histórico de grande projeção que ceifou milhares de vidas e solapou a democracia na Itália, na Alemanha, dentre outros países.

Diante deste cenário, recorreremos principalmente às importantes contribuições de Konder (2009) e Eco (2018) para delinear uma melhor compreensão sobre o fascismo. E, como já pontuamos, o ESP fomenta práticas fascistas – como a criminalização e perseguição à esquerda, e também a utilização do medo como instrumento político – na educação. Nesse sentido, para entender melhor as práticas e pautas do movimento, bem como o eco delas no Plano Municipal de Educação de Itapetinga, o presente tópico desta seção buscará apontar as similaridades e conexões do fascismo com o ESP que determinam a existência deste movimento reacionário.

De acordo com Iasi (2009), Konder (2009), autor brasileiro, em 1977, publicou um verdadeiro estado da arte sobre o tema com o livro *Introdução ao fascismo* e, por mais que o texto tenha sido publicado há mais de 40 anos, este estudo ainda permanece bem atual. Eco (2018), por sua vez, é italiano e chegou, quando criança, a ver Mussolini governando seu país e ser educado aos moldes fascistas. O livro *O fascismo Eterno* (ECO, 2018) é resultado de uma palestra que o autor realizou em 1995, em uma universidade americana, para celebrar a "libertação da Europa". Pouco antes da realização da palestra, o termo fascismo apareceu nos Estados Unidos por conta da descoberta de organizações de extrema-direita no país.

Pela datação das referidas obras, a discussão sobre o fascismo feita nelas aparece em dois momentos distintos e distantes geográfica e temporalmente entre si, bem como estão distantes da primeira manifestação fascista, na Itália, a qual ficou mundialmente conhecida. Como alerta Konder (2009), é sintomático e preocupante que outros movimentos, em lugares

e momentos diferentes, também sejam classificados como fascistas. E, o recrudescimento conservador e reacionário auxiliado pela crise no último período fez com que, novamente, esse termo voltasse a ser bastante utilizado.

Os dois autores apontam a dificuldade de deixar bem delimitado o que seria uma "essência fascista", ou um "perfil fascista", pois o chamado fascismo clássico, ou fascismo histórico – que aconteceu na Itália e na Alemanha – sofreu uma série de adaptações ao longo de sua existência e também não tem uma base teórica sólida, sendo uma junção de diferentes elementos e leituras filosóficas superficiais e distintas. Os autores também lembram que o fascismo italiano foi o primeiro a ganhar projeção mundial, servindo de referência para o fascismo alemão – o nazismo – e, posteriormente, para os governos e movimentos fascistas implementados em outros países, como na Espanha, em Portugal, na Polônia, dentre outros.

Konder (2009) pontua que se deve analisar o fascismo não como algo imutável, mas em seu desenvolvimento, pois algumas leituras que querem circunscrever este fenômeno a um período histórico e geográfico específico têm uma intenção política alinhada à direita. O objetivo dessa delimitação temporal e geográfica, segundo o autor, é escamotear as dimensões mundiais que fascismo tomou para além daquele momento, reaparecendo e se reorganizando sempre ligado a partidos e grupos de direita, conservadores e reacionários, e até sob vestes democráticas. "A direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie" (KONDER, 2009, p. 27).

Observada à ponderação de dinamicidade do objeto feita por Konder (2009), notamos que a realidade não é estática, assim como as determinações que proporcionam a existência do fenômeno também não são estáticas e imutáveis. Um exemplo disso é que o sistema capitalista que foi vivenciado por Marx e Engels, apesar de continuar sendo o sistema capitalista até hoje, carrega consigo várias modificações até os dias atuais. Da mesma maneira, o capitalismo manifesta singularidades em diferentes continentes e países, inclusive no mesmo momento histórico. Nesse sentido, o objeto, mesmo sendo mutável, deve carregar consigo alguns traços, apresentar algumas características em comum, para continuar sendo "ele mesmo" em sua essência. E, são esses traços, essas características em comum do fascismo com o Escola sem Partido, que buscaremos identificar aqui.

Para Eco (2018, p. 44), identificar um movimento ou governo como fascista está relacionado a um padrão de manifestações de características, que nem sempre são as mesmas que se manifestam nos diferentes grupos, sendo "suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista". Konder (2009), além de levantar

características que transcendem as manifestações observadas na Itália e Alemanha, buscou identificar as circunstâncias que propiciaram o surgimento do fascismo clássico. Dentre elas – assim como na análise do nosso fenômeno – a crise cumpre um papel de destaque.

De acordo com o autor, a crise gerada por conta da Primeira Guerra (1914-1918), acentuou bastante os problemas sociais, tanto da Itália, quanto da Alemanha, e fez com que, além da insatisfação da população diante da pobreza, ex-combatentes ficassem ainda mais frustrados ao retornarem para seus países, sendo que muitos deles estavam com sequelas do combate. Em situações de crise, como já vimos, o medo e a insegurança, diante dos problemas crescentes, aliado à imprevisibilidade e ao desconhecimento do futuro incerto, fazem com que, dentre outras coisas, sejam escolhidos inimigos da nação, apontados como responsáveis pelos problemas que estão enfrentando. E, aponta Costa (2020), como os/as fascistas defendiam posições extremadas ligadas à direita, eles/as viam os/as comunistas – que, tomando como exemplo a Revolução Russa em 1917, estavam em um crescente naquele período – como ameaças reais a serem destruídos/as.

A autora, ao estudar o fascismo, sobretudo a sua faceta alemã, rastreou que a origem da expressão "marxismo cultural" – termo utilizado por grupos reacionários e conservadores na atualidade para atacar a esquerda, dentre eles o ESP, e que também é encontrado no plano de governo do atual presidente da república – foi vista a primeira vez no livro *Mein Kampf* [Minha Luta], de Adolf Hitler, sendo uma espécie de fusão entre marxismo e uma conspiração judaica internacional. A autora destaca que o ódio aos judeus fomentado no livro de Hitler foi inspirado n'**Os protocolos dos sábios de Sião**, uma fraude literária publicada em 1906 por um integrante de um grupo de extrema-direita russo, que construiu uma teoria da conspiração antissemita, repleta de generalizações, charlatanismos, planos de destruição da civilização ocidental através da inserção em vários espaços, como a educação. Cabe lembrar que, diante do exposto, como Karl Marx era de origem judaica e era uma das principais referências comunistas, isso reforçou ainda mais a pecha que, tanto a fraude literária quanto Hitler colaram na esquerda como um inimigo a ser combatido.

É importante frisar que, para Konder (2009) e Eco (2018), os dois fatores destacados anteriormente – o "gatilho" disparado pela crise junto com a demonização e combate aos/as comunistas – , foram desencadeados no período do fascismo histórico, não de forma espontânea, mas de maneira similar ao modo que se deu a ascensão recente da extrema-direita no Brasil – atrelada a formas de sociabilidades construídas historicamente naqueles lugares. Esses dois fatores estão ligados ao "**apelo às classes médias frustradas**, desvalorizadas por

alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos subalternos", como uma das características fascistas que Eco (2018, p. 50, grifo nosso) aponta. Esse apelo às classes médias surte efeito, pois ele surge como uma sensação de insegurança, de desvalorização, de segmentos sociais que antes tinham determinados privilégios, seja por fatores econômicos trazidos pela crise, ou pela conquista de espaços sociais por grupos que antes não conseguiam acessá-los.

Os pontos observados, até agora, coincidem com a forma que o ESP se estruturou. A adoção de "diferentes bases teóricas" feita pelo fascismo pode ser observada com a pauta contra a esquerda, que foi primeiramente adotada pelo movimento, e a posterior adesão às pautas trazidas por setores religiosos como forma de fomentar seu crescimento. As bandeiras defendidas por religiosos fundamentalistas trazem "vantagens retóricas", já que as questões defendidas por setores religiosos fundamentalistas ganham "*status* de verdade" legitimadas pela fé e não são questionadas pelos fiéis, como nos lembram Miguel (2016) e Vieira (2018).

A crise também foi um momento de crescimento do ESP, assim como a perseguição à esquerda – como forma de tentar conservar e ampliar privilégios, evitando que estes sejam questionados, também através de um apelo as classes médias – são características marcantes do ESP. Konder (2009) aponta que alguns fatores, a exemplo da demonização da esquerda, ajudaram o fascismo clássico. E, à luz das contribuições do autor, podemos observar atualmente que essa característica fascista foi reutilizada pelo ESP.

> De maneira geral, todo pensamento de direita que, ao longo do século 19, se empenhou na "demonização" da esquerda, desempenhou um papel significativo na preparação das condições em que o fascismo pôde, mais tarde, irromper. A "demonização" do adversário facilitaria à direita fascistizante libertar-se em face dele de alguns escrúpulos mantidos pela postura "aristocrática" do conservadorismo tradicional: quem não é implacável na luta direta contra Satanás torna-se pecador infame e perde a sua alma (KONDER, 2009, p. 60).

Foi desse substrato herdado da crise que floresceu o nacionalismo exacerbado fascista e, a partir dele, se desdobram algumas outras características apontadas pelos dois autores. O nacionalismo fascista cria, através da retórica, uma nação de tipo ideal que seus/uas adeptos/as defendem cegamente. Porém, essa "nação imaginária", "cheia de glórias" e que lhes enche de orgulho, é diferente do país real onde se vive – repleto de problemas e desigualdades. Para sustentar esse mito, do "privilégio de ter nascido naquele país", cria-se o mito "do povo", que também é fictício. A essa característica Eco (2018) chamou de "populismo qualitativo". Tanto ele, quanto Konder (2009), explicam que essa estratégia demagógica de criar o "povo", que seria expressão da vontade comum da nação, sempre tem

como interprete os/as líderes fascistas que, por sua vez, escamoteiam seus interesses ligados às classes dominantes.

> O pretenso nacionalismo fascista, ao contrário, por seu conteúdo de classe e pelas condições em que é posto em prática, exige a manipulação das massas populares, limita brutalmente a participação ativa na luta política em que são utilizadas, impondo-lhes diretivas substancialmente imutáveis "de cima para baixo" (KONDER, 2009, p. 39-40).

Inflando seus/uas seguidores/as com a ideia de que pertencem a "um povo especial" e se colocando como porta-vozes dos/as mesmos/as, os/as líderes fascistas ficam com o caminho livre para manipulá-los, elegendo seus inimigos dentro e fora do país. E, não por acaso, esse "populismo qualitativo" também é adotado pelo ESP. Algebaile (2017) trouxe importantes contribuições para o conhecimento da forma centralizada como o ESP se organiza e atua, identificando uma contradição do movimento que ajuda a esconder como funciona sua dinâmica interna.

Na explicação da autora, ao passo em que o ESP forja a imagem de que tem uma ampla adesão e participação social – representando propósitos comuns de milhares de pais, mães, estudantes e docentes – , esconde que sua estrutura organizacional é bem delimitada, centralizada, personalizada com interesses econômicos, políticos e socioculturais ultraconservadores. O grupo de militantes e colaboradores que contribui com o movimento é restrito e tem ligações específicas a partidos políticos, a ramos da mídia e a segmentos religiosos. A partir dessa estrutura organizacional rígida, a autora defende que o Escola sem Partido é "uma organização" e não "um movimento".

De fato, se observarmos como a associação, a "entidade" Escola sem Partido, se organiza e atua, ele pode ser entendido da forma que explica a autora – como uma organização. No entanto, optamos, aqui, por chamar o Escola sem Partido de movimento, pois entendemos que, assim como o fascismo – que começou como um movimento e só posteriormente chegou a se tornar regime de governo –, as ações, a militância e a pautas defendidas pelo ESP transcendem a ação da organização. Por exemplo, por mais que o ESP disponibilize modelos de projetos de lei, algum/a representante do poder legislativo, por identificação com as pautas, pode formular uma lei com as bandeiras que o movimento capitalizou sem que a entidade ESP saiba. Ou, as pautas capitalizadas pelo movimento – que ganharam sobrevida sendo reutilizadas por ele – podem influenciar na formulação de políticas públicas, como o PME de Itapetinga, sem a ingerência centralizada da organização ESP.

Independente da definição do ESP como movimento ou como organização, entendemos que o relevante estudo de Algebaile (2017) contribuiu para identificar mais uma

característica fascista na forma de atuar do ESP, o "populismo qualitativo" destacado acima. Seguindo a nossa análise, no fascismo, o sentimento de pertença a um povo idealizado, que representa "a vontade geral" da nação, faz com que "não seja tolerada discordância", "não seja tolerada a diversidade" – pois, fugir dos "padrões e características" do povo é sinal de que a pessoa é "inferior" – o que, por tabela, justifica o racismo manifestado pelo fascismo (ECO, 2018).

Para sustentar essa narrativa, Eco (2018) ressalta que os/as fascistas têm obsessão por conspirações, tanto internas, quanto externas – daí a xenofobia – e, por isso, é fomentada uma "sensação de guerra constante", sem trégua, para destruir seus inimigos. Sobre o nacionalismo fascista e o discurso que o sustenta, Konder (2009, p. 40-41) pontua que essa valorização da nação deve ser "inevitavelmente *retórica*, precisa ser *agressiva*, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar seu vazio e tende a menosprezar os valores das outras nações e da humanidade em geral".

Algumas dessas características também são encontradas no ESP. O racismo marca presença no ESP desde a sua admitida influência no *No Indoctrination* – grupo norte americano que se levantou contra professores que trabalhavam textos de combate à supremacia branca (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017). A não tolerância à diversidade e a inadmissão da discordância são observadas quando o ESP rejeita discussões em sala de conteúdos que ponham em cheque a visão de mundo do movimento.

Essa rejeição à diversidade também é visivelmente marcante no ESP quando o movimento defende e estimula a proibição de discussões de políticas de equidade de gênero que favoreçam as mulheres e a comunidade LGBTQI+. Podemos classificar esse tipo de postura intolerante com a diversidade – que, inclusive, influenciou na formulação do PNE e do PME de Itapetinga – como homofóbica e machista. Aliás, homofobia e machismo também são características fascistas apontadas por Eco (2018). Em linhas gerais, de acordo com Moura e Salles (2018, p. 158), a concepção educacional do ESP é tão excludente e incompatível com o respeito à diversidade que "quem não faz parte dos setores brancos, cristãos, heteronormativos da sociedade não teriam lugar nessa escola".

O ESP também alimenta a ideia, ou melhor, "a conspiração" de que a maioria dos/as professores/as seja comunista e que existe um projeto cultural da esquerda, representado pelo Partido dos Trabalhadores, que "controla tudo, a escola, o sistema educacional" (PENNA, 2017, p. 43). E, a sensação de guerra constante (característica fascista) empreendida pelo movimento está ligada ao "perigo eminente" que a referida "conspiração" representa.

Um dos maiores feitos do ESP foi conseguir que, mesmo sem ter uma lei própria aprovada, a categoria docente seja permanentemente vigiada, vista como mal-intencionada e, consequentemente, perseguida através de processos, demissões, censuras e ofensas. Essa espécie de "patrulhamento" constante contra professoras/es foi implementado pelo fascismo clássico como uma "militarização da vida". Konder (2009) explica que para garantir a implementação do fascismo foi necessário um policiamento de todos os aspectos da vida do país e isso foi efetivado com a ampliação do aparelho repressivo e com a militarização da polícia.

Porém, a contradição dessa medida ajudou na queda do regime. O autor explica que, por mais que a "militarização da vida" garantiu em um primeiro momento – com base na força e no medo – que as pessoas obedecessem aos preceitos fascistas, "as Forças Armadas não podem substituir as forças produtivas, nem podem ocupar o lugar de uma classe social na transformação das relações de produção" (KONDER, p. 136). É plenamente observável a similaridade desta medida com um dos maiores êxitos do ESP que foi destacado anteriormente. Cabe frisar que, nessa questão do patrulhamento constante, o ESP conseguiu ter mais sucesso que o fascismo clássico, pois o movimento sequer teve uma lei sua aprovada em âmbito nacional.

Mas, a contradição da "militarização do processo educacional" que o ESP proporciona – o patrulhamento constante da atuação docente – também pode ajudar na derrocada do movimento. A retórica de que professores/as são doutrinadores/as pode até garantir privilégios quando impede que estes sejam questionados, problematizados. Mas, não querer combater os privilégios só contribui para ampliar as desigualdades e também não garante a implementação de uma educação que seja capaz de transformar o país – seja em um sentido emancipador ou na perspectiva de um país capitalista desenvolvido. Ainda assim, lembremos que o ESP pode se reinventar – assim como faz o capitalismo, mesmo sendo portador de contradições e crises.

No entanto, o ESP, além de precarizar a profissão docente, prejudica o futuro da educação e, consequentemente, das próximas gerações – principalmente das classes menos abastadas. Assim, apenas "esperar que o movimento se autoimploda" é uma péssima postura: primeiro, porque pode sacrificar o futuro do país; e, segundo, porque o ESP pode se reinventar – assim como faz o capitalismo e o fascismo – e o prejuízo pode ser ainda maior.

Voltando as características do fascismo encontradas no ESP, a linguagem agressiva do movimento é destacada por Penna (2017) justamente como estratégia discursiva fascista

quando o movimento promove discurso de ódio, se utilizando de termos que desumanizam e depreciam seus/uas adversários/as. A linguagem agressiva proveniente do fascismo está ligada a outras duas características apontadas por Eco (2018): o irracionalismo e a utilização de linguagem elementar. A tentativa de menosprezar o saber científico e dar o mesmo *status* deste ao senso comum ligado às crenças religiosas e valores morais (SOUZA; OLIVEIRA, 2017) é uma prova do irracionalismo do ESP.

Já a linguagem elementar, coloquial, adotada pelo fascismo tem como intuito evitar raciocínios profundos e complexos (ECO, 2018). Isso mostra, por um lado, a superficialidade teórica do movimento e, por outro, uma forma de se comunicar mais diretamente com as massas. E, por falar em comunicação, essa foi uma área que o fascismo clássico teve muito sucesso.

Um dos motivos de êxito do fascismo, destaca Konder (2009), possibilitando-o alcançar e se comunicar de maneira exitosa com um grande número de pessoas, foi ter lançado mão de métodos modernos de propaganda. O autor lembra que o rádio foi essa plataforma que possibilitou o fascismo a se comunicando de maneira inovadora, disfarçando, inclusive, o conteúdo conservador do discurso.

Já há algum tempo Penna (2017) vem alertando que, justamente por parecer tão absurdo, por se utilizar por uma retórica rasa, porém eficiente o bastante para fazer com que ele se propagasse cada vez mais, principalmente na internet – um meio moderno, ou melhor, inovador de se comunicar – o ESP foi subestimado e não foi devidamente estudado e combatido pela academia.

> O discurso do Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer tão absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforça-las no campo educacional. Os *memes*, imagens acompanhadas de breves dizeres, têm uma grande importância nesse discurso simplista. Então, nós não enfrentamos esse discurso e ele cresceu muito, até que projetos de lei, que incorporam as suas ideias, fossem apresentados nacionalmente e em vários estados do país e nos déssemos conta da ameaça real que ele representava (PENNA, 2017, p. 35).

O ESP encontra mais essa similitude com o fascismo, pois Konder (2009) afirma que este fenômeno histórico também foi subestimado em seu início e a esquerda só o deu a devida importância quando o fascismo já havia ganhado uma grande proporção e se tornou um perigo eminente.

> A esquerda, em geral, sentiu desde o começo a mais viva repulsa pelo movimento [fascista] liderado por Mussolini. Mas não se empenhou a fundo em analisá-lo em seus primeiros passos, na medida em que não lhe reconhecia grande importância. Somente quando o movimento se tornou significativo e alcançou uma influência óbvia é que se colocou para os seus adversários da esquerda a tarefa de interpretá-lo e de tentar determinar com rigor suas características específicas, seus traços novos (KONDER, 2009, p. 69).

Nas citações anteriores, de dois textos que foram escritos em um intervalo de quarenta anos[58] – e que acabam sendo remetidos, por conta das correspondências entre si, a um fenômeno que aconteceu há cerca de setenta anos – , junto com as demais conexões demonstradas anteriormente, evidenciam que as similaridade e conexões do ESP com o fascismo chegam a assustar de tão parecidas que são. E isso, por si só, já bastaria para comprovarmos que **o fascismo é uma determinação do Escola sem Partido**. Mas, antes de encerrar a exposição relacionada ao fascismo enquanto determinação do ESP, é necessário que voltemos a atenção para uma característica basilar que foi pontuada de forma indireta em diversos momentos nesse tópico.

Se observarmos, as características fascistas antes apresentadas estão sempre relacionadas de alguma maneira ao nacionalismo exacerbado do fascismo. O nacionalismo, por sua vez, cria o sentimento pertencimento e orgulho que geram uma coesão entre fascistas e os/as motiva a lutar contra quem seus/as líderes apontam que sejam os/as inimigos/as. Mas, como já explicamos, a nação idealizada fascista é muito diferente do país concreto que se vive. Então, nas palavras do próprio Mussolini (*apud* STANLEY, 2018, p. 21), é necessário que essa nação seja **um mito**: "Nós criamos o nosso mito. O mito é uma fé, uma paixão. Não é necessário que ele seja uma realidade... Nosso mito é a nação, nosso mito é a grandeza da nação! E a esse mito, essa grandeza, que queremos transformar numa realidade total, subordinamos tudo".

Stanley (2018) explica que esse mito que o fascismo cria vai sempre buscar em um passado, que também é mítico – repleto de glórias e virtudes –, os valores necessários à nação para mudar o presente. O autor também pontua que a família patriarcal – o homem como pai, investido de autoridade e força, a exemplo do líder fascista, e a mulher como mãe, reprodutora e devotada a cuidar dos/as filhos/as – é um ideal "buscado no passado" para "recuperar o presente". Isso é o que Eco (2018) chama de "culto à tradição" como característica fascista, impedindo o avanço do saber, tendo sempre o passado, a tradição, como referência de verdade.

[58] O texto de Konder (sua primeira edição) foi publicado em 1977 e o texto de Penna foi publicado em 2017.

Esse resgate a tradição e referência no passado podem ser observados no ESP em pelo menos dois momentos. Um deles é quando Penna (2017) e Moura (2018) apontam que o ESP, em seus Projetos de Lei, defende que os valores morais, religiosos e políticos de pais, mães e responsáveis tem precedência em relação à escola. A intenção subjacente a isso é de censurar docentes e impedir que seus/uas filhos/as tenham acesso a conteúdos que destoem de sua visão de mundo.

Prova de que o movimento defende concepções específicas de mundo – como a de um ideal de família heteronormativa, patriarcal e que também se posiciona de maneira homofóbica e racista – é que não se encontram denúncias no site do movimento de pais, mães e responsáveis contra o ensino das referidas concepções. Muito pelo contrário! As denúncias e campanhas do movimento são justamente para apontar o que foge dessa lógica como doutrinação, a exemplo do que destacou Cunha (2016, p. 35) com relação à forma diferente que o movimento encara as religiões de matriz afro-brasileira e as religiões cristãs:

> As páginas do movimento ESP e de seus apoiadores trazem exemplos em geral caricatos de professores que usam a sala de aula como espaço de doutrinação político-ideológica, mas é significativo que nenhum caso é divulgado sobre a doutrinação religiosa, o que é mais comum do que aquela. Fica claro que as religiões pregadas, da tradição cristã, são consideradas legítimas pelos defensores do pretenso conhecimento objetivo e da neutralidade do ensino, mas a situação mudaria completamente de figura se um docente adepto de religião afro-brasileira ousasse fazer o mesmo.

A outro momento de resgate de um passado mítico que o ESP tem como referência é o modelo educacional implementado no país durante a ditadura militar – que também perseguiu professores/as e propôs, através do tecnicismo, não trabalhar conteúdos de forma que problematizassem e questionassem a realidade desigual e antidemocrática que estava posta. Ao analisar um dos projetos de lei ligados ao ESP, Moura (2018) notou que a justificativa do projeto defendia a educação implementada na ditadura como modelo a ser seguido com relação à educação moral. Esse modelo educacional que o ESP tem como referência, para a autora, "diz muito sobre qual o ideal de educação (e de sociedade) de seus propositores. A abertura política possibilitou a inclusão de novos atores sociais, o que identificamos como um incômodo para os grupos conservadores" (MOURA, 2018, p. 96).

E, sobre o "mito da nação" do fascismo, pelo menos explicitamente, este não é defendido pelo ESP. Apesar disso, cabe lembrar que um dos seus principais apoiadores, Jair Bolsonaro – que manifesta diversas características fascistas elencadas aqui – é chamado de "mito" e defende o um "passado mítico" – a ditadura – e o "mito da nação" com uma nova roupagem que mistura fundamentalismo religioso com fascismo: "Brasil acima de tudo, Deus

acima de todos". Ainda assim, defendemos que o mito inventado e construído pelo próprio movimento é outro. Entendemos que o mito que mobiliza os/as defensores das pautas do ESP, mesmo sem a aprovação a nível nacional de uma lei com o seu programa, é o de que **a esquerda domina a educação através dos/as professores/as e que estes/as são doutrinadores/as**.

Esse mito é tão descolado da realidade, tão falso – assim é o mito fascista – que se ele fosse verdade, por exemplo, a "massa crítica formada pela educação nacional" não teria eleito Jair Bolsonaro, um extremista de direita, neofascista, como presidente da República. Mas, o mito do ESP é tão eficiente que, como explicitado anteriormente neste trabalho, consegue bancar uma mobilização constante contra a categoria docente. Assim como Penna (2018, p. 114) nos lembra, "basta acompanhar os inúmeros casos de profissionais da educação intimidados e fisicamente agredidos" pelo país. Ao falar sobre a forma pejorativa que o ESP constrói a imagem da categoria docente – um dos fatores que o movimento justifica para a perseguição a profissionais da educação – , sobretudo de profissionais que lecionam disciplinas das ciências humanas, o autor ressalta que

> Um professor de história que esteja falando das ideias de Karl Marx ao discutir as greves trabalhistas ocorridas no Brasil do século XX pode ser acusado por um aluno de ser um doutrinador porque o discurso reacionário demoniza o marxismo, apesar de este ser um conteúdo presente em todos os livros didáticos e programas curriculares de história (PENNA, 2018, p. 115).

E, além da sensação de guerra permanente contra a esquerda na educação fomentada pelo ESP, o que gera uma consequente perseguição e ataque à categoria docente, as pautas deste movimento influenciaram também na formulação de políticas púbicas de grande importância, como o PNE e o PME de Itapetinga/BA.

Ao falar sobre as novas manifestações fascistas que o mundo está presenciando, dentre elas Jair Bolsonaro, Lowy (2020) explica que essas novas aparições não são iguais em todos os lugares, mas guardam algumas convergências entre si – como a ideologia repressiva e o ataque às ditas minorias sexuais. Lowy (2020, p. 14) propõe "designar como neofascistas líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico", mas que não sejam uma reprodução idêntica do passado – até porque, como já explicamos, as manifestações fascistas do passado não eram "cópias exatas" do fascismo italiano. Dessa forma, tomando como base a discussão feita pelo autor e a discussão desenvolvida neste tópico sobre o fascismo, sua dinamicidade e suas similaridades e conexões com o ESP, podemos caracterizar **o ESP como um movimento neofascista**.

Antes de passar para a discussão sobre a precarização do trabalho docente enquanto determinação – que é ocasionada por conta desta constante perseguição à categoria – e entender como a "proposta pedagógica" do ESP – o tecnicismo – também contribui como determinante do movimento, é válido que fechemos este tópico com um breve arremate do que foi discutido.

O exposto no texto demonstra que, assim como no início do século passado em relação ao fascismo clássico, **a crise cumpriu papel determinante para o Escola sem Partido** ao – sob as bases da sociabilidade forjada em preconceitos e privilégios – catalisar uma equação que envolve medo e desconhecimento. Essa equação, tudo indica, foi também utilizada no processo de atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga. O produto desta operação foi a manifestação de características fascistas que são perfeitamente identificáveis e determinantes na estrutura e funcionamento do movimento estudado. Assim, demonstramos ao longo deste tópico que **o fascismo se configura como um determinante para o Escola sem Partido** e, também, podemos afirmar este é um movimento neofascista.

4.4 O TECNICISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE COMO DETERMINAÇÕES

A exploração de trabalhadores/as e as questões nocivas que o trabalho no capitalismo pode causar não são fatos recentes. Marx (2010, p. 80), no século XIX, já denunciava que o trabalho nesse modo de produção passa a ser apenas um meio para a sobrevivência dos/as trabalhadores/as, pois "o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão".

No entanto, mesmo enfrentando no século XX duas grandes guerras e uma grande crise econômica, o sistema capitalista se reorganizou e construiu, principalmente na Europa e na América do Norte, o que ficou conhecido como Estado de bem-estar. Estas foram políticas que tinham o Estado como grande indutor do crescimento e que garantiam emprego, direitos e acesso a bens de consumo a uma parcela da população. Tais medidas também tiveram o intuito de evitar que o sistema sucumbisse após as guerras e a crise de 29, ou que uma alternativa ao capitalismo ganhasse corpo e mais defensores – como o que a União Soviética apresentava (ANDERSON, 1995).

Mas, sobretudo após uma nova crise na década de 70, o capitalismo passou por um novo período de turbulência e precisou se reorganizar em uma nova forma de acumulação

para garantir a perpetuação do sistema. Foi nesse bojo que uma corrente de pensamento que surgiu nos anos 40 do século passado – e que fazia duras críticas ao Estado de bem-estar – se tornou hegemônica (ANDERSON, 1995).

O neoliberalismo preconizava que o Estado deveria ser reformado, encolhido para as políticas sociais e que políticas de flexibilização e desregulamentação deveriam ser adotadas. Isso causou, dentre outras coisas, a retirada de uma série de direitos, contratos cada vez menos estáveis e, consequentemente, precarização laboral para a massa de trabalhadoras e trabalhadores (BRITO; PRADO; NUNES, 2017). A categoria docente, por integrar a classe trabalhadora, não ficou de fora desse cenário.

E, uma das formas de visíveis da "contribuição" do movimento ESP para a precarização da categoria na atualidade pode ser notada através da perseguição e imputação de desconfiança sobre o segmento docente, defendendo que estes/as profissionais sejam neutros/as em suas aulas. A perspectiva pedagógica que determina esta concepção de educação do movimento e que defende a neutralidade é o tecnicismo. Nessa toada, abordaremos como o tecnicismo e a precarização ocasionada por esta concepção pedagógica se constituem enquanto determinantes do ESP.

Mesmo com a autonomia docente (em tese) garantida, a categoria é atacada permanentemente pelo ESP. E, quando são retirados de documentos norteadores da educação – como o PNE e os demais planos educacionais dos outros entes federados – diretrizes e menções relacionadas ao combate à desigualdade educacional referentes a questões de gênero e orientação sexual, professoras/es que contextualizam e problematizam os conteúdos, relacionando-os com a realidade, ficam ainda mais suscetíveis ao patrulhamento do movimento.

É importante destacar que, aqui, entende-se a precarização do trabalho docente como o ataque aos quatro pilares da valorização docente. Após o acúmulo de discussões e conquistas do segmento docente em defesa da escola pública e por melhoras nas condições de trabalho, a categoria docente definiu na III Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2018, que a valorização docente é definida através da integração entre quatro pilares, que são: a (1) formação inicial e continuada, (2) carreira, (3) remuneração e (4) condições de trabalho e saúde (SILVA; BRITO; NUNES, 2019).

Como já vimos nesta seção, o Escola sem Partido é um movimento neofascista, de atuação política reacionária que, somando à mofada pauta anticomunista, se apropriou de um discurso religioso e de uma crescente onda conservadora para ganhar projeção pública

(MOURA, 2018). Aliado a acusação feita pelo movimento de que professores/as são doutrinadores/as políticos/as, Miguel (2016) ressalta que o ESP incorporou uma bandeira reacionária do campo religioso cristão, o combate a uma suposta "ideologia de gênero" que estaria sendo ensinada nas escolas – pauta esta que ajudou a potencializar o crescimento do movimento.

Em 2014, a pedido dos irmãos Carlos e Flávio Bolsonaro para Miguel Nagib, fundador do movimento, dez anos após a sua fundação o ESP se tornou Projeto de Lei (PL) pela primeira vez (ROSA, 2018). Depois disso, Moura (2018) destaca que o movimento passou a disponibilizar em seu site modelos de PL's – com suas intencionalidades embutidas – para serem apresentados em estados e municípios pelo país.

Alagoas foi o único estado do Brasil a aprovar um projeto homônimo do Escola sem Partido – através da "Lei da Escola Livre", 7.800/2016 –, mas em 2017 o Ministro do STF Luiz Roberto Barroso concedeu uma liminar que suspendeu os efeitos da lei (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2018). Na liminar, o Ministro explica que a neutralidade exigida pela referida Lei é incompatível com o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas descritos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Além disso, o Ministro aponta que a precedência dos valores da família com relação à escola, defendida pelo ESP, se choca com a Constituição Federal, ferindo o "direito de aprender" dos filhos. E, em agosto de 2020, o plenário do STF declarou por maioria de votos a inconstitucionalidade da Lei 7.800/2016, também apelidada de "Lei da Mordaça".

Moura (2018), ao analisar qualitativamente dois dos principais Projetos de Lei em nível federal ligados ao movimento – o PL 867/2015 e o PL 1.859/2015 – identificou características proeminentes como a tentativa de controlar e restringir a autonomia docente; a defesa de um modelo de educação similar com o que foi implementado na ditatura militar (que foi tecnicista e de censura e perseguição aos/as docentes); a postura contra a "doutrinação política e ideológica" e contra a "ideologia de gênero" supostamente promovida por professores/as e livros didáticos; e que os PL's defendem que os valores da família são precedentes em relação aos conteúdos e valores trabalhados na escola.

Penna (2017) também ressalta que estes PL's infringem a Constituição Federal ao excluir propositalmente o "pluralismo de concepções pedagógicas" e a "liberdade de ensinar", preceitos descritos no artigo 206 na Carta Magna.

> E aí começa a ficar claro qual o critério de exclusão: eles estão excluindo todas as atribuições vinculadas ao ofício do professor, à sua atividade profissional, ou melhor dizendo, à docência. Excluíram o pluralismo de concepções pedagógicas, excluíram a liberdade de ensinar, e eles vão mais longe e propõem a exclusão da liberdade de

> expressão. Então, na sua justificação, no item 5 [do PL 867], eles afirmam literalmente que "não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e crença dos estudantes, que formam em sala de aula uma audiência cativa". São nossos prisioneiros. Segundo essa interpretação, o professor seria a única categoria profissional no Brasil que não teria liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional.
> A desqualificação do professor no projeto aparece como a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão (PENNA, 2017, p. 41).

O mais novo Projeto de Lei do ESP traz algumas alterações – tentando se precaver de críticas reiteradas e evitar ser declarado inconstitucional – mas continua carregando consigo algumas repetições e ainda mais retrocessos: o PL 246, que foi apresentado em 2019 pela Deputada Federal Bia Kicis (PSL/DF) em parceria com outros parlamentares (BRASIL, 2019). O projeto continua a insistir na defesa da neutralidade e da precedência dos valores da família, mas não exclui, como fez o PL 876/2015 (BRASIL, 2015), a pluralidade de concepções pedagógicas e a liberdade de ensinar. Apesar disso, na nossa avaliação, nos 12 artigos que o PL possui, a categoria docente é vista com desconfiança em nove deles[59] – como se toda a categoria, como regra, estivesse sempre má intencionada, predisposta a manipular os conteúdos e impor uma visão de mundo que pode corromper os/as discentes.

Este mais novo PL do Escola sem Partido também traz uma questão muito preocupante. Em seu artigo 7º, o projeto defende que os/as estudantes tenham o direito de gravar a aula, com a desculpa de que a utilização deste recurso tecnológico será bom para o aprendizado e também para que os pais e mães ou responsáveis possam acompanhar e avaliar o processo pedagógico e a qualidade dos serviços prestados. Na verdade, esta é mais uma forma de intimidar e tentar controlar a categoria. Pois, as gravações podem servir de "prova" para os/as responsáveis que queiram processar professores/as que atuem de forma crítica – problematizando, por exemplo, os preconceitos e as desigualdades relacionadas a gênero e a orientação sexual –, ou que abordem conteúdos, mesmo que obrigatórios, mas que desagradem os pais, mães ou responsáveis.

Como o referido PL, e os demais projetos do movimento, não especificam o que é a "doutrinação política, ideológica e de gênero", ou "manipulação psicológica", como está no artigo 3º do novo PL (BRASIL, 2019), os/as professores/as ficam extremamente vulneráveis ao controle dos pais, mães ou responsáveis, da direção da instituição e dos/as defensores/as do

[59] Através da análise do PL 246/2019 (BRASIL, 2019), constatamos que apenas o artigo 8º, que proíbe a atuação política dos grêmios – ou seja, desconfia, põe em cheque e tenta deslegitimar a atuação política de parte do segmento estudantil –; o artigo 9º, que descreve onde essa lei será aplicada; e o artigo 12º, que diz quando a lei entra em vigor, não manifestam desconfiança com o segmento docente.

ESP – principalmente se as aulas estiverem sendo gravadas. Pois, sem uma definição precisa, **tudo** pode ser encaixado como doutrinação.

Ao observar o site do Escola sem Partido e o que a literatura aqui analisada apresentam sobre este movimento, fica evidente que doutrinação, para o ESP, está sempre ligada à criminalização de docentes que questionam, ao menos minimamente, a visão de mundo que naturaliza desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais. Qualquer coisa que chegue próximo a isso, que ponha em xeque privilégios que são historicamente construídos, que se aproxime um pouco à esquerda, o movimento encara como doutrinação. Como advogam Souza e Oliveira (2017), o que o Escola sem Partido pretende é criminalizar uma visão de mundo para beneficiar outra, fomentando um clima de perseguição e criminalização docente com o objetivo de formar pessoas acríticas, despolitizadas e desorganizadas coletivamente.

O ESP não defende abertamente em seus PL's ou em seu site qual é a concepção pedagógica que seria mais adequada para que a educação escolar cumpra o papel que o movimento propõe – o de não questionar ou tentar transformar o *status quo*. No entanto, o movimento deixa pistas importantes sobre esse ponto quando defende de forma intransigente uma suposta neutralidade e tem o modelo educacional da ditadura como referência.

A tendência pedagógica que foi adotada no referido período e que defendia a objetividade e a neutralidade, para que o processo educacional fosse eficiente, é o tecnicismo (SAVIANI, 2008). Não por acaso, autores/as como Queiroz e Oliveira (2018), Costa e Velloso (2018), Salles e Silva (2018), Penna (2017), dentre outros/as, apontam que o ESP é um movimento neotecnicista.

Como já vimos em outros momentos, o Escola sem Partido se apropria em pautas, bandeiras e modos de agir de outros movimentos que têm como referência ou que possui similaridades político-ideológicas. E, o tecnicismo é mais um desses casos. Por mais que o movimento não deixe evidente essa influência, ela está intimamente conectada com sua essência.

Ao discutir a pedagogia tecnicista, Saviani (2008, p. 10) explica que pautada no "pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional". O autor aponta que essa concepção pedagógica foi elaborada visando trazer a racionalidade implementada nas fábricas para a educação escolar, preparando os/as estudantes para o mundo do trabalho e afastando, através da objetividade e da

neutralidade, “interferências subjetivas” que põem em risco a eficiência do processo educativo.

A concepção de escolarização do ESP, conforme descrita por Penna (2017), carrega consigo traços muito fortes dos pressupostos da pedagogia tecnicista apresentados acima. De acordo com o autor, o movimento toma como base o livro *Professor não é educador*, de Armindo Moreira, para defender que a educação está relacionada à mobilização de valores, sendo então de responsabilidade da família e da religião. Desse modo, não caberia à escola e aos/as docentes o papel de educar, mas sim de instruir, que “equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno” (PENNA, 2017, p. 36).

Além disso – ligado à desqualificação profissional e à permanente desconfiança da categoria fomentada pelo ESP –, o autor também ressalta que o movimento enxerga a educação escolar a partir de uma concepção mercadológica, como se fosse uma relação de consumo em que o/a docente é prestador/a do serviço e os/as estudantes pais, mães e responsáveis são os/as clientes. Costa e Velloso (2018) reforçam que a afirmação de que o ESP entende a educação escolar como mercadoria – deixando de ser um direito e passando a ser encarada como um produto – deixa a educação suscetível a ser regida pela lógica do mercado. A partir deste posicionamento, as autoras localizam o ESP como integrante de um contexto maior, do mesmo lado da trincheira dos “reformadores empresariais da educação”, em uma batalha que, dentre outros pontos, visa, através da padronização de currículos e precarização das relações trabalhistas, obter maiores lucros com o sistema educacional brasileiro.

Freitas (2018), um dos maiores estudiosos no país da reforma empresarial da educação, explica que este é um fenômeno mundial iniciado nos Estados Unidos na década de 90, que envolve um bloco não homogêneo de adeptos do neoliberalismo ligados ao capital financeiro. Segundo o autor, a reforma se iniciou no final dos anos 90 no Brasil com os Parâmetros Curriculares Nacionais e com o fortalecimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica, tendo um recuo nos governos petistas e retornando com força – e com a ajuda do ESP – no pós-golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016.

Os reformadores também compõem um campo político que o autor denomina como “nova direita”. O intuito destes neoliberais é trazer para a educação escolar a mesma racionalidade adotada na empresa, submetendo-a a um rigoroso controle e padronização que possibilitarão fazer a escola reproduzir a sua concepção de funcionamento da sociedade.

> Nestas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um serviço que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também proporciona um maior controle político do aparato escolar, agora visto como "empresa", aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento "escola sem partido", este último, um braço político da "nova" direita na escola (FREITAS, 2018, p. 29).

A privatização, que, dentre outras coisas, "remete à forma de organização da atividade privada", é a categoria central para compreender a reforma empresarial da educação, destaca Freitas (2018, p. 46). O autor explica que uma das maneiras de alcançar os objetivos dos reformadores descritos acima é controlando o processo educativo ao (1) gerir a educação no estilo empresarial, imprimindo a lógica privada, neoliberal, na escola, e (2) permitindo "o controle dos profissionais da educação, por quem nutrem verdadeiro desprezo" (FREITAS, 2018, p. 103-104). E, é justamente neste momento que o tecnicismo, ou melhor – a sua nova versão – o neotecnicismo e o ESP se encaixam.

Em síntese, os efeitos e o funcionamento da reforma empresarial na educação descritos pelo autor, bem como os desdobramentos que acarretam a precarização do trabalho docente se dão da maneira descrita a seguir. Assim como nas empresas, para que a educação ofertada em uma determinada escola seja considerada como eficiente ela tem que alcançar metas estabelecidas. Essas metas estão relacionadas ao desempenho, às notas dos/as estudantes nas avaliações de larga escala. Estas, por sua vez, são feitas para aferir se os/as docentes ensinaram os conteúdos, habilidades e competências, prescritos nos documentos de referência para elaboração dos currículos, como a BNCC.

Assim, se os/as estudantes não tiverem bom desempenho nas avaliações, os/as professores são considerados os/as responsáveis por não terem ensinado o que a Base preconiza – que reproduz a concepção neoliberal de mundo de forma acrítica, padronizando o currículo do país. Nesse caso, se a escola for pública, além de ser taxada como promotora de uma "educação ruim", ineficiente – fato que também acontece com as escolas particulares nas quais os/as estudantes não tiveram "bom desempenho" nas avaliações – , a instituição de ensino pública pode receber menos verbas para o seu custeio.

Para os/as docentes que "atingem a meta", podem ser dados acréscimos na remuneração – o que também imprime a lógica da concorrência e da meritocracia na categoria. E, para os/as professores/as dos/as estudantes que não têm bom desempenho nas avaliações de larga escala, a responsabilização defendida pelos/as reformadores/as passa, inclusive, pela demissão destes profissionais. Ou seja, para garantir todo esse processo de

reprodução da perspectiva neoliberal de forma acrítica na educação, que está prescrito na Base, é necessário que haja um rigoroso controle “do que” e de “como” – qual a perspectiva pedagógica – se ensina.

Vale ressaltar que, como explica o autor, e de acordo com o artigo 7º da Lei da Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), a Base também serve de referência para os cursos de formação de professores/as. Ou seja, para garantir que essas políticas sejam bem-sucedidas, os/as reformadores/as atingem todo sistema educacional – da formação de estudantes na educação básica à formação dos/as próprios/as professores/as.

Segundo Freitas (2018), o neotecnicismo presente nessas políticas – que afeta, consequentemente, a autonomia docente, responsabiliza e precariza a categoria – tem a mesma base conceitual do tecnicismo, mas conta com um novo aporte tecnológico, sendo um instrumento mais eficiente de controle do que é ensinado. O estudo de Freitas (2018) foi publicado em um momento em que a pandemia do Covid-19 ainda não estava assolando o mundo. A pandemia, dentre outras coisas, deixou o sistema educacional do país refém da (falsa) alternativa de que única saída para que o país não tivesse maiores prejuízos educacionais fosse à sequência das aulas através do ensino remoto, utilizando de plataformas tecnológicas na internet (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Certamente, a preocupação manifestada por Freitas (2018) sobre os recursos tecnológicos de controle do trabalho docente no neotecnicismo se acentua no atual cenário, onde o processo educativo está sendo dependente da tecnologia. Além disso, muitas instituições de ensino estão gravando as aulas. Questão muito delicada – e que o ESP tentou emplacar no artigo 7º do seu novo PL, o 246/2019 (BRASIL, 2019) – que deixa a categoria ainda mais vulnerável a estes mecanismos de controle. Isso possibilitou que uma pauta neotecnicista do movimento – de controle, perseguição e precarização da categoria – ganhasse espaço nesse momento de pandemia. Ainda que o novo PL do ESP não seja aprovado, a forma com que a educação escolarizada passou a se dar após a pandemia pode trazer o risco de que as aulas continuem sendo gravadas mesmo após o término da crise sanitária.

Em concordância com o que Freitas (2018) nos mostra, e diante do exposto, fica explícito o papel que o ESP cumpre na reforma empresarial, que é encampar a defesa da transmissão dos conteúdos “de forma neutra e objetiva”, cerceando a liberdade docente, precarizando a categoria e garantindo o controle ideológico na reprodução do conhecimento. A discussão sobre tecnicismo, neutralidade, objetividade do saber e compromisso político de docentes desenvolvida por Saviani (2011), na década de 80, trouxe importantes contribuições

para desvendarmos os interesses por detrás do falacioso discurso tecnicista da neutralidade que está ligado a essência do ESP.

Segundo este autor, todo conhecimento é objetivo – ou seja, é resultado de condicionamentos históricos. Essa sua conexão com a realidade mostra que nenhum conhecimento é neutro, desinteressado, e "o caráter sempre interessado do conhecimento não significa a impossibilidade da objetividade" (SAVIANI, 2011, p. 50). O autor explica que, inclusive, educadores/as progressistas caem na armadilha pregada desde o século XIX pela burguesia e pelo positivismo, na qual estes afirmam que para o saber ser objetivo, ele tem que ser neutro, ser ensinado de forma neutra.

Isso – ensinar os conteúdos de forma desconectada da realidade, ou seja, ensinar de maneira supostamente "neutra" –, segundo Saviani (2011), é "desistoricizar" o conhecimento, desconectá-lo da realidade, para que, principalmente, a classe trabalhadora, desconheça seus condicionamentos históricos e não compreenda a realidade de maneira crítica e objetiva.

> É fácil compreender isso uma vez que a burguesia, beneficiária das condições de exploração, não tem interesse algum em desvendá-las, ao passo que o proletário que sofre a exploração tem todo interesse em desvendar os mecanismos dessa situação, que é objetiva (SAVIANI, 2011, p. 50).

Freire (1996), um dos principais alvos do ESP – que também foi perseguido e exilado durante a ditadura brasileira, regime esse que serve de referência no modelo educacional para o ESP e que buscou implementar o tecnicismo, determinante do movimento, como tendência pedagógica oficial – também criticou a suposta neutralidade do saber defendida por segmentos reacionários.

> Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra (FREIRE, 1996, p. 109-110).

Assim como Saviani (2011), Freire (1996, p. 142) entende que a realidade e os conhecimentos são frutos da ação humana no transcorrer da história, e ressalta que o interesse subjacente à ideologia dominante "tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos". Ou seja, independente da diferença teórica que os dois educadores – que são referência no campo progressista da educação brasileira – porventura possam ter, ambos nos ajudam a desmascarar o discurso falacioso e mofado da neutralidade que é encampado pelo ESP. As contribuições dos referidos autores, em certa medida, resgatam as elaborações de Marx (1985), quando este já denunciava a forma dos pensadores burgueses de falsear a realidade

objetiva, desconectando as categorias e os fatos de seus condicionamentos históricos, tentando lhes dar autonomia e independência.

> Os economistas[60] exprimem relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas. [...] Os economistas nos explicam como se produz nestas relações dadas, mas não nos explicam como se produzem estas relações, isto é, o movimento histórico que as engendra (MARX, 1985, p. 102).
>
> Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais.
> Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 1985, p. 106).

Auxiliados pelo que disse Saviani (2011) e Freire (1996), para trazer o que Marx (1985) pontuou para o terreno da educação, fica nítido o quão é relevante que os conteúdos sejam historicizados e problematizados em sala. No entanto, para alcançar a objetividade do saber, o conhecimento não deve ser ligado a uma coleção de fatos soltos. Para desvendar os interesses inerentes aos conhecimentos – o transformando em saber objetivo e, por conseguinte, não neutro – os conteúdos devem ser ligados aos seus condicionamentos históricos e sociais, correspondentes com a realidade que se refere.

Enquanto Saviani (2011), na passagem trazida por nós, que foi escrita na década de 80, tinha como polo antagônico de sua crítica os defensores da ditadura brasileira, Freire (1996) falava, não só para os filhotes do regime, mas também para os neoliberais. Porém, não existe coincidência nesse caso.

Os fundadores do neoliberalismo, como mostra Freitas (2018), que deram apoio à ditadura chilena, visitaram o Brasil três vezes durante a ditadura e, entre a democracia e a perpetuação do liberalismo, eles ficaram com a segunda opção. A face autoritária desse grupo político deve ser sempre destacada, como ressalta o autor, o que nos ajuda a entender os fatos que aconteceram após a ascensão conservadora, que contaram com o protagonismo da "nova direita". Segundo esse mesmo autor, os neoliberais têm "uma verdadeira paranoia ideológica que enxerga 'esquerdismo' e 'comunismo' em tudo que cheire a defesa dos interesses populares pelo Estado, flertando com o fascismo e com o 'darwinismo social'" (FREITAS, 2018, p. 28).

Em outras palavras, apesar da diferença temporal, os fatos mostram que o ESP faz parte, se situa ao lado dos neoliberais, do grupo político que não tem apreço pela democracia e que deu origem à "nova direita" reformadora. E, **o (neo)tecnicismo** inerente a este campo político que atua na educação – que, ao pautar a defesa de uma suposta neutralidade que os/as

[60] Os economistas a quem o Marx (1985) se refere são os intelectuais da burguesia.

educadores/as deveriam ter no processo de ensino aprendizagem, controlando não só os conteúdos, mas a maneira como esses conhecimentos são ensinados – , promove **a precarização do trabalho docente** e, como mostramos, estes **determinam a concepção de escolarização do ESP**.

Infelizmente, pautas que foram catalisadas pelo movimento, como a "doutrinação política e ideológica", o "combate à ideologia de gênero" e a criminalização e permanente desconfiança dos docentes ganharam os debates cotidianos nas redes sociais e chegaram a influenciar na formulação do PNE e de Planos Estaduais e municipais de educação, a exemplo do PME de Itapetinga/BA.

Até a conclusão deste trabalho, o PL 246/2019 estava parado na Câmara Federal. No entanto, Penna (2017, 2018) alerta que independente da aprovação dos PL's do movimento, seus efeitos negativos na categoria docente já podem ser notados "através da tentativa de censura de alguns temas e por meio da intimidação de professores que insistem em desempenhar sua atividade de acordo com seus saberes profissionais" (PENNA, 2018, p. 112).

Ainda segundo o autor, podemos notar que a criminalização docente promovida pelo ESP se aproxima à responsabilização docente implantada nas reformas educacionais da década de 90 e também como uma forma explicação superficial das dificuldades que os/as estudantes enfrentam na escola, principalmente a pública:

> Os alunos estariam tendo péssimos resultados em avaliações externas porque os professores não estariam preocupados em ensinar as matérias, mas em doutriná-los ideologicamente. Essa é uma forma de dar sentido à frustação com a escola – responsabilizando os professores, que são demonizados – e que gera uma demanda por uma escola melhor através da criminalização dos professores (PENNA, 2018, p. 122).

Costa e Velloso (2018) também nos lembram que a invocação da censura feita pelo ESP no período atual, considerado como democrático, tem gerado ofensas, perseguições, demissão de docentes e a judicialização da relação professor/a / estudante / responsáveis (como mães, pais, avós etc). É importante ressaltar que, como forma de intimidação da categoria, o movimento incentiva aos/as responsáveis pelos/as estudantes a processarem os professores/as, frisando que a judicialização poderia gerar indenizações volumosas (MIGUEL, 2016).

Diante do que foi exposto relacionado aos ecos da ação do ESP na precarização do trabalho docente, podemos inferir que **a formação destes/as profissionais** fica comprometida, pois os/as professores/as dos cursos de licenciatura podem se sentir intimidados/as ao trabalhar ou problematizar de forma crítica determinados conteúdos com

seus/suas educandos/as, que serão os/as futuros/as professores/as. **A renumeração e a carreira** podem ser comprometidas por conta de processos e até demissões, caso os/as professores sejam acusados de promover "doutrinação". E, com esse clima de perseguição e permanente desconfiança, **as condições de trabalho** destes profissionais em todos os níveis da educação não se tornam agradáveis, o que **pode gerar transtornos psicológicos e físicos** aos/as docentes.

Esse clima criado pelo movimento, e que afeta os/as professores quando criminaliza estes/as profissionais, atinge os pilares da valorização docente – formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e de saúde da categoria –, como demonstrado no parágrafo anterior. Ou seja, além da precarização do trabalho docente e do tecnicismo determinarem o ESP, sem dúvida, isso configura o movimento também como uma perigosa determinação que incide na precarização do trabalho docente. Contudo, O ESP e a precarização docente são fenômenos multifatoriais, não são estáticos e as suas determinações se conectam entre si.

Para Cury (2000, p. 36), "uma compreensão dialética da totalidade exige a relação entre as partes e o todo e as partes entre si. [...] O todo, na verdade, só se cria a si mesmo na dialética das partes, só pode existir concretamente nas partes". Em outras palavras, o que estamos dizendo é que, tanto o ESP quanto a precarização docente, ambos são totalidades que se interconectam, não só entre si, mas também com outras totalidades em maior, ou em menor grau. Dessa maneira, ao passo que **a precarização determina o ESP,** o ESP também se configura como um perigoso determinante na precarização da categoria, o que pode ser constatado através dos resultados provocados pelas pautas do movimento, os efeitos destas, na categoria docente – sobretudo através do (neo)tecnicismo que incide diretamente na autonomia dos/as professores/as.

Como já mencionado, a mobilização do ESP garantiu que fossem retiradas menções que visavam o combate às desigualdades educacionais relacionadas às questões de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação. Isso acabou gerando consequências similares na aprovação de Planos Estaduais e Municipais de Educação, como foi o caso do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA. E, já que o ESP porta a precarização docente – através da criminalização e tentativa de controle do que é ensinado – a sua margem de "contribuição" com a precarização da categoria aumentou com o êxito na retirada das referidas menções nos planos. A influência de suas pautas nestas políticas públicas

educacionais deixou o segmento docente ainda mais vulnerável ao patrulhamento que gera esse tipo de responsabilização e cerceia a autonomia destes/as profissionais.

Mas, antes de adentrarmos na discussão propriamente dita da influência das pautas do Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de educação de Itapetinga/BA, é necessário que possamos compreender melhor qual o papel de Plano Municipal no cenário educacional de um município, bem como historicizar essa política pública. Na próxima seção buscaremos saber como o Plano Municipal de Educação se constituiu e qual é a sua importância.

5 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: DA UNIVERSALIDADE À SINGULARIDADE

Os fenômenos, sob a ótica do Materialismo Histórico e Dialético, são totalidades que não se bastam sozinhos, se constituindo através de suas conexões com outras totalidades. Neste sentido, para discutir na presente seção como se deu a influência de pautas do Escola sem Partido no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA, é necessário que antes possamos compreender como os Planos Municipais de Educação se situam no cenário educacional do país e qual o papel que esta política pública cumpre. E, como os fenômenos estão edificados sob o acúmulo de ações tomadas e construídas ao longo do tempo, essa discussão deve ser feita sem perder de vista à historicidade dessas políticas.

Dessa forma, as questões que serão abordadas no tópico "5.1", que está a seguir, demonstrarão como o PNE se configura como expressão de universalidade, que determina as expressões particulares, os planos dos demais entes federados – dentre eles, os Planos Municipais de Educação. Como os planos de cada município, de cada estado, e do Distrito Federal são diferentes – pois, para além de estarem alinhados ao PNE, também buscam atender a demandas educacionais locais –, isso confere o caráter de singularidade de cada plano destes. Na sequência, os tópico "5.2" e "5.3" abordarão a expressão singular que faz parte do nosso objeto de estudo, o Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA.

Já que o PME de Itapetinga é a expressão singular, derivada do PNE – expressão universal –, o tópico "5.2" buscará compreender, a partir da análise documental, como se deu a influência das pautas reacionárias do Escola sem Partido, primeiro, na atualização do Plano Nacional de Educação e, posteriormente, no Plano educacional situado no nosso *locus* de estudo. E, após observada a análise documental, o tópico "5.3" se debruçará sobre a análise das entrevistas de pessoas – integrantes da sociedade civil e dos Poderes Executivo e Legislativo municipal – que participaram do momento em que o Plano de Itapetinga/BA foi atualizado. As falas dos/as participantes da pesquisa trazem elementos da disputa que se deu no processo de atualização do Plano em que, principalmente, a pauta da "luta contra a ideologia de gênero", encampada pelo ESP, acabou influenciando no PME aprovado na cidade no ano de 2015.

5.1 O PAPEL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO CENÁRIO EDUCACIONAL – DA UNIVERSALIDADE À PARTICULARIDADE

Apesar da Constituição de 1988 deixar margem para que os municípios pudessem legislar sobre questões educacionais – como veremos posteriormente no decorrer deste tópico – o dispositivo legal que exigiu que estados, municípios e o Distrito Federal elaborassem seus respectivos planos educacionais foi o Plano Nacional de Educação aprovado através da Lei 10.172/2001. Em seu artigo 2º, o referido PNE determinou que os planos educacionais dos entes federados deveriam ter a vigência dez anos e ter como base o plano nacional (BRASIL, 2001). Isso denota que os Planos Municipais de Educação, assim como os planos dos estados e do Distrito federal, já nascem atrelados, determinados, pelo Plano Nacional de Educação – até porque, o atual PNE também aponta a necessidade de criação/atualização e alinhamentos dos planos dos entes federados com o plano nacional (BRASIL, 2014).

Assim, antes de abordarmos sobre essa determinação, entre plano educacional da esfera nacional (como expressão universal) e os planos municipais (como expressão particular) – que situará o papel que estes últimos cumprem no cenário educacional – algumas perguntas devem ser respondidas para que possamos entender qual o papel destas políticas educacionais. Tais questões perpassam pela gênese e desenvolvimento da concepção de plano educacional e giram em torno de saber "o que é um plano educacional?", "como surgiu a proposta de criação de um plano educacional no Brasil e qual é a sua finalidade?".

De acordo com Saviani (1999, p. 128), a primeira concepção de Plano Nacional de Educação, que apareceu entre a década de 30 e 60 do século passado, era entendida "grosso modo, como um instrumento de introdução da racionalidade científica na educação sob a égide da concepção escolanovista". Quando pensamos sobre o significado da palavra "plano", de forma resumida, isto nos remete ao ato de traçar objetivos, metas, percursos, estratégias de maneira planejada, para orientar a ação que visa alcançar determinado(s) objetivo(s). Para que se obtenha êxito com o plano, deve-se conhecer minimamente a realidade no intuito de saber quais serão "os caminhos a serem trilhados" para que os objetivos traçados sejam alcançados.

E, segundo Saviani (1999), foi nessa perspectiva que surgiu a primeira ideia de criação de um Plano Nacional de Educação, em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. De acordo com o autor, o Manifesto realizou um diagnóstico da educação do Brasil, apontando que só com a elaboração de um Plano de reconstrução da educacional e com a unidade e continuidade em sua aplicação, que os esforços lograriam êxito para transformar a

educação, no sentido de introduzir a racionalidade científica escolanovista no ensino do país. Para Garcia e Bizzo (2018, p. 341),

> Os pioneiros acreditavam que os problemas da educação pudessem ser resolvidos com um projeto de modernização e de racionalização pedagógica, distanciando-se do ensino tradicional. O projeto se inspirava nos princípios da liberdade, da atividade, entre outros. No manifesto, que foi divulgado em 1932, o grupo defendia a gratuidade, a obrigatoriedade, a laicidade do ensino e a necessidade de uma política nacional de educação.

Os autores explicam que com a separação entre a Igreja e o Estado na Constituição de 1891, a Igreja Católica, que até então esteva à frente da educação no país, perdeu alguns privilégios e passou a investir na tentativa de ampliar sua capilaridade e controle junto à população através da educação. Em uma das suas estratégias "a Igreja se idealizou como defensora dos direitos e dos valores da família, em um período em que o Estado e sua ideologia liberal organizavam mudanças na educação" (GARCIA; BIZZO, 2018, p. 340).

Desse modo, os Pioneiros se colocaram em contraposição à concepção de educação da Igreja e, como destacado pelos autores, a laicidade era um dos pressupostos na proposta educacional inovadora que defendiam para o momento. Isso denota que, desde a gênese das discussões sobre os planos educacionais no país, assim como segmentos que defendiam pautas de caráter conservador ligadas à religião para atender seus interesses e reacionárias disputavam o cenário educacional – de forma similar ao que aconteceu com o atual PNE e com o PME de Itapetinga –, eles também eram combatidos por grupos que entendiam que algumas medidas contribuíam para o retrocesso em questões educacionais e, consequentemente, em questões sociais.

Saviani (1999) explica que essa defesa feita pelos Pioneiros influenciou a Constituição Federal de 1934, a qual definiu o que Conselho Nacional de Educação formulasse o Plano Nacional de Educação, sendo que este ficou pronto só em 1937. Mas, o PNE foi deixado de lado ainda no mesmo ano por conta instauração da ditadura do "Estado Novo", a qual Getúlio Vargas estava a frente. Gustavo Capanema, ministro da Educação de Getúlio Vargas, apesar de ter realizado as "Reformas Capanema", queria redefinir todo o arcabouço educacional do país com uma série de medidas, dentre elas um Código de Educação Nacional, que viabilizaria a criação de Plano Nacional de Educação, para controlar todas as atividades educativas. Mas, "nem o Código de Educação nem o Plano de Educação chegaram a ser elaborados" (SAVIANI, 1999, p. 127).

No período subsequente, pós "Era Vargas", o país continuou sem aprovar um Plano de Educação Nacional e no embate sobre a concepção de plano educacional entre os defensores

do Estado como protagonista e indutor do desenvolvimento e os defensores da iniciativa privada, segundo Saviani (1999, p. 127), o segundo grupo venceu e conseguiu, inclusive, influenciar na formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases do país, promulgada em 1961.

> Na discussão da LDB prevaleceu a segunda tendência que defendia a liberdade de ensino e o direito da família de escolher o tipo de educação que deseja para seus filhos, considerando que a ação planificada do Estado trazia embutido o risco de totalitarismo. Em decorrência dessa orientação, a ideia de Plano de Educação na nossa primeira LDB ficou reduzida a instrumento de distribuição de recursos para os diferentes níveis de ensino. De fato, pretendia-se que o Plano garantisse o acesso das escolas particulares, em especial as católicas, aos recursos públicos destinados à educação.

Por mais que o Plano Nacional de Educação não tenha sido criado nestes moldes posteriormente, observa-se que os setores mais conservadores conseguiram algum êxito, pois imprimiram os seus anseios na LDB. Na mesma toada, os retrocessos na educação e na concepção de um PNE só aumentaram subsequentemente com o advento da ditadura militar. "No período seguinte que se estende até 1985 a ideia de plano se converte num instrumento de racionalidade tecnocrática consoante à concepção tecnicista de educação" (SAVIANI, 1999, p. 128-129).

Após o final da ditadura, conforme segue abaixo, Saviani (1999) explica que foram elaborados dois planos educacionais de caráter nacional até o final do século XX no país. O primeiro deles, que tinha objetivos clientelistas, foi o "Plano Educação para Todos", que foi criado no "Governo Tancredo" e estava voltado para a distribuição de recursos de maneira desordenada. O segundo foi o "Plano Decenal de Educação para Todos", elaborado em 1993, que parece ter sido traçado para conseguir financiamento internacional para a educação e, mesmo tendo focado apenas na "educação fundamental", praticamente não saiu do papel.

Em 1996, no final do segundo ano de mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi promulgada a segunda lei mais importante do país no que tange às questões educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996 (BRASIL, 1996), faz duas menções com relação ao Plano Nacional de Educação: prevê em seu 9º artigo que a União deve **elaborar** o PNE **em colaboração** com os entes federados; e, no seu 87º artigo, estabelece o prazo de um ano após a publicação da LDB para que a União encaminhe ao Congresso Nacional o PNE para os próximos 10 anos.

Logo na primeira menção citada, vemos que, legalmente, pelo que foi estabelecido na LDB, os próximos PNE's ancorados nesta legislação serão constituídos como uma "unidade do diverso" na medida em que o PNE deve ter uma coordenação central feita pela União, buscando solucionar os diferentes problemas educacionais de todos os entes federados em um

país de dimensão e de diversidade continental. Mas, na referida menção, esta "unidade do diverso" também se dá no sentido de que, para além da coordenação central que foi citada anteriormente, PNE **deve ser construído** em colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal. Ou seja, o Plano Nacional de Educação não deve ser elaborado apenas "para" atender as demandas dos diferentes entes federados, mas também "com" as próprias contribuições e anseios dos diferentes entes federados.

Em relação à segunda menção da LDB que citamos sobre o PNE, o Plano só foi sancionado no ano de 2001, pouco mais de quatro anos após a sanção da LDB, através da Lei 10.171/2001 (BRASIL, 2001). A avaliação feita por Saviani sobre este PNE mostra de maneira geral que, apesar do plano ter feito um diagnóstico considerável sobre quais necessidades precisariam ser atendidas, ele continha um número excessivo de metas – 295 no total – e as metas que de alguma maneira estavam relacionadas com a questão do financiamento eram ambíguas ou pouco objetivas. Além disso, o autor explica que o Presidente FHC realizou nove vetos no PNE que incidiam justamente no financiamento, o que fez com que o plano se tornasse praticamente uma "mera carta de intenções" (SAVIANI, 2017, p. 67), pois sem financiamento a maioria das metas ficou impossibilitada de ser realizada.

No entanto, é com esse PNE aprovado em 2001 que o Plano Municipal de Educação – parte importante do objeto de estudo desta pesquisa – ganha sua parcela de protagonismo no cenário educacional nacional ao ser vinculado diretamente ao Plano Nacional de Educação. Como aponta Saviani (1999), no artigo 22 da Carta Magna, onde está garantido que a União, os Estados e o Distrito Federal podem legislar sobre educação, os municípios não são citados (BRASIL, 1988). Contudo, o artigo 211 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao falar que os entes federados podem os organizar "seus sistemas de ensino" deixa margem para que os municípios pudessem legislar sobre questões educacionais.

Diversos municípios de alguns estados, a exemplo do Rio de Janeiro, começaram a elaborar seus Planos Municipais de Educação desde 1989, como demonstrado por Najjar, Mocrazel e Morgan (2020). Ainda assim, cabe ressaltar que mesmo sem uma proibição expressa, "nem a Constituição nem a LDB preveem a competência dos municípios para elaborar planos de educação" (SAVIANI, 1999, p. 131). À luz das contribuições de Saviani (1999), a Constituição garante que os estados possam legislar sobre educação e isso garantiria que estes pudessem especificar em suas Constituições Estaduais à previsibilidade para que os Municípios formulassem seus planos educacionais, como foi o caso do Rio Grande do Sul.

Porém, a Constituição da Bahia (1989), estado onde está o *locus* de nossa pesquisa – o município de Itapetinga – não versa nada a esse respeito.

Assim, como destacam Neto, Castro e Garcia (2016), a legislação que primeiro exige que os municípios elaborem seus Planos Municipais de Educação é o Plano Nacional de Educação aprovado em 2001. Em seu artigo 2º, o PNE determina que os municípios, assim como os estados e o Distrito Federal, **deverão** elaborar seus respectivos planos educacionais **com base** no Plano Nacional e que estes vigorarão por dez anos (BRASIL, 2001). O PNE (2014/2024) subsequente, que é o que está em vigência, segue a mesma linha nesse quesito e em seu artigo 8º aponta que "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **deverão** elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, **em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE**, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei" (BRASIL, 2014, *on line*, grifo nosso).

Pela própria redação do artigo 8º do PNE podemos observar que, apesar da autonomia que gozam os entes federados, **os planos educacionais dos municípios**, estados e Distrito Federal **são determinados pelo PNE,** pois este exige que os planos dos demais entes federados sejam criados ou atualizados em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional. Além disso, o artigo 7º do PNE (BRASIL, 2014) versa sobre a atuação através do regime de colaboração dos municípios, estados e do Distrito Federal para o cumprimento das metas e implementação das estratégias do PNE. Estes dois artigos denotam que os Planos Municipais de Educação – assim como os planos educacionais dos estados e do DF – cumprem um papel fundamental no cenário educacional do país, pois é também através dos municípios, bem como dos demais entes federados, que serão alcançadas as metas traçadas no PNE vigente.

Seguindo essa linha no que concerne ao papel que os Planos Municipais de Educação desempenham no cenário educacional, Neto, Castro e Garcia (2016, p. 50) reforçam que estas políticas públicas são essenciais para que possam ser atingidas as metas do PNE e na medida em que este "estabelece as diretrizes para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação, propicia as condições favoráveis para a edificação de políticas com maior possibilidade de articulação federativa". O autor e as autoras também mencionam a questão da autonomia dos entes federados para formular políticas públicas educacionais, pois por mais que a elaboração de seus planos deva estar em consonância com o PNE, os respectivos planos também devem traçar objetivos para atender demandas locais, evitando que aconteça uma transposição direta de metas do PNE.

Dito isso, fica demonstrado que – à luz do Materialismo Histórico Dialético sobre a questão da universalidade, particularidade e singularidade – o Plano Nacional de Educação, por ser uma política de caráter nacional – e, portanto, geral – , "multiplamente articulado" aos planos educacionais municipais, estaduais e do Distrito Federal, se configura como uma expressão de universalidade. E, os Planos Municipais de Educação, que constituem um parte importante do nosso objeto de estudo – assim como os planos dos demais entes federados – são a expressão de particularidade por serem políticas que, ao mesmo tempo em que são determinados pela política mais geral, universal, que é o PNE – ou seja, o PNE também se expressa através dos demais planos – , também cumprem um papel fundamental na efetivação deste.

Porém, os planos municipais, os estaduais e o plano do Distrito Federal, mesmo sendo expressões particulares, guardam suas diferenças entre si, as quais estão relacionadas com as demandas de cada lugar de origem específico, com os processos de atualização ou formulação dos planos em cada município e estado. São justamente essas especificidades que interferiram na elaboração/atualização dos planos de cada ente federado que confere o caráter de singularidade a cada um deles. E, é exatamente a singularidade com que se deu o processo de atualização do Plano Municipal de Itapetinga/BA, que contou com a influência das pautas reacionárias do Escola sem Partido na aprovação do PME, que vamos tratar no tópico a seguir desta seção.

5.2 A INFLUÊNCIA DE PAUTAS DO ESP NA APROVAÇÃO DA LEI 1.127/2015 EM ITAPETINGA: UMA EXPRESSÃO SINGULAR DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Mesmo que os demais entes federados tenham certa autonomia para que os seus planos educacionais apresentem metas que atendam às necessidades locais, os referidos planos devem estar com suas diretrizes, metas e estratégias em consonância com o Plano Nacional de Educação. Desse modo, como o Plano Nacional determina os demais planos, antes mesmo de começar a abordar sobre a influência das pautas do ESP no PME de Itapetinga/BA, devemos começar por observar como estas pautas influenciaram o PNE (BRASIL, 2014). O cuidado de primeiro levar em consideração como se deu a influência das pautas do ESP no PNE deve ser tomado, pois o que aconteceu com o plano nacional acabou

refletindo de algum modo nos demais planos, já que estes devem estar em consonância com aquele.

Um bom número dentre os/as estudiosos/as do Escola sem Partido aponta que as pautas deste movimento reacionário influenciaram na aprovação do PNE que está em vigência. Dentre os autores que ratificam essa informação estão Manhas (2016), Espinosa e Queiroz (2017), Rosa (2018), Marafon e Souza (2018) e Moura e Salles (2018). Inclusive, destacam que foi a partir da influência no PNE (2014/2024), através da retirada das menções a gênero e à orientação sexual, que o movimento ficou conhecido nacionalmente.

Segundo Moura e Salles (2018), a Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em 2010 apontava a necessidade de que o Plano Nacional de Educação deveria, dentre outras coisas, garantir o combate às desigualdades educacionais relacionadas a gênero e à diversidade sexual. A Conferência, que foi construída por diversos órgãos e entidades ligadas ao setor educacional do país, teve como um dos seus objetivos principais formular propostas para o Plano Nacional de Educação, que estava em gestação no momento. Porém, tanto Moura e Salles (2018) quanto Saviani (2017) explicam que o PNE aprovado ficou muito diferente do que foi proposto na CONAE.

Ao falar sobre a discrepância entre o que foi definido no CONAE e o que foi aprovado no PNE, Saviani (2017) explica como alguns grupos, a exemplo dos empresários do ensino, abriram mão de participar da Conferência Nacional e de disputar aquele espaço, pois sabiam que o Congresso seria o espaço onde as decisões seriam tomadas de fato para aprovação do Plano. Os parlamentares ligados ao Escola sem Partido e defensores de suas pautas sabiam disso, concentrando suas energias na disputa que foi travada na casa legislativa federal e, de acordo com Moura e Salles (2018, p. 153), só deixaram o PNE ser aprovado após a retirada de duas menções relacionadas ao termo “gênero” que constavam no projeto do PNE.

> A primeira [menção estava] no inciso III do artigo 2º, cuja redação inicial estabelecia que “são diretrizes do PNE: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, foi substituída por “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. E a segunda [menção estava] na Estratégia 3.12, que previa “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”, foi substituída por “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”.

O interessante de se notar nesta situação é que constatamos a influência do Escola sem Partido e de suas pautas no PNE (2014/2024) que foi aprovado, não na presença das pautas de

forma expressa no Plano. Por exemplo, o PNE poderia ser aprovado com trechos que expressassem a “proibição da doutrinação política” ou “proibindo o ensino da ideologia de gênero”. Mas, fazendo valer a categoria contradição, podemos constatar a influência do Escola sem Partido no PNE aprovado tanto na ausência de suas pautas de forma escrita no plano, quanto na retirada das menções relacionadas ao combate às desigualdades educacionais ligadas a gênero e à orientação sexual.

Outro fator importante a ser destacado é que, como nos lembram Moura e Salles (2018), enquanto o PNE anterior (2001/2011), aprovado durante a gestão de FHC, se refere ao termo gênero por diversas vezes, o PNE atual, sancionado durante a gestão de Dilma Rousseff, só foi aprovado após a retirada das menções ao referido termo. Ou seja, o êxito do ESP e de suas pautas se deu, não em cima de uma ação conservadora – para conservar o que estava posto no PNE anterior –, mas em garantir que o PNE (2014/2024) retrocedesse no que tange à questões relacionadas a gênero e orientação sexual. Esta reação ao avanço de bandeiras societárias que encontraram espaço em políticas públicas através de uma história de lutas, que visam combater desigualdades e preconceitos relacionados a grupos que são historicamente oprimidos, é mais uma constatação que o Escola sem Partido é um movimento de caráter reacionário.

Dessa forma, como os planos municipais, estaduais e do Distrito Federal devem estar em consonância com as diretrizes, metas e estratégias do PNE, podemos falar que, em alguma medida, estes planos já carregam “em seu DNA” os ecos da influência das pautas do ESP. No entanto, o Governo Federal à época – provavelmente levando em consideração a autonomia dos entes federados para legislar em questões educacionais – “orientou que estados e municípios produzissem seus planos de educação baseados no texto final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014 e não no Plano Nacional de Educação” (MOURA; SALLES, 2018, p. 153). E, no texto final do CONAE de 2014, as menções ao combate a desigualdades de gênero e orientação sexual aparecem tanto nas diretrizes, quanto nas estratégias (FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014).

Assim, como exigiu a própria Lei 13.005/2014 do PNE (BRASIL, 2014), dentro do prazo de um ano após a publicação do PNE se procederam às elaborações, ou atualizações dos planos educacionais dos demais entes federados. Itapetinga, *locus* da nossa pesquisa, teve seu primeiro Plano Municipal de Educação aprovado em 2011, através da Lei 1.127 (ITAPETINGA, 2011). A partir desta exigência do PNE (2014/2024), o município atualizou o PME através da Lei 1.275, sancionada em 22 de junho de 2015 (ITAPETINGA, 2015). Ao

analisar o novo PME (ITAPETINGA, 2015) – assim como acontece com o PNE – não são encontradas menções relativas ao combate de desigualdades educacionais com relação a questões de gênero e orientação sexual – como preconiza o texto final do CONAE 2014. Tampouco são encontradas as pautas do ESP transcritas no corpo da Lei.

Em um dos sites que acompanhou a atualização do plano educacional de Itapetinga, em uma espécie de tópico do site intitulado "Fé", onde estão algumas publicações relacionadas a questões religiosas e políticas, uma matéria sobre o PME deixa transparecer que a mobilização do medo vinculado à religião foi utilizada por pessoas alinhadas às pautas do ESP.

> A reflexão das questões de gênero e sexualidade "Ideologia do Gênero" uma das ações do Plano Municipal de Educação, em processo de elaboração pela Secretaria Municipal de Educação.
> E por se tratar de um tema que gera divergências, o assunto provocou um debate entres os presentes durante grande parte da sessão ordinária. Líderes religiosos e professores utilizaram o microfone para expressar suas preocupações quanto à forma como o tema será, na prática, aplicado. O padre Carmelito Aloisio de Andrade, por exemplo, enviou a Casa um documento solicitando que Ideologia do Gênero, fosse retirado do Plano Municipal de Educação, como foi retirado do Plano Nacional.
> Os vereadores têm agora uma difícil votação para fazer e estão preocupados, de um lado, os professores que pressionam com o discurso de que os vereadores devem respeitar os compromissos democráticos. Do outro lado, pastores, padres, os mais conservadores que **acreditam no desmanche quase total da família caso o projeto não seja retirado** (TOP DE LINHA, 2015, *on line*, grifo nosso).

Em outro site, se encontra o texto de um professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, trazendo questões similares as que influenciaram o PNE, também relacionadas à pauta do ESP contra a "ideologia de gênero". No texto, o professor fala que os termos "gênero", "sexualidade" e "transversalidade", que constavam no projeto do PME, foram retirados da lei que aprovou a atualização do Plano.

> No processo de tramitação do PME do executivo para o legislativo pudemos acompanhar uma ebulição de críticas de setores da cidade, em especial, de parte da comunidade católica e protestante em torno das temáticas de gênero e sexualidade presentes no plano. A partir da gravação de um áudio sem identificação de autoria, o qual circulou pelas redes sociais, e a divulgação de uma cartilha de cunho religioso sobre "ideologia de gênero", gerou-se uma polêmica em torno da questão, sob a justificativa de que o PME feria os princípios da família itapetinguense.[...]
> O que acompanhamos nesse percurso, fora **a evidência do desconhecimento**, senso comum e ausência de base científica sobre as temáticas de gênero e sexualidade no campo da educação. O foco equivocado no debate sobre "ideologia de gênero" extirpou a possibilidade de uma reflexão mais profícua em torno das principais metas e estratégias que pensamos e almejamos para a educação municipal nos próximos dez anos. [...]
> Durante a votação do PME no legislativo, no dia 18/06, ouvimos de um vereador: "O povo de Deus venceu", em referência à vitória da "família itapetinguense" com **a retirada dos termos gênero, sexualidade e (também absurdamente) transversalidade do PME** (PEREIRA, 2015, *on line*, grifo nosso).

Ao analisar as publicações em questão, podemos constatar que a mobilização do medo – característica fascista – atrelado a questões religiosas, foi um instrumento utilizado nas discussões sobre a atualização do Plano na Câmara Municipal de Itapetinga. O desconhecimento sobre as próprias pautas reacionárias – foi tão grande que excluiu, inclusive, o termo "transversalidade", que nada tem haver com questões de gênero e sexualidade –, como mostra a última publicação, também se somou ao medo que estava sendo cultivado nas discussões.

É importante lembrar que em 2015, ano de atualização do PME de Itapetinga/BA, o país ainda enfrentava uma crise severa – fator que ajudou a catalisar, em diferentes períodos históricos, a ascensão de movimento reacionários e conservadores junto com suas pautas, a exemplo do ESP. De acordo com dados do IBGE[61], em 2015 o país enfrentava um grande aumento no número de desempregados aliado a uma queda na renda da população. O "caldo cultural" que garantiu a retirada de tais termos pode ainda gerar perseguições a professores do município que se preocupam em combater desigualdades educacionais relacionadas a gênero e à orientação sexual e que abordam estas questões de forma crítica e não naturalizada – já que a atuação docente, neste quesito, estaria descoberta pelo PME.

A partir das publicações acima e da análise da Lei 1.275 (ITAPETINGA, 2015), fica evidente que, sim, houve influência das pautas do ESP na aprovação do PME de Itapetinga/BA. Para analisar a Lei 1.275 (ITAPETINGA, 2015) – assim como o PNE – devemos atentar não apenas na aparência fenomêmica. Na análise do fenômeno, ou melhor, o PME de Itapetinga/BA, como nos ensina Kosik (1976), temos que ir além de sua aparência, além do que está (ou não está) na letra da lei, e buscar não só a sua essência – que, por vezes, permanece escondida –, mas entender de que forma, se utilizando da contradição, essas duas dimensões, aparência e essência, se relacionam.

> O mundo da pseudoconcreticidade [ou seja, o mundo da aparência dos fenômenos] é um claro-escuro de verdade e engano. O elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1976, p.15)

[61] Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego >. Acesso em: 17 jul. 2021.

Dessa forma, para avançar ainda mais no conhecimento do nosso objeto, para além do que está (ou não está posto) na letra da Lei, e conhecer melhor a essência deste fenômeno e a relação desta com a aparência do PME, entendemos que é necessário historicizar melhor nosso objeto, no sentido de conhecer também como ele foi edificado, quais os jogos de interesses que estavam em disputa naquele momento. Para isso, posteriormente, utilizaremos o recurso da entrevista semiestruturada com pessoas que participaram da atualização do PME e ocuparam posições de destaque no referido processo.

Dentre estas, estão representantes dos Poderes Executivo e Legislativo do município. Como representantes da sociedade civil que participaram do debate, foram selecionadas, tanto pessoas que estavam alinhadas às pautas do ESP, quanto pessoas contrárias. Isso, por sua vez, trará contribuições importantes no sentido de saber como esta totalidade se conecta com outras totalidades. Ou seja, ao final da pesquisa compreenderemos melhor, não só o PME em sua relação aparência/essência, mas quais os ecos que esta política pública pode trazer para a sociedade – principalmente no tocante às mulheres, às pessoas com orientação sexual não heteronormativa e para a categoria docente.

5.3 A SINGULARIDADE DA APROVAÇÃO DO PME DE ITAPETINGA VISTA A PARTIR DAS ENTREVISTAS

No tópico anterior, o "5.2", através da análise documental do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA, ficou evidente – principalmente com o protagonismo da pauta contra uma suposta ideologia de gênero – que o Escola sem Partido influenciou tanto o PNE (a nível da universalidade), como o PME de Itapetinga/BA (a nível de singularidade). Seguindo o percurso metodológico traçado no trabalho, fecharemos a análise dos dados discutindo no presente tópico as entrevistas realizadas individualmente com pessoas que participaram da atualização do PME de Itapetinga para que possamos compreender melhor como se deu a influência do ESP nesse Plano.

Antes de dar início a análise propriamente dita dos depoimentos, apresentaremos brevemente algumas considerações que tem o intuito de auxiliar o/a leitor/a deste trabalho na compreensão da análise dos dados que, aqui, serão discutidos. Optamos por entrevistar pessoas representantes de diferentes espaços institucionais da época – integrantes do Poder

Executivo Municipal, do Poder Legislativo Municipal e da sociedade civil – para ajudar a iluminar melhor, a partir de olhares diversos, como se deu a disputa de interesses que resultou na influencia do ESP no processo em que o PME de Itapetinga foi atualizado.

Atentando para os cuidados éticos da pesquisa com seres humanos, principalmente no que tange a não exposição das pessoas que concordaram em participar deste trabalho, todas/os entrevistadas/os serão identificados como se pertencessem ao gênero feminino. Ou seja, a partir deste momento, sempre que nos referirmos às pessoas que foram entrevistadas, estas serão identificadas como "elas".

Seguindo essa orientação, foram entrevistadas individualmente um total de oito pessoas, sendo:

- Duas pessoas representantes do Poder Executivo da época – pois cabia ao Executivo propor o Plano Educacional;
- Duas pessoas representantes do Poder Legislativo da época – as entrevistadas eram algumas das integrantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Itapetinga/BA, instância que recebeu a proposta de projeto de lei da prefeitura e era responsável por analisá-la, transformá-la em projeto de lei e apresentá-la ao plenário da Câmara para discussão e votação;
- Quatro integrantes da sociedade civil, sendo: duas a favor do Plano com os termos gênero e orientação sexual; e duas contra o Plano com esses termos.

Além disso, para facilitar a identificação por parte do/a leitor/a sobre qual destes grupos as entrevistadas pertencem, as iniciais do nome delas começarão com a inicial do grupo o qual fazem parte. Dito isso, segue abaixo o nome das integrantes de cada grupo de entrevistadas:

- As representantes do Poder **E**xecutivo começarão com a letra "**E**": Eide e Eunice;
- As representantes do Poder **L**egislativo começarão com a letra "**L**": Lara e Leonice;
- As representantes da Sociedade Civil a favor do **P**lano com os termos gênero e orientação sexual começarão com a letra "**P**": Penélope e Pugliesi;
- As representantes da Sociedade Civil **c**ontra o Plano com os termos gênero e orientação sexual começarão com a letra "**C**": Cintia e Cassia.

Durante a realização da pesquisa, mais quatro pessoas que eram contra a manutenção dos termos que geraram polêmica foram procuradas para participarem do trabalho. Duas delas

eram líderes religiosas e duas eram integrantes da sociedade civil. Uma destas duas últimas era a possível autora de um áudio que circulou via o aplicativo Whatsapp na época e que, em tom de denúncia, alertava a população do município sobre a intenção da prefeitura de implementar a ideologia de gênero nas escolas, o que iria, segundo o áudio, "corromper a sexualidade" das crianças e jovens e desestruturar as famílias e a sociedade.

Porém, mesmo conversando de maneira muito cordial e respeitosa sobre os cuidados éticos da pesquisa relacionados a não exposição destas – assim como foi feito com todas as participantes – , nenhuma das procuradas concordou em ser entrevistada. Entendemos como importante trazer essas questões para o conhecimento dos/as leitores/as para mostrar, principalmente, o nosso compromisso com o fazer científico e com ouvir e tentar compreender o contraditório – pois, existe a possibilidade de que outros elementos poderiam ser trazidos por elas que, porventura, não tínhamos atentado ainda.

O silêncio ou a negativa podem até trazer uma aparência superficial de que nada – em relação à opinião destas pessoas – foi encontrado. Mas, contraditoriamente, a negação e o silêncio trazem consigo uma certa carga de informações. Longe de nós tentar fazer o exercício de adivinhação, ou de imputar opiniões a estas pessoas sem as ter ouvido. Mas, o que se pode depurar desta recusa é, pelo menos, que a negação da participação pode estar relacionada com o receio de tratar novamente destes temas, só que agora, não mais na esfera do senso comum.

O conhecimento científico, apesar de muitas vezes ser produzido a partir da aparência da realidade empírica, ou do senso comum – saber ligado aos costumes, tradições e crenças populares e/ou religiosas – é bastante distinto deste último e muitas vezes o contradiz. Dessa forma, pode ser que a recusa da participação esteja relacionada com o receio de ver em um trabalho científico que as posturas que defenderam com tanto afinco há alguns anos atrás não se sustentam, pois podem descobrir que tais posturas são construídas a partir de falsas acusações – como as que o Escola sem Partido propaga.

Assim, para efeitos de produção de conhecimento a partir deste fato, levantamos como hipótese que a recusa destas pessoas pode estar relacionada com a priorização de suas crenças e saberes individuais em relação ao conhecimento científico. E, correlacionando essa questão com a problemática que a nossa pesquisa se debruça, entendemos que a influência das pautas do ESP nestas pessoas se mostra forte e é evidenciada justamente na priorização das crenças e saberes pessoais em relação ao saber científico – traço marcante do referido movimento reacionário.

Feitas estas observações, agora focaremos a atenção na análise das entrevistas, que trazem relatos desde o momento em que o PME de Itapetinga/BA começou a ser construído, passando pela sua apresentação e discussão junto à comunidade, até a sua aprovação. Como já mencionado neste tópico e no tópico anterior, as pautas do ESP influenciaram no PNE aprovado em 2014. E, o referido documento prevê que os planos dos estados, municípios e o DF sejam feitos ou atualizados "**em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE**, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei" (BRASIL, 2014, *on line*, grifo nosso).

Ou seja, mesmo antes de suas aprovações, por terem que estar em consonância com o PNE, os planos educacionais dos demais entes federados já eram influenciados de alguma maneira pelo Plano Nacional. No entanto, como lembram Moura e Salles (2018) – levando em consideração que estados e municípios tinham autonomia para legislar sobre questões educacionais e preocupado com a retirada dos termos que vislumbravam o combate de desigualdades educacionais relacionadas ao gênero e a orientação sexual – , o Governo Federal orientou que a formulação dos planos dos entes federados se balizassem pela Conferência Nacional de Educação de 2014 e não pelo PNE. Esta orientação se deve ao fato de que o documento final da CONAE, em suas diretrizes e metas, faz referência à importância de tais políticas (FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014).

Eide (2021), uma das representantes do Poder Executivo entrevistadas, explica que a preocupação da prefeitura na época era de que a construção do Plano Municipal de Educação acontecesse de maneira plural e democrática para que esta política pública contemplasse as demandas educacionais do município.

> Com essa nova formatação de 2014, os planos, os municípios tinham que se adequar ao Plano Nacional [de Educação], que tinha apenas 20 metas, e mais "x" quantidade de estratégias que agora não me lembro. Eu sei que menos de 200 estratégias. E a gente precisou adequar isso a estrutura do município. Então, nós fizemos toda parte do Projeto de Lei e das metas e estratégias e enviamos a Câmara, para que a Câmara pudesse... já mandamos pra que eles pudessem analisar o projeto e devolver ao Executivo para sancionar como lei. [...]
> Essa discussão não foi uma discussão assim fechada. A secretaria de educação, ela não fez, a equipe da secretaria não fez sozinha. Isso precisa ficar muito claro. Foi um projeto que foi feito com várias mãos, desde a sua formulação. [...]
> Existiu uma comissão composta pelo Conselho Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Educação, APLB Sindicato [Associação dos/as Professores/as Licenciados/as do Brasil] e representações - representação de professores, professor do Ensino Fundamental 1, do Fundamental 2.
> [...] Porque o escopo, o esqueleto da lei, ele tinha que ser baseado na lei maior, que era a lei do Plano Nacional. A gente adequar o quê: onde estava lá Plano Nacional de Educação você teria que trazer para a realidade de Plano Municipal de Educação e ir observando quais eram as prerrogativas do Plano. Se você pegar qualquer um desses projetos... qualquer um não, né?! Mas a grande maioria, quem fez a adequação depois, você vai ver que as leis com relação [ao PNE] são muito

> parecidas. Porque a lei [do PNE] já existia. Ela foi uma espécie de molde. Vamos colocar assim, para que todos os municípios fizessem com base na lei maior, que é a lei nacional, a lei do Plano Nacional de Educação (EIDE, 2021).

Ratificando o que foi dito por Eide (2021) com relação à preocupação do Poder Executivo à época, sobre construir o PME de maneira plural, Leonice (2021), uma das vereadoras entrevistadas e que fazia parte da oposição no período, ressalta que "tiveram outros lugares que a Secretaria [de Educação] contratou uma empresa, fez o Plano e aprovou. Aqui [em Itapetinga] não! Pelo menos houve discussão". Contudo, Eide (2021) ressalta que a frequência dos/as integrantes na comissão para formulação do Plano Municipal oscilava – comissão essa que foi instituída, segundo a mesma, via decreto do Prefeito[62].

> Na formulação da lei a gente sempre tinha é uma frequência para que esse pessoal pudesse... quem veio naquele dia?! Marcava a reunião... vamos trabalhar hoje de 8 a meio-dia no projeto do PME. Como a gente tinha prazo... mas assim, eu não tô com essa frequência na mão, aqui, agora, pra te dar. Mas, eu conto de dedo quais foram os dias que essas pessoas vieram. Quem veio, veio duas vezes, eu acredito. Não mais do que quatro vezes... eu vou botar duas ou três vezes (EIDE, 2021).

Segundo Eide (2021), em paralelo à construção do Plano pela comissão, foi aberta uma consulta pública pela internet para que as pessoas pudessem contribuir com sugestões para a proposta do PME. Mas, de acordo com a mesma, as contribuições não chegaram. Após a proposta de Plano estar concluída pela comissão o intuito era, antes de levá-la para a Câmara de Vereadores, apresentá-la para a comunidade em uma conferência que foi realizada no dia 22 de maio de 2015, no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, localizado na cidade. De acordo com as representantes do Poder Executivo entrevistadas, centenas de convites foram feitos para que diversos segmentos e instituições da cidade comparecessem na referida conferência, "todos os segmentos da nossa cidade foram convidados, mas a participação foi mínima, foi mínima" (EUNICE, 2021). E, logo no início da conferência feita no Colégio Modelo,

> Naquela hora lá de aprovar o nosso regimento, a assembleia não aprovou nosso regimento. E aí, por conta disso, eu vou dizer pra você, pra mim já existia essa semente da questão de querer pautar determinados assuntos dentro do Plano. Por exemplo, essa questão de gênero e sexualidade. Ou, às vezes, querer transformar o Plano Municipal, já que existia ali direitos que estão sendo garantidos na lei, a exemplo da qualificação de servidores. Então assim, a APLB meio que se arvorou: não, agente não aceita, a gente não quer que seja audiência, a gente não quer que seja conferência. [...]
> Na participação para essa conferência, essa audiência que se transformou em conferência, [eu quero] deixar claro que todas as entidades de Itapetinga foram convidadas. Todas as entidades que você imaginar: Maçonaria, Casa da Amizade, todas as igrejas de Itapetinga, sejam elas do segmento católico – vou dizer, Igreja

[62] Infelizmente não conseguimos localizar o número do decreto para colocar como referência no trabalho. Porém, a referida comissão para construção do Plano foi lembrada por mais duas entrevistadas, Eunice (2021) e Leonice (2021).

> das Graças, Igreja São José – igrejas evangélicas – a que tinha na ponta da rua lá, no bairro mais distante, todas elas. Eu lembro que foram mais de 200 convites expedidos para esse segmento de religião. E assim, durante a realização do evento a única igreja que de fato compareceu foi a Igreja Presbiteriana (EIDE, 2021).

O formato das conferências geralmente é expositivo. Ou seja, são proferidas palestras sobre determinados temas e as intervenções dos/as participantes são para levantar questões sobre o que foi proferido. De acordo com Eide (2021), de início, esta era a intenção da gestão municipal de educação para aquele espaço, pois a consulta pública já havia sido realizada e a proposta do PME já havia sido construída pela comissão.

O que a fala de Eide (2021) deixa transparecer é que houve um conflito de interesses naquele momento, pois representantes do sindicato de professores/as da educação básica viram a possiblidade legítima de ampliar sua luta por direitos dentro do PME. Com isso, democraticamente, a gestão municipal acabou acatando a decisão da plenária pela modificação da proposição do espaço – de conferência se transformou em audiência – o que fez com que a discussão da proposta do Plano se estendesse um pouco mais, como explica Eide (2021), a seguir. O desenrolar dos fatos relatados leva a crer que a decisão democrática de ampliação do tempo de discussão do PME abriu a possibilidade para que as pautas reacionárias que estavam pairando sobre o tema a nível nacional ganhassem espaço em Itapetinga/BA. Cabe destacar que todas as entrevistadas ressaltam que o interesse da população em discutir o PME só se deu quando a discussão teve início na Câmara de Vereadores.

> Do Colégio Modelo a gente teve que acabar indo para a Secretaria de Educação para concluir esse trabalho de conferência junto com os nossos pares dentro do auditório da Secretaria. Porque, como se estendeu por mais de três dias, a gente precisou mudar de ambiente porque o Colégio [Modelo] não estava com essa agenda [aberta do auditório]. Eu tô te detalhando tudo isso porque **no final da nossa audiência, na conferência [que se tornou audiência], quando a gente conseguiu ajustar o Plano, aí é que aparece a figura de religiosos**.
> Soltaram um áudio aqui em Itapetinga dizendo que nós estávamos implantando em Itapetinga a ideologia de gênero... "é ideologia de gênero!". E era um áudio assim, sabe?! Era um absurdo![...]
> É uma menina que é da Igreja Católica. Assim, eu não compreendo sabe?! De onde que saiu, assim, uma coisa mais absurda daquela, [dizendo] que nós estávamos implantando... e [dizendo] que já tinha cartilha do kit gay; que a Secretaria [de Educação] já ia entregar essas cartilhas na escola; que estava ensinando sexo para as crianças; e que a esquerda... sabe aquela coisa mais deturpada (EIDE, 2021, grifo nosso).

Pelo relato Eide (2021), no dia 25 de maio, quando estava sendo feita a conclusão dos trabalhos da audiência do Colégio Modelo, mesmo dia em que, no período da noite, seria apresentada a proposta do PME para o Poder Legislativo, foi divulgado um áudio que circulou pelas redes sociais do município e rapidamente tomou grande proporção local.

Infelizmente, devido ao lapso temporal, não conseguimos resgatar o áudio para transcrevê-lo neste trabalho, mas os relatos das entrevistadas dão conta de que a autora do áudio mostrava total desconhecimento sobre o PME em sua totalidade e fazia acusações infundadas com relação à intenção do Plano.

Dentre as acusações, a voz que aparecia no áudio acusava a prefeitura municipal de querer implementar a ideologia de gênero na educação municipal e isso, segundo ela, iria fazer com que professoras/es passassem doutrinar os/as estudantes ensinando sexo na escola, "corrompendo sexualmente" as crianças e destruindo as famílias e a sociedade. Além disso, segundo os relatos das entrevistas, o áudio fazia referência a cartilhas do "kit gay" que a prefeitura já estaria providenciando para implementar nas escolas do município. No áudio a autora também falava que essa medida fazia parte de um projeto global do comunismo para construir uma nova sociedade.

Nunca é demais lembrar que o termo "kit gay" foi o apelido pejorativo dado pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro às cartilhas que faziam parte do Programa Escola sem Homofobia e que estavam sendo desenvolvidas pelo Governo Dilma, em seu primeiro mandato. Por conta da polêmica gerada com relação a estes materiais – que visavam combater a homofobia nas escolas – e do *lobby* da bancada evangélica no período, as cartilhas nunca chegaram a ser implementadas nas instituições de ensino.

Como observado, o referido áudio carrega consigo vários elementos do movimento Escola sem Partido que estão presentes em suas pautas, mas também que são características já abordadas como determinantes para o movimento. Com relação às pautas do ESP, são facilmente identificadas nos relatos o combate à doutrinação, a ideologia de gênero e o kit gay. O combate a teorias conspiratórias globais, o combate às esquerdas, o combate à diversidade e a mobilização do medo frente ao desconhecimento das pessoas sobre o que realmente trata o PME, são características fascistas que apareceram na gravação. E, a desconfiança com relação à categoria docente, fator que incentiva o patrulhamento e cerceamento da autonomia de professoras/es, é uma característica que incide na precarização do trabalho docente.

Eide complementa falando que neste mesmo dia 25 de maio, após o longo trabalho de sintetizar as contribuições da audiência do Colégio Modelo e de adequá-las à proposta do projeto que iria ser apresentado durante a noite na Câmara Municipal, ela foi procurada na Secretaria de Educação por um Padre da cidade.

> Antes de apresentar o documento [na Câmara]... aí, ele [o Padre] me falou que estava preocupado. Ele foi, inclusive, com essa moça [que gravou o áudio]. [...] Aí,

> vieram me falar, porque assim, que era um projeto nacional que a gente estava implantando aqui em Itapetinga, que tinha ideologia de gênero, sabe?! [Falou] que a gente queria, na verdade... o que mais eles falavam era da questão da sexualidade, sabe?! Era essa coisa, que assim, massiva, que era em cima dessa situação e que assim, eu na minha cabeça, sabe, tendo trabalhado com um documento da forma como foi... assim, não era uma coisa que era verdadeira o que eles estavam dizendo, sabe?! E aí, infelizmente... eu peguei, ele queria o documento e eu falei:
> - oh Padre, eu até posso lhe colocar o documento, agora o documento ainda não é lei. Ele tá indo pra a Câmara, a gente vai fazer a defesa dele hoje na Câmara. Vamos apresentar o documento na Câmara e a Câmara vai ter prazo e assim eles irão poder – eles, os vereadores – fazer emendas ao documento, porque quando tramita na Câmara, a Comissão de Educação pode propor emendas. Enfim...
> Aí a gente foi pra essa apresentação na Câmara. Quando chega na Câmara, a minha surpresa. Na Câmara estavam várias pessoas. Sabe, assim, uma multidão na verdade. Eles fizeram uma espécie de manifestação, de mobilização. Aí, tinha católicos com as blusas de Maria. Eu nunca esqueço a cena: os católicos com as blusas de Maria e os evangélicos com a Bíblia debaixo do braço. De um lado da plenária estavam eles. Do outro lado da plenária estava quem?! Estava o pessoal da UESB [Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia], da ADUSB [Associação dos docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia], o pessoal da APLB Sindicato, professores, a equipe da Secretaria, o grupo do LGBTQIA+ [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais] [...].
> E assim, eu fui lá, falei o que era o documento. Eu, sinceramente, eu vou falar... eu brinco, [estava] parecendo que eu era o próprio "demo" quando eu cheguei na Câmara. Porque eles queriam me trucidar. Parecendo que eu estava fazendo alguma coisa, sabe, que era absurda. E eles [os/as religiosos/as] acreditavam ser o que contaram pra eles [sobre o Plano conter a ideologia de gênero]. E aí defendi [o Plano], falei da importância do documento, falei, sobretudo, da questão dos prazos que a gente precisava cumprir. Mas aí, quando os vereadores foram fazer os o uso da palavra... eu me lembro muito bem que um vereador falou. Ele pegava o documento, pegava um papel, não era o documento, e dizia assim, que era um absurdo, que ele era defensor da família, dos homens de bem, e que a filha dele que se chamava fulaninha, e que agora a Secretaria [de Educação] tá trazendo aqui um documento que vai querer mudar o nome de minha filha [...] para Antônio e que ele não aceitava isso.
> Eu digo, oh meu Deus, de onde que esse homem tirou isso?! [...] Sabe, foi um desastre! (EIDE, 2021).

Pelo visto, algumas lideranças da Igreja Católica estavam atentas as datas para a aprovação dos planos educacionais Brasil afora, pois o prazo limite para sanção destas leis previsto no PNE[63] já estava se findando. Em um site regional da CNBB[64] está uma carta de convocação da comunidade datada do dia 22 de maio de 2015 – dia em que foi realizada a audiência do Colégio Modelo em Itapetinga e três dias antes da apresentação da proposta do PME na Câmara Municipal. No texto, Dom Mauro Montagnoli, Bispo de Ilhéus/BA no período, mostra conhecimento sobre o embate que se deu na aprovação do PNE, atenta para os prazos de votação, faz um alerta e convoca toda a comunidade católica e outros/as religiosos/as para se mobilizarem na disputa da formulação dos Planos Municipais de

[63] O Plano Nacional de Educação foi sancionado no dia 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014).
[64] Disponível em:< https://www.cnbbco.com/conteudo/noticias/item/144-carta-pastoral-a-ideologia-de-genero-ressurge#.YeBrutLMLMy >. Acesso em: 10 jan. 2022.

Educação pelo país. É identificada também em sua fala a mobilização do medo dos/as fiéis e a sensação de guerra permanente, características fascistas observáveis no ESP.

> Prezados irmãos e irmãs, cristãos católicos e pessoas de boa vontade: Em nome de Jesus, quero me dirigir a todos os que se encontram de coração aberto para acolher uma palavra a respeito da tentativa de inserção da chamada "ideologia de gênero" no Plano Municipal de Educação (PME), a ser votado até o final de junho, em cada um dos nossos municípios. Na condição de Pastor, missão a mim confiada, exorto a todos os irmãos e irmãs na fé e pessoas de boa vontade em geral para que busquem, com empenho, se informar sobre a tramitação do assunto junto aos vereadores, representantes do povo, em suas respectivas cidades. Uma vez informados, manifestem a eles, de modo respeitoso e firme, a sua posição contrária a essa perigosíssima ideologia.
> A ideologia de gênero, varrida do Plano Nacional de Educação (PNE), no ano passado, não descansa em paz como algumas pessoas menos avisadas possam pensar. Ao contrário, "diabólica" como é – para usar as palavras do Papa Francisco –, ela visa agora entrar na vida de nossas crianças e adolescentes não mais pela esfera federal, mas sim, municipal: onde cada município fica responsável por implantar ou recusar esse sistema de ideias nefasto e antinatural em seu plano de ensino. Se isso se der em sua totalidade será a destruição do ser humano.
> Com efeito, a tese mestra da ideologia de gênero é a seguinte: o ser humano nasce com um sexo biológico definido (homem ou mulher), mas, além dele, existiria o sexo psicológico ou o gênero que poderia ser construído livremente pela sociedade na qual o indivíduo está inserido. Em outras palavras, esta ideologia defende que não existiria mais uma mulher ou um homem naturais, ao contrário, o ser humano nasceria sexualmente neutro, do ponto de vista psíquico, e assim, a sua constituição como homem ou mulher, seria social.
> Em seu discurso de 21/12/2012 à Cúria Romana, o Papa Bento XVI já lançava uma ampla advertência quanto ao uso do "termo 'gênero' como nova filosofia da sexualidade". Dizia ele que "o homem contesta o fato de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. Nega a sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um fato pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria. De acordo com a narração bíblica da criação, pertence à essência da criatura humana ter sido criada por Deus como homem ou como mulher. Esta dualidade é essencial para o ser humano, como Deus o fez. É precisamente esta dualidade como ponto de partida que é contestada. Deixou de ser válido aquilo que se lê na narração da criação: 'Ele os criou homem e mulher' (Gn 1,27). Isto deixou de ser válido, para valer que não foi Ele que os criou homem e mulher; mas teria sido a sociedade a determiná-lo até agora, ao passo que agora somos nós mesmos a decidir sobre isto. Homem e mulher como realidade da criação, como natureza da pessoa humana, já não existem. O homem contesta a sua própria natureza". Papa Bento abordou a ideologia de gênero outra vez, um mês mais tarde, em 19/01/2013, dizendo que "os Pastores da Igreja – a qual é 'coluna e sustentáculo da verdade' (Tm 3,15) – têm o dever de alertar contra estas derivas tanto os fiéis católicos como qualquer pessoa de boa vontade e de razão reta".
> Ao fiel católico leigo – demais cristãos e pessoas de boa vontade em geral – cabe colocar os mais próximos em alerta e, sobretudo, perguntar aos políticos profissionais que conhece (especialmente aos vereadores) qual é a postura deles sobre a ideologia de gênero. É importante que esses representantes do povo se posicionem ante a subversão dos planos do Criador. (MONTAGNOLI, 2015, *on line*).

Ideologia de gênero é "um conceito" criado pela Igreja Católica em meados da década de 90 e que foi elaborado para combater, principalmente, a produção de conhecimento que vinha sendo feita pela academia e pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ sobre os papeis sociais desempenhados por homens e mulheres e que são defendidos, em especial por

religiosos, como se fosse pré-estabelecidos, naturais. As discussões relacionadas a gênero problematizam tais papeis, pois eles reforçam comportamentos sexistas e homofóbicos que podem desembocar, dentre outros efeitos nocivos, no cometimento de crimes – como o feminicídio – e em depressão ou até suicídio de pessoas vítimas de preconceitos relacionados a estas questões.

Como a Igreja Católica é una, ou seja, é a mesma instituição religiosa nas diferentes partes do mundo e de um mesmo país que está presente – algo que é diferente, por exemplo, das Igrejas Evangélicas, que são muito mais ramificadas – ela consegue mobilizar seus fiéis de maneira mais exitosa, como relata Pugliesi (2021), entrevistada que era a favor da manutenção dos termos gênero e orientação sexual do PME.

> Porque lá no cume a CNBB já tinha mandado a orientação. A orientação é aquela: vão! Bem aquela coisa Moisés, diga ao povo que marche. O mar tá lá, não quer nem saber se vai morrer afogado, se o mar vai abrir. "Marcha!". Não, peraí, vamos analisar aqui se um barco... não! O povo botou a viseirona.

Em consonância com o que foi destacado anteriormente, Cintia (2021), uma das entrevistadas que foi contra a manutenção dos termos no PME, explicou que não chegou a ir à audiência do Colégio Modelo, mas que compareceu às audiências realizadas na Câmara[65] a convite do Padre da Igreja que frequentava.

> Eu fui lá em função de um convite para que eu fosse participar, [convite] do próprio Padre [...], que ele era o pároco na época e ele pediu para eu ir representando a paróquia. [...] Também eu fui participar pela igreja e também como uma cidadã. Que, se o próprio Congresso Nacional à época já tinha derrubado essa matéria da inclusão da ideologia de gênero, não seria Itapetinga que iria resgatar uma bandeira que em nível nacional já não existia, não tinha mais, né?! (CINTIA, 2021).

A fala de Cintia (2021) evidencia a mobilização verticalizada da Igreja Católica – partindo da liderança para os/as fiéis – e o conhecimento do que estava sendo discutido no munícipio como influência da pauta contrária a ideologia de gênero capitalizada pelo Escola sem Partido e que influenciou na aprovação do PNE. Penélope (2021), outra das entrevistadas a favor da manutenção dos termos no Plano, destaca a importância da comunicação dos Bispos da Igreja Católica através destas cartas, mobilizando os/as fiéis, e frisa o papel que elas tiveram não só para a comunidade católica, mas também para a comunidade evangélica.

---

[65] Pelo que constatamos na pesquisa, houve três momentos que o PME foi discutido com a comunidade na Câmara Municipal. O primeiro deles foi ao dia 25 de maio de 2015, quando o projeto foi apresentado aos/as vereadores/as. Os dois momentos seguintes, que se deram antes da sessão para aprovação do Plano – que aconteceu no dia 18 de junho de 2015 –, foram resultado da proposição de alguns/as vereadores/as para que fossem realizadas duas audiências públicas para debater junto à comunidade. Estas duas audiências aconteceram no dia 10 e 16 de junho de 2015. Por conta do intervalo de quase sete anos entre a atualização do PME de Itapetinga e a realização desta pesquisa, as participantes não souberam precisar quais destes dias em que foram realizadas as audiências na Câmara que se deram os fatos narrados. Nesse sentido, os fatos relatados pelas participantes sobre as audiências da Câmara serão apresentados sem a especificação das datas.

> A gente ouvia muitos áudios em redes sociais, um deles me chocou bastante, me tocou bastante até pela filiação religiosa – eu sou católica. E, quando você vê a carta de um Bispo [...] falando dessa questão da ideologia de gênero. [...]
> Essa carta circulou por aqui por meio desses movimentos neopentecostais que, apesar de ser uma carta católica, mas que teve grande aceitação, que quando o movimento neopentecostal faz alguma coisa parece que as igrejas neopentecostais abraçam tudo. Eles têm muita facilidade de comunicação (PENÉLOPE, 2021).

Ao tratar como se deram as audiências na Câmara, Eunice (2021) também destacou o protagonismo dos/as fiéis da Igreja Católica naquele momento e manifestou perplexidade e tristeza frente ao desconhecimento da comunidade e de parte da Câmara sobre o que versava na proposta do Plano.

> Foi um momento de grande conflito onde nós vimos principalmente a Igreja Católica, e uma pequena representação também da Igreja Protestante, e a câmara de vereadores, alguns vereadores que tinham, assim, uma certa representação no município fazer essa deturpação toda. E nós fomos até... eu falo nós, que é quem estava ali naquela construção e defendendo aquele Plano naquele momento. Nós fomos menosprezados na verdade e foi um grande conflito... de ouvir um vereador da cidade dizer que a filha dele ia ser sempre mulher, ela não ia mudar, que a gente estava incutindo no município, na rede escolar pública municipal a ideia de desconstrução até da sexualidade daqueles meninos. [...]
> Então, eles achavam que a gente estava querendo fazer uma castração nos meninos e colocar também uma outra genitália nas meninas. E foi um momento assim, eu diria que, como educadora, foi um momento de tristeza. A gente vê o quanto que, não só no nosso município, mas nós vimos que aquele conflito foi a nível nacional. A gente vê as pessoas que dizem ser formadoras de opinião com uma opinião tão, assim, "desconstrutora", com uma opinião tão deturpada. [...] A ponto de sermos, como educadores, proibidos de falar essa questão de gênero nas escolas. [...]
> Mas foi um momento de tristeza e hoje a gente vive essa realidade dentro da escola, né?! É um termo que ficou abafado, é uma coisa que não se pode falar, uma expressão que ficou velada (EUNICE, 2021).

Ao ser questionada se um dos motivos do rápido engajamento dos/as fiéis foi com base em discursos religiosos que ajudaram na mobilização do medo destes/as que, desconhecendo a fundo do que se tratavam as discussões de gênero, aderiram uma campanha ferrenha contra o Plano proposto pela prefeitura, Eunice (2021) responde: - "muito disso, não... foi isso!". O medo, incitado principalmente por questões religiosas, também apareceu de forma recorrente nas falas de outras entrevistadas.

Para Lara (2021), outra representante do Poder Legislativo que foi entrevistada, a intenção da retirada dos termos do PME cobrada principalmente por religiosos/as se deu, justamente nesse sentido, tendo o medo como um catalizador para a mobilização. "Isso foi a sugestão dos segmentos da época, né?! Isso aí eles diziam, com medo de lá na frente o município vir a implantar a filosofia da ideologia de gênero nas escolas municipais" (LARA, 2021). No entanto, de acordo com ela mesma, quando se questionava o que era a tal ideologia de gênero e o que a implementação dela poderia causar, estas mesmas pessoas não sabiam responder.

> Na realidade, quando você abria essa discussão pra ouvir as pessoas da sociedade elas não sabiam explicar de fato o que é a ideologia de gênero, o que se discutia. Elas diziam, apenas diziam, acho que pela massificação da mídia, que era a introdução da orientação sexual nas escolas. Aí, elas sempre massificavam diretamente que suprimisse essas palavras. Mas quando questionadas sobre o significado delas e o que poderia acontecer, elas não tinham respostas (LARA, 2021).

Para Pugliesi (2021), o medo estimulado pela religião para combater a suposta ideologia de gênero também foi determinante na influência dessa pauta encampada pelo ESP no PME de Itapetinga.

> A religião. O discurso religioso teve o papel preponderante. Ela [a igreja] utilizou da pedagogia do medo, o que ela faz muito bem. Então, é lógico, estranho se ela não conseguisse fazer isso agora. Ela usou isso no passado, na Idade Média e agora ela conseguiu utilizar isso. Então, as cartas da CNBB para as dioceses para as paróquias, mobilizando seus padres, fiéis...

A forte reação de parte da sociedade itapetinguense em relação ao PME, de acordo com Leonice (2021), não se deve exclusivamente a influência religiosa. Segundo a então vereadora, o perfil conservador de algumas famílias também foi decisivo na tomada dessa postura por parte de fração da Câmara e da sociedade.

> Eu acho que dá nossa parte a gente estava discutindo esse Plano e elaborando e a gente não estava com a intenção de passar as coisas dessa forma. Porque ficou tão natural a discussão, que a gente não pensou que haveria essa reação. Essa reação, de certa maneira, hipócrita, essa reação desnecessária.
> Até o pessoal da Secretaria [na formulação do PME] estava vendo isso como uma coisa normal, porque isso é uma coisa que acontece nas escolas. A gente tem hoje, e sempre teve desde antes da aprovação do Plano, a gente tem no espaço da escola muitos estudantes que precisam ser trabalhadas essas questões. A gente precisa ouvir, porque muitas vezes essa família que é hipócrita ela não aceita esse menino, sobretudo, esse menino que decide pela sua sexualidade. A família não aceita e ele chega na escola com esse problema. É a escola que tem essa escuta. Era isso que a gente estava pensando, que a gente precisa pensar um Plano que a gente acolha esse menino que, muitas vezes, essa família conservadora não tá acolhendo. [...] E isso reflete na educação, reflete no desempenho, reflete nos resultados dele. Era isso que a gente estava pensando.
> Mas essa sociedade hipócrita, que ela não pensa no filho que ela tem, ela pensou logo em combater pelo Plano (LEONICE, 2021).

A fala da vereadora deixa transparecer, dentre outras coisas que “o lugar mais plural nessa cidade que existe é escola” (LEONICE, 2021). Pugliesi (2021) também chama a atenção para o fato de que a escola “não está lá num monte Olimpo, não. E essa loucura que essa galera reacionária criou era isso, era colocar a escola neutra. Neutra de quê e de onde?”. Nesse sentido, percebe-se que a hipocrisia citada por Leonice (2021) se dá quando uma parcela da sociedade e dos/as políticos/as tenta impedir que as questões relacionadas ao gênero e orientação sexual sejam discutidas em sala, como se elas não estivessem presentes na sociedade e não pudessem ser observadas na própria escola. Já que ela não está apartada da sociedade, não existe a possibilidade de a escola ser neutra.

Como disse Leonice (2021), a escola é, provavelmente, o espaço mais plural da sociedade, pois os/as integrantes de quase todas as famílias passam por ela. E estes/as jovens, por sua vez, carregam consigo a bagagem das relações sociais – que são os aprendizados, os problemas, os dilemas, as alegrias, etc – que vivenciam e estabelecem nos diferentes espaços que frequentam. Na escola também são estabelecidas relações mútuas entre estudantes e entre docentes. No dia-a-dia da escola estão jovens de orientações sexuais diversas, de orientações políticas diversas, de diferentes etnias e religiões. Nesse sentido, por mais que se tente, é empiricamente impossível que as instituições de ensino sejam neutras e se fechem para a diversidade que está na sociedade.

A vereadora também acrescenta que o perfil do município contribuiu para o desfecho que se deu na aprovação do PME com a retirada dos termos gênero e orientação sexual.

> Mas a gente precisa pensar que essa cidade, Itapetinga, que é uma cidade muito conservadora. A gente precisa lembrar que das três cidades [na Bahia] que no segundo turno o presidente eleito [Jair Bolsonaro] teve a maioria de votos, Itapetinga foi uma das. Então, isso é uma coisa pra você o tempo todo tá pensando porque que isso acontece. É por conta desse conservadorismo hipócrita que se há, desse pensamento ainda muito colonizador. Paira ainda na cabeça, na mente, no imaginário essa condução política de Itapetinga muito essa ideia do colonizador, do fazendeiro que determina, ou do médico – que sempre se alterna assim, né?! Ou é médico, ou é filho do médico, ou é fazendeiro quem tá no poder, que pensa pra essa sociedade. E essa sociedade ainda pouco reflete as suas ações e acaba agindo dessa maneira e que atrapalha (LEONICE, 2021).

Ao ser questionada como via o retrocesso em relação à garantia de direitos, por conta da forma como se deu a aprovação do PME em Itapetinga, Pugliesi (2021) também ressalta que a forte presença conservadora e reacionária no município está relacionada com construção histórica local.

> Vamos retornar pra Itapetinga. O coronelismo tá muito forte. A gente vai, a gente volta e para no diacho do coronelismo. É uma sociedade que está além de tudo alienada, uma sociedade muito engessada. Nós temos na praça principal uma Igreja Batista. Isso, por si só, quem já chega o estranhamento, já está ali. É uma Igreja Batista. Aí você sobe pra a outra praça, você vê dois bois. Eles não estão ali pra decorar a praça principal. Ali é um marco de poder, é um marco ali de representação muito forte de quem manda. Quem é que tem boi? Quem tem boi é o coronel! Então, o primeiro poder está lá na praça da prefeitura, são os dois bois. O segundo poder tá na praça logo de baixo, que é o religioso. [...]
> É isso, retroceder pra conservar. É isso mesmo. É isso que tá posto lá. Existe sim uma galera progressista no sentido de atender as demandas da sociedade, de reconhecer essa diversidade que tenha esse desejo. Mas, diante dessa estrutura colonizadora... nós fomos colonizados por protestantes, nós estamos dentro desse contexto coronelista, patriarcal ainda muito forte. Então, essa galera que tem esse anseio mais progressista não consegue porque a estrutura do capital tá na mão de quem? Tá na mão da galera reacionária. [...]
> Tanto é que Itapetinga não crescia. Porque que Itapetinga não se expandia em território? Porque o entorno dela eram latifúndios, eram fazendas. Agora que Itapetinga está começando a se expandir. É um processo recente. Isso é porque? É porque ela é rodeada de fazendas (PUGLIESI, 2021).

As falas de Leonice (2021) e Pugliesi (2021) atentam para a questão de que um dos fatores que influenciou na aprovação PME de Itapetinga, para além das questões trazidas em relatos anteriores sobre a influência das pautas do ESP que aconteceram a nível nacional, também foram às relações sociais que são estabelecidas em Itapetinga/BA. Estas foram construídas sobre toda uma estrutura que tem um forte recorte de classe, religioso e patriarcal. Historicamente, os governos do município de Itapetinga se alternam entre latifundiários pecuaristas, médicos, ou os herdeiros destes. E, a fala de Pugliesi (2021) resume bem o perfil da cidade através da explicação dela sobre o simbolismo representado nas duas principais praças da cidade.

Geralmente, nas praças principais das cidades baianas estão construídas Igrejas Católicas para simbolizar a influência desta religião no marco central do município. A moral de Itapetinga é muito influenciada pelas religiões evangélicas e uma demonstração empírica disso é que na Praça Augusto de Carvalho, uma praça que fica situada bem no centro da cidade, existe uma Igreja Batista. Logo ao lado, na outra praça mais importante da cidade, onde fica localizada a prefeitura, a Praça Dairy Walley, foram construídas estátuas de bovinos para simbolizar o poder da pecuária – ou melhor, dos pecuaristas – na economia e nas decisões do município.

Essa influência da pecuária é tão forte na cidade que o primeiro e único momento em que um partido identificado como pertencente ao campo político de esquerda ganhou as eleições municipais, foi quando o Partido dos Trabalhadores filiou José Carlos Moura, um pecuarista, ex-integrante do Democratas, para concorrer como candidato a prefeito. E, assim como aconteceu no cenário nacional, foi justamente durante a gestão do PT que o Plano educacional foi aprovado com a retirada dos termos gênero e orientação sexual.

> Também não foi nem porque a gente não tenha pensando que poderia ter essa reação [de parte da comunidade com relação ao Plano]. É porque a intenção era ser mais democrático. Os espaços que a gente estava construindo era com essa intenção de construir essa democracia. Como você me fez a pergunta e que agora eu retomo, apesar de ter um governo que era do PT, que esse governo do PT veio do DEM, mas as discussões que a gente estava fazendo nos espaços dos Conselhos, Conselho de Educação, Conselho da Alimentação Escolar, Conselho do FUNDEB, era uma discussão que a gente sempre estava falando: "a gente precisa ter espaços democráticos! A gente precisa pensar uma educação que ela tenha, na sua intenção de se fazer essa educação, uma educação democrática!". Havia uma construção nesse sentido. [...]
> Mesmo esse PT [que governou a prefeitura], que a gente dizia que era um PT do Paraguai, era um PT que era DEM... que a gente estava nesse espaço de discussão e muita gente do PT, que estava nesse PT do Paraguai, era PT orgânico. E eles traziam esse pensamento pra esse PT que estava lá [na prefeitura] e que não era genuíno. Trazia esse pensamento da questão da gestão democrática, de ouvir, de tá ocupando os espaços (LEONICE, 2021).

Mesmo tendo à frente do município um antigo quadro do Democratas, partido que pertence à direita, ainda assim, a fala de Leonice (2021) deixa transparecer a perspectiva democrática de então, sustentada pelo Partido dos Trabalhadores na gestão do município. Contudo, a sociabilidade do local – alicerçada pela forte moral religiosa, patriarcal e latifundiária – aliada ao momento de instabilidade política e econômica que o país estava passando – o Brasil estava à beira do impeachment de Dilma Rousseff – se mostraram como um terreno fértil para que as pautas reacionárias do ESP ganhassem espaço na discussão do Plano Municipal de Educação. Prova disso é que em pouquíssimo tempo religiosos/as e políticos/as conseguiram que um grande número de pessoas se engajasse no combate à ideologia de gênero que, segundo eles/as estaria no PME.

> Mas desse pensamento que já vinha lá de trás, desses fantasmas que são pregados, sobretudo quando nos aproximamos do período eleitoral. O Brasil vivia naquele ano de 2015/16 um conflito muito grande, uma convulsão social... das grandes emissoras, de estarem nas ruas, do movimento, aquele lá, o MBL, Revoltados on-line... pra mim aquilo ali, tudo aquilo ali influenciou e muito. E aqui em Itapetinga, sobretudo, porque Itapetinga é uma cidade extremamente conservadora (EIDE, 2021).

Somado à conjuntura local e nacional, a pauta da ideologia de gênero, como lembram Marafon e Souza (2018, p. 81, grifo nosso), consegue produzir o medo nas pessoas, principalmente se estas desconhecem o que está sendo levantado com espantalho.

> Um dos efeitos produzidos pelo regime de verdades que tenta dominar o discurso educacional com o termo "ideologia de gênero" é a sensação de medo e insegurança que paira sobre professoras/es que **transversalizam** discussões sobre saberes e práticas de gênero nas escolas básicas e também sobre aquelas/es que atuam na formação de professoras/es no ensino superior.

Não por acaso, o medo e o desconhecimento durante as discussões em 2015 para a atualização do PME de Itapetinga/BA foram tão gritantes que, inclusive, o termo "transversalidade" foi excluído do Plano com receio de que nele também tivesse incutida a famigerada ideologia de gênero.

> Não passava nada porque, como eu falei, até o termo "transversal" era, na cabeça da loucura dos vereadores, era travesti. "Transversal era travesti", então a gente tem que tirar essa travesti daí. Então, o Plano municipal foi o processo inquisitório das duas bruxas: do gênero e do transversal. Quem estava sendo julgado era o transversal e o gênero. Eram duas bruxas da Igreja na Câmara Municipal. O processo inquisitório foi dos dois, foi deles dois. Elas duas foram julgadas, coitadas. Queimadas e exorcizadas pela Igreja assim (PUGLIESI, 2021).

Corroborando com a informação sobre o desconhecimento de muitas pessoas que participaram das discussões para atualização do PME, Penélope (2021), entrevistada que foi a favor da manutenção dos termos no Plano, explica que passou a participar das audiências na

Câmara por observar que “muita gente estava ali, não porque estava informado, porque estava consciente do que estava defendendo, mas pelo caminho da desinformação”. Outro exemplo que chama atenção com relação à falta de conhecimento sobre as questões relacionadas a gênero e a manutenção dos termos no Plano está na fala de um vereador no plenário da câmara durante as discussões. A lembrança da fala do vereador foi repetida nas entrevistas de Eide (2021), de Eunice (2021) e muito bem relatada, conforme descrição a seguir, do depoimento de Leonice (2021).

> Inclusive, teve fala de vereador [...] que falou que o único gênero que ele conhecia era gênero alimentício – mostrando aí a total falta de conhecimento sobre essa questão dele. E isso, de certa maneira, alimentou essa parte conservadora que estava lá exigindo isso.
> Então, as pessoas, elas não estavam lá preocupadas com a educação que estava sendo discutida. Quem estava lá cobrando? Nenhum momento eles disseram: “olha, aqui a educação que está sendo proposta, ela não contempla...”. Eles estavam preocupados justamente com isso, uma questão que não estava sendo discutida. A gente não estava propondo trabalhar ideologia de gênero. A gente estava considerando que nos espaços da escola surgem essas questões que a gente precisa trabalhar.
> Então, eu ressalto dizendo que as pessoas não estavam preocupadas com as metas que estavam ali. Elas não estavam preocupadas com os índices de desigualdade social. Elas não estavam preocupadas com os índices de analfabetismo. Elas não estavam preocupadas com os índices de evasão que aqui indica.
> Não! Elas estavam preocupadas com a questão se a gente iria colocar a ideologia de gênero. E elas continuam dessa mesma forma. Se a gente for discutir isso e botar essa pauta elas vão pra lá com esse mesmo... e hoje muito mais ainda, né?! Que isso tá mais exacerbado. Elas não vão estar preocupadas com essa questão da qualidade da educação.

O desinteresse da parcela da população pelas mais diversas questões educacionais que o Plano tratava e o foco exclusivo na questão do combate a suposta ideologia de gênero relatado por Leonice (2021) pôde ser observado nas entrevistas das duas representantes da sociedade civil que eram contra a manutenção dos termos no PME. Quando perguntado sobre a importância do PME para a educação do município, Cinta (2021) respondeu destacando o papel que o PME tem em relação ao planejamento para resolver as demandas educacionais do município. Mas, durante a entrevista, ela deixou evidente que o real motivo para o seu envolvimento nas discussões para atualização do PME de Itapetinga foi o combate à ideologia de gênero. “A gente tomou conhecimento e fomos ler o Plano Municipal de Educação e fomos combater a pauta da ideologia de gênero” (CINTIA, 2021).

Também, quando perguntado sobre a importância do PME para a educação municipal, Cassia (2021) explicou que o Plano envolve a educação nos seus diversos níveis. E, quando perguntado sobre como foi o seu envolvimento nas discussões para a atualização do PME ela respondeu que “a questão principal abordada foi a cartilha, a cartilha que seria introduzida nas escolas municipais. E o conteúdo dessa cartilha que incomodou muito a nós” (CASSIA,

2021). Cassia (2021) é líder religiosa de uma igreja evangélica da cidade. Segundo a mesma, ela soube da atualização do Plano através de pais que frequentavam a mesma igreja que ela.

> A gente recebeu informação sobre o planejamento, entendeu? Claro que conversa ventila muita coisa. E eu não sou muito massificador nisso, não. A gente peneira muito, né?! Então não chegou assim claramente pra a gente. Chegou a questão da ideologia de gênero pra entrar mesmo no ensino estadual, das escolas estaduais e municipais aqui da nossa cidade. Projetos Lei, né?! Tinha esses Projetos Lei e esse material para ser incorporado (CASSIA, 2021).

De acordo com a líder religiosa, ela só participou de uma reunião no gabinete de um vereador junto com outros/as líderes religiosos/as católicos/as e protestantes, e não chegou a ir nas audiências da Câmara. Ao ser questionado se ela teve acesso à cartilha que fez referência, a mesma respondeu com uma afirmativa.

> Sim, sim. O conteúdo dela era um conteúdo de orientação sexual. O que mais chamou atenção - o ponto principal, vamos dizer assim. [...] A gente até teve o material em mãos, mas eu passei mais para os especialistas, as pessoas que mais poderiam nos representar nisso aí. Na época, a gente contou com dois vereadores. [...] Dentro delas tinha a questão, como é que a gente poderia dizer assim... eh, de [ter] o desenho do menino e da menina, tá? E o lugarzinho em aberto para com o dedo colocar o pintinho do menino e o lugarzinho da menina, entendeu?! Em uma das partes tinha essa orientação.
> Fora outras cartilhas que a gente também já tinha tido acesso, com sexo oral e tal. Isso mais, talvez, não como aqui [em Itapetinga]. Aqui foi abordado já no primário, pra entrar no primário. Essa outra cartilha que a gente viu, eu não posso [afirmar] pra você que chegou aqui no município - eu vi essa cartilha que eu falei, dos orifícios e tal. Mas essa outra, não... já foi mais apresentada por vídeos pra gente. Essa outra, né, que [falava de] sexo oral, sexo anal e outras coisas nesse sentido (CASSIA, 2021).

Endossando o discurso de mobilização do medo reverberado pelo ESP e por parte do segmento religioso presente nas audiências da Câmara Municipal de Itapetinga, Cassia (2021) expõe uma visão maniqueísta com relação à manutenção dos termos que geraram polêmica no PME:

> É jogando um conteúdo desses que vai potencializar os nossos adolescentes pro lado mal. Eles não vão saber usar isso. Qual é o adolescente que tem a capacidade de enfrentar uma gravidez na adolescência? Mas o Estado não olha isso. O conteúdo não olha isso.
> As crianças que estavam como vítimas de problema de pedofilia e de repente você aguça na mente da criança de 8 anos, 9 anos, já ensinar a fazer o sexo, a praticar o sexo. Que estrutura essa criança tem pra enfrentar um abuso sexual? Então isso aí, não em curto prazo, mas a médio e longo prazo é que nós vamos ver o efeito disso aí em termos de depressão, de suicídio... o índice de depressão já tá aumentando de suicídio (CASSIA, 2021).

Fica evidente a visão preconceituosa manifestada pela depoente quando ela trata as orientações sexuais que não são heteronormativas como algo “mal” – que é a antítese do “bem”. Ademais, Cássia distorce quais poderiam ser os resultados caso os termos gênero e orientação sexual fossem mantidos no Plano, pois a intenção não é ensinar a fazer sexo ou “corromper a sexualidade da juventude” para desestruturar as famílias.

Uma das intenções de se discutir tais questões nas instituições de ensino é, justamente, combater o cometimento de abusos sexuais, pois muitos/as jovens podem estar sendo abusados/as e não ter o conhecimento disso, já que não se discutem esses assuntos em algumas famílias ou na escola. Além disso, essas discussões podem servir para prevenir a gravidez na adolescência e também para evitar, por exemplo, que jovens de orientação sexual não heteronormativa não evadam da escola, baixem seu desempenho escolar, entrem em depressão ou cheguem a cometer suicídio por acharem que não são "normais", ou que estão fazendo algo "diabólico" – termo utilizado na carta de um Bispo que foi feita referência no presente tópico da seção. E, infelizmente, foi essa compreensão deturpada das discussões sobre gênero, que é propagada pelo ESP e reforçada por discursos de alguns/as religiosos/as e políticos/as, que imperou no processo de atualização do PME de Itapetinga/BA.

Retomando a questão do interesse da população sobre o que estava sendo discutido com relação ao Plano, a vereadora Lara (2021, p. 3) acrescenta que a pressão para exclusão dos termos não partiu unicamente da comunidade.

> A publicidade dada naquele momento pelos opositores do prefeito é que a Secretária de Educação estava mandando um projeto para a Câmara pra introduzir nas escolas municipais a mudança da sexualidade, ou orientação sexual [das crianças]. Então, como a sociedade logo absorveu essa informação ela se fechou e você não tinha uma discussão com essa sociedade representada. [...]
> Não foi feita nenhuma sugestão deles para alteração do projeto em si. [Ninguém falou:] "olha, eu discordei desse artigo. Quero sugerir que este artigo seja dessa forma". Ou então, "[quero] que esse artigo que seja melhorado dessa maneira". Nenhum... nem oral, nem escrito, apresentou o documento dessa forma. Apenas essa sugestão oral de que suprimisse essas palavras (LARA, 2021).

Em suma, o Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA acabou sendo aprovado na sessão realizada no dia 18 de junho de 2015 com a exclusão dos termos "gênero", "orientação sexual" e "transversalidade". E, no dia 22 de junho de 2015, quase fechando o prazo limite de um ano prescrito no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), a lei do PME foi sancionada pelo Prefeito de Itapetinga (ITAPETINGA, 2015). Ao comentar sobre a não manutenção dos termos no PME que foi aprovado, Cintia (2021) responde: "não me lembro de ter ficado nada, assim, pendente não. O que a gente queria era, assim... o objetivo foi esse: retirar esses termos. Tiraram, aí pronto. Passou!".

Ao comentar sobre o PME aprovado e todo aquele momento em que se deu a disputa para a atualização do Plano, Lara (2021) e Pugliesi (2021) frisam que a discussão focada unicamente sobre uma suposta ideologia de gênero no Plano fez com que esta política pública educacional não avançasse nas questões educacionais como deveria.

> Em relação à audiência de 2015, da aprovação do projeto, eu acho que nós vereadores poderíamos ter avançado mais a favor da sociedade. Como eu acho que hoje a sociedade, ela não avança porque as pessoas, elas ficam muito presas a uma só questão, sabe?! Como foi naquela questão, ficou muito presa só a ideologia de gênero, e que nós não avançamos em outras pautas que estavam dentro do projeto (LARA, 2021, p. 8).

> Então, assim, foi realmente um Plano extremamente fragilizado, sem discussão e que, na verdade, mantem a estrutura hegemônica, coronelista e patriarcal daquele município. Pra quem está no poder o Plano está ótimo, está maravilhoso. Porque ele está maravilhoso? Porque ele realmente atende aos interesses hegemônicos daquela sociedade, pra que ela se mantenha da forma que está. Mas é um Plano extremamente fragilizado, esfacelado (PUGLIESI, 2021).

Já para Eunice (2021, p. 11), não só PME aprovado, mas a maneira como se deu os embates durante as discussões na Câmara, aparecem de maneira um tanto quanto traumática em seu relato.

> Como educadora, para mim, foi triste. E como uma das pessoas que participou da construção daquele Plano, foi mais triste ainda. A gente vê as pessoas com a ideia tão deturpada, tão errônea sobre essa questão justamente por falta do conhecimento acerca daquilo. Mas, foi um momento, assim, de muita tristeza. A gente vê... é preferível você pegar essa palavra e botar debaixo do tapete. Lá adiante, quem sabe, se discute. [...] Foi muito triste, muito.
> A palavra também foi de constrangimento. É como se nós tivéssemos, assim... eles alegavam que nós estávamos apoiando essa, essa... desvirtuando a sexualidade dos meninos. Como se nós estivéssemos contribuindo com tudo aquilo. Como se tivéssemos o poder declarar: "a partir de hoje você vai ser menina", "a partir de hoje você vai ser menino", "a partir de hoje acabaram-se as famílias tradicionais, nós vamos trabalhar com os arranjos familiares". Como se nós tivéssemos esse poder a partir do momento que nós colocamos a necessidade de se estudar a palavra "gênero", as questões de gênero, até para ter tantas desinformações como nós vimos neles (EUNICE, 2021).

E, quando perguntado se as entrevistadas achavam que o movimento Escola sem Partido e suas pautas influenciaram na atualização do PME de Itapetinga as respostas foram um pouco diferentes. Para Lara (2021), Cintia (2021) e Cassia (2021), apesar de falarem que conheciam o movimento e de no decorrer das entrevistas destacarem que a questão central na atualização do PME girou em torno do combate a suposta ideologia de gênero – pauta do ESP que também influenciou o PNE –, estas entrevistadas responderam que o ESP e suas pautas não influenciaram no PME aprovado. Por mais que porventura representantes do ESP possam não ter comparecido aos debates para a atualização do PME é nítido, como admitido pelas entrevistadas citadas anteriormente, que a pauta do combate à ideologia de gênero, capitalizada pelo movimento, foi central para a aprovação do Plano.

Já para as demais entrevistadas, o movimento ESP e suas pautas influenciaram sim na atualização do PME de Itapetinga que aconteceu em 2015. A fala de Penélope (2021) foi a que melhor sintetizou a influência do ESP no PME: "A influência foi muito forte mesmo e o

ponto principal que o Escola sem Partido assumiu, principalmente pela influência religiosa, foi a questão da ideologia de gênero, a chamada ideologia de gênero".

Ainda com relação à influência das bandeiras do ESP no PME, Eide (2021) relembra algo que foi falado por um vereador que é muito caro para o Escola sem Partido e quem vem sendo denunciado por Penna (2017), dentre outros/as estudiosos/as, já há algum tempo, que é o cerceamento e controle da categoria docente: "E [disse] que a gente queria, na verdade, dar poder demais aos professores". Ao falar sobre o papel da escola na construção da sociedade que se almeja, na reprodução sociabilidade, Pugliesi (2021) também destaca o legado negativo que o processo de atualização dos Planos Municipais de Educação deixou para a categoria docente, o que acabará sendo refletido na precarização do trabalho destes/as profissionais.

> Dentro desse contexto do Plano Municipal de Educação queriam moer os professores, eram os professores. Eram justamente… era amarrar os professores, porque na verdade não eram… o foco principal não eram os alunos, não eram os alunos, né?! Ah, vai transformar… iam transformar os alunos, mas quem é que iam transformar os alunos na cabeça da galera reacionária?! Que estava ali lutando contra esse mal que era o gênero? Esse mal, entre aspas, que era o gênero?! Éramos nós professores. Éramos nós que iríamos colocar isso em prática. Então, queriam de fato nos ceifar. Tanto é que nós professores, daí em diante, até podemos colocar o Plano Municipal de Educação em cada município, que foi uma mobilização nacional, daí para cá, acho que é um marco. O Plano Municipal de Educação, em cada município, no estado, no Brasil, ele é um marco, um divisor de águas no sentido de que o professor pela sociedade, por parte da sociedade, começou a ser visto de fato como um ser não [confiável]. A confiabilidade do professor foi colocada em xeque com o Plano Municipal de Educação (PUGLIESI, 2021).

De fato, como salienta esta última fala, o processo de atualização dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, junto com a atualização do PNE – que se deu no ano anterior, em 2014 – , já está marcado na história das políticas educacionais do país como um momento de proeminência do Escola sem Partido em que as pautas reacionárias tiveram bastante força. E, o conhecimento que foi produzido nesta pesquisa, sobretudo na presente seção, aponta que o avanço reacionário sobre estas políticas púbicas infelizmente trará reflexos para a categoria docente e para a luta por uma sociedade mais justa e sem preconceitos.

De acordo com os relatos das pessoas entrevistadas, a mobilização dos/as fiés, principalmente, da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas – instigando o medo da população em relação à ideologia de gênero – foi um fator decisivo de pressão no poder legislativo para a retirada dos termos gênero e orientação sexual do Plano. A sociabilidade local de forte traço conservador – por conta da construção histórica do município alicerçada por valores religiosos cristãos ligados as Igrejas Protestantes e pela concentração do poder

político e econômico nas mãos de latifundiários pecuaristas – também favoreceu a rápida capilaridade e adesão da população presente nos debates contra a manutenção dos referidos termos no Plano.

Os/as vereadores/as que encamparam a campanha contra a suposta ideologia de gênero no PME de Itapetinga – que não só foram pressionados por parte da população pela retirada dos termos, mas que também, de acordo com os relatos, foram protagonistas neste processo – , provavelmente colheram dividendos eleitorais nesse processo. Um exemplo disso é que nas eleições presidenciais de 2018, Itapetinga foi uma das poucas cidades da Bahia que Jair Bolsonaro teve o maior número de votos, o principal garoto propaganda do movimento, e que, inclusive, trouxe pautas do ESP em seu plano de governo.

Outro detalhe que vale ser destacado foi o compromisso democrático para a construção do Plano partindo do Poder Executivo Municipal que, desde a formulação da proposta do PME, tentou fazer com que ele fosse construído de maneira plural para tentar identificar e atender as demandas educacionais do município. Durante todo o processo, mesmo sob pena de ser rejeitado o Plano proposto com os termos gênero e orientação sexual – o que acabou acontecendo – , mesmo com a possibilidade de o Plano não ser aprovado em prazo hábil e o município poder ser penalizado de alguma maneira, a gestão da educação municipal se mostrou firme na defesa de que o Plano aprovado correspondesse aos anseios da população.

E, é justamente dentro dessa questão democrática, mais especificamente com relação à participação da população na luta por direitos – ou na luta pela retirada destes, como foi o caso do PME de Itapetinga – que surge uma questão que chamou bastante a atenção nas falas de duas entrevistadas representantes da sociedade civil – uma delas a favor dos termos no Plano e a outra que se mostrava contra. Ao comentar sobre os embates durante as audiências na Câmara, Cintia (2021) explicou que, no seu entendimento, a mobilização de pessoas da comunidade LGBTQIA+ na Câmara teve efeito prejudicial para estes/as, pois fez com que parte da população e dos/as vereadores se sentisse afrontada e se engajasse ainda mais luta contra os termos gênero e orientação sexual no Plano.

> Eu me lembro, assim, já tem um grupo, assim, que ia um pouco mais pro radicalismo de ideologia [de gênero] na primeira sessão. Aí, na segunda, foi quando o professor levou, assim, aquele tanto de jovens. Que foi, assim, mais uma afronta do que... [e isso] piorou a situação pra eles.
> Assim, se eles queriam que esses termos continuassem, a ideia deles de levar aquela turma não foi boa pra eles. Porque eles não foram bem trabalhados e chegaram lá afrontando, fazendo chacotas. O professor espalhou folhas de papel ofício [pela Câmara], sabe?! Tipo uns cartazinhos, assim, no plenário da Câmara. Então, assim, eu acho que o tiro deles saiu pela culatra (CINTIA, 2021).

Para Pugliesi (2021), não houve chacotas ou provocações por parte das pessoas que defendiam a manutenção dos termos no Plano. E, segundo a mesma, os cartazes espalhados na Câmara eram sobre notícias de crimes relacionados à homofobia para tentar mostrar à população ali presente que a exclusão dos referidos termos poderia ajudar na incidência destes crimes.

> No dia da audiência nós levamos fotos de casos de homofobia, de agressão a travestis, essa questão. Um caso que aconteceu, rolou até aqui na Bahia, dois irmãos gêmeos estavam de mãos dadas e foram mortos. E nós fizemos tipo um mural, um varal com essas fotos.
> E eles davam risadas. Olhavam, passavam e davam risada das situações. Foi algo que me chamou muito a atenção essa questão... a falta de sensibilidade em relação a aquelas situações de violência. Parecendo que aquilo era normal. A galera da igreja [que agia assim]. Então, eles passavam e davam risada. Eles iam, encostavam pra ver, o varal tinha várias matérias relacionadas a, tanto a questão LGBT, a como a homofobia afeta a sociedade, não só o LGBT, mas a sociedade num todo, como foi o caso aqui da Bahia, os dois irmão gêmeos estavam numa festa (PUGLIESI, 2021).

Contudo, o que é mais curioso no relato das duas entrevistadas está relacionado a uma outra colocação feita por Pugliesi (2021) que, apesar de estarem em grupos opostos que divergiam entre si nas audiência, acaba "concordando" de certa forma com o que Cintia (2021) chamou de "tiro no pé" das pessoas que lutavam pela manutenção dos termos no Plano. Quando refletia sobre a estratégia de mobilização adotada pelos/as defensores/as do PME, Pugliesi (2021) explica que, durante a votação para aprovação recente de outras duas leis em Itapetinga – que instituíram o Dia Municipal de Combate a Intolerância Religiosa e o Dia Municipal de Combate a LGBT-fobia – , não foram mobilizadas pessoas para se manifestarem a favor delas e os projetos de lei foram aprovados com facilidade.

> O Plano Municipal poderia ter gênero, poderia ter os termos gênero, orientação sexual, identidade. Ele poderia ser até mais inovador se ele passasse desapercebido, se ele viesse da secretaria de educação direto pra câmara. Como, recentemente uma vereadora [...] passou duas propostas de lei que eu pensei que iria barrar. São coisas simples, mas pelas temáticas...
> Dia 21 de janeiro é Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa, pelo fato que ocorreu um tempo atrás em Salvador. Uma Mãe de Santo, a Mãe Gilda, ela viu a foto dela estampada no Jornal da Universal, com o nome "os demônios..." e ela enfartou e faleceu. E aí esse dia é Dia Nacional de Combate à intolerância.
> Então, eu propus a vereadora um projeto de lei pra que esse dia fosse municipalizado. Então, é nacional, porém municipalizar dá uma força e responsabiliza o município em propor, em produzir material nas suas mídias locais de combate. E passou tranquilamente.
> Quando se fala em intolerância religiosa já se liga logo a questão do Candomblé, [quando se fala] do gênero, [se liga] a LGBT... outra questão foi o dia 17 de maio, que é Dia Nacional de Combate a LGBT-fobia. Outro projeto proposto por ela e passou também. Falta agora a sanção do prefeito. Agora, é o que eu digo, se no dia da votação do projeto de 21 de janeiro, se o povo de terreiro fosse todo pra lá seria barrado, ele não seria votado no dia e aí iria vir um movimento de evangélicos [dizendo], "ah, não vai aprovar dia do macumbeiro e..." iria criar toda aquela loucura em torno do projeto... (PUGLIESI, 2021).

A concordância nos relatos das duas entrevistadas mostra que, com relação a este caso em específico, quando segmentos que são vítimas de preconceitos e historicamente desamparados pelo Estado decidiram, no episódio da atualização do PME de Itapetinga, se manifestarem democraticamente na luta pela conquista de direitos, de acordo com os relatos das duas representantes da sociedade civil, estes foram prejudicados – diferentemente do que aconteceu com na aprovação do Dia Municipal de Combate a Intolerância Religiosa e do Dia Municipal de Combate a LGBT-fobia. Ao mesmo tempo, esse episódio evidencia outra contradição, mostrando que a democracia foi utilizada para fins antidemocráticos: a retirada de direitos no PME, o que ajudará a reforçar a intolerância com a diversidade, o cometimento de crimes contra esses segmentos e a perseguição e tentativa de controle do trabalho docente.

Ou seja, ao fim e ao cabo, a retirada dos termos gênero e orientação sexual do PME de Itapetinga, feita através de mecanismos democráticos, acaba ferindo a própria democracia e seus preceitos relacionados à igualdade e tolerância. Stanley (2018), ao discutir o ressurgimento do fascismo nos Estados Unidos da América, comenta que uma das estratégias dos/as neofascistas é, justamente, se utilizar da democracia, colocando-se como legítimos/as defensores/as do bem-comum, para atacá-la. Sempre é bom lembrar que Mussolini e Hitler, quando ascenderam ao poder, o fizeram através da democracia para depois acabarem com ela.

Ainda assim, uma observação deve ser feita com relação aos "prejuízos que o a democracia trouxe" no processo de atualização do PME de Itapetinga. O primeiro deles é que esses fatos estão circunscritos a um local específico, em um momento específico. Ou seja, por mais que algumas das coisas que aconteceram neste momento se repitam em outros episódios por conta da confluência de uma série de fatores, eles nunca serão a transposição exata do que aconteceram em outrora.

Essa observação é importante de ser pontuada por duas principais razões: a primeira delas é que **não acreditamos que a solução para a conquista de mais direitos por segmentos historicamente excluídos seja com a ausência física destes em debates ou mobilizações pela conquista desses direitos**. Essa alternativa pode até ter sido eficiente no caso da aprovação do Dia Municipal de Combate a Intolerância Religiosa e do Dia de Combate a LGBT-fobia no município, mas **nada garante que ela será exitosa novamente**. Mesmo com a luta constante das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, seus direitos estão sempre sob ameaça. Imagine o que pode acontecer se esses segmentos deixarem de disputar espaços de poder através de mobilizações.

E, a segunda coisa é que a democracia precisa ser exercida constantemente e os espaços precisam ser disputados, sob pena de que ela se atrofie, pare de funcionar, e as decisões passem a ser cada vez mais impostas – com já acaba acontecendo em muitos casos. Mais vale disputar os rumos da sociedade pela democracia, mesmo correndo o risco de que as nossas proposições sejam derrotadas, do que correr o risco de ser governado por um governo autoritário, que impõe suas decisões de maneira extremamente coercitiva, ameaçando a liberdade e a vida de quem pensa ou defende algo diferente.

Infelizmente, o desejo de parte da população que conseguiu estar mais organizada e fazer maior pressão no legislativo negligenciou a discussão do PME em sua totalidade e apontou no sentido de que fossem retirados os termos que visavam o combate a desigualdades educacionais relacionadas a gênero e orientação sexual. Para Itapetinga/BA, a retirada desses direitos do Plano refletirá na formação escolar e cidadã das gerações que passarem pelas instituições de ensino municipais e também trará reflexos no trabalho de educadores/as. Com a retirada desses termos abriu-se margem para punições e abertura de processos contra docentes que problematizam essas questões em sala. Além disso, legalmente pode ser feita a interpretação de que os/as professoras/es estão proibidos de se manifestarem quando depararem com situações de preconceito por conta da orientação sexual, abusos, gravidez na adolescência – já que falar destes assuntos, segundo os/as adeptos/as da pauta contra a ideologia de gênero, incorreria "na mesma doutrinação contida nos termos retirados do plano".

Assim, encerramos o presente tópico arrematando de forma sintética o que foi discutido nesta seção, a última do trabalho. Foi constatado, a partir do que foi apresentado até aqui, que o Escola sem Partido influenciou na atualização do PME de Itapetinga que aconteceu em 2015. Esta influência se deu, principalmente, através da pauta contra a ideologia de gênero que interferiu na aprovação do PNE, sendo o fator preponderante na mobilização de pessoas para a disputa da formulação dos Planos dos demais entes federados.

A construção histórica do município somada a fatores conjunturais – como o momento de crise que o país estava vivendo, a ascensão reacionária e fascista – e às contradições inerentes à própria realidade e observadas neste processo, construíram um Plano Municipal de Educação de Itapetinga como uma totalidade única, resultado de sua conexão com alguns determinantes. De acordo com o que ficou demonstrado, a essência dessa totalidade singular pode gerar desdobramentos que incidirão na precarização do trabalho docente, na formação cidadã dos/as estudantes do município e, consequentemente, na reprodução da sociabilidade

local – fatores e questões essas que serão melhor detalhadas a seguir, nas considerações finais do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Escola sem Partido foi um dos principais atores que protagonizaram a ascensão da extrema-direita reacionária e neofascista no Brasil no início da década passada. Os avanços das práticas e ideias desse segmento político têm como alguns de seus resultados o golpe jurídico-parlamentar-midiático que derrubou Dilma Rousseff da presidência em 2016, o aprofundamento do neoliberalismo no país, a aprovação da PEC do teto de gatos, a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio, a entrega dos poços de petróleo do Pré-sal, a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência em 2018, a reforma da previdência, o imenso corte de verbas para a educação e para a ciência, o aprofundamento da desigualdade social, o aumento da inflação, o desmonte de políticas sociais e a postura negacionista de descaso no combate ao Covid-19 que contribuiu para que milhares de vidas fossem perdidas.

Nesse sentido, compreender melhor esse movimento e o reflexo dele e de suas pautas nas políticas púbicas é uma importante ferramenta para ajudar a entender como o país veio parar na situação caótica e deprimente em que se encontra. Estudiosas/os do ESP explicam que dois dos principais feitos do movimento foram, primeiro, quando ele aderiu à pauta contra a ideologia de gênero e, segundo, quando o movimento conseguiu influenciar na formulação do PNE aprovado em 2014, retirando termos que visavam o combate as desigualdades educacionais relacionadas a gênero e a orientação sexual.

A influência no PNE, por tabela, pode ter deixado marcas nos planos educacionais dos municípios, estados e do Distrito Federal, pois segundo a referida lei nacional, os demais entes federados deveriam fazer seus respectivos Planos em consonância com esta legislação. A autonomia dos municípios para, na formulação de seus planos, tentar atender as demandas educacionais locais era a única possibilidade de reverter o retrocesso que o ESP conseguiu imprimir no PNE. Foi justamente essa a batalha travada na atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA, município sede do Território Médio Sudoeste, no interior da Bahia, *locus* desta pesquisa.

Antes de retomar o problema de pesquisa e, consequentemente, atentar para o cumprimento do objetivo geral do trabalho, cabe reforçar a importância desta pesquisa e dos resultados que serão apresentados a seguir. Apesar de Itapetinga/BA e seu plano educacional estarem entre os mais de cinco mil municípios que o país tem, eles não deixam de ser uma parte do país e, de certa maneira, do PNE – são uma parte do todo que estão inseridos. Isso é

destacado, pois, para que o Plano Nacional alcançasse seu fim, era necessário que os entes federados fizessem seus planos educacionais alinhados a ele e os cumprissem.

E, assim como aprendemos com o Materialismo Histórico Dialético, a singularidade da parte traz reflexos do todo, pois também é uma expressão dele – o todo se manifesta nas partes e as partes o compõem. O todo, por sua vez, por mais que se expressa nas partes, não é uma mera soma destas – até porque a realidade, as partes e o todo, a aparência e a essência dos fenômenos, estão em constante transformação e em conexão com outras totalidades. Ainda assim, a peculiaridade de cada expressão singular ajuda a compor o todo, o universal. Ou seja, compreender como foi atualizado o Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA, entender como se constituiu a sua singularidade, também ajudará a comunidade científica e demais interessados/as a compreender a influência do ESP no PNE – já que os dois planos estão conectados e, de certa maneira, um acaba se expressando através do outro.

Dito isso, e passando agora para a resposta ao problema da pesquisa – "como se deu a influência das pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA?" – , o presente trabalho constatou que sim, o Escola sem Partido e suas pautas influenciaram na atualização do Plano Municipal de Educação que aconteceu em 2015. "As digitais" do ESP e de suas pautas no PME de Itapetinga, assim como no PNE, não podem ser enxergadas "a olho nu" em suas aparências, na letra fria das leis 1.127/2015 (ITAPETINGA, 2015) e Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014).

Ou seja, a influência das pautas reacionárias desse movimento – em especial o combate à ideologia de gênero – pode ser constatada não na sua presença de maneira expressa, escrita nas leis, mas na retirada de termos que visavam o combate às desigualdades educacionais relacionadas ao gênero e a orientação sexual. E, para fazer essa constatação, foi necessário conhecer melhor o processo de atualização dessas leis. Só assim conseguimos identificar a essência dessas legislações revelada pela contradição que o movimento imprimiu nelas: a presença (da pauta contra a ideologia de gênero) na ausência (da pauta de maneira expressa e dos termos gênero e orientação sexual). Por mais que representantes do movimento possam, porventura, não ter comparecido nas audiências para atualização do Plano em Itapetinga, a pauta contra a ideologia de gênero foi a principal influenciadora da atualização do PME.

Mesmo que o termo ideologia de gênero tenha sido criado pela Igreja Católica, essa pauta só ganhou projeção nacional no Brasil e influenciou o PNE – o que respingou nos planos educacionais dos demais entes federados – com o ESP. Dessa maneira, por exemplo,

quando religiosos/as se envolveram na disputa para a aprovação do PME de Itapetinga, eles/as assim o fizeram através de orientações que davam conta do que já tinha acontecido com o Plano Nacional – com a retirada das menções relacionadas a gênero sob a influência do ESP – , sendo convocados para garantir o mesmo resultado no Plano local. Isso pôde ser constatado, tanto a partir da pesquisa bibliográfica, da análise documental do Plano e de *sites* locais, quanto no relato das pessoas que vivenciaram de perto a atualização do PME de Itapetinga/BA em 2015.

No entanto, cabe destacar que êxito das pessoas que se mobilizaram contra a suposta ideologia de gênero que, segundo elas, estaria contida no PME – que ocasionou a retirada dos termos gênero, orientação sexual do Plano – se deve a uma série de fatores que não se restringem unicamente à influência do ESP no PNE. Um desses fatores foi a sociabilidade do município, que tem forte traço conservador e reacionário – fator discutido na segunda e na quinta seção – , por conta da construção histórica local edificada pela moral cristã evangélica, pelos latifundiários pecuaristas e por partidos de direita. De largada, a sociabilidade local, por si só, já deixa o terreno fértil para a propagação de posturas e ideias de cunho reacionário, como as defendidas pelo ESP.

Aliado a isso, o momento político e econômico em que o PME foi atualizado contribuiu para que as pautas reacionárias capitalizadas pelo ESP ganhassem espaço nesse processo. Essas pautas utilizam o medo e o desconhecimento como reagentes – que são potencializados por conta da instabilidade e das incertezas em períodos de crise. E, esses dois pontos – o medo da ideologia de gênero que supostamente estaria contida nos Planos e o desconhecimento das discussões de gênero – foram muito bem explorados pelo ESP e pelas religiões cristãs que mobilizaram fiéis para disputarem os Planos educacionais pelo país, dentre eles o Plano de Itapetinga. Tanto a crise, como a mobilização do medo e do desconhecimento, foram discutidos nas seções quatro e cinco.

O medo, por sua vez, também é um elemento muito bem trabalhado pelo fascismo – fator discutido na seção quatro e também observado na seção cinco – , auxiliando na manifestação de características fascistas observadas no processo de atualização do Plano, como o anticomunismo, a rejeição à diversidade, a homofobia, a linguagem agressiva, a irracionalidade e a sensação de guerra constante. A utilização de um método moderno de comunicação realizada no processo de atualização do Plano – com a utilização da plataforma virtual da internet para divulgação de áudios, *Fake News* e para convocar fiéis e demais pessoas a se mobilizarem contra o Plano –, foi mais um recurso que o fascismo histórico

também lançou mão. Na época, o método moderno de comunicação utilizado pelo fascismo histórico para dialogar com as massas foi o rádio.

E, todas essas questões acabarão incidindo no trabalho da categoria docente, patrulhando, perseguindo e tentando controlar professoras/es que transversalizam discussões de gênero em suas aulas. Os prejuízos para a formação cidadã da comunidade e, consequentemente, para o futuro da sociedade, também são reflexos que podem ser observados como resultados da atualização do PME de Itapetinga/BA. O êxito que o ESP conseguiu a nível nacional – mesmo sem a aprovação de um projeto de lei próprio – de contribuir para acentuar a precarização do trabalho docente, perseguindo e cerceando a autonomia da categoria – questões trabalhadas nas seções quatro e cinco – é mais um dos ecos da influência do ESP e de suas pautas na atualização do PME em Itapetinga.

De modo geral, analisar como se deu a influência do ESP e de suas pautas no PME de Itapetinga – objetivo geral do trabalho – , conforme discutido na seção cinco e demonstrado aqui, foi possível por conta do percurso metodológico traçado a partir dos objetivos específicos deste trabalho. Para compreender se houve a influência das pautas do ESP no PME foi necessário que compreendêssemos de maneira aprofundada o ESP e também o PME – conforme o primeiro e o segundo objetivo específico.

Ao ampliar nosso conhecimento sobre o Escola sem Partido durante sua trajetória até os dias atuais – como mostra a discussão feita na quarta seção – pudemos constatar que este é um movimento de direita, reacionário e neofascista. O ESP se apropriou de pautas fascistas e também religiosas ligadas a seus interesses políticos e de classe, fez com que elas ganhassem maior projeção e também o movimento se capitalizou com elas – questão que será abordada mais à frente. Quando se apresenta como independente e neutro o ESP visa esconder que é parcial, que defende a imposição de preceitos cristãos e de extrema-direita na educação, que defende a manutenção de privilégios – principalmente relacionados a gênero e à classe – e tenta fazer parecer que essa sua visão de mundo é “a mais correta” e que deve ser reproduzida nas instituições de ensino.

Conhecendo melhor o movimento pudemos também identificar alguns determinantes que fizeram com que ele ganhasse projeção em meados da década passada, conseguindo influenciar o Plano Nacional de Educação, diversos planos educacionais do país e ter pautado a eleição presidencial de 2018. Esses determinantes foram a crise, o fascismo, a precarização do trabalho docente e o tecnicismo – abordados na seção quatro, observados nos relatos da quinta seção e discutidos aqui anteriormente.

No aprofundamento do conhecimento sobre o Plano Municipal de Educação, vimos que este é uma expressão particular do Plano Nacional de Educação, pois tem que ser formulado em consonância com a legislação nacional – para que o PNE tenha êxito, é necessário que os planos de municípios, estados e do DF, além de estarem alinhados a ele, também sejam cumpridos. As demandas educacionais específicas de cada ente federado e as disputas internas na formulação desses planos faz com que cada um deles seja único, seja uma expressão singular. E, foi justamente o conhecimento adquirido a partir dos dois primeiros objetivos específicos que nos deu subsídio para compreender a singularidade do PME de Itapetinga – intenção do terceiro e quarto objetivo específico.

Analisando a singularidade do PME que foi forjado no município de Itapetinga/BA, identificamos através da análise documental – e da pesquisa bibliográfica relacionada ao ESP e à aprovação do PNE – , como já dito anteriormente, que a influência do ESP e de suas pautas é constatada com a retirada dos termos gênero e orientação sexual do Plano. Além disso, os relatos colhidos nas entrevistas de representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil que participaram do processo de atualização do PME, puderam revelar detalhes do conflito de interesses presentes para a aprovação do Plano.

Alguns dos pontos observados já foram abordados aqui, nas considerações finais, a exemplo do protagonismo de religiosos/as – principalmente da Igreja Católica – na convocação de pessoas para as audiências na Câmara de Vereadores; o medo e o desconhecimento utilizando a ideologia de gênero como espantalho para a retirada dos termos gênero e orientação sexual do PME; as pautas fascistas identificadas nesse processo; e os reflexos negativos do Plano para a categoria docente. Além destes, outro ponto também merece destaque.

Por conta da enorme força que a pauta contra a ideologia de gênero chegou na discussão para a aprovação do PME de Itapetinga, de acordo com os relatos das entrevistadas, ela tomou pra si todas as atenções no processo de aprovação do Plano. Isso quer dizer que ficaram de lado todas as questões que envolviam a educação do município – como o combate ao analfabetismo, a universalização da educação básica, a melhora da estrutura das escolas, a valorização da categoria docente, o orçamento para tentar colocar tudo isso em prática, dentre outros pontos. Em síntese, a discussão para a aprovação do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA, por conta da influência das pautas do ESP, ficou restrita basicamente à manutenção, ou a retirada, dos termos gênero e orientação sexual.

Isso fez com que, por um lado, a “guerra cultural” travada pelo ESP e pela extrema-direita tivesse êxito com a retirada dos termos que, consequentemente, se traduziriam em direitos, caso fossem mantidos no PME. Essa “vitória” reacionária contribui para a manutenção e reprodução de privilégios e desigualdades que atingem principalmente as mulheres e a comunidade LGBTQIA+. Por outro lado, – mas caminhando de mãos dadas com o ponto anterior – quando se abre mão de discutir e enfrentar os problemas da educação municipal em nome do combate a um espantalho – que foi o caso da ideologia de gênero – o resultado é o agravamento dos problemas educacionais.

E, as principais prejudicadas com esse descaso com a educação municipal são as pessoas pertencentes às famílias menos abastadas, pois são as que mais precisam ser assistidas por políticas púbicas para minimamente terem acesso à educação. Consequentemente, isso também contribuirá para que a educação municipal não seja um instrumento para a emancipação das pessoas ou para a ascensão social, o que proporciona a perpetuação da desigualdade social local.

Por fim, a última consideração a ser feita neste trabalho está relacionada ao Escola sem Partido e seu futuro. Depois viver momentos de auge em que o movimento conseguiu influenciar na formulação do PNE e diversos planos educacionais pelo país – dentre eles o de Itapetinga/BA – , chegando a influenciar nas eleições presidenciais de 2018 e de ter as suas pautas no plano de governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, o ESP vive atualmente um momento de derrocada.

Após as eleições de 2018, o ESP passou a receber cada vez mais críticas de um antigo e fundamental apoiador, Olavo de Carvalho. Este, que até então também era tido como guru do Presidente e influenciou de forma direta a fundação e as ideias do movimento, já estava criticando o ESP há pelo menos dois anos. Não se sabe ao certo o que motivou o desentendimento entre Olavo de Carvalho e Miguel Nagib, fundador do ESP, mas em uma entrevista no final do ano de 2021 há um canal de baixa expressão no Youtube[66], Nagib deixa pistas sobre as suas impressões pessoais relacionadas à motivação dessa briga.

De acordo com a fala de Nagib, Olavo passou a atacar o movimento em um momento que ESP estava bastante em evidência, chegando ao ápice dos ataques após as eleições presidenciais, quando Olavo conseguiu indicar o futuro ministro da educação, Ricardo Vélez. A análise da fala do fundador do ESP deixa transparecer que a discórdia se deu por conta da vaidade de ambos, que disputavam os holofotes da extrema-direita no momento.

[66] Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=k5sguCgXMCM&t=2619s >. Acesso em: 10 jan. 2022.

E, do final de 2018 até então, o definhamento só se acentuou, inclusive com o anúncio do fundador do ESP no dia 22 de agosto de 2020 de que o movimento havia acabado – fato que foi reiterado por Nagib na referida entrevista. Mesmo que a partir de 2022 o movimento não seja mais alvo dos ataques de Olavo de Carvalho – pois o mesmo faleceu de Covid-19 no dia 24 de janeiro do presente ano – uma coisa é fato, o ESP caiu em descrédito por segmentos da direita ligados a Olavo de Carvalho e com a declaração do Supremo de inconstitucionalidade da Lei Escola Livre, do estado de Alagoas. Este último caso fez com que a possibilidade de aprovação de um PL de ESP se tornasse quase nula. Com isso, o movimento encolheu muito e parou suas atividades.

Mas, não podemos subestimar o movimento e suas pautas, como aconteceu no começo de sua história. Também, não podemos esquecer que o próprio Nagib já havia anunciado que o movimento acabaria em 2019, voltando atrás e reativando o ESP posteriormente. E, as pautas defendidas pelo movimento – como o combate à suposta ideologia de gênero, à suposta doutrinação política de esquerda e o patrulhamento e tentativa de controle de docentes – continuam interferindo no debate cotidiano, principalmente nas redes sociais. Além disso, quadros do movimento, como a Deputada Bia Kicis (PSL/DF), exercem certa influência no atual governo, o que pode ocasionar a perpetuação das pautas e práticas do ESP dentro da máquina estatal.

Como a realidade não é estática e imutável, mesmo com a chance remota de revisão da decisão da mais alta corte do país, uma mudança futura na correlação de forças no Supremo pode fazer com que seja revisto o entendimento sobre a inconstitucionalidade dos projetos de lei do ESP. Dessa forma, acreditamos que dois momentos serão decisivos para a continuidade ou não das atividades do ESP. Um deles é a eleição presidencial deste ano – como o ESP conseguiu pautar a eleição presidencial passada, ele também pode interferir nas eleições atuais.

O outro momento é quando começarem as discussões para a atualização do PNE, que vence em 2024, e quando começarem as discussões para a atualização dos planos educacionais dos municípios, estados e do DF, que se encerram até o ano de 2025. Pode ser que a essa altura o/a leitor/a já tenha se perguntando o seguinte: se o movimento já se capitalizou com essas pautas uma vez e elas continuam de vento em popa, o que impede que o ESP cresça novamente?

Como vimos, à luz do Materialismo Histórico Dialético cada totalidade é constituída pela sua conexão com seus determinantes e, tanto ela, como eles, estão em constante

transformação. Ou seja, nada garante que a combinação de novos e antigos fatores venha acontecer exatamente como se deram em meados da década passada. Por exemplo, o segmento político que o ESP faz parte, no momento atual, não é mais a antítese que se apresentava como alternativa ao que estava posto. Por mais que o movimento está sendo boicotado pelo governo Bolsonaro, ambos ainda estão do mesmo lado do espectro político que ocupa o comando do governo federal no Brasil – ou seja, desde 2019, eles são tese e não mais antítese. E, até o momento que este trabalho foi concluído, em fevereiro de 2022, pesquisas eleitorais estão indicando que muitos (ex)apoiadores não estão mais tão confiantes na alternativa de "salvadores/as da pátria" que a extrema-direita se dizia ser.

Ainda assim, como o devir é inerente à realidade, reiteramos que, por mais que as pautas do movimento continuem sendo reproduzidas dentro e fora das instituições de ensino, o futuro do Escola sem Partido está em aberto. As eleições de 2022 e a atualização do PNE, em 2024, e dos demais planos educacionais, em 2025, ajudarão a traçar um prognóstico mais exato sobre o futuro do movimento.

Enquanto isso, um grupo que apresenta uma visão parcial, distorcida, negacionista e revisionista da história e da educação, como o Brasil Paralelo, está forte e em plena atividade. E, projetos que vislumbram professores/as extremamente controlados, só ensinando o que os pais querem e promovendo uma educação acrítica, como os do *homeschooling* – que são vistos com bons olhos pelo próprio Nagib, de acordo com fala registrada na referida entrevista – estão tramitando pelo Congresso Nacional.

Isso denota que o neofascismo e a extrema-direita continuam em permanente disputa pela educação, pela formação das próximas gerações dentro e fora das escolas. Denota também que para combater esses grupos e pautas reacionárias, tanto o Escola sem Partido e sua influência nos diversos planos educacionais e em quadros do governo atual, bem como a atuação de grupos de extrema-direita e neofascistas, como o Brasil Paralelo, estes devem ser cada vez mais estudados.

Só compreendendo bem esses fenômenos, suas essências e o que propicia a sua existência, seus determinantes, é que poderemos fazer um enfrentamento qualificado a eles. Dessa forma, esperamos que o conhecimento produzido neste trabalho traga importantes contribuições para compreender como o Escola sem Partido, um dos protagonista na ascensão do neofascismo no Brasil, atua e influencia a educação e algumas políticas públicas – em especial, como foi o caso de nosso estudo, os planos educacionais.

RERERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. E. B. **Educação e democracia e escola em tempos sombrios**: neoconservadorismo na educação brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, p. 111. 2018.

ALGEBAILE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (Org). **Escola "sem" Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 63-75.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARGOLO, F. K. S. R. **O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Santo Antônio de Jesus-BA** (2005-2014): uma análise sobre a participação dos sujeitos. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p. 110. 2014.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. 1989. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70433/CE_BA_EC_26-2020%20.pdf?sequence=14&isAllowed=y >. Acesso em: 21 jun. 2021.

BAHIA. **Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Disponível em: < https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Territ%C3%B3rios%20de,Ver%20t%C3%B3pico%20(8%20documentos)&text=PAL%C3%81CIO%20DO%20GOVERNO%20DO%20ESTADO,25%20de%20agosto%20de%202010. >. Acesso em: 21 jun. 2021.

BAHIA. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, 2015. Disponível em: < https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=1518&Itemid=101 >. Acesso em: 21 jun. 2021.

BARCELOS, F. S. **A participação dos conselhos municipais de educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no estado do MS**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, p. 121. 2017.

BOITO JR., A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Crítica Marxista**, n. 42, p. 155-163, maio de 2016. Disponível em <

http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/45/79 >. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional**, o "Programa Escola sem Partido". Projeto de Lei 867/2015. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668 >. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. **Institui o "Programa Escola sem Partido"**. Projeto de Lei 246/2019. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752 >. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm > . Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 13.415/2017**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm >. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 15 mar. de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. D. O. U., Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: < http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia.pdf> . Acesso em: 10 set. 2019.

BRITO, R. S.; PRADO, J. R.; NUNES, C. P. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. **Tempos e Espaços em Educação**, Aracaju, v. 10, n. 23, p. 165-174, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6676>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CASTRO, M. F. **A crise do capital e o projeto reacionário de educação**: uma análise do ataque reacionário do Escola Sem Partido ao Colégio Pedro II. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 481. 2019.

CATTELI JR., R. A criminalização ideológica dos livros didáticos: a quem serve?. In: SOUZA, A. L. *et al*. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 83-92.

CAVALCANTE, J. M. **Análise da "Ideologia de Gênero" no Plano Municipal de Educação de João Pessoa** (2015-2025). Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 207. 2017.

COLOMBO, L. R. **A Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil** – reflexões sobre e para além do "movimento" Escola Sem Partido. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro. Nova Iguaçu, p. 200. 2018.

COSTA, C. M.; VELLOSO, L. "É que Narciso acha feio o que não é espelho": o ensinar e o aprender pela ótica do Escola sem Partido. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO G. (Orgs.). **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 131-152.

COSTA, H. M. **Escola Sem Partido**: concepções de escola, educação, formação humana e sociedade. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 202. 2019.

COSTA, I. C. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

CUNHA, L. A. **O projeto reacionário de educação**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

ECO, U. **Fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

ESPINOSA, B. R. S; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Escola "sem" Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 49-62.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FASANO, E. **A escola e o inédito viável**: fundamentos ideológicos para uma nova hegemonia. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, p. 382. 2016.

FERREIRA, V. V. **Fundamentos éticos da educação**: uma análise a partir do movimento escola sem partido. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, p. 162. 2019.

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Documento Final**. 2014. Disponível em: < http://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf >. Acesso em: 17 jul. 2021.

FRAGA, M. C. L. "**Meninos vestem azul e meninas vestem rosa**": analisando redes discursivas e as lições de gênero do "Escola Sem Partido". Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 192. 2019.

FREIRE, L. **Retomando a consciência**: reações conservadoras a partir do debate sobre família e gênero. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste Do Paraná. Toledo, p. 140. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 15-32.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade de a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 17-34.

GARCIA, P. S.; BIZZO, N. O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 337-362, Porto Alegre, 2018. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/68702 >. Acesso em: 19 jun. 2021.

GOMES, J. P. R. **Democracia e a educação escolar**: uma análise à luz da pedagogia histórico-crítica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 123. 2018.

HARNECKER, M. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular. 2003.

HUNGARO, E. M. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: CUNHA, C; SOUSA, J. V; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 15-78.

IASI, M. L. Nosso guia na floresta de papel: o artífice da palavra clara. In: KONDER, L. **Introdução ao fascismo.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 9-20.

ITAPETINGA. **Lei 1.127/2011**. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Itapetinga, 2011.

ITAPETINGA. **Lei 1.275/2015** - Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Disponível em: < https://www.camaraitapetinga.ba.gov.br/site/LeiMunicipal/1824 >. Acesso em: 19 jan. 2021.

JUNIOR, C. M. G. **O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e o Projeto de Lei da Escola Sem Partido** – Conhecimento e impasse de Professores formadores. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Pernambuco. Nazaré da Mata, p. 126. 2018.

JUNQUEIRA, B. D. **Possibilidades para um trabalho docente feminista**: professoras mulheres da rede municipal de ensino de Porto Alegre, feminismos e a narrativa conservadora da "ideologia de gênero". Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 151. 2018.

KATZ, E. P. **Escola sem partido: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, p. 142. 2017.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KULPEL, D. F. **A identidade de gênero no espaço escolar**: aportes psicanalíticos à prática pedagógica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, p. 132. 2019.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Regan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEITÃO, J. O. **A especificidade do ensino de arte na perspectiva da pedagogia histórico-crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em

Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, p. 95. 2019.

LEONARDO, R. C. **Gênero e sexualidade em disputa no cotidiano escolar**: tecendo problematizações com docentes da educação básica e pública do município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 132. 2018

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc**. São Paulo, n. 124, p. 652-664, dezembro de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400652&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 de julho de 2019.

LOWY, M. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Luiz Barbosa (Orgs.). **Giro à direita**: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 13-19. Disponível em < https://www.deposita.ibict.br/bitstream/deposita/148/2/1%20giro%20a%20direita%201%2019.pdf >. Acesso em: 13 abr. 2020.

MALDONADO, L. G. S. A ascensão do movimento Escola sem Partido enquanto movimento regressista da educação e a eleição de Bolsonaro. **Mimesis**, Bauru, v. 40, n. 2, p. 199-218, 2019. Disponível em: < https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v40_n2_2019/mimesis_v40_n2_2019_art_01.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2021.

MANHAS, C. Nada mais Ideológico que “Escola Sem Partido”. In: SOUZA, A. L. *et al*. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 15-23.

MARAFON, G; SOUZA, M. C. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola? In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 75-88.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editora, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editora, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MELO, A. P. N. **Plano Municipal de Educação: uma análise dos processos de construção no município de Várzea da Roça** - Bahia. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, p. 170. 2016.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, 2016, p. 590-621. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163 >. Acesso em 18 jan. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social**: teoria do método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTAGNOLI, Mauro. Carta Pastoral: A ideologia de gênero ressurge. **CNBB Regional Centro-oeste**. Goiânia, 2015. Disponível em: < https://www.cnbbco.com/conteudo/noticias/item/144-carta-pastoral-a-ideologia-de-genero-ressurge#.YeBrutLMLMy >. Acesso em: 10 jan. 22.

MORAES, R. C. O golpe de 2016, suas raízes. Perspectivas da resistência. In: KRAWCZYK, N; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 79-88.

MOREIRA, A. L. G. **O Plano Municipal de Educação do município de Rio Branco/Acre como planejamento de políticas públicas no decênio** (2015-2025): um estudo de seu processo de elaboração e concepção. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, p. 144. 2018.

MOREIRA, J. T. S. **A igreja e a praça**: Os Batistas da Cidade de Itapetinga-Bahia (1938-2013). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 302. 2016.

MOURA, F. P. O movimento Escola sem Partido e a reação conservadora contra a discussão de gênero na escola. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 89-110.

MOURA, F. P. de; SALLES, D. da C. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista de estudos indisciplinares em gêneros e sexualidades - Periódicus**, n. 9, v. 1, Salvador, 2018. Disponível em: < https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25742 >. Acesso em: 07 jul. 2021.

NAJJAR, J.; MOCARZEL, M.; MORGAN, K. Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., v.28, n.109, p. 1033-1053, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ensaio/a/S3rw7BMBkxCsdsS7XygDBvh/?lang=pt >. Acesso em: 07 jul. 2021.

NERY, R. L**. Análise de Discurso na rede social**: o programa "Escola sem Partido" e suas contribuições para a legitimação da masculinidade hegemônica. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, p. 178. 2019.

NETO, A. C.; CASTRO, A. M. D. A.; GARCIA, L. T. dos S. Plano Municipal de Educação: elaboração, acompanhamento e avaliação no contexto do PAR. **RBPAE** - v. 32, n. 1, p. 047 – 067, 2016. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/62648 >. Acesso em: 07 jul. 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

OLIVEIRA, M. S. **Do Plano Nacional aos Planos Municipais de Educação**: estudo do município de Naviraí – MS. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, p. 164. 2017.

PAULO, W. G. **Militarização do ensino no estado de Goiás**: implementação de um modelo de gestão escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Políticas Públicas e Gestão de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 125. 2019.

PENNA, F. A. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocesso. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 111-130.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 35-48.

PENNA, F. A; SALLES, D. C. A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, A. C; LEAL, T. B. (Orgs.). **Arquivos, documentos e ensino de história**: desafios contemporâneos. Fortaleza: EdUECE, 2017. p. 13-38.

PEREIRA, R. S. Plano Municipal de Educação de Itapetinga: percursos e discursos. **Sudoeste Hoje**. Itapetinga, 2015. Disponível em: <

https://www.sudoestehoje.com.br/novoportal/2015/06/21/plano-municipal-de-educacao-de-itapetinga-percursos-e-discursos/ >. Acesso em: 30 jun 21.

PINHEIRO, C. G. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)**: tensões e discurso nas redes sociais. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p. 251. 2017.

PIRES, F. C. **Plano Municipal de Educação: processo de construção e implementação no município de Espinosa (MG)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, p. 125. 2017.

PORTELLA, R. C. **A constituição de recorrências discursivas nas tramas da educação**: entre a busca e o encontro do gênero e da sexualidade no currículo da pedagogia da UERGS. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Osório, p. 151. 2019.

QUEIROZ, F. B. C; OLIVEIRA, R. B. C. Liberdade para a democracia: considerações sobre a inconstitucionalidade do Escola sem Partido. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 29-42.

RATIER. R. 14 perguntas e respostas sobre o "Escola sem Partido". In: SOUZA, A. L. *et al*. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p. 29-42.

REIS, T. Gênero e LGBTfobia na educação. In: SOUZA, A. L. *et al*. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 115-124.

RÊSES, E. S. A construção do método no materialismo histórico-dialético e a atualidade do pensamento marxista no contexto da crise econômico-financeira. In: CUNHA, C; SOUSA, J.V; SILVA, M.A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 153-174.

RODRIGUES, R. A. B. L. **Da educação moral e cívica ao Escola sem Partido**: a ideia de família e a contenda moralizante no campo da educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 132. 2019.

RODRÍGUEZ, M. V. Pesquisa social: contribuições do método materialista histórico-dialético. In: CUNHA, C; SOUSA, J. V; SILVA, M. A. (Orgs.) **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 131-152.

ROSA, R. T. D. Direito à educação democrática: conquistas legais e ameaças. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 51-74.

ROSENO, C. P. **Escola Sem Partido: um ataque às políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Pernambuco. Petrolina, p. 90. 2017.

SADER, E; GARCIA, M. A. **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo Editora, 2010.

SALLES, D. da C.; SILVA, R. da C. A. O Escola sem Partido na desdemocratização brasileira. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática** – antídoto ao Escola sem Partido. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p.153-174.

SANTOS, A. L. **Educação domiciliar ou "lugar de criança é na escola"?** - uma análise sobre a proposta de homeschooling no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 256. 2019.

SANTOS, A. P. **Pautando gênero: narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Comunicação, Universidade Federal do Tocantins. Palmas, p. 125. 2018.

SANTOS, T. P. **Corpo, sexualidade e resistências**: o contraste entre as propostas dos projetos denominados "Escola sem Partido" e as perspectivas foucaultianas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Parnaíba, p. 118. 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Carreiros, v.1, n.1, Jun. 2009. Disponível em: < https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351 >. Acesso em: 02 set. 19.

SAVIANI, D. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: KRAWCZYK, N; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia/MG: Navegando Publicações, 2018. p. 27-45.

SAVIANI, D. Sistema de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, 1999. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/es/a/J56mswq8VnMPzwWwPJSKvJG/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em: 12 jul. 2021.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2017.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. "Educação na Pandemia: a falácia do ensino remoto". **Universidade e Sociedade ANDES-SN**, ano XXXI, janeiro, 2021.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores associados, 2011.

SEVILLA, J. C. **Um olhar gramsciano sobre movimentos de conservação e resistência na educação contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 98. 2018.

SILVA, D. O. V.; BRITO, V. L. F.; NUNES, C. P. Valorização docente na conjuntura do pós impeachement de 2016 no Brasil. **Cocar**, Belém, v. 13, n. 26, 2019. Disponível em: < https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2518 > . Acesso em: 18 jan. 2021.

SILVA, J. C. V. **Embates sobre questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN**: o fruto proibido na educação escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 108. 2018.

SILVA, M. A. **Plano Municipal de Educação de Rio Claro - SP**: desafios e perspectivas na garantia do direito à educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Rio Claro, p. 187. 2014.

SILVEIRA, D. M. N. **Escola "sem" Partido**: a pseudo-neutralidade e o viés ultraconservador do movimento. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, p. 110. 2019.

SOUSA, J. D. A. **O Plano Municipal de Educação no contexto de município de pequeno porte do alto-sertão paraibano**: limites e possibilidades da participação democrática. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 141. 2018.

SOUZA, A. L. S; GONÇALVES, E. Reeducação nas relações raciais e ESP. In: SOUZA, A. L. *et al*. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p.137-148.

SOUZA, R. F; OLIVEIRA, T. F. A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" Partido** – esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro/RJ: LPP/UERJ, 2017. p. 121-132.

SOUZA, R. S. **Família e Escola**: Estudos de uma relação (in)delicada a partir das relações de gênero. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz De Fora. Juiz de Fora, p. 124. 2017.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo** – a política do "nós" e "eles". Porto Alegre: L&PM, 2018.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceções. In: SOLANO, E. (Org.). **Ódio como política** - A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 56-63.

TOP DE LINHA. Itapetinga: **Câmara discute Plano Municipal de Educação**. Itapetinga, 2015. Disponível em: < https://www.blogdotarugao.com.br/v1/category/fe/page/4/ >. Acesso em: 30 jun. 2021.

TORRIGLIA, P. L; ORTIGARA, V. O campo das mediações: primeiras aproximações para a pesquisa em políticas educacionais. In: CUNHA, C; SOUSA, J. V; SILVA, M. A. (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 183-200.

VIEIRA, H. Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões. In: SOLANO, E. (Org.). **Ódio como política** - A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 80-86.

VIEIRA. F. R. **A educação está morta!** O que a filosofia de Nietzsche pode nos ensinar sobre o movimento Escola sem Partido. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 115. 2019.

VOSGERAU, D. S. R; ROMANOWSKI, J. P. **Estudos de revisão**: implicações conceituais e metodológicas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. 2014. Disponível em: < https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317 >. Acesso em: 05 fev 2021.

ZAN, D; KRAWCZYK, N. A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. In: KRAWCZYK, N; LOMBARDI, J. C. (Orgs). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando publicações, 2018. p. 113-122.

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para a entrevista semiestruturada

Informações sobre o depoente

Faixa etária:

Sexo:

Estado Civil:

Escolaridade:

Filiação partidária:

Entidade que representou no processo de atualização do Plano Municipal de Educação em 2015:

Sobre o processo de atualização do PME

1 – Como foi o seu envolvimento, sua participação, no processo de atualização do Plano Municipal de Itapetinga que aconteceu no ano de 2015?

2 – Em sua opinião, qual é a função que Plano Municipal de Educação cumpre para a educação do município? Qual é a importância do PME?

3 – No processo de atualização do PME, quais entidades, grupos, representantes de categorias ou de segmentos da sociedade estiveram presentes, acompanharam e participaram das discussões?

4 - Naquele momento, você fazia parte ou se identificava com algum desses grupos?

5 – As discussões sobre a atualização do PME ficaram restritas às sessões e debates que aconteceram na Câmara de Vereadores ou ocorreram também em outros espaços (redes sociais, escolas, igrejas, etc.)? Como se deu essa discussão e o quê as pessoas comentavam?

6 – Você lembra se houve audiências públicas para discutir a atualização do Plano Municipal de Itapetinga? Você participou de quais? Como foram realizadas essas audiências e quem ou quais entidades estiveram presentes?

7 – Você esteve na sessão que aprovou o projeto que atualizou o Plano Municipal de Itapetinga? Conte um pouco como foi essa sessão?

8 – Você lembra se tanto nas discussões que aconteceram na Câmara de Vereadores, quanto nas discussões que aconteceram fora desse espaço, as pessoas falaram sobre os termos “doutrinação política”, “doutrinação ideológica”, “ideologia de gênero”, “kit gay”, “marxismo cultural”? Se sim, as pessoas falavam que esses termos interferiam de quê forma no Plano Municipal de Educação? Qual a sua opinião sobre isso?

9 – Você lembra se algo foi aprovado, ou deixou de ser aprovado, no Plano Municipal de Educação com relação aos termos citados na pergunta anterior?

10 – Qual a sua opinião sobre o que foi aprovado no Plano Municipal de Educação?

11 – De que maneira você acredita que o que foi aprovado, ou deixou de ser aprovado, no Plano Municipal de Educação, com relação aos termos citados, pode ter influenciado na educação do município até os dias atuais?

12 – Você já ouviu falar do movimento Escola sem Partido e das pautas que ele defende?

13 – Qual a sua opinião sobre este movimento e sobre suas pautas?

14 – Você acredita que o Escola sem Partido e as suas pautas podem ter influenciado de alguma maneira o processo de atualização do Plano Municipal de Itapetinga? Se sim, em sua opinião, de que forma isso se deu?

15 – Você gostaria de falar algo mais ou fazer mais alguma observação sobre alguma das questões que foram abordadas na entrevista?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido – (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine a última, na linha "Assinatura do participante".

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Hilheno Oliveiral Miranda

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Prof.ª Dr.ª Ennia Débora Passos Braga Pires

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação do município de Itapetinga/BA
2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa): *Como o movimento Escola sem Partido ficou conhecido nacionalmente pela sua mobilização e êxito ao conseguir retirar políticas de equidade de gênero do documento final do PNE 2014/2024, teóricos da educação apontam que o movimento pode ter influenciado na aprovação posterior de planos estaduais e municipais de educação.* *Em Itapetinga/BA, município sede da região médio sudoeste da Bahia, a atualização do Plano Municipal de Educação (PME), através da Lei municipal no 1.275/2015, aconteceu um ano após a aprovação do PNE. Sites locais registraram que as discussões para aprovação do projeto de lei envolveram diferentes setores da comunidade – dentre eles lideres religiosos, representantes da categoria docente, representantes do movimento estudantil e representantes da comunidade LGBT – , e que na aprovação da referida Lei que atualizou o Plano foram retirados os termos "gênero", "orientação sexual" e "transversalidade".* *Assim, como ainda não existem pesquisas com o objetivo de identificar se houve a influência de pautas do Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Itapetinga/BA, o desenvolvimento de um trabalho com esse caráter proporcionará uma melhor compreensão da realidade da educação local – já que o Plano Municipal de Educação é uma política pública basilar para a educação básica do município – o que pode contribuir na busca para superar desigualdades educacionais e sociais e, consequentemente, para a transformação da realidade.*
2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos): *Objetivo geral:* *Analisar a influência das pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido na atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA.* *Objetivos específicos:* • *Revisar teoricamente os pressupostos e pautas sustentados pelo movimento*

Escola sem Partido e identificar seus determinantes;

- *Analisar qual o papel do Plano Municipal de Educação no cenário educacional;*
- *Examinar o Plano Municipal de Educação de Itapetinga buscando identificar a incorporação (presença ou ausência) de pautas do Movimento Escola sem Partido;*
- *Caracterizar como foi desenvolvido o processo de atualização do Plano Municipal de Educação de Itapetinga, a partir da perspectiva de pessoas que participaram deste momento.*

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

A entrevista será realizada através de um diálogo com o participante (entrevistado), onde o pesquisador trará perguntas relacionadas ao tema da pesquisa e o participante responderá oralmente.

Ressaltando que o entrevistado tem o livre direito de se recusar a responder alguma pergunta.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Em local previamente combinado com o entrevistado, de acordo com a sua disponibilidade de horário. O local deverá ser reservado, para evitar a exposição ou constrangimento do entrevistado. Também serão observadas medidas de prevenção ao contágio do coronavírus, como a utilização de mascara pelo pesquisador e pelo entrevistado, o distanciamento para evitar o contágio e o local da entrevista deve ser arejado.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

O tempo da entrevista será de uma hora e trinta minutos (01h30min). Porém, a entrevista poderá ser encerrada assim que as respostas terminarem ou que o entrevistado manifestar o desejo de que a entrevista acabe.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

(•) MÍNIMO ( ) MODERADO ( ) ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Os entrevistados podem se sentir desconfortáveis em participar da pesquisa por receio de que suas crenças e entendimentos sobre a realidade sejam questionadas, caso haja uma análise e exposição deturpada do que foi dito por eles na pesquisa. Além disso, estes podem hesitar de participar através da entrevista por medo de exposição pessoal, caso as suas identidades não sejam preservadas.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Buscando tranquilizar, sanar a dúvida dos participantes e preservá-los, por conta do cuidado com as questões éticas relacionadas às pesquisas científicas que envolvem seres humanos, suas identidades e cargos que ocuparam no período de atualização do Plano Municipal de Educação serão preservadas na análise e discussão de dados das pesquisas. Também é garantido que os participantes possam, caso queiram, desistir de participar da pesquisa no momento que desejarem. Além disso, as entrevistas serão realizadas em local reservado, conforme a disponibilidade dos entrevistados, para evitar possíveis

desconfortos e a exposição dos mesmos. Também serão observadas medidas de prevenção ao contágio do coronavírus, como a utilização de máscara pelo pesquisador e pelo entrevistado, o distanciamento para evitar o contágio e o local da entrevista deve ser arejado.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A presente pesquisa não traz benefícios ou vantagens individuais aos participantes além da possibilidade de os mesmos poderem contribuir para uma melhor compreensão da realidade educacional local.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Como benefício social, o participante estará contribuindo para que, através desta pesquisa científica, sejam produzidos conhecimentos para que a realidade educacional do município possa ser melhor compreendida - já que o Plano Municipal de Educação fica em vigência por 10 anos e influencia diretamente na educação básica do município. Como a educação escolar tem papel fundamental na formação das pessoas para a construção da sociedade que se almeja, a compreensão da educação local e a identificação de possíveis problemas, ou ações exitosas, pode ajudar na melhora e, consequentemente, na resolução de problemas de desigualdades social e educacional. Além disso, após concluída, a pesquisa pode subsidiar, tanto a comunidade acadêmica, como a população em geral, na produção de novos conhecimentos sobre a temática estudada.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?
R: *Nenhum dos dois*. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?
R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?
R: Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)
R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?
R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?
R: Nenhum.

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?
R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?
R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.9. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?
R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas pdem ser encontradas facilmente na internet.

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?
R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Hilheno Oliveira Miranda
Endereço: Rua Boa Nova, n 26, bairro Camacan
Fone: (77) 99130-1239 / E-mail: hilheno@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)
Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.
Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br
Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

☐ **em participar do presente estudo;**
☐ **com a participação da pessoa pela qual sou responsável.**

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Itapetinga, xx de maio de 2021

_____

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)

Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Itapetinga, xx de maio de 2021

_____

Assinatura do(a) pesquisador

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB/BA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação da cidade de Itapetinga/BA

Pesquisador: Hilheno Oliveiral Miranda

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 44579321.7.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.685.107

Apresentação do Projeto:

"Tendo como orientação teórico-metodológica o Materialismo Histórico Dialético, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar se as pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido influenciaram na elaboração e atualização do Plano Municipal de Educação da cidade de Itapetinga/BA. Para alcançar este objetivo, serão utilizados como instrumentos metodológicos a análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Assim, este trabalho visa identificar as principais ideias capitalizadas pelo Escola sem Partido, compreendendo a essência do movimento, bem como buscar identificar a incorporação (presença ou ausência) de pautas defendidas pelo Escola sem Partido no Plano que foi aprovado em Itapetinga, principal município da região médio sudoeste da Bahia, no ano de 2015. Para compreender como foi o processo de atualização do Plano, serão entrevistadas pessoas que assumiram funções de destaque no processo de atualização do Plano. Desta maneira, o presente trabalho tem o intuito de proporcionar uma melhor compreensão da realidade da educacional local, o que pode contribuir na busca para superar das desigualdades educacionais, sociais e também contribuir para a transformação da realidade."

Objetivo da Pesquisa:

"Analisar se as pautas reacionárias capitalizadas pelo Escola sem Partido influenciaram na elaboração e atualização do Plano Municipal de Educação da cidade de Itapetinga/BA".

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

"Os entrevistados podem se sentir desconfortáveis em participar da pesquisa por receio de que suas crenças e entendimentos sobre a realidade sejam questionadas, caso haja uma análise e exposição deturpada do que foi dito por eles na pesquisa. Além disso, estes podem hesitar de participar através da entrevista por medo de exposição pessoal, caso as suas identidades não sejam preservadas".

Benefícios:

"A presente pesquisa não traz benefícios ou vantagens individuais aos participantes além da possibilidade de os mesmos poderem contribuir para uma melhor compreensão da realidade educacional local".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de projeto de pesquisa, desenvolvido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1710902.pdf = OK

Compromisso_Geral.pdf = OK

TCLE_CEP_ajustado.docx = OK

folhaDeRosto_projeto_Hilheno.pdf = OK

Projeto_ESP_e_o_PME_de_Itapetinga.docx = OK

Recomendações:

1. Considerando que os pesquisadores descreveram o perfil das pessoas que ocupavam os referidos cargos, julgo dispensável a solicitação de documento de autorização institucional, porém sugiro que os autores substituam o termo "REPRESENTANTS INSTITUCIONAIS" registrado no documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1710902.pdf" por "Representantes do poder legislativo e gestão de educação municipal".

2. Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20,

XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V). Caso a pesquisa tenha duração de até um ano, torna-se suficiente o envio apenas do relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião ordinária no dia 30/04/2021, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1710902.pdf	04/03/2021 17:13:18		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Compromisso_Geral.pdf	04/03/2021 16:55:16	Hilheno Oliveiral Miranda	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_ajustado.docx	04/03/2021 16:50:47	Hilheno Oliveiral Miranda	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_projeto_Hilheno.pdf	04/03/2021 16:50:04	Hilheno Oliveiral Miranda	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_ESP_e_o_PME_de_Itapetinga.docx	04/03/2021 16:49:31	Hilheno Oliveiral Miranda	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 01 de Maio de 2021

Assinado por:
Cristiane Alves Paz de Carvalho
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br